



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E  
CONTEMPORANEIDADE (PPGEDUC)



AURELIELZA NASCIMENTO SANTOS

# ESCOLA MÃE HILDA:

TERRITÓRIO INSURGENTE DA PEDAGOGIA  
DA ANCESTRALIDADE ANTIRRACISTA



SALVADOR - BA

2020

**AURELIELZA NASCIMENTO SANTOS**

**ESCOLA MÃE HILDA:  
TERRITÓRIO INSURGENTE DA PEDAGOGIA DA ANCESTRALIDADE  
ANTIRRACISTA**

**SALVADOR -BA**

**2020**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da  
UNEB

S237e

Santos, Aurelielza Nascimento

Escola Mãe Hilda: território insurgente da pedagogia da ancestralidade antirracista / Aurelielza Nascimento Santos. - Salvador, 2020.

211 fls : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Gilmário Moreira Brito .Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, Campus I. 2020.

1.Educação . 2.Movimento Negro Educador . 3.Escola Mãe Hilda -Salvador(BA). 4.Ilê Axé Jitolu -Salvador (BA) . 5.Antirracismo -Racismo.

CDD: 372

## FOLHA DE APROVAÇÃO

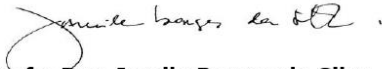
### ESCOLA MÃE HILDA: TERRITÓRIO INSURGENTE DA PEDAGOGIA DA ANCESTRALIDADE ANTIRRACISTA

### AURELIELZA NASCIMENTO SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 21 de dezembro de 2020, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



**Prof. Dr. Gilmarcio Moreira Brito**  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em História  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, Brasil



**Profa. Dra. Jamile Borges da Silva**  
Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Doutorado em Antropologia  
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil



**Prof. Dr. Raphael Rodrigues Vieira Filho**  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em História do Brasil  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil

**AURELIELZA NASCIMENTO SANTOS**

**ESCOLA MÃE HILDA: TERRITÓRIO INSURGENTE DA PEDAGOGIA DA  
ANCESTRALIDADE ANTIRRACISTA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), vinculado à Linha de Pesquisa 1, Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gilmário Moreira Brito.

**SALVADOR-BA**

**2020**

São laços bordados pela ancestralidade.  
Colcha de retalhos e amarrações.  
São estrelas e como farol guia nossos passos  
Com as bênçãos perfumadas de alfazema, alecrim e Axé.  
Às mulheres ancestrais, raízes da minha história e do  
Jitolu.  
Mãe Hilda (*in memoriam*), Matriarca do Território Jitolu.  
Mãe, minha vó, Derlinda (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

A **Deus** pelo dom da vida e pelas infinitas bênçãos no meu caminhar, sentir e respirar acompanhados pela generosidade, alegria, amor, afetos e os laços ancestrais que me compõem e me fazem ser doçura, resistência e coragem.

A **Banca Examinadora** pelas contribuições bastante significativas para a construção da pesquisa, principalmente pelas provocações e sugestões, fundamentais no campo investigativo do fazer científico. Gratidão, Profa. Dra. Jamile Borges da Silva e Prof. Dr. Raphael Vieira pela doçura e afeto que nos ensina a ter coragem, lutar, resistir, ser insurgente e antirracista.

Ao meu orientador, o **Prof. Dr.º Gilmário Moreira Brito**, pelo encontro inicial na entrevista de seleção, despertando em mim a força do território e do Axé, sobretudo da Geografia, que pulsa e oxigena minha existência. Aprendi também que a relação orientador/orientanda pode ser carregada de afeto, admiração e do diálogo intermediado pela ancestralidade.

Ao **PPGEduC** pelo trabalho desenvolvido com compromisso, responsabilidade e incentivo para a nossa formação acadêmica, científica e profissional como críticos na construção de uma sociedade emancipada, a partir do ensino, pesquisa e extensão.

Aos **funcionários** do PPGEduC, seu **Antônio Reis, Aline Araújo e Sônia Ribeiro Lima Queiroz** pelo profissionalismo e olhar acolhedor.

Às **professoras** e aos **professores** do PPGEduC pela atuação de docentes pesquisadoras e pesquisadores insurgentes, que nos ensinam a transgredir e ousar, inspirada na pedagogia freiriana como fomento da educação para a prática da liberdade. A querida Profa. Dra. Delcele Queiroz Mascarenhas por ser fonte de inspiração, referência e afetividade que nos abraça e não solta a nossa mão nas lutas.

Agradeço à grande inspiração, à referência e a fonte inesgotável de criatividade potencializada pela insurgência de **Elza de Oliveira Nascimento Santos**, que nos borda com fios da amorosidade, do cuidado e da proteção, a nossa **Mainha, a Mulher Maravilha** que encoraja filhas, filhos, netas e netos a se atreverem e ir sempre à luta. E nesse núcleo familiar que a

gratidão também tem outra dimensão e é ancestral, com o amor espiritual de meu pai, **Aurelino Barbosa Santos** (*In memoriam*).

As minhas irmãs e irmãos, **Ludjana, Luciana, Liliana, Lúcio, Lívio, Roque e Thamyres** por pertencer a vocês e vocês a mim, “eu me sustento com o amor da minha família”, e de modo todo especial a minha irmã, **Luciana Nascimento dos Santos**, nossa Mana, a bússola, o alicerce que nos orienta e que caminha de mãos dadas fazendo a ciranda da alteridade e revolução.

A **Jamyne, Noemy, Livia, Alynne, Tawan, Miguel, Bruno Henrique, Guilherme, Marcos Filipe e Cecília**, sobrinhas (os) e afilhada pelo amor, carinho e torcida para a conclusão dessa pesquisa.

A minha tia **Hilda e Lourianne** pelo incentivo e amor multiplicado em afetos diários.

À amiga de infância, da luta pela inclusão e da acessibilidade, **Raimunda Batista**, pela inspiração, provocações de voar e não ter medo das barreiras, pois elas são transponíveis.

Às amigas dos territórios das resistências, **Maria da Paz de Jesus Rodrigues**, pela Geografia que nos aproximou e fortaleceu nossos laços, à **Patrícia de Souza** que me inspira a abraçar a fé e ver um mundo, saboreando a vida com riqueza e beleza, à **Aline de Jesus Santos**, pelo abraço acolhedor e pelas mãos dadas, fortalecendo a nossa resistência e **Anelice Cerqueira** pelo incentivo, amizade e sororidade.

À **Catarina Valéria Lima**, a amiga e irmã que a UNEB – Campus V me presenteou, foi a partir desse encontro abençoado pelas forças da ancestralidade que aprendi a ver a potência da mulher negra e dos “mais belos dos belos”, foi esse encontro que fortaleceu esse laço de pertencimento ao Curuzu e a realização dessa pesquisa.

Às amigas **Andrea Milo, Márcia Lima Brito, Maria Aparecida e Jacira**, mulheres cheias de Axé, das quais, nessa caminhada da pesquisa, diariamente recebi as bênçãos perfumadas de alecrim e as orações com as forças dos Orixás.

À família do Colégio Estadual Ypiranga, à querida diretora **Rosa do Amparo Cunha** pelo incentivo e apoio durante a minha caminhada rumo ao mestrado, à amiga **Dores Margarete Assunção** que me abraçou nesse desafio, aos colegas **Francisco Mota, Denise e Celuta** que festejaram essa conquista e também aos meus alunos inesquecíveis e amigos que celebraram essa vitória, **Bruno Oliveira, Tauana Canato, Marcele Falke e Luis Carlos Correia**, que vocês ocupem as universidades e sejam inspiração para outros jovens.

Ao grande amigo, **Zulmiro de Castro**, companheiro de luta/das lutas, da resistência e da Geografia que pulsa e oxigena a nossa coragem e a nossa esperança por dias melhores na construção de mundo em prol da igualdade, do direito e do respeito.

À **Família Ilê Aiyê**, dona **Dete Lima**, intelectualidade, inspiração, beleza e resistência. São as mãos talentosas que transformam mulheres negras em rainhas e seus ensinamentos que nos inspiram a fortalecer a luta antirracista.

À Tia Deli, **Hidelice dos Santos**, pelas bênçãos de Oxalá durante todo o percurso da pesquisa, os ensinamentos e a experiência vividas com o corpo inteiro e usando todos os sentidos na promoção da educação no terreiro como ação potente para transformar vidas.

Ao **Antônio Carlos dos Santos**, Vovô do Ilê e **Vivaldo dos Santos**, pelo apoio e contribuições significativas para conhecer a história de Mãe Hilda, que nos motiva a admirar a força da Mãe Preta do Ilê Aiyê e também como a luta negra é permanente pelas inúmeras contribuições do movimento negro educador, que é o Ilê Aiyê.

À **Valéria Lima** por ser referência na luta negra, me abraçar nesse desafio da pesquisa com leveza e com o sorriso negro.

Às Deusas do Ébano, **Maria de Lourdes Santos Cruz, Tia Mirinha e Daiana Ribeiro** pela inspiração, pelos ensinamentos, a importância da beleza e da autoestima da mulher negra.

Às professoras da Escola Mãe Hilda, **Iana Marucha, Jéssica Leticia Silva, Lucidalva Lima Pinheiro, Tairine Maria Santana, Simone Mota Ferreira e Sheila Ferreira** por educarem com amorosidade, semear saberes ancestrais e pelas contribuições tão significativas na construção do meu trabalho.

A **Raimundo Sousa dos Santos, Mundão**, pela genialidade de produzir a digital do Ilê Aiyê em estampas, pelo diálogo, pelas trocas de saberes e a generosidade de produzir a capa da minha dissertação com tanta riqueza e beleza.

A **Jaguaraci Cruz , Vera Guerreira e Viviane** (In memoriam), funcionárias da Escola Mãe Hilda e do Ilê Aiyê, que também contribuíram para a realização do meu trabalho.

Aos estudantes, mães e funcionários da Escola Mãe Hilda, que são a escola viva Mãe Hilda para a realização desse trabalho, gratidão.

Aos amigos e amigas **José Jackson Andrade, Gustavo Reis Araújo, Lya Assis, Jam, Jeruza e Elaine** pela colaboração, diálogos e o incentivo na construção da pesquisa.

Á **Joelma Tosta, amiga e irmã que o mestrado me deu , Jaqueline Maria de Santana, Gicélia Cruz, Gersania Alexandrina Conceição, Ana Carla Souza, Tatiane Pereira, Edimar Santos, Marcelo Arouca** e os demais colegas da Linha 1 do PPGEduC da turma 2018 que, de mãos dadas, fizemos a ciranda da alteridade, corpo, voz e insurgências nas pesquisas.

Aos melhores presidentes do Brasil, o nordestino, metalúrgico e filho de dona Lindú, Luiz Inácio Lula da Silva e à Dilma Rousseff, coração valente, mulher forte, a nossa primeira presidenta. Gratidão pela valorização das políticas afirmativas, da abertura de universidades e dos programas de pesquisas, sou fruto do Brasil Afroatitude.

A todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a realização dessa pesquisa.

## **MULHER PRETA**

Luciana Nascimento dos Santos

Ela é mulher preta, preta, preta,

Ela é mulher preta, preta, preta

A beleza deusa

Ouro de Oxum

Foi o ventre da África,

Preta, preta, preta

Que te esculpiu

De água doce

No balanço do rio

Olhos cor da noite

Opalas pretas,

Pretas, pretas, pretas

Enxergam no breu

O que ninguém viu

Sua pele preta,

Brilha, brilha, brilha,

Sua pele brilha,

Preta, preta, preta

Brilho de estrela

Macia, seda

SANTOS, A.N. **Escola Mãe Hilda: território insurgente da pedagogia da ancestralidade antirracista.** (Dissertação) Mestrado em Educação e Contemporaneidade na Linha de Pesquisa I: Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural da Universidade do Estado da Bahia. 211f. Salvador, BA, 2020.

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta reflexões no campo da Educação, a partir da contemporaneidade, e versa diálogos com a Geografia de acordo com as insurgências que potencializam o território que se configura na construção do Território Jitolu, no Curuzu/Liberdade, no município de Salvador – BA. O lócus da pesquisa é a Escola Mãe Hilda, materializada pelas forças ancestrais do Terreiro Ilê Axé Jitolu para a atuação da educação como prática da liberdade e das ações afirmativas, tendo como prioridade as lutas insurgentes do movimento negro educador atuante nesse quilombo da resistência, onde as sementes foram lançadas no solo fértil do Curuzu e onde nasceu a árvore frondosa semeada sobre as bênçãos do Axé pela Yalorixá Mãe Hilda Jitolu, que abriu as portas do Terreiro Ilê Axé Jitolu para apoiar o Bloco Ilê Aiyê e também a realização de um sonho – a construção da escola. Assim, essa dissertação analisa como a Escola Mãe Hilda, ancorada na pedagogia da ancestralidade antirracista e dos dispositivos pedagógicos, potencializa o fazer pedagógico através das insurgências para o enfrentamento do racismo estrutural e consolida suas práticas pautadas nas relações étnico-raciais e de forças ancestrais que reverberam e valorizam o legado africano e da diáspora. Esses processos civilizatórios salvaguardam a diversidade, a alteridade, a diferença e a pluralidade cultural que se materializam na Escola Mãe Hilda de acordo com o que postula a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08. A metodologia utilizada nesse estudo tem como base a análise dos dados qualitativos, de inspiração etnográfica, a partir da investigação da atuação política e combativa do Ilê Aiyê e de suas práticas pedagógicas de valorização da educação para as relações ético-raciais, pautadas nas ações realizadas na Escola Mãe Hilda. Através das narrativas do movimento educador, o Ilê Aiyê e as vozes das intelectuais negras consolidam a pedagogia da ancestralidade antirracista alicerçados em dispositivos pedagógicos. Concluímos que é necessário tecer olhares críticos, bem como reconhecer a atuação pioneira do movimento negro educador e da prática pedagógica da Escola Mãe Hilda, entrelaçados pela tríade terreiro, bloco e escola, para a promoção da educação como mobilidade social ancorada no legado da ancestralidade africana e afro-brasileiros na diáspora na atuação antirracista.

**Palavras-chave:** Educação. Movimento Negro Educador. Pedagogia da ancestralidade antirracista. Dispositivos pedagógicos.

SANTOS, A.N. **Mãe Hilda's School: insurgent territory of the pedagogy of anti-racist ancestry.** (Dissertation) Master in Education and Contemporary – in Research Line I: Civilizing Processes: Education, Memory and Cultural Plurality at the State University of Bahia. 211p. Salvador, BA, 2020.

### ABSTRACT

This research presents reflections in the field of Education, from the contemporary, and articulations with Geography from the revolts that value the territory that is configured in the construction of the Jitolu Territory in Curuzu - Liberdade, in the city of Salvador - Bahia-Brazil. The locus of the research is the “Mãe Hilda” school, held by the ancestral forces of the “Terreiro Ilê Axé Jitolu” to transform education into an act of freedom and affirmative actions, prioritizing the insurgent battles of the black educational movement, active in this resistance quilombo, where the seeds were sown in the fertile soil of Curuzu and the leafy tree sown in the blessings of Axé was born by Yalorixá Mãe Hilda Jitolu, who opened the doors of Terreiro Ilê Axé Jitolu to support Ilê Aiyê (an important carnival block) and also the making a dream come true - building the school. Thus, the present thesis analyzes how this school "Mãe Hilda", with the pedagogy of anti-racist ancestry and pedagogical devices, strengthened the pedagogical practice through insurgencies to face structural racism and consolidated its practices anchored in ethnic-racial relations and in the ancestral forces that reverberate and value the African and Diaspora legacy. These civilizing processes protect the diversity, otherness, difference and cultural plurality that materialize at school, in accordance with Laws 10.639 / 03 and 11.645 / 08. In this study, a qualitative analysis of the data of ethnographic inspiration was carried out, based on Ilê Aiyê's political and combative performance and his pedagogical practices for valuing education for ethical-racial relations based on the actions carried out at the "Mãe Hilda" school. Evaluating narratives of the educational movement, Ilê Aiyê and black female intellectual voices, the pedagogy of anti-racist ancestry was consolidated, based on pedagogical devices. We conclude that it is necessary to create critical perspectives, as well as to recognize the pioneering performance of the black educator movement and the pedagogical practice of the “Mãe Hilda” school, articulated by the “terreiro” triad, carnival block and school, to promote education as social mobility, anchored in the legacy of African and Afro-Brazilian ancestry, in the diaspora of anti-racist actions.

**Keywords:** Education. Black Movement. Pedagogy. Anti-racist ancestry. Pedagogical devices.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – O chão onde são traçados os caminhos para a “Liberdade” .....	36
<b>Figura 2</b> – Mapa dos Bairros da Liberdade/Curuzu – Salvador/BA.....	38
<b>Figura 3</b> – Percentual da população por cor/raça .....	40
<b>Figura 4</b> – Caminhos Curuzu/Liberdade.....	45
<b>Figura 5</b> – Ladeira do Curuzu.....	46
<b>Figura 6</b> – Ladeira do Curuzu.....	46
<b>Figura 7</b> – Vista do Curuzu a partir da Senzala do Barro Preto .....	48
<b>Figura 8</b> – Rendimento por responsável domiciliar.....	50
<b>Figura 9</b> – Poesia social .....	51
<b>Figura 10</b> – Terreiro Ilê Aiyê Jitolu .....	53
<b>Figura 11</b> – Gratidão Ilê Aiyê.....	57
<b>Figura 12</b> –Metodologias que dialogam com os corpos negros .....	64
<b>Figura 13</b> - O charme da Liberdade.....	68
<b>Figura 14</b> - Nota destoante .....	69
<b>Figura 15</b> -Bancada localizada na Senzala do Barro Preto .....	74
<b>Figura 16</b> - Mãe Preta do Ilê Aiyê .....	76
<b>Figura 17</b> - Homenagem à Mãe Preta .....	77
<b>Figura 18</b> - Mãe Maior, inspiração a senhora dos Ilês .....	79
<b>Figura 19</b> -Guardião do quilombo da resistência e beleza .....	81
<b>Figura 20</b> - Festa Mãe Preta 2015 .....	84
<b>Figura 21</b> - Desenho de colorir .....	85
<b>Figura 22</b> - Colorindo a Mãe Preta .....	85
<b>Figura 23</b> - Homenagem à Mãe Preta 2019.....	87
<b>Figura 24</b> - Painel alusivo à Mãe Preta do Ilê 2019 .....	87
<b>Figura 25</b> - Um Terreiro de Candomblé é uma casa de educação .....	90
<b>Figura 26</b> - Escola Mãe Hilda de saberes ancestrais .....	95
<b>Figura 27</b> -O Terreiro Ilê Axé Jitolu: casa de ensinamentos de educação .....	97
<b>Figura 28</b> - O terreiro escola para a construção da cidadania .....	100
<b>Figura 29</b> - Escola Mãe Hilda de saberes ancestrais .....	103
<b>Figura 30</b> - Mais um sonho realizado .....	104

<b>Figura 31</b> - Símbolo Mãe Hilda .....	108
<b>Figura 32</b> - As bênçãos da Yalorixá Hilda Jitolu, presente! .....	109
<b>Figura 33</b> - Caminhos abertos no Jitolu.....	110
<b>Figura 34</b> - Escola Mãe Hilda: aponta horizontes .....	110
<b>Figura 35</b> - Dete Lima "Tudo aprende, tudo ensina" .....	118
<b>Figura 36</b> - Memórias das ações pedagógicas .....	140
<b>Figura 37</b> - O sonho concretizado .....	152
<b>Figura 38</b> - A escrita de um sonho .....	153
<b>Figura 39</b> - Intelectuais negras do Ilê Aiyê .....	159
<b>Figura 40</b> - Intelectuais negras do Ilê Aiyê .....	159
<b>Figura 41</b> - Intelectuais negras do Ilê Aiyê .....	159
<b>Figura 42</b> - Cadernos de Educação do PEP .....	163
<b>Figura 43</b> - Cadernos de Educação .....	165
<b>Figura 44</b> - Estampas que narram histórias .....	170
<b>Figura 45</b> - As cores do "mais belo dos belos" .....	173
<b>Figura 46</b> - O negro e o poder .....	175
<b>Figura 47</b> - Recôncavo baiano território da resistência .....	176

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1</b> – Ações educativas ancoradas nas relações étnico-raciais.....	141
<b>QUADRO 2</b> – Cadernos de Educação do Ilê Aiyê.....	167

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAC	Associação dos Morados e Amigos do Curuzu
BA	Bahia
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFORMS	Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
MNU	Movimento Negro Unificado
PEP	Projeto de Extensão Pedagógico
PPGEduC	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
PPP	Projeto Político-Pedagógico
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
SEPPIR	Secretaria Especial de Promoção da Igualdade

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>2 CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A “LIBERDADE” E O ENCONTRO COM O CURUZU</b> .....	32
2.1 CONSTRUINDO O CAMINHO DE POSSIBILIDADE ATRAVÉS DE UMA EDUCAÇÃO DE LUTAS.....	35
2.2 BAIRRO DA LIBERDADE: TERRITÓRIO DA RESISTÊNCIA DO POVO NEGRO..	37
2.3 A RUA, A LADEIRA E O TERRITÓRIO JITOLU: CURUZU, O LUGAR DESSA HISTÓRIA .....	45
<b>3 “O MAIS BELO DOS BELOS”: AÇÕES EDUCATIVAS PARA A VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRA</b> .....	54
3.1 AH, SE NÃO FOSSE O ILÊ: 46 ANOS DO ILÊ AIYÊ DE AÇÕES AFIRMATIVAS ..	57
3.2 PROJETO DE EXTENSÃO PEDAGÓGICO DO ILÊ AIYÊ: SOB AS BÊNÇÃOS DE MÃE HILDA.....	64
3.3 A IMPORTÂNCIA DO ILÊ AIYÊ PARA O ENFRENTAMENTO DO RACISMO .....	68
3.4 O ILÊ AIYÊ E A VALORIZAÇÃO DA MÃE PRETA: SALVE, SALVE MÃE HILDA E TODAS AS MULHERES PRETAS.....	75
<b>4 ESCOLA MÃE HILDA: TERRITÓRIO DA PEDAGOGIA DA ANCESTRALIDADE ANTIRRACISTA</b> .....	88
4.1 O TERREIRO ILÊ AXÉ JITOLU: ESCOLA QUE EDUCA PARA A LIBERDADE ....	90
4.2 ESCOLA MÃE HILDA: SEMEANDO SABERES ANCESTRAIS EM AÇÕES EDUCATIVAS .....	103
4.3 AÇÕES EDUCATIVAS ANCORADAS NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: QUE PEDAGOGIA É ESSA? .....	111
<b>5 DISPOSITIVOS PEDAGÓGICOS: INSTRUMENTOS PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA</b> .....	142
5.1 INTELECTUAIS NEGRAS E A PRODUÇÃO DO SABER CIENTÍFICO ANTIRRACISTA .....	154
5.2 CADERNOS DE EDUCAÇÃO DO ILÊ AIYÊ: CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA “AFRO CIÊNCIA” COMO PRÁTICA DA LIBERDADE .....	162
5.3 TECIDOS QUE NARRAM HISTÓRIAS AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA.....	169
5.4 MÚSICAS DO ILÊ AIYÊ: TAMBORES DA LIBERDADE.....	177
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	182
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	186
<b>ANEXOS</b> .....	197

## 1 INTRODUÇÃO

O século XXI despontou num cenário marcado pelo aumento das incertezas, antagonismos e ambiguidades, ratificados nas ações e nos discursos, pela reconfiguração dos conceitos e concepções de tempo, espaço e território, construídos à luz das turbulências engendradas pelas contradições, as quais caracterizam um contexto sócio-político-cultural complexo e também muito fluído, por endossar questionamentos acerca de conceitos e narrativas universalizantes, da unilateralidade da cultura hegemônica e da histórica única, seletiva e, conseqüentemente, excludente.

Ademais, no contexto da contemporaneidade, caminhos são abertos para novos processos civilizatórios que salvaguardam a diversidade, a alteridade, a diferença, a equidade, a pluralidade cultural, e são importantes para fazerem emergir as vozes das minorias sociais a partir de inúmeras formas de engajamento. Esse contexto também está emoldurado num cenário marcado por múltiplas e variadas transformações, processadas em diferentes direções e em variados setores da estrutura da sociedade contemporânea, a saber: da política, da cultura, das instituições, dos princípios e valores que ancoram as atitudes, bem como a forma de pensar o mundo e seus sujeitos.

Desse modo, os questionamentos sobre a ordem das coisas, a relação entre os sujeitos e o mundo, o sentido e o significado do conhecimento e da informação, as transformações técnico-científico-informacionais e os distanciamentos e aproximações entre o local e o global se avolumam e abrem possibilidades para a construção de outras problematizações que poderão fomentar o protagonismo dos sujeitos, a valorização das suas histórias e narrativas, antes invisibilizadas na história e discurso oficiais que apresentaram como “verdade” a existência de uma única história (ADICHIE 2010). Portanto, histórias importam! As histórias que reconhecem as múltiplas formas de ser e de estar no mundo podem capacitar, humanizar e reparar a dignidade perdida daqueles expropriados da cidadania pela narrativa da história oficial hegemônica.

Essa configuração da sociedade contemporânea também atualiza suas práticas e mecanismos de controle, impondo às instituições sociais e aos seus sujeitos modos outros de pensar e agir para atender às suas demandas e necessidades. Entretanto, é salutar destacar que a passividade e/ou aceitação deliberada de tais imposições institucionais aos sujeitos não se dá de forma contemplativa, irrestrita, absoluta. A neutralidade e a imutabilidade são perspectivas improváveis. Em Freire (2005) encontramos ancoragem para tais reflexões, ao

enfatizar que o saber da história se faz de possibilidade e não de determinação. O papel dos sujeitos é indagar, buscar respostas, constatar e intervir.

Nesse contexto, é a partir de tais perspectivas que emergem debates relacionados à educação antirracista, vinculados às correlações de força e de poder entre grupos e classes sociais que questionam, denunciam e combatem as desigualdades de raça/etnia, gênero, classe e outras tantas formas de segregação. Esses debates estão presentes nos estudos de Gomes(2011), Munanga(1996), Anjos(2009), Hooks (2017), Cavalleiro (2001), Carneiro (2005), Davis (2017), Ribeiro (2019), Trindade (2000), Caputo (2012) e Adichie (2010).

Destacam-se aqui as questões étnico-raciais<sup>1</sup>, com ênfase nas ações e políticas de ações afirmativas<sup>2</sup> e seus desdobramentos, uma vez que, por longo tempo, pairou um silêncio oficial e hegemônico sobre as desigualdades raciais no Brasil, o que implicou em sua negação sob o argumento de ser o país uma democracia racial, além dos discursos sobre miscigenação. Segundo Gomes(2001), tais narrativas escamoteiam a relação entre desigualdades sociais e raciais na formação da sociedade brasileira, em um contexto no qual os argumentos e os discursos sobre desigualdade ancoravam-se, em grande medida, na luta de classes sem intersecção com raça e etnia.

Na estrutura da sociedade brasileira, a desigualdade racial assume um protagonismo que perpassa as diversas instâncias da vida social (CAVALLEIRO, 2001), que repercute no tratamento assimétrico entre negros e brancos. Nas instituições escolares, as desigualdades e discriminações raciais reverberam nas práticas pedagógicas. Por isso, há a urgência de problematizar, discutir sobre uma educação para as relações étnico-raciais, com vistas à garantia de uma escola voltada para o combate ao racismo, sob a perspectiva da igualdade racial como princípio gestado pela equidade e, conseqüentemente, a consolidação de uma sociedade antirracista.

Desse modo, pensar em uma pedagogia pautada na reeducação das relações étnico - raciais é salutar para o enfrentamento do racismo! É nesse propósito que se faz necessário destacar os processos educativos desenvolvidos pela Escola Mãe Hilda, vinculada à Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, a partir de 1988, como marco das discussões acerca do centenário da assinatura da Lei Áurea e as condições sociais, políticas, econômicas, educacionais e culturais da população negra.

---

<sup>1</sup> Referem-se às dimensões, significados e às questões que envolvem a história, a cultura, a política, a educação e a vida social dos negros e afrodescendentes (pretos e pardos) no Brasil.

<sup>2</sup> Conjunto de ações privadas e/ou políticas públicas que têm como objetivo reparar as desigualdades e os aspectos discriminatórios que impedem o acesso de pessoas pertencentes a diversos grupos sociais às mais diferentes oportunidades, aqui referindo-se à população negra.

As ações e as lutas das irmandades, movimentos de levantes e revoltas contra a escravidão como a Revolta dos Búzios, Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata, a organização de associações e de todos os movimentos de combate à opressão e flagelo social impostos à população negra marcam a história de resistência do povo negro no Brasil.

É importante enfatizar também que, no contexto de luta contra a ditadura civil-militar no Brasil, entre meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, foi observada a emergência de movimentos sociais diversos que, para além da participação nas lutas pela redemocratização do país, também apresentaram suas pautas específicas, a exemplo dos movimentos negros, que unificaram seus princípios e objetivos e culminaram com a consolidação do Movimento Negro Unificado(MNU). Esse foi também, em grande medida, o percurso realizado pela Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, que iniciou sua atuação nos campos da arte, cultura e educação em 1974.

Segundo Aranha (1996), nesse período de exceção, o estado de direito é destruído, as assembleias emudecidas com o enrijecimento do regime militar, que se encarregou de conter, violentamente, as manifestações políticas. Mesmo nesse cenário, o Ilê Aiyê iniciou suas manifestações culturais lideradas pelo movimento negro do bairro da Liberdade, no estado mais negro do Brasil, a Bahia. Nesse período, se fortaleciam as concepções e práticas de contestação do discurso oficial, que afirmava serem amistosas as questões raciais no Brasil; tal narrativa foi tão disseminada que o Brasil passou a ser reconhecido como um “paraíso racial”. Entretanto, ao analisar a história da sociedade brasileira, é possível identificar a conformação de sua estrutura racista, que vilipendia a integridade, a cidadania e os direitos da população negra brasileira. O que experimenta a população negra, na estrutura social, cultural e política é o mais ácido do racismo, pois sutil e dissimulado, como enfatiza Munanga (1996, p. 214):

Estamos num país onde certas coisas graves e importantes se praticam sem discurso, em silêncio, para não chamar a atenção e não desencadear um processo de conscientização, ao contrário do que aconteceu nos países de racismo aberto. O silêncio, o implícito, a sutileza, o velado, o paternalismo são alguns aspectos dessa ideologia.

As reflexões de Munanga (1996) apontam para o multifacetado perfil do racismo à brasileira. O silêncio, a sutileza, o velado, o implícito naturalizam de tal forma o preconceito, a discriminação racial, o racismo e formas correlatas, tornando esses elementos parte da estrutura da sociedade; por isso, muitas são as narrativas que negam a sua existência no seio da sociedade.

A negação também se constrói pela naturalização de práticas e posturas racistas, consequência do racismo estrutural, sedimentado pelo processo de reprodução de condições de subalternidade e manutenção de privilégios de um determinado grupo em detrimento de outro, motivando a desigualdade racial. Sobre essa concepção de racismo, Almeida (2018, p. 38) pontua:

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

A negação do racismo dificulta seu combate. Porém, tanto a negação do racismo quanto a estreita relação entre esse e as desigualdades flagrantes nos diversos âmbitos da sociedade, exigem a adoção de medidas e a criação de dispositivos de enfrentamento e superação do racismo. É nesse cenário de construção de uma sociedade antirracista que se dá o processo de organização do primeiro bloco afro do Brasil, Ilê Aiyê, “A Casa de Todos”, “A terra da vida”, que nasceu no Terreiro Ilê Axé Jitolu.

É nessa terra da vida, onde a casa é de todos, que a Escola Mãe Hilda, situada na Rua do Curuzu, nº 233, Curuzu/Liberdade, em Salvador, germinou como mais um território de resistência e de luta para afirmação e valorização da cultura afro-brasileira, promoção do saber na busca da liberdade, através do poder transformador da educação. A criação da escola foi o primeiro passo na organização dos projetos educacionais do Ilê Aiyê, que se configura na realização do grande desejo da Líder Espiritual Hilda Dias dos Santos. Assim, nasce a escola, “A Casa de Todos”, sob as bênçãos de Mãe Hilda Jitolu<sup>3</sup>.

Nessa perspectiva, num contexto de mudanças nas relações políticas e algumas significativas transformações, torna-se importante refletir sobre o impacto das frentes de luta para a educação escolar, bem como as luzes que também são lançadas às práticas educativas que se dão em espaço não-escolar. Portanto, cabe sublinhar que as mudanças exigidas no âmbito legal apontam desdobramentos significativos para o processo de educação para as relações étnico raciais, como política de reparação, reconhecimento e valorização da história e cultura africana e afro-brasileiras em todas as esferas da sociedade, como enfatizam as

---

<sup>3</sup>Sacerdotisa do candomblé do sexo feminino que recebe um novo nome, o de Mãe Hilda, foi Jitolu, que se refere: Ji – Aquele que acorda ou vem; To – Força, intensidade e Lu – Terra; dessa forma, o significado é “Aquele que vem com a força da terra” (LIMA, 2014, p. 37).

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Combater o racismo, trabalhar para o fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não tem o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali[...] (BRASIL, 2004, p. 14).

O combate ao racismo torna-se urgente. Portanto, faz-se mister a consolidação de pedagogias de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial - a pedagogia antirracista. Nesse cenário, como parte do reconhecimento das lutas travadas pelos movimentos negros ao longo da história, observamos que a conquista dos direitos fomentados pela Lei nº 10.639/03<sup>4</sup> foram/são significativas porque fortalecem e ampliam as discussões para o oferecimento de uma educação para a diversidade e a pluralidade cultural, capaz de ressignificar diversas abordagens civilizatórias que estiveram em voga na história das relações sociais da população brasileira.

No processo de desdobramento e aplicação dos dispositivos da referida lei, foi possível levar em consideração conhecimentos e valores que objetivaram gerar novas ações educacionais de reparação para a população afrobrasileira, historicamente colocada à margem da inclusão. Nessa perspectiva, a escola tem papel preponderante, pois a apropriação, pelos sujeitos, dos saberes e conhecimentos formais produzidos pela humanidade poderá ampliar as possibilidades de colocá-los no exercício pleno da cidadania. Além dessa importante função, é necessário destacar que a escola nem sempre esteve voltada às mudanças, mas propícia à reprodução da dominação cultural (BOURDIEU, 2004) dos discursos e das assimetrias que marcam, de forma contundente, as relações sociais. Sobre a educação e suas práticas, Brandão (2006, p. 10) sublinha que “ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos”.

É possível compreender que a escola, ao longo da sua história, tem servido aos propósitos dos grupos raciais e das classes hegemônicas, contribuindo sobremaneira para o aumento das desigualdades. Entretanto, é possível definir e conquistar novas diretrizes, novas

---

<sup>4</sup>A Lei nº 10.639, uma medida de ação afirmativa, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, torna obrigatória a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos das instituições de ensino públicas e privadas da educação básica. Em 2008, teve alteração para a Lei nº 11.645 e a inclusão da história e da cultura dos povos indígenas. Para a base dessa pesquisa, usaremos a Lei nº 10.639 devido à trajetória de luta dos negros em prol da reparação e igualdade de direitos.

práticas e outro modo de experienciar a educação, a partir da consolidação de uma educação antirracista, livre e comprometida com a equidade entre os sujeitos. Portanto, de acordo com Brandão (2006, p. 10) “a educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida[...]”.

A concepção de educação livre apresentada por Brandão (2006) representou, e ainda representa, o eixo condutor para muitos sujeitos que acreditam na educação como um significativo espaço de construção e exercício da liberdade, constituindo-se, sobremaneira,

[...] um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo (BRASIL, 2005).

Com base nessa perspectiva, o Movimento Negro Brasileiro se apropriou da educação formal, como instrumento de inclusão e cidadania, de formação e de valorização da cultura ancestral africana e afrobrasileira. Ademais, é significativo pontuar as experiências educacionais de dois terreiros localizados em Salvador-BA: Ilê Axé Opô Afonjá<sup>5</sup>, através da Escola Municipal Eugênia Anna, e o Ilê Axé Jitolu - Ilê Aiyê<sup>6</sup>, com a Escola Mãe Hilda, sobre a qual essa proposta de pesquisa se estrutura, com ênfase nas contribuições no campo do conhecimento que articulam a imaterialidade, o saber ancestral e o fazer pedagógico da educação escolar, orientada pela valorização cultural africana/afrobrasileira, com vistas à inclusão e ao enfrentamento do racismo.

É possível que, seguindo essa perspectiva, a Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê Ilê tenha organizado as condições materiais e pedagógicas para assumir o desafio de gerir/administrar/conduzir a educação escolar para estudantes que mantinham vínculos com o terreiro, o bairro da Liberdade, a rua do Curuzu e seu entorno.

Assim, se faz necessário sublinhar que, embora o contexto onde as primeiras ações educativas foram implementadas fosse desfavorável à população negra porque tinha que lidar com os valores e ações segregacionistas estruturantes da sociedade brasileira, enfrentava

---

<sup>5</sup>Terreiro de candomblé fundado em 1910, no bairro de São Gonçalo do Retiro. Ilê Axé Opô Afonjá, que em português significa: Casa da Força sustentada por Xangô.

<sup>6</sup>O Terreiro Ilê Axé Jitolu foi fundado em 1952, no bairro da Liberdade, na Rua do Curuzu. Ilê Axé significa “Casa Grande” e Jitolu, “Aquele que vem com a força da terra”.

também as restrições impostas pelo regime ditatorial. Diante desse duplo desafio, o Ilê Aiyê vai na contramão desse processo, pois, além de bloco carnavalesco que se impunha politicamente no combate ao racismo, são fomentadas outras práticas de resistência através da formação intelectual dos sujeitos.

Aqui, destacam-se também as inestimáveis contribuições das mulheres que, através das atuações do Ilê Aiyê no Curuzu e na Liberdade, na capital baiana, promovem reverberações das lutas e resistências na afirmação da identidade negra, da valorização do saber ancestral, da apropriação do conhecimento formal e da equidade racial. Assim, a partir da Senzala do Barro Preto-sede do bloco, a Associação Cultural Ilê Aiyê, surgem outras ações de resistência e de luta em prol da liberdade e do fortalecimento da emancipação através da educação. Com base nessa compreensão, organiza-se a Escola Mãe Hilda, palco da construção da história da educação do povo de santo no bairro da Liberdade. Ao falar da Escola Mãe Hilda, é necessário reconhecer a importância do Terreiro Ilê Axé Jitolu, do Ilê Aiyê e das significativas contribuições das mulheres intelectuais do Ilê Aiyê que são exaltadas e reconhecidas como flechas da evolução<sup>7</sup>.

Considerando a história e as bandeiras de luta, é possível compreender que o Ilê Aiyê não se constitui apenas com o intuito de ser uma agremiação carnavalesca que se expressa como manifestação cultural, afirmando-se na força dos tambores e reverberação percursiva dos seus ritmos e das cores vibrantes. Além da legitimidade, é importante destacar os significados das referidas manifestações para a preservação, valorização e expansão da cultura afrobrasileira, bem como do fortalecimento da autoestima e identidade negras ancoradas no conhecimento da história e no legado dos valores civilizatórios que sedimentam os seus objetivos e princípios norteadores.

De acordo com Mattos (2003), é importante pensar a historicidade dos valores civilizatórios afrobrasileiros como forma de aumentar a sua eficácia no sentido daquilo que definirmos como nossas principais demandas de ordem política, cultural, racial, contribuindo para um processo de edificação, de uma cultura política afro-descendente. É nessa perspectiva que o Ilê Aiyê se sedimenta. As suas ações ampliam-se, através de projetos sociais, como a Escola Mãe Hilda, a Escola de Percussão, Canto, Dança e Cidadania Band'Erê, o Projeto de Extensão Pedagógico, a Escola Profissionalizante e o Projeto Dandarê<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup>Reconhecimento do Ilê Aiyê às mulheres com a frase escrita na Senzala do Barro Preto – No Ilê Aiyê, a mulher é a flecha da evolução.

<sup>8</sup> Projeto voltado para a terceira idade; suas atividades se iniciaram a partir de 2006. Também foi uma das ações sociais idealizada por Mãe Hilda Jitolu, que o Ilê Aiyê é o mantenedor.

A presente pesquisa objetivou conhecer a pedagogia que nasce na Escola Mãe Hilda e as suas práticas pedagógicas ao longo desses 32 anos; assim, fazendo-se necessário compreender a seguinte questão: Como a Escola Mãe Hilda, através das ações insurgentes do Território Jitulu, reverbera práticas ancestrais, antirracistas e se apropria de dispositivos pedagógicos?

Vale ressaltar que a Escola Mãe Hilda, nome da instituição de ensino localizada na Senzala do Barro Preto<sup>9</sup> no Curuzu, foi idealizada e fundada por Hilda Dias dos Santos, Mãe Hilda Jitolu, Yalorixá do Terreiro Ilê Axé Jitolu. A referida instituição iniciou suas atividades pedagógicas como uma escola voltada para a alfabetização de crianças, em 1988, no barracão de festas sagradas do Terreiro Ilê Axé de Jitolu, como uma atividade extra-escolar, uma “banca”, que tinha como objetivo oferecer reforço escolar para algumas crianças da Rua do Curuzu que apresentavam dificuldades de aprendizagem.

Através dessa prática, da Escola Mãe Hilda, no Terreiro Jitolu, surgiu a inspiração para a criação da série de Cadernos Pedagógicos de Educação como instrumento para o exercício da pedagogia que nasce nesse território, que vão além dos aspectos formais da aquisição da leitura e da escrita, pois contemplavam os elementos formativos da cultura, da história e da religiosidade de matriz africana, considerando que as crianças que frequentavam a escola mantinham vivências com o território religioso dessa matriz, onde conviviam e convivem tanto com ensinamentos de história, quanto aprendiam a respeitar os ritos sagrados do candomblé.

Mãe Hilda, através dos seus ensinamentos dizia que o terreiro de “candomblé sempre foi casa de ensinamentos”(OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018, p. 18), também podia incorporar um espaço de educação formal (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 2009), no sentido de que, no lugar<sup>10</sup> sagrado, também se educa e aprende a ler e escrever. Desse modo, buscou equipar o espaço para atender os alunos da comunidade, não mais em atividade de reforço escolar, mas como unidade escolar, com duas professoras e uma classe multisseriada, no ano de 1995. As atividades pedagógicas foram iniciadas no barracão das festas sagradas do seu terreiro, pois Mãe Hilda acreditava e afirmava que um Terreiro de Candomblé é uma escola, onde os iniciados aprendem a conviver na irmandade e solidariedade (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 2009).

---

<sup>9</sup>Sede do Bloco Ilê Aiyê, inaugurada em novembro de 2003.

<sup>10</sup> De acordo com o pensamento de Carlos (2007, p. 17), o conceito de lugar, refere-se “[...] a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. [...] As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo”.

Na Escola Mãe Hilda não se ensina a religião, nem se formam adeptos do Candomblé, mas os alunos aprendem, através das atividades pedagógicas, dos cadernos de educação, saberes ancestrais sobre os orixás, suas comidas, lendas e histórias, bem como as músicas do Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, o canto, a capoeira e a arte, a simbologia das estampas dos tecidos que narram histórias e dão origem às vestes usadas por crianças, mulheres e homens em momentos solenes, sendo utilizadas em outras práticas educativas da escola.

Como parte do processo de ampliação das ações do Ilê Aiyê, em 1992 foi criada a Escola de Percussão, Canto, Dança e Cidadania Band'Erê, dedicada às crianças da Escola Mãe Hilda e aos adolescentes do Curuzu, dos bairros da Liberdade, Pero Vaz, Lapinha, Soledade, Fazenda Grande do Retiro, Uruguai, entre outros do entorno da Liberdade.

Além dos aspectos abordados acerca do objeto dessa investigação, é importante ressaltar, para contextualizar essa pesquisa, que o interesse para o desenvolvimento desse trabalho se deu a partir das atividades desenvolvidas durante a minha gestão na Diretoria de Promoção da Igualdade, na cidade de Amélia Rodrigues-BA, entre os anos de 2009 e 2010, devido às atividades realizadas com a comunidade acerca das questões raciais, entre elas, as oficinas sobre as relações étnico- raciais, a aplicabilidade da Lei 10.639/03, a I Conferência da Igualdade Racial e atividade de campo na Escola Mãe Hilda para coordenadoras pedagógicas das escolas daquele município.

Outros motivos relevantes referem-se a minha formação acadêmica pela Universidade do Estado da Bahia – Campus V, em Licenciatura em Geografia, na condição de cotista. Durante a graduação, fui bolsista do Programa Brasil Afroatitude, no qual desenvolvi pesquisa de relevância social acerca das ações afirmativas, direitos humanos e combate ao HIV/AIDS, fatores essenciais para a minha prática docente. Também chamou a minha atenção os silenciamentos e ações pontuais quanto ao cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08, nas unidades de ensino nas quais trabalhei entre 2013 a 2017. Nesse percurso de formação e atuação profissional, as relações étnico-raciais começaram a ganhar relevância na minha trajetória, na qual muitos questionamentos sobre o racismo, a discriminação e o preconceito racial, seus desdobramentos e impactos para os negros e negras, foram suscitados. Nessa direção, outras reflexões foram emergindo no sentido de conhecer e compreender as ações e atitudes que contrapunham o racismo, o preconceito e as desigualdades raciais. Além disso, nasceu o desejo de aprofundar o conhecimento sobre tais questões através do estudo da Escola Mãe Hilda, a partir da referência do Ilê Aiyê.

Nesse sentido, também é preciso destacar o contexto político do nosso país no qual, durante os anos de 2003 a 2014, o Estado dialogava com o Movimento Negro Unificado e

algumas ações relevantes e significativas sobre as questões étnico-raciais passaram a fazer parte das pautas e de ações desse governo, como as políticas de ações afirmativas, a implantação do sistema de cotas nas universidades públicas, a aprovação das Leis nº 10.639/03 e a nº 11.645/08, como também a valorização da Fundação Palmares e o espaço de diálogo com as lutas negras com a implantação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade (SEPPIR). Em 2016, fomos submetidos ao impacto de um golpe parlamentar que retira a Presidenta Dilma Rousseff do poder e o país passa a sofrer com os desmontes das políticas públicas voltadas para a promoção e equidade da população negra, e o Ilê Aiyê também sente os impactos desse momento ao perder a parceria e contribuições de alguns órgãos de governo com os financiamentos dos projetos educacionais, profissionalizantes e a manutenção das atividades socioeducacionais.

Logo, nessa dissertação, interessou compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas pela Escola Mãe Hilda ancoradas nas relações étnico-raciais e a referência que é o Ilê Aiyê, movimento negro educador, com a sua atuação política e combativa contra o racismo e as contribuições das intelectuais negras, dos cadernos de educação, os tecidos que narram história e as músicas negras do bloco, dispositivos que embasam as práticas antirracistas na formação dos sujeitos vinculados e assistidos por essa educação, que reconhece e valoriza a ancestralidade. Para tanto, alguns objetivos foram imperativos no processo dessa pesquisa, que se configuram como norteadores desse estudo por suscitar em interesse sobre a investigação acerca do legado da Escola Mãe Hilda e seu papel político no combate às desigualdades e vulnerabilidades que permeiam os sujeitos e suas frentes de atuação, bem como os mecanismos e as estratégias utilizadas para esses enfrentamentos. Estes elementos nos fazem compreender que esse legado deve ser estudado.

No intuito de responder a questão problematizadora dessa dissertação, o presente trabalho de pesquisa pauta-se nos seguintes objetivos: Analisar a importância do Território Jitolu como força insurgente e de fortalecimento do pertencimento étnico-racial; Compreender como as práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Mãe Hilda contribuem para a emancipação e o senso crítico para o enfrentamento do racismo; Identificar a importância do Bloco Ilê Aiyê na construção da resistência e do fomento à pedagogia antirracista para fortalecimento da representatividade e da autoestima; Investigar de que maneira os dispositivos pedagógicos contribuem para o fortalecimento da pedagogia da ancestralidade antirracista da Escola Mãe Hilda.

De acordo com os objetos e natureza dessa pesquisa, adotamos a metodologia de base qualitativa, de inspiração etnográfica, uma vez que o ambiente social e a compreensão, os

olhares e a interpretação dos sujeitos que o compõe são as fontes indispensáveis para tal investigação. Além disso, consideramos importante o desenvolvimento da fase exploratória para a consolidação da pesquisa bibliográfica, necessária à construção de uma base teórico-conceitual para a sustentação do diálogo e análise dos dados coletados através de entrevistas, observações diretas e a análise de documentos vinculados à trajetória dessa escola.

No âmbito dessa pesquisa qualitativa, as fontes e as técnicas de coleta de dados anteriormente citadas contribuíram significativamente para indagar de que maneira as culturas negras afro-brasileira resistiram e continuam resistindo ao longo dos séculos nesse país, ao racismo, à discriminação, às desigualdades, para a construção dos processos de identidade étnico-racial, manutenção de dimensões da memória ancestral africana e o enfrentamento do racismo, tendo a Escola Mãe Hilda como espaço/lugar dessas reflexões. Destacamos a importância da entrevista, considerando a natureza do objeto de investigação, pois “a entrevista é um processo de interação social. Os dados obtidos na entrevista derivam de uma situação interpessoal” (LIMA, 2014, p.26). Daí a importância do entendimento, da sensibilidade do entrevistador, sua compreensão de representar certos papéis e de desenvolver relações.

Ademais, a utilização de variados instrumentos e fontes para coleta de dados foi de grande relevância, uma vez que possibilita documentar, registrar e investigar as ações sociais e pedagógicas desenvolvidas pela instituição de ensino, objeto dessa pesquisa.

Nesse contexto, tão importante quanto definir as bases metodológicas de uma pesquisa qualitativa, é atentar para a postura da pesquisadora frente aos sujeitos envolvidos na investigação. De acordo com Santos (2008, p. 20), para ocupar esse espaço na pesquisa, é preciso dar atenção às múltiplas formas que o sujeito pesquisador assume para si mesmo e para os outros. Assim, não se pode impor o seu próprio mundo, mas é necessário ficarmos atentos àquilo que podem revelar os outros.

Para definir proposta metodológica e responder o problema de pesquisa, foi necessário aprofundar a base teórica, de forma que a análise dos dados constitua-se coerente e consistente, e apresente o rigor científico exigido. Portanto, a partir das categorias de análise, nos orientamos pelos seguintes aportes teóricos: as questões étnico-raciais são analisadas a partir de marcos legais, como a Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Lei 10639/03, os saberes construídos nas lutas por emancipação, através do movimento negro, o enfrentamento do racismo, como atestam Cavalleiro (2001), Gomes (2017), Munanga (2009), Silva (2005), Marchado (2006); resistência, poder e território a partir das discussões de Santos (2011), Serpa (2002); os dispositivos e o poder, à partir das

contribuições de Foucault (2000), Carneiro (2005) e Haesbaert (2004); e as reflexões pautadas no campo da educação, a partir das contribuições de Freire (2005), Brandão (2006), Trindade (2000), Hooks<sup>11</sup> (2017), Caputo (2013), Santos (1996 e 2004), Ribeiro (2019) e os Cadernos Pedagógicos.

De acordo com a investigação proposta, os conceitos centrais apresentados versam sobre as palavras-chave: educação, movimento negro educador, território, pedagogia da ancestralidade antirracista e dispositivos pedagógicos – que são fundamentadas a partir das discussões de alguns autores supracitados, que serão apresentadas ao longo das seções que compõem essa dissertação, como informaremos a seguir.

Essa pesquisa está estruturada em cinco partes; ao longo dela, são apresentados os aportes teóricos e empíricos, fontes, dados e informações. Nessa **primeira parte**, a introdução, apresento o encontro com o objeto, os objetivos, os problemas da pesquisa, breve anúncio metodológico e algumas reflexões para contextualizar o objeto de estudo.

Na **segunda seção**, intitulada **CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A “LIBERDADE” E O ENCONTRO COM O CURUZU**, defini o espaço do encontro com o objeto da pesquisa, bem como as narrativas que abordam o encontro com o território negro da Liberdade/Curuzu, aqui apresentado com o Território Jitolu, de forças insurgentes, o território fincado pelas forças ancestrais de produção/afirmação da cultura, da arte, da educação plural e da resistência.

Na **terceira seção**, **AÇÕES EDUCATIVAS DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ÉTNICO-RACIAL: O MAIS BELO DOS BELOS**, foram abordados aspectos da história e das lutas travadas pelo Ilê Aiyê no combate ao racismo e as suas formas correlatas, bem como seu papel de movimento negro educador, através da implementação de ações educativas voltadas para a valorização da cultura africana e afro-brasileira, o legado Mãe Hilda, a Mãe Preta do Ilê Aiyê, a matriarca da família Ilê Aiyê, para a história da educação no Curuzu e na Liberdade.

A **quarta seção**, intitulada **ESCOLA MÃE HILDA: TERRITÓRIO DE CULTURAS ANCESTRAIS, RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO DO RACISMO**, foi o campo de colheita de sementes, flores e frutos dessa pesquisa, onde foram apresentadas reflexões acerca da importância da educação da população negra, do movimento negro educador e a sua trajetória/importância/relevância para a educação na Liberdade e no Curuzu,

---

<sup>11</sup>Bell Hooks é o pseudônimo da escritora, educadora, feminista e ativista social estadunidense Gloria Jean Watkins, nascida em 1952, na cidade de Hopkinsville, Kentucky. Disponível em: <<https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/bell-hooks-1372>> Acesso em 13/01/2020.

com destaque para o surgimento da Escola Mãe Hilda e da pedagogia da ancestralidade antirracista.

Na **quinta seção**, **DISPOSITIVOS PEDAGÓGICOS: INSTRUMENTOS PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA** apresentamos os dispositivos pedagógicos que alicerçam as práticas pedagógicas da Escola Mãe Hilda no enfrentamento do racismo e na promoção da educação antirracista. São potências pedagógicas e aportes tecnológicos ancestrais, construídos pela intelectualidade, resistência, política e as estratégias fomentadas pelo povo negro a partir de apropriações diaspóricas na produção de pedagogias que incorporam evidências da ancestralidade para uma atuação nas relações sociais, como enfrentamento das práticas racistas que estruturam a sociedade.

Na **sexta seção**, apresentamos as **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, destacando a problematização da pedagogia da ancestralidade antirracista construída a partir da insurgência do Território Jitolu, onde nasce a Escola Mãe Hilda, um patrimônio do Curuzu/ Liberdade e da cidade de Salvador, é a escola que abraça, acolhe para a formação de sujeitos com princípios da equidade e da dignidade, através da educação como prática da coexistência, da liberdade e da luta antirracista.

## **2 CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A “LIBERDADE” E O ENCONTRO COM O CURUZU**

Nessa parte da pesquisa, descreve-se os caminhos percorridos até o encontro com o objeto da pesquisa e apresenta-se os percursos da trajetória acadêmica e profissional, marcada por lutas e conquistas para que o sonho de ingressar no PPGEduc se tornasse realidade.

A minha trajetória acadêmica perpassa por diferentes territórios e lugares outros vividos e experienciados, tão significativos e importantes para me reconhecer como mulher negra e compreender como somos resistência diante de uma sociedade que ainda é marcada pelas estruturas do racismo, do preconceito e das discriminações. Esse percurso é feito numa caminhada cheia de encontros, descobertas, espantos, dúvidas, questionamentos e aprendizados.

Na esteira da ressignificação do sujeito que me tornei, foi muito importante a construção de pertencimento, dialogando com o espaço, o território e o lugar, o encontro com os recôncavos do interior e do litoral, da zona da mata açucareira à cidade alta, Liberdade/Curuzu; do interior dos silêncios aos tambores vibrantes da Liberdade do Ilê Aiyê; o lugar que testemunhou minhas primeiras palavras, meus primeiros passos, Amélia Rodrigues, dos canaviais e de muitas histórias que não foram contadas, à Liberdade/Curuzu do Ilê Aiyê, de Mãe Hilda, do Terreiro Ilê Aiyê Jitolu à Senzala do Barro Preto, das territorialidades dessa história costurada pelas memórias que desenham, contornam as geografias que me compõem como mulher negra e professora, que aprendeu, desde a infância, a conviver com o racismo e as discriminações, mas hoje não concebe qualquer possibilidade de convívio com práticas racistas, mas o combate, na busca da superação do racismo e a luta permanente antirracista.

Nesse período que parecia que o caminho possível para nós, negros, era aprender a conviver com o racismo e as discriminações, a história do Ilê Aiyê, para mim, fazia parte somente dos festejos e das tradições carnavalescas, e meu conhecimento sobre esse se dava através das músicas e da mídia televisiva. Foi só quando ingressei na universidade que passei a ter conhecimento dos projetos socioeducacionais, da Escola Mãe Hilda e da existência dos cadernos de educação. Contudo, o conhecimento sobre os debates acerca da implantação de políticas de ações afirmativas voltadas para o estabelecimento da igualdade racial, através de medidas reparatórias, se deu quando das primeiras e calorosas discussões sobre cotas raciais nas universidades públicas. A mídia exibiu inúmeras matérias e veiculou muitos editoriais que se contrapunham a tais políticas, sob o argumento de que as cotas se configuravam num

instrumento que iria ampliar a discriminação, o preconceito e o racismo. No bojo das tensões e discursos que se articulavam de forma desfavorável às cotas, a leitura do livro *O negro na universidade*, de Delcele M. Queiroz (2002), foi um divisor de águas para a minha compreensão sobre a necessidade e a importância de implementar ações que garantissem a equidade entre negros e brancos para o ingresso no ensino superior. A partir daí, o processo de construção identitária ganhou outros contornos; outras leituras e posturas se tornaram imperativas. Assim, ingressei na Universidade do Estado da Bahia(UNEB) em 2003, como cotista do curso de Licenciatura em Geografia, no Campus V, situado em Santo Antonio de Jesus.

Enfatizo, aqui, que o início dos anos 2000 foram profícuos no debate e na adoção de medidas reparatórias para a população negra. Na Educação Básica, a promulgação da Lei nº 10.639/03 alterou a LDB nº 9.394/96, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, onde as escolas precisavam adequar suas propostas pedagógicas para assegurar o cumprimento da Lei nº 10.639/03. Porém, o cumprimento desta foi negligenciado por muitos estabelecimentos de ensino, estados e municípios; nas universidades, o debate que vigorava era sobre a implantação do sistema de cotas, sendo denominada como uma das ações afirmativas de reparação. As ações afirmativas se referem às medidas obrigatórias ou voluntárias voltadas para o combate à discriminação, às desigualdades e segregações de grupos que, a qualquer tempo, tenham sido vítimas de subtração de direitos.

Vale ressaltar que, no campo da adoção de políticas afirmativas, a Universidade do Estado da Bahia foi pioneira no Nordeste e a segunda universidade do país a adotar, em 2002, o sistema de cotas raciais. Assim, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais,

Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir (BRASIL, 2004, p.9).

Sobre a atuação e a pauta de reivindicações do Movimento Negro, Guimarães(2003) enfatiza que, no final da década de 1980, com a promulgação da Constituição, o movimento negro passou a intensificar o trabalho voltado para a defesa e a garantia dos direitos civis, bem

como para o cumprimento da Constituição no tocante à determinação de punição para a prática de racismo, por ser considerado crime inafiançável e imprescritível. E, no percurso da luta, novas demandas emergiram a partir da concepção de que era necessário transpor os limites do combate ao racismo e direcionar proposições, reivindicando, junto ao governo federal, a implementação de ações afirmativas, o que significa dizer que tais demandas alavancaram a pauta de reivindicações dos negros brasileiros, dando início à luta contra as desigualdades sociais do país, vistas agora como desigualdades raciais (GUIMARÃES, 2003).

Portanto, ao longo do século XX, segundo Gomes (2011), o Movimento Negro brasileiro se destacou na história do país com sujeitos políticos cujas reivindicações conseguiram, a partir do ano de 2000, influenciar o governo e os seus principais órgãos de pesquisas, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao incluir o recorte de raça como quesito de análise da desigualdade. Quando os dados sobre desigualdades sociais são interseccionados com raça, o quadro da desigualdade se agrava. Daí porque dizemos que as desigualdades raciais estão intrinsecamente ligadas às desigualdades sociais.

Desse modo, como desdobramento de tais reivindicações, a Lei 10.639/03, a Lei 11.645/08, Lei de Cotas no Ensino Superior, a Portaria Normativa Nº 18, de 11 de Outubro de 2012, o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 e o Estatuto da Igualdade Racial de 2010 foram medidas fundamentais de reparação, com mudanças ainda muito timidas.

Analisando o período no qual foram adotadas medidas de reparação através da edição dos dispositivos legais especificados anteriormente, constatamos que o Ilê Aiyê, em 1974, a Escola Mãe Hilda, em 1988 e a UNEB, em 2002, foram pioneiros nas suas condutas acerca das ações afirmativas de modo significativo.

A Escola Mãe Hilda nasce pautada nas práticas educativas de vida das sociedades africanas pré-coloniais e de tradições ancestrais, como forma de valorização da História da África e da cultura afrobrasileira, antes mesmo da aprovação da Lei nº 10.639/03. Sobre essa questão, abordaremos de forma mais aprofundada na quarta seção dessa dissertação.

O papel vanguardista do Ilê Aiyê, da Escola Mãe Hilda na proposição e exercício de uma educação voltada para o reconhecimento e valorização das tradições ancestrais, do combate ao racismo e a afirmação da identidade étnico-racial da população negra da Bahia, reverberou na minha trajetória, mesmo sem ter, inicialmente, total compreensão desse fato. Nesse sentido, os caminhos percorridos para a Liberdade e o encontro com o Curuzu trazemos narrativas das vozes insurgentes com o Território Jitolu, a busca do conhecimento acerca das tradições ancestrais, da pedagogia que nasce no Terreiro Ilê Aiyê Jitolu, das ações

sociais da Yalorixá Mãe Hilda Jitolu e as suas bênçãos, a sua história e o seu legado para a educação.

## 2.1 CONSTRUINDO O CAMINHO DE POSSIBILIDADE ATRAVÉS DE UMA EDUCAÇÃO DE LUTAS

A presente pesquisa foi construída durante o processo das investigações a partir das fontes escolhidas, seleção do material coletado e, também, no transcorrer da escrita desta dissertação. A pesquisa de campo foi o momento mais significativo desse percurso, pois oportunizou o encontro com a minha ancestralidade, fez emergir o meu pertencimento ao Curuzu e ao Território Jitolu. Destaco a força ancestral e política desse território, constituído e consolidado a partir das insurgências do povo negro do Curuzu/Liberdade que resistiu à escravidão, fortalecendo a luta em prol da sobrevivência e da conquista de direitos, respeito e equidade.

É nesse território da ancestralidade, grande quilombo insurgente, onde se potencializam as representatividades do povo negro a partir de ações socioculturais e que se mantêm na resistência - aqui nasceu o Ilê Aiyê.

De acordo com Silva (2004), o Ilê Aiyê é um quilombo contemporâneo que cumpre a função de ser e fomentar referenciais históricos, com o intuito de promover um debate permanente no seio da sociedade, não apenas para o término das desigualdades raciais, mas, também, para a inserção da população negra nas mais variadas instâncias de poder do país. É o movimento negro educador demarcando esse território e que reverbera o seu poder negro, e o bloco Ilê Aiyê, junto com o Terreiro Axé Jitolu, se constitui como referências na construção dessa pesquisa, que dialoga com os saberes ancestrais e o poder constituído a partir do papel transformador da educação, que pulsa na Escola Mãe Hilda.

Assim, o Território Jitolu, o quilombo vivo, Ilê Aiyê e a Escola Mãe Hilda, se consolidam como territórios afetivos, os quais me conduzem a questionar e a buscar respostas no processo permanente de ser professora antirracista, visando compreender os silêncios, as invisibilidades, os preconceitos, a omissão e os mecanismos de enfrentamento e superação do racismo, através da atuação permanente da luta antirracista.

Ao tecer olhares e sentir as forças ancestrais da Liberdade/Curuzu, recordar as primeiras vivências no Terreiro Ilê Axé Jitolu, me motivo a construir novos caminhos para outras liberdades e possibilidades, através de uma educação de lutas, na perspectiva de refazer-me e constituir-me como professora que deve se manter atenta às lutas pela superação

do racismo e de todas as formas correlatas de discriminações na sociedade, fazendo-se necessário ser antirracista.

Em 2018, quando aprovada no processo seletivo do mestrado, foi um momento de grande relevância para a minha família, pois sozinha não sou e a minha aprovação é a realização de um sonho coletivo, familiar e da minha ancestralidade. E o meu projeto de pesquisa foi construído no intuito de investigar de que maneira se deu o desenvolvimento e o legado da Escola Mãe Hilda. Assim, destaco as ações da Yalorixá do Terreiro do Ilê Aiyê Jitolu, Mãe Hilda, nas perspectivas de investigar acerca das suas contribuições para uma educação em prol da cidadania e do direito, através das tradições africanas, culturais e sociais, bem como os desafios vivenciados para a execução desses projetos sociais, sua força emancipatória e como o processo educativo acontece em um bairro periférico e ultrapassa as fronteiras da capital baiana.

**Figura 1 – O chão onde são traçados os caminhos para a “Liberdade”**



Fonte: Aurelielza Nascimento Santos (2019).

Assim, a Liberdade é o chão, é o território, o lugar onde se inscreve a resistência de quem se quer livre, sob o farol da equidade, e vive a arte de se reinventar (MATTOS, 2003), onde a afirmação positiva e a celebração da vida são muito significativas, principalmente através da inventividade nas formas de expressão criativa como a música, a literatura, a dança e outras artes performáticas, como política de transformação.

## 2.2 BAIRRO DA LIBERDADE: TERRITÓRIO DA RESISTÊNCIA DO POVO NEGRO

A Força do Ilê (Ilê Aiyê)<sup>12</sup>

Que brilho é esse negro  
Me diz se é o da paz  
Me diz se é o do amor  
Me diz que eu quero saber

Esse brilho negro  
É brilho da paz  
É o brilho do amor  
É a força do Ilê Ayê

a-a do Ilê Ayê  
a-a do Ilê Ayê  
tira-tira-tira-tira-tira  
Tira o negro da senzala  
tira-tira-tira-tira-tira  
Tira o negro da senzala  
E da liberdade  
Liberdade do Ilê

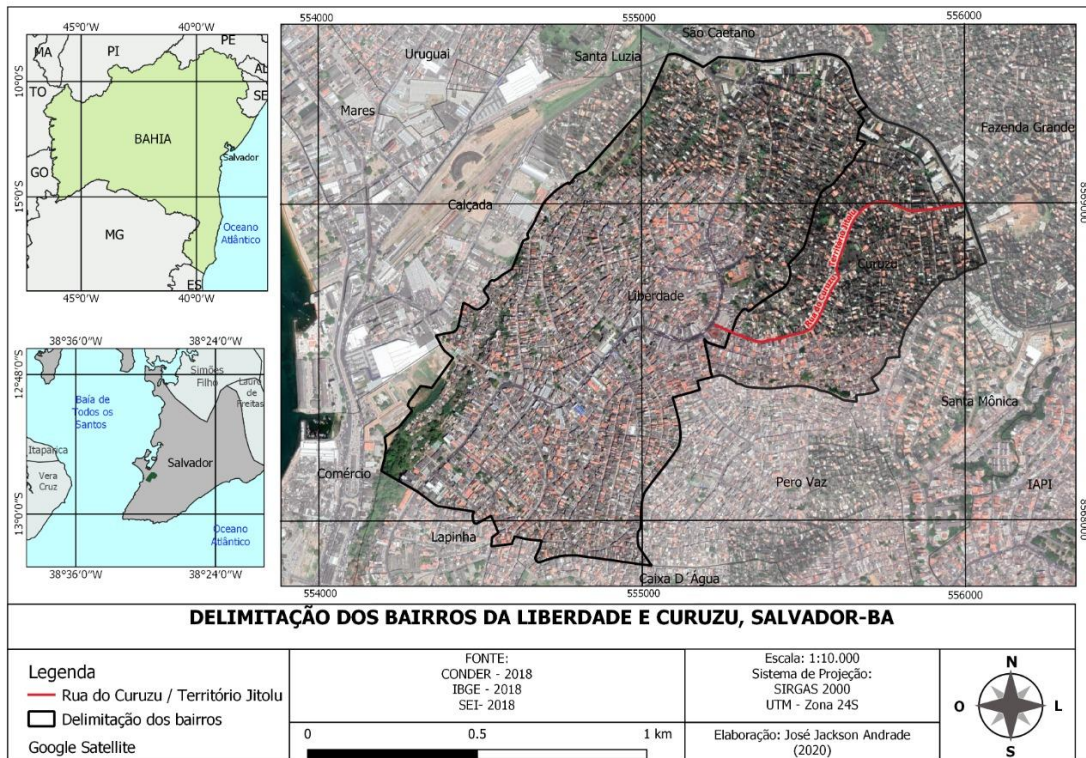
No bairro da Liberdade, em Salvador (Figura 2), territórios culturais e geográficos foram sendo construídos. Como centro de referência dessas construções, destaca-se o Ilê Aiyê, a rua do Curuzu<sup>13</sup>Território Jitolu, o Plano Inclinado, a sede do Movimento Negro, o Muzenza<sup>14</sup>, a Ladeira do Curuzu, o Terreiro do Ilê Axé Jitolu, o Colégio Duque de Caxias, a Estrada da Boiada, a estrada velha de caminhadas, caminhantes guerreiros em marcha - o chão onde são traçados os caminhos para a Liberdade. Um bairro que marca a história da cidade por sua efervescência cultural e pela dinâmica comercial, conduzida mediante participação ativa e da grande influência do povo negro que dinamiza a paisagem deste território. O entrelaçamento entre a produção cultural, comercial, a religião de matriz africana com seus simbolismos e heranças ancestrais, a organização, engajamento e militância negra, marca o cotidiano de um dos bairros mais negros e tradicionais da capital da Bahia.

<sup>12</sup> Música de Ed Junior, Jorge Garcia e Marquinhos Marques.

<sup>13</sup> A Rua do Curuzu, nessa pesquisa, é apresentada com o Território Jitolu por se constituir através das lutas e conquistas do Movimento Negro Educador que é o Ilê Aiyê, o Terreiro Jitolu, a Escola Mãe Hilda e o Circuito do Carnaval Mãe Hilda Jitolu, referências simbólicas e insurgentes que fortalecem as lutas do povo negro.

<sup>14</sup>Bloco afro que surgiu como um tributo ao músico jamaicano Bob Marley (1945-1981), responsável pela difusão internacional do reggae. A inspiração na cultura afro-jamaicana veio da popularidade do ritmo nos anos 1980.

**Figura 2– Mapa dos Bairros da Liberdade/Curuзу – Salvador/BA<sup>15</sup>**



Fonte: CONDER (2018). Elaborado por José Jackson Andrade (2020).

Sobre o bairro da Liberdade, Perin (2007) salienta que a história do referido bairro e a formação da cidade de Salvador se entrecruzam, se confundem, se complementam. Tal argumento é plausível, pois a estrada velha era rota por onde transitavam mercadorias, pessoas e ideias. Nesse processo dinâmico, à medida que ela ia se constituindo, também era elemento/parte da formação da cidade, mesmo que ainda não tivesse a classificação ou reconhecimento como bairro.

No que concerne à origem do nome do bairro Liberdade, esse tem sua gênese nas lutas do dois de julho de 1823, data de grande relevância para a história das lutas pela Independência da Bahia e do Brasil. Durante o período colonial, a Estrada das Boiadas tornou-se um importante caminho que unia a capital aos sertões e, quando das lutas em prol da Independência da Bahia, passou a ser o caminho das tropas. A partir de então, foi denominado de Estrada da Liberdade; atualmente é a Avenida Lima e Silva. Assim, nasce e se

<sup>15</sup> Localização dos bairros da Liberdade/Curuзу e com destaque para a Rua do Curuzu, o Território Ilê Jitolu. As representações cartográficas de uma dada área do espaço têm como função, representar em um plano uma determinada localidade da superfície, apresentando um ou vários de seus aspectos. Eles são, sobretudo, uma forma de linguagem e, portanto, de comunicação. Assim, o mesmo apresenta a delimitação dos bairros, as coordenadas geográficas, bem como se expandem, continuamente, os seus domínios e limites geográficos.

consolida a Liberdade, um bairro considerado como berço da negritude<sup>16</sup>. De acordo os estudos de Ramos (2007, p. 11),

A cidade de Salvador oferece vários exemplos de bairros históricos de população predominante afrodescendente, e que apresentam variações significativas na sua constituição urbana e cultural. Acreditamos que essas diferenças, tão presentes nas manifestações culturais, nos permitem refletir sobre as diversidades de formação dos bairros populares.

As diversidades de formação dos bairros populares permitem compreender que a Liberdade, bairro com uma população majoritariamente afrodescendente, foi considerado, durante muito tempo, o bairro mais negro de Salvador. Através dos dados estatísticos do IBGE 2010, em números relativos, cerca de 85,41% da população desse bairro se declaram pretos e pardos.

Assim, podemos dizer que a denominação de ser “o bairro mais negro” possivelmente contribuiu para o fortalecimento, a valorização e a expansão da cultura afrobrasileira sobre esse território, bem como o fortalecimento da resistência negra. De acordo com Seixas (2015), em matéria publicada no Jornal A Tarde,

a Liberdade expressa uma grande diversidade, seja em relação ao comportamento, costumes, manifestações religiosas ou culturais. O bairro expande continuamente os seus domínios e limites geográficos, agregando ruas, becos e ladeiras, de locais como Japão, Queimadinho, Curuzu, Guarani, Estica, São Lourenço e Favela. Mesmo que, oficialmente, não façam parte do bairro, as localidades sofrem com suas influências étnico-culturais.

Quanto aos índices populacionais, é importante salientar que, nos dados apresentados na Figura 3, a Liberdade e o Curuzu estão separados conforme a Lei Municipal nº 8.376/2012 para criação de Prefeituras-Bairros<sup>17</sup>, no intuito de atender às demandas da Gestão Pública. Entretanto, para a nossa análise, a Liberdade e o Curuzu são indissociáveis: o bairro, a rua e o território são uma confluência - Liberdade/Curuzu - e que, nesse estudo, consolidamos como o Território Jitolu.

<sup>16</sup>A designação negritude (négritude) foi criada por Aimé Césaire, da Martinica, em meados de 1930; a *négritude* foi considerada como uma espécie de “negros”. A *négritude* não é simplesmente um conjunto de teorias elaboradas contra o colonialismo. Ela representa uma pró-africanidade, uma espécie de formação discursiva e uma produção pan-africana amplamente difundida. Produzida por (e através de) sujeitos e instituições que formavam uma rede específica, historicamente constituída.

<sup>17</sup>Prefeitura-Bairro é uma unidade representativa da Prefeitura, conforme Lei nº 8.376/2012, Artigo nº 13, que visa oferecer todos os serviços disponibilizados à população sem que haja necessidade de deslocamento até a sede de cada órgão ou secretaria, garantindo um diálogo permanente com o cidadão e agilizando em um prazo reduzido as articulações necessárias para a execução dos referidos serviços, desde a solicitação até a resolução dos problemas.

**Figura 3 – Percentual da população por cor/raça<sup>18</sup>**

Percentual da população total residente por cor/raça segundo os bairros do município de Salvador-Ba – 2010

Prefeitura-bairro	Bairro	População segundo a cor/raça (%)				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Índigena
VII - LIBERDADE / SÃO CAETANO	Salvador	18,90	27,80	1,34	51,68	0,28
	Prefeitura-bairro Liberdade/São Caetano	12,98	31,51	1,33	53,88	0,29
	Alto do Cabrito	11,06	31,32	1,62	55,94	0,06
	Baixa de Quintas	16,63	28,34	1,41	53,63	0,00
	Boa Vista de São Caetano	10,03	37,36	1,83	50,62	0,16
	Bom Juá	11,90	31,76	1,01	55,16	0,16
	Caixa D'Água	15,58	29,14	1,26	53,74	0,29
	Campinas de Pirajá	11,57	29,89	1,21	56,95	0,39
	Capelinha	11,79	29,14	1,45	57,26	0,35
	Cidade Nova	14,33	30,47	1,27	53,34	0,59
	Curuzu	12,23	38,76	1,26	47,62	0,12
	Fazenda Grande do Retiro	12,08	32,28	1,29	54,10	0,25
	IAPI	15,52	30,42	1,47	52,37	0,22
	Lapinha	23,98	22,68	1,08	51,88	0,38
	Liberdade	12,99	32,90	1,32	52,51	0,28
	Marechal Rondon	12,74	29,12	1,15	56,54	0,46
	Pau Miúdo	13,39	30,83	1,36	53,95	0,47
	Pero Vaz	8,88	38,75	1,11	51,12	0,14
	Retiro	5,73	18,70	4,20	51,53	0,00
	Santa Mônica	17,54	23,16	0,70	58,21	0,39
São Caetano	13,83	28,55	1,48	55,82	0,32	

Fonte: CONDER (2018).

Ainda que a prefeitura tenha separado Liberdade e Curuzu, podemos constatar os percentuais expressivos de 85,41% do total da população negra residente na Liberdade. Quando somados os percentuais da Liberdade e do Curuzu, a média aproximada é de 85,89%. Outro dado significativo refere-se à população parda, que corresponde a 52,51%, dado bastante significativo para o fortalecimento e afirmação de ser um bairro negro.

Poucas pessoas se assumiam. Eles se diziam mulatos, morenos, achocolatados, menos negro. Com o surgimento do Ilê, o negro passou a se valorizar, a assumir sua identidade, a ter orgulho de suas raízes [...]. Salvador é a terra da magia, dos orixás. É a terra boa de se viver. Existe uma força muito grande da cultura africana que nos protege (LIMA, 2002).

Retomando a discussão sobre os passos iniciais para a consolidação do bairro, vale ressaltar que a ocupação de forma intensa da população negra na área da antiga Freguesia de Santo Antonio<sup>19</sup> se iniciou com a chegada de negros libertos e ex-escravizados, no final do

<sup>18</sup> As tabelas apresentadas nessa seção da pesquisa referem-se ao o último Censo Demográfico de 2010 e não foram encontrados dados mais atualizados referentes aos bairros Curuzu/ Liberdade. Outro fato relevante é o contexto político que o país atravessa, a exemplo do não comprometimento com as ações significativas do IBGE e dados sobre os bairros das grandes capitais, que são apresentados pelo instituto.

<sup>19</sup> A cidade do Salvador, na Baía de Todos os Santos, ou simplesmente Bahia, como era chamada pelos mais antigos habitantes, contava, em meados do século XIX, com dez freguesias urbanas, que passamos a indicar na ordem cronológica de sua criação: Sé ou São Salvador, Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora da Conceição da Praia, Santo Antônio Além do Carmo, São Pedro Velho, Santana do Sacramento, Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, Nossa Senhora de Brotas, Santíssimo Sacramento do Pilar e Nossa Senhora da Penha.

século XIX, após a abolição da escravatura. De acordo com Anna Amélia V. Nascimento (2007), nas primeiras décadas do século XX o bairro da Liberdade se caracterizava como um grande quilombo<sup>20</sup>, assim como nos dias atuais, um grande quilombo urbano, o Território Jitolu, onde estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Segundo Mãe Hilda (2002),

Cheguei na Liberdade com meus pais em 1930. Tinha sete anos isso aqui tinha todas as aparências de quilombo, desses que você só ouviu falar. [...] Todos os moradores eram negros. Algum escravo liberto tinha muitos que eram africanos mesmo, mas a maioria era filhos deles, os filhos da escravidão.

Mãe Hilda nos apresenta as características da diáspora africana e a força ancestral da resistência a partir da ocupação das terras da Freguesia de Santo Antônio, a construção do território negro foi fruto do trabalho da mão escrava e daqueles que se tornaram libertos e reorganizaram o território com os ideais da liberdade dos quilombos, aspirando liberdades.

Nesse contexto marcado por reflexões acerca dos territórios étnicos, cujas características foram citadas por Mãe Hilda (2002), são pertinentes para a compreensão do espaço dos quilombos urbanos, férteis de resistências no Brasil<sup>21</sup>. Sobre esse aspecto, o geógrafo Anjos (2009, p. 116) contribui para a construção de referências e conceitos, pois define que

[...] o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e instituição de autoafirmação política, social e econômica territorial.

Considerando os elementos e características apresentadas para compor a definição de território étnico apresentados por Anjos (2009), o bairro da Liberdade é esse território insurgente, palco das inúmeras territorialidades expressas a partir das diversidades comportamentais, manifestações religiosas e culturais, da força do trabalho informal, que aponta para um perfil econômico diversificado. Por isso, consolidou-se como um relevante subcentro da cidade de Salvador, com vida própria, uma dinâmica única, intensa, que é vivida

---

<sup>20</sup> De acordo com Rafael Sanzio A. dos Anjos (2005), [...] quilombos são sítio geográfico onde se agrupavam povos que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres.

<sup>21</sup> Artigo referente às Geo-grafias de lutas, geo-grafias históricas: relações raciais e o espaço agrário brasileiro, acerca do negro na geografia do Brasil.

e sentida, ao que se define a palavra “LIBERDADE”. Observa-se, a partir dessa dinâmica, uma efetiva apropriação do espaço urbano que, segundo Ramos (2007, p. 10),

[...] as características étnicas e as especificidades geradas no espaço urbano. Esta especificidade que envolve uma representação social, enquanto posicionamento cultural, histórico, social, político e econômico, se desdobram, também, na produção e apropriação do espaço urbano.

Assim, nota-se que a apropriação desse território como mecanismo de resistência e pertencimento em diferentes tempos e através de inúmeras ações, é denominado por Ramos (2007) como um território afrodescendente; o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica. Sobre essa perspectiva, Haesbaert (2004, p. 1) define que

O território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-*territorium* quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Assim, a apropriação do território como mecanismo material e simbólico é capaz de imprimir na sua paisagem um mosaico de efervescência “representado pela cultura negra, com autonomia criativa, na construção coletiva do bairro, norteadas pelas formas de conduta e de comportamentos advindos da cultura de matriz africana”(RAMOS, 2007, p. 7). Nesse sentido, podemos definir que as territorialidades vividas e realizadas nesse bairro negro fazem dele um território significativo para a história de Salvador e para a luta do povo negro em prol da liberdade, da autonomia e da visibilidade. Portanto, destacamos, nesse sentido, as histórias significativas e fundamentais do Ilê Aiyê a partir de 1974, do Movimento Negro Unificado (MNU)<sup>22</sup> em 1978, o Muzenza em 1980, a Escola Mãe Hilda em 1988 e os projetos sociais da Associação Carnavalesca Bloco Ilê Aiyê, os mais de 33 terreiros de candomblé mapeados<sup>23</sup> nesse território, sendo também fundamentais no enfrentamento do racismo, a partir das ações

---

<sup>22</sup>Para enfrentar o racismo, a discriminação racial, esse movimento que se transformou no Movimento Negro Unificado mudou a forma da população negra lutar, saindo das salas de debates e conferência, atividades lúdicas e esportivas para ações de confronto aos atos de racismo e discriminação racial, elaborando panfletos e jornais, realizando atos públicos e criando núcleos organizados em associações recreativas, de moradores, categorias de trabalhadores, nas universidades públicas e privadas. Nasce o MNU, no Brasil, em 18/06/1978.

<sup>23</sup> Dados apresentados no mapeamento dos terreiros de Salvador em 2006.

que fortalecem as lutas no combate às discriminações e na construção e ressignificação do espaço onde se materializam essas ações. De acordo com Santos (1996, p. 73),

a produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas.

Santos (1996) nos possibilita compreender que as forças produtivas, fruto do trabalho dos homens, das mulheres e da sociedade a partir da ação da cultura no território, são capazes de produzir elementos simbólicos e concretos para a ampliação dos saberes, dos conhecimentos, bem como as lutas coletivas por direitos, cidadania e reparação.

Nesse sentido, as forças produtivas que esse espaço negro possibilita é fruto das inúmeras maneiras de resistências e sobrevivências, que o povo negro buscou construir para garantir a sobrevivência, seja através da arte, da dança, da música, da culinária, da religiosidade, da estética, da educação, da política cultural. Portanto, como território insurgente,

O bairro da Liberdade fincou suas raízes ainda no antigo sistema colonial, na denominada estrada das boiadas, e se fez no movimento e para o movimento um aspecto que nos induz à percepção do Geógrafo Milton Santos, quando ressalta a relação que se estabelece entre território e a sociedade. Ou seja, entender a Liberdade [...] como o território que conseguiu se configurar a partir da relação função e funcionalidade (SILVA, 2016, p. 86).

Diante do exposto, vale ressaltar que o Território Jitolu ainda traz marcas históricas da sua formação. Outras etnias também marcam a configuração desse território, como a população branca e a oriental, nas “tradições judaica cristã e asiática, como destaque as igrejas católicas e evangélicas e a Feira do Japão, que se misturam de forma sincrética aos outros conteúdos simbólicos da comunidade” (SILVA, 2016, p. 86).

Segundo Silva (2016, p.87) a “Liberdade ou a Linha 8, uma antiga referência à linha de bonde que existia há alguns anos, ainda traz marcas históricas da sua formação”, principalmente por apresentar uma dinâmica intensa do trabalho informal, paralelo às forças hegemônicas e perversas do capitalismo frente aos desafios do mundo globalizado:

O bairro é uma daquelas zonas do terceiro mundo ex-colonizado que se caracteriza pela grande concentração populacional nas suas áreas de

periferias e seus enclaves. A região em si tem como característica principal a presença de uma imensa população de origem afrodescendente. Um item bastante significativo no construto da natureza étnica do bairro, por ser o traço que constantemente permite a constituição de um conjunto de sinestésias interpretativas de caráter empírico diante da presença das entidades de caráter étnico representativo na luta contra o racismo (SILVA, 2016, p.67).

Assim, faz-se necessário pontuar as inúmeras assimetrias que separam o povo negro dos seus direitos, entre essas a informalidade. Segundo Santos (2004), a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países periféricos, como o Brasil, através do circuito superior – composto pelas grandes empresas, bancos, atividades ligadas às altas tecnologias - e do circuito inferior – composto pelas atividades da informalidade, existência de trabalho com baixa remuneração, os serviços terceirizados e demanda pela criação de formas de sobrevivência por grande parte da população é consolidada por tais características dos bairros e cidades periféricas, tendo como destaque os países de populações negras e afrodescendentes.

Também valem destacar os equipamentos públicos, como as unidades escolares, o Colégio Estadual Duque de Caxias, o Abrigo do Povo, Pierre Verger, o Colégio Tereza da Conceição de Menezes, Carneiro Ribeiro; as unidades de saúde, Emergência Mãe Hilda Jitolu, o Multicentro de Saúde Bezerra Lopes, Unidades de Saúde da Família San Martin, Colinas, São Luís, Colombo, Independência e Água Preta, Neojibá<sup>24</sup>, Centro Social Urbano, Plano Inclinado<sup>25</sup> e Praça Nelson Mandela, que se configuram enquanto pontos de referência e de grande relevância para a população da Liberdade, compreendendo que a localidade ainda carece de inúmeras políticas públicas para atender às demandas da sua população.

É importante destacar que a Liberdade é um bairro periférico e suas raízes estão fincadas na resistência e na luta diária, de acordo com Silva (2016), através das suas entidades – e aqui vale ressaltar o papel desempenhado pelo Ilê Aiyê, como centro de referência da militância do Movimento Negro na localidade e das várias organizações não-governamentais. As suas ações são fundamentais no processo de construção de uma afro-identidade numa perspectiva política, consubstanciada no campo da luta contra o racismo.

---

<sup>24</sup>Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia, localizado no Parque do Queimado, O programa Neojibá tem 12 anos de existência e faz parte de ação da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS). A iniciativa já atendeu mais de 10 mil crianças, adolescentes e jovens.

<sup>25</sup>Plano Inclinado Liberdade-Calçada, responsável por transportar aproximadamente 10 mil passageiros diariamente.

**Figura 4 – Caminhos Curuzu/ Liberdade**



Fonte: Aurelielza Nascimento Santos (2019).

### 2.3 A RUA, A LADEIRA E O TERRITÓRIO JITOLU: CURUZU, O LUGAR DESSA HISTÓRIA

**O Mais Belo Dos Belos (Ilê Aiyê)<sup>26</sup>**  
 Quem é que sobe a ladeira do Curuzu?  
 É a coisa mais linda de se ver?  
 É o Ilê Ayê  
 O Mais Belo Dos Belos  
 Sou eu, sou eu  
 Bata no peito mais forte  
 E diga: Eu sou Ilê

Que ladeira é essa? Como é essa rua? Quem são as pessoas que fazem o Curuzu? Como esse Território Jitolu se organizou? Curuzu da Liberdade? Liberdade do Curuzu? O Curuzu também é conhecido por ter uma das mais famosas ladeiras (figuras 5 e 6) da cidade de Salvador.

É o Curuzu, a rua, a ladeira, o corredor cultural<sup>27</sup> e o Território Jitolu, foi nesse chão onde nasceram o Terreiro Ilê Aiyê Jitolu, o Terreiro Vodun Zo, o bloco afro - o Ilê Aiyê - a Escola Mãe Hilda, o Colégio Tereza da Conceição Menezes, a Unidade de Emergência Mãe

<sup>26</sup>Música de Adailton Poesia, Guiguio e Valter Farias.

<sup>27</sup>Com investimento de R\$6,8 milhões, o projeto corredor cultural foi elaborado pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e pela Sotero Arquitetos, com a participação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), no intuito de atrair o turismo na Rua do Curuzu.

Hilda Jitolu e a sede do Movimento Negro Unificado (MNU). Aqui, a cultura é dinâmica e presente durante os 365 dias, com uma forte ligação religiosa de matriz africana, mesmo com a presença de outras crenças, o pioneirismo nas práticas interligadas entre cultura, educação e religião.

A ligação com a cultura afro-brasileira existe desde o início da ocupação do local, onde existem dezenas de terreiros de candomblé, entre os quais o Ilê Axé Jitolu e o Vodun Zo. Além da prática religiosa, ambos foram pioneiros em desenvolver atividades culturais e socioeducativas para as crianças do bairro, com ênfase na afirmação da negritude, no autoconhecimento e no enfrentamento do racismo (OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018).

O Curuzu, que se limita ao norte com a Avenida San Martin e São Caetano, ao Sul com Pero Vaz, a leste com Fazenda Grande e a oeste com a Estrada da Liberdade/ Lima e Silva é o núcleo central do Bairro da Liberdade; são 1,1 km, que vão desde a Avenida General San Martin à Estrada da Liberdade. Ao adentrar o Curuzu e subir a sua ladeira mais famosa, sendo um dos símbolos também marcantes dessa história, podemos dizer que a partir dos desafios de subir e descer essa ladeira, são demarcados, simbolicamente, os caminhos e as trajetórias de lutas e conquistas deflagrados por Mãe Hilda Jitolu e o Ilê Aiyê.

Figura 5 – Ladeira do Curuzu



Figura 6 – Ladeira do Curuzu



Fonte: Aurelielza Nascimento Santos (2019).

Fonte: Aurelielza Nascimento Santos (2019).

É nesse território onde estão fincadas as raízes da resistência e da reexistência, o solo fértil de lutas, conquistas e de mobilizações culturais, efervescência das dinâmicas ancestrais, “alma quilombola e insurgente” (CARNEIRO, 2005, p. 5).

De acordo com Goulart (2017) o conceito insurgente nomeia de forma objetiva esse enfrentamento e o lado que estamos nessa sociedade (2017) da margem, da periferia, da exclusão e da invisibilidade, mas a alma quilombola insurgente cria mecanismos, alternativas de sobrevivência construindo territórios insurgentes, assim como o Território Jitolu, erguido a partir das forças ancestrais do Terreiro Ilê Axé Jitolu, do bloco Ilê Aiyê e da Escola Mãe Hilda, ou seja, potencializa a resistência do povo de santo do Jitolu com a fé e a tradição que acredita no poder transformador da educação, da cultura, da arte e de valorização do corpo negro, alma quilombola das práticas simbólicas, dos fazeres ancestrais e da desconstrução de preconceitos e do fortalecimento da luta antirracista do Curuzu.

De acordo com Mira (2007, p. 129), “a origem do nome Curuzu é indefinida”, mas alguns moradores afirmam que a origem é Yorubá, enquanto outros o definem como cruz em tupi guarani. São variadas definições, e assim é possível constatar, a partir das informações contidas no caderno comemorativo dos 45 anos do Ilê Aiyê, que

Curuzu consta nos dicionários como palavra de origem incerta, talvez indígena, que significa monte de cascalho de mineração ou excremento. Como na história hindu da flor de lótus, beleza que brota do lodo e da lama, que transmuta trevas em luz, morte em renascimento (OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018, p. 7).

O Curuzu é densamente povoado<sup>28</sup> com suas diversas ladeiras, seus becos, vielas, ruelas e baixadas, as inúmeras casas construídas sobre lajes, uma característica da maioria dos bairros periféricos, de ocupações irregulares (figura 7), um atributo também perceptível da cidade de Salvador, bem como a verticalização nas construções, que também acontecem em função de questões culturais e socioeconômicas; ou seja, os meandros do habitar das grandes metrópoles. Assim, o Curuzu é um aglomerado de casas de alvenaria com ruas e vielas sinuosas em um terreno irregular (OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018).

---

<sup>28</sup> Ver Figura 3 que apresenta a tabela: Percentual da população por cor/raça 2010, de acordo com o IBGE (2010), que apresenta os dados acerca da distribuição da população preta e parda. De acordo com o último censo do IBGE, realizado em 2010, a população atual do Curuzu é de 16.681 pessoas, das quais 53,35% são mulheres e 46,65% são homens. A maioria dos moradores (72%) tem entre 15 e 64 anos e é de baixa renda (OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018).

**Figura 7 – Vista do Curuzu a partir da Senzala do Barro Preto**



Fonte: Aurelielza Nascimento Santos (2019).

Assim, Rejane Silva Mira (2007, p. 132), aborda que

o Curuzu é um bairro da periferia caracterizado pela formação de consecutivas depressões que chamam atenção pelo número de encostas utilizadas para submoradias. O nível de presença de áreas verdes é reduzido, por conta da ocupação desordenada do solo.

Alguns estudos apresentam o Curuzu como um bairro, a exemplo do que é definido por Mira (2007), bem como pelos dados apresentados pela CONDER/Prefeitura Bairro. Sobre esta classificação da CONDER/Prefeitura Bairro, faz-se necessário refletir sobre a possibilidade de que esta definição esteja pautada em ações administrativas e que, muitas vezes, não levam em consideração aspectos do pertencimento, da identidade, da afetividade e se a população, de fato, reconhece o Curuzu como bairro e não mais como uma rua do bairro da Liberdade.

Vale destacar que a Rua do Curuzu, sinalizada na figura 4, é uma das mais conhecidas do bairro da Liberdade. Nessa pesquisa, usarei a expressão “Rua do Curuzu”, devido às canções e atividades culturais que se materializam nesse Território Jitolu, da saída do Ilê Aiyê e da Caminhada da Consciência Negra. Nesse sentido, conforme os dados no Caderno Ocupação Ilê Aiyê (2018), Curuzu é uma rua do bairro da Liberdade, mas, como cresceu com autonomia e identidade, foi incluída na lista de bairros de Salvador em novembro de 2017, por

meio da Lei Municipal nº 9.278/2017 - ou seja, foi uma inclusão a partir de uma determinação legislativa.

De acordo com Antônio Carlos dos Santos (2019), presidente e fundador do Ilê Aiyê,

Aqui sempre foi uma rua de vanguarda, tinha muitas manifestações, tinha baile pastoril no Natal, tinha reza de Santo Antônio, mês de Maria, quadrilha, tinha baile, tinha muitas coisas aqui no Curuzu. É, aqui passava muito grito de carnaval, de caretas, de pierrô, essas coisas. Mas, é, o bairro da Liberdade sempre foi conhecido como a Linha 8, por causa do bonde, mas conhecida com lugar de nego, de valentão, de desordeiro, não sei o quê, o pessoal da Linha 8. Mas o Ilê Aiyê chegou e deu uma nova coisa, se consolidou como bairro e espaço da negrada mesmo, é da Liberdade/Curuzu deu nisso. A Rua do Curuzu é a mais famosa por conta do Ilê Aiyê.

A Rua do Curuzu apresenta características semelhantes às ruas de bairros periféricos das grandes metrópoles, um emaranhado de casas que configuram a “paisagem periférica”<sup>29</sup>(SERPA, 2002) vistas das janelas e ladeiras que contornam e emolduram nossos olhares, ao observarmos as deficiências de infraestrutura, tais como: iluminação, área de lazer, falta de creche, escadarias e acessibilidade nas vias paralelas à rua do Curuzu, a não padronização das calçadas, bem como a falta de lixeiras, acúmulo de lixos nas imediações do Colégio Estadual Tereza Conceição Menezes, situado na frente da sede do Ilê Aiyê, na Unidade de Emergência Mãe Hilda, dentre outros locais que o lixo é descartado.

Ampliando essa reflexão, destacamos que Serpa (2002) pontua que “periferia” hoje significa, também, aquelas áreas com infraestrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o lócus da reprodução socioespacial da população de baixa renda. Podemos constatar a propriedade dos argumentos do referido autor a partir dos dados da tabela abaixo (Figura 8), referente ao rendimento médio dos responsáveis por domicílio no Curuzu, de acordo com os estudos do IBGE (2010), que indicam que cerca de 40,9% da sua população possui um rendimento de 0 a 1 salário mínimo e 35, 9% de 1 a 3 salários mínimos, comprovando as fragilidades socioeconômicas das famílias do Curuzu.

---

<sup>29</sup> De acordo com Serpa (2002, p. 167), o termo “periferia” explicita, via de regra, áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Todavia, muitas áreas afastadas dos centros das cidades não são entendidas, atualmente, como periféricas. O termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo-se.

## Figura 8 – Rendimento por responsável domiciliar

Tabela 04 – Rendimento nominal médio e rendimento nominal por faixa salarial segundo os bairros do município de Salvador-Ba.

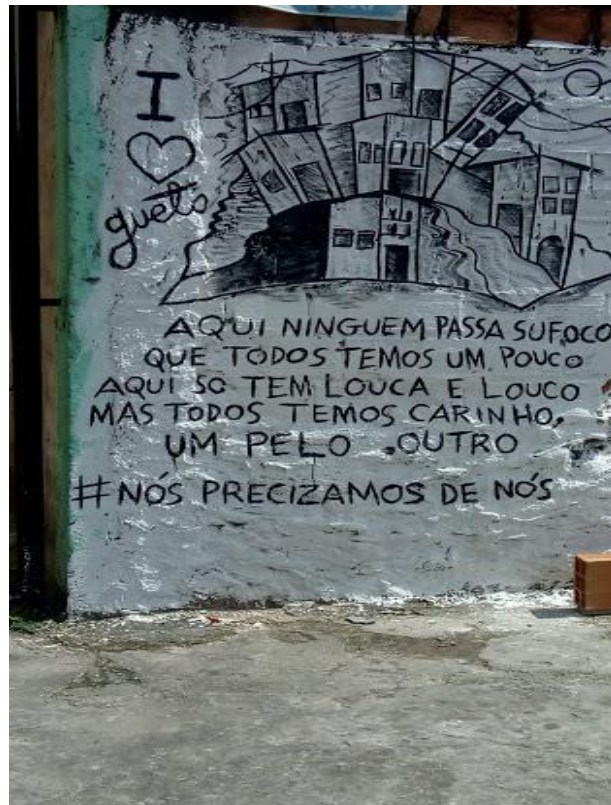
Prefeitura-bairro	Bairro <sup>(1)</sup>	Rendimento médio dos responsáveis por domicílios particulares permanentes (R\$)																							
		Reais (R\$)			0 a 1 SM			1 a 3 SM			3 a 5 SM			5 a 10 SM			10 a 20 SM			Superior a 20 SM			Sem rendimento		
		1991 <sup>(2)</sup>	2000 <sup>(2)</sup>	2010 <sup>(2)</sup>	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
	Salvador	1.033,03	2.151,43	2.054,74	24,6	19,1	34,2	34,1	30,2	31,3	11,4	12,4	8,3	11,7	12,9	7,8	6,8	7,4	3,5	3,7	4,6	1,4	6,6	13,5	13,4
	Prefeitura-bairro Liberdade/São C:	<b>545,96</b>	<b>1.171,11</b>	<b>1.185,83</b>	27,4	22,3	40,6	40,8	35,4	35,4	<b>12,6</b>	<b>14,6</b>	<b>6,3</b>	<b>8,7</b>	<b>10,8</b>	<b>3,0</b>	2,1	2,7	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>	<b>0,5</b>	<b>0,1</b>	<b>7,2</b>	<b>13,8</b>	<b>14,3</b>
	Alto do Cabrito	474,52	732,31	842,45	15,7	24,8	49,2	53,9	36,5	29,3	11,9	10,0	3,3	7,3	4,8	1,1	1,0	0,8	0,2	0,2	0,2	0,0	9,3	22,9	16,9
	Baixa de Quintas	628,64	1.397,76	1.430,89	28,4	21,4	43,4	34,7	33,3	36,5	11,9	16,8	7,4	11,4	12,7	3,1	1,7	3,4	0,8	0,9	0,6	0,4	9,7	11,8	8,3
	Boa Vista de São Caetano	409,87	794,66	776,71	33,0	25,5	46,6	50,1	37,7	29,2	9,4	11,8	3,0	3,6	4,8	1,0	0,6	1,0	0,0	0,1	0,1	0,0	3,1	19,1	20,2
	Bom Juá	431,06	859,38	945,02	26,9	24,6	45,3	42,1	36,1	35,8	9,4	12,7	3,4	6,2	5,8	1,8	0,8	0,9	0,2	0,2	0,3	0,0	13,2	19,5	13,5
	Caixa D'água	757,82	1.537,18	1.534,65	20,4	18,5	32,5	36,6	30,9	39,5	15,1	17,3	9,8	14,8	16,2	5,8	3,8	5,3	0,8	1,2	0,9	0,2	7,6	10,9	11,4
	Campinas de Pinjã	564,98	888,32	897,28	24,9	22,4	47,6	42,8	38,1	31,3	17,0	12,7	3,7	8,6	8,3	1,0	1,9	1,0	0,1	0,2	0,3	0,0	4,5	17,2	16,3
	Capelinha	558,33	1.075,09	1.067,99	26,3	23,6	43,2	45,7	37,3	34,9	15,1	14,7	6,4	8,7	9,6	2,2	2,0	2,1	0,3	0,1	0,4	0,1	1,9	12,2	12,8
	Cidade Nova	536,79	1.318,38	1.284,84	30,6	21,9	39,2	36,0	33,6	37,8	11,8	15,7	7,6	8,9	13,4	3,8	2,2	3,2	0,7	0,3	0,8	0,1	8,7	11,4	10,7
	Curuzu	493,25	1.053,89	1.033,04	27,8	24,5	40,9	41,9	37,7	35,9	11,5	14,8	5,4	6,5	9,3	2,2	2,1	1,9	0,2	0,2	0,3	0,0	9,7	11,6	15,5
	Fazenda Grande do Retiro	474,45	982,34	1.018,71	29,0	23,9	43,9	40,9	37,4	37,0	11,9	13,4	4,8	6,8	7,8	1,8	1,3	1,4	0,2	0,2	0,3	0,0	9,2	15,8	12,2
	Iapi	725,28	1.478,26	1.290,25	30,9	22,0	42,1	31,8	32,4	31,6	10,9	11,7	7,5	12,3	12,7	5,0	4,4	5,2	1,0	1,1	1,0	0,1	6,8	15,1	12,7
	Lapinha	514,31	2.015,96	2.067,18	12,5	13,0	24,0	32,7	26,0	38,1	17,3	18,7	14,6	20,6	22,7	10,0	7,8	8,5	2,2	2,4	2,0	0,4	2,2	9,1	10,8
	Liberdade	598,95	1.288,45	1.237,37	26,2	20,2	36,2	39,1	33,3	37,5	14,7	16,8	8,5	10,1	13,7	3,7	2,2	3,0	0,4	0,5	0,5	0,1	6,6	12,5	13,6
	Marechal Rondon	470,29	875,22	935,99	28,8	22,4	42,7	48,2	36,8	32,3	11,3	13,9	4,2	6,3	6,7	1,7	1,1	1,3	0,2	0,3	0,2	0,0	3,6	18,8	18,8
	Pau Miúdo	518,16	1.214,47	1.215,55	30,3	23,4	37,8	38,9	36,0	39,0	13,0	16,1	7,6	8,2	11,6	3,3	1,5	2,6	0,5	0,2	0,5	0,2	6,7	9,9	11,6
	Pero Vaz	463,10	1.050,90	971,64	30,6	24,6	45,1	42,0	37,8	33,6	10,5	14,0	4,6	6,0	9,3	1,7	1,1	1,7	0,2	0,2	0,3	0,0	8,5	12,2	14,8
	Retiro	463,97	682,40	1.145,84	8,9	33,2	26,9	67,3	36,3	40,9	8,9	8,5	2,2	4,0	1,5	1,1	1,0	0,6	0,0	0,0	0,3	0,0	5,0	19,6	7,5
	Santa Mônica	732,41	1.776,42	1.686,98	29,9	15,6	27,4	36,4	28,0	37,0	11,8	15,6	15,1	10,1	21,5	9,6	4,7	8,1	1,5	0,9	1,6	0,2	5,6	9,6	9,2
	São Caetano	557,09	1.289,67	1.139,45	26,9	21,2	37,0	41,2	36,6	35,6	13,5	16,6	6,3	8,4	11,9	3,0	1,9	2,9	0,4	0,3	0,5	0,1	7,1	10,4	17,7

Fonte: CONDER (2018).

De acordo com os dados apresentados, é significativo destacar a dinâmica do comércio informal como mecanismo de melhorias nas rendas das famílias do Curuzu que estão presentes e se destacam na configuração da paisagem, através da informalidade.

Segundo os dados da Fundação Gregório de Mattos, o Curuzu tem um comércio “de vizinhança” bastante ativa e diversificada, com alto índice de informalidade, registrada pela dinâmica comercial na frente das casas, nos passeios ou parte dos cômodos, com mercadinhos, bares, lanchonetes, barbearias e lava jatos, sorveteria. Estes são alguns serviços oferecidos paralelos ao mercado formal, como padarias, restaurantes, pizzarias, salão de beleza afro, lojas de confecções e materiais de construção. Assim, é perceptível a dinâmica cotidiana do Curuzu, a potencialidade criativa atrelada às tradições étnico-culturais, como a produção de turbantes, penteados, os tecidos do Ilê Aiyê como elemento simbólico de decorações como cortinas, estofados, e na produção de brincos, colares, bolsas e pulseiras, força intensa da economia da informalidade, uma extensão da Estrada da Liberdade através do comércio informal.

**Figura 9 – Poesia social**



Fonte: Aurelielza Nascimento Santos (2019).

Nessa dimensão geográfica, a poesia social que se faz “concreta” e expressa de forma anônima, registra o chamado à solidariedade da cultura de rua disfarçada em suportes “guetos culturais” da periferia, que se depara com desafios chamados sufocos/ perrengues, mas que o pouco que se tem é possível resolver. De fato, é perceptível, devido à dinâmica do comércio informal que, com o pouco que se tem, o “comércio da informalidade” se mantém; sem consumidores ou clientes, seria impossível essa dinâmica socioeconômica e cultural. Nesse território negro, o chão que faz brotar a sobrevivência e resistência, bem como o reflexo das paisagens da periferia que exalam sob muitos olhares “abandonos sociais”, pode também esconder, guardar ou traduzir os afetos familiares, as genealogias urbanas e a importância da coletividade “nós precisamos” de nós, as marcas históricas e culturais que ecoam gritos de sobrevivência.

[...] “guetos culturais” como espaços de resistência, bem como da possibilidade da existência efetiva de um fundamento urbano na constituição das individualidades contemporâneas. A alienação presente no espaço corporativo da geografia urbana das cidades, a redefinição dos laços de identidade e interatividade (MARTINS, 2001, p. 1).

De acordo com a definição de Martins (2001), podemos compreender que o Curuzu se apresenta também como um gueto cultural que se (re) organiza como um território da resistência, que trava suas lutas cotidianamente pela sobrevivência, devido à ausência de políticas públicas que assegurem o direito de viver na cidade com condições básicas, como saneamento, iluminação, transporte público, moradia adequada, lazer, entre outros benefícios. A inexistência de tais políticas impele a população a se movimentar em direção a construção de alternativas de organização para denunciar o descaso e apresentar proposições e efetivação de ações. Portanto, da necessidade e da capacidade de organização, surgem associações, ONG's, grupos culturais e carnavalescos, tão significativos na construção do espaço de resistência na geografia urbana.

A força da religiosidade tem um grande destaque nesse território negro. O Curuzu é um mosaico da fé, constituído entre os terreiros de Candomblé e igrejas evangélicas. E pesquisar sobre a pedagogia da ancestralidade antirracista da Escola Mãe Hilda perpassa pela importância do terreiro Ilê Axé Jitolu (Figura 10) como base para a construção do conceito Território Jitolu nesta dissertação.

Terreiro Ilê Axé Jitolu pertence à nação<sup>30</sup> jeje<sup>31</sup>, foi fundado no dia 6 de janeiro de 1952 e comandado por Mãe Hilda por mais de 50 anos. O professor Edivaldo M. Boaventura (2014, p. 11), no prefácio do livro comemorativo aos 40 anos do Ilê Aiyê, destaca: “Acho extraordinária a intuição pedagógica de Mãe Hilda. Transformou o barracão do Ilê em uma escola, por entender que um terreiro de candomblé é uma casa de ensinamento e de educação”.

Ao observar a trajetória do Terreiro Ilê Aiyê Jitolu, é fundamental destacar a valorização da cultura africana, afro-brasileira e a promoção da educação nesse território sagrado, que foi orientado enfatizando três princípios fundamentais, canalizados através da tríade fé, cultura e educação, organizada no terreiro, bloco e escola. De acordo com Boaventura (2014), a força do terreiro foi direcionada para a educação e o bloco. Assim, é fundamental pontuar a força que brota desse terreiro. Durante o sábado de carnaval, realiza-se um ritual sagrado aberto ao público para consagrar a saída do Ilê Aiyê no Curuzu. Esse evento tornou-se palco dessa manifestação cultural e religiosa porque é acompanhado por uma multidão que, ao som dos tambores da banda do bloco, aguardava as bênçãos de Mãe Hilda. Essa Yalorixá era a “Guardiã da Fé e da Tradição Africana” do Curuzu, e foi a responsável por

---

<sup>30</sup> O termo nação surge como uma forma de identificação geográfica dos africanos, que chegaram ao Brasil.

<sup>31</sup> O candomblé jeje no Brasil se difundiu em lugares específicos; a Bahia foi um dos estados em que a nação ganhou força e se dividiu entre Salvador e o Recôncavo Baiano.

articular esse ritual sagrado, no qual se oferece milho branco cozido e pipoca, alimentos prediletos dos orixás Oxalá (orixá da paz) e Obaluaê (patrono da saúde) e a revoada de pombas brancas, que anuncia a saída da Deusa do Ébano e dá o início ao desfile do Bloco Ilê Aiyê, na subida da ladeira do Curuzu. Esse ritual foi comandado por Mãe Hilda até 2009.

**Figura 10 – Terreiro Ilê Aiyê Jitolu**



Fonte: Aurelielza Nascimento Santos (2019).

O Terreiro Ilê Aiyê de Jitolu, localizado na Rua do Curuzu, nº 233, ainda é palco dessa grande bênção na saída do bloco. Após o falecimento de Mãe Hilda Jitolu, o ritual continua sendo realizado pela filha caçula, Hildelice Benta dos Santos, a Doné<sup>32</sup> Hildelice, que, além de manter a tradição do referido ritual sagrado, é a Yalorixá do Jitolu e a diretora da Escola Mãe Hilda.

---

<sup>32</sup>Doné é um termo do candomblé jeje utilizado para nomear uma sacerdotisa.

### 3 “O MAIS BELO DOS BELOS”: AÇÕES EDUCATIVAS PARA A VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRA

A semente foi semeada  
 No Barro preto Curuzu  
 Germinou nasceu Ilê Aiyê  
 Germinou nasceu Ilê Aiyê  
 Somos filhos da terra  
 Descendestes desta nação  
 Amamentados pela mesma mãe  
 Embalados pela mão (apostila do Ilê Aiyê)

A partir dessa epígrafe, busco apresentar como nasceu “O mais belo dos belos”, a semente, o fruto que foi semeado no barro preto do Curuzu, sua história, o papel político e as lutas travadas no combate ao racismo, às suas formas correlatas, bem como o seu papel de movimento negro educador, através da implementação de ações educativas/afirmativas voltadas para a valorização da cultura africana e afro-brasileira, através do espaço vivido, o espaço do sentir, “o espaço da experiência de vida, priorizando o sentimento, as crenças, o sagrado e também o profano, o mágico e o imaginário, os valores e as significações materiais e afetivas.” (BRULE, 2017, p.21). Destaca-se o seu território, o lugar, o chão que reverbera no tempo e no espaço o reconhecimento da ancestralidade, os desdobramentos que ocorreram com a criação do bloco Ilê Aiyê, o pertencimento racial, a autoafirmação das mulheres que fazem o Ilê Aiyê, o legado de Mãe Hilda - a matriarca da família Ilê Aiyê - para a história da educação no Curuzu e na Liberdade.

Assim, o objetivo dessa seção é identificar a importância do Bloco Ilê Aiyê na construção da resistência e do fomento à pedagogia antirracista para o fortalecimento da representatividade, da autoestima e da valorização étnico-racial; o caminho metodológico percorrido para a investigação dessa parte da pesquisa se deu pela triangulação<sup>33</sup> das seguintes fontes: entrevistas, reportagens de jornais e os cadernos pedagógicos produzidos pelo projeto de extensão do Ilê Aiyê, que irão orientar as minhas narrativas.

---

<sup>33</sup> Refere-se a uma proposta metodológica quando três fontes de investigação são utilizadas para compreender e analisar o objeto de pesquisa. Nesse sentido, a investigação em questão é sobre a história do bloco Ilê Aiyê e seus desdobramentos. Vale ressaltar que a presente proposta é apresentada por Santos (2008).

Nesse sentido, investigamos a história da criação do bloco Ilê Aiyê através das narrativas dos filhos e das filhas de Mãe Hilda, das pesquisas acadêmicas e dos Cadernos de Educação do Ilê Aiyê, a partir das inquietações, dos desejos, das contradições que surgem de acordo com o olhar que se tece o silêncio, a fala num movimento da dialética estabelecida a partir das entrevistas semiestruturadas, como um dos instrumentos metodológicos da pesquisa. Assim, foram entrevistados os sujeitos que fazem parte deste legado, os membros da família de Mãe Hilda, filhos biológicos e também filhos e filhas de santos do Terreiro do Ilê Axé Jitolu, na busca de respostas, bem como para entender a pedagogia que nasce no terreiro Ilê Axé Jitolu. Como pontua Boaventura (2014, p. 20): “[...] a importância cultural e política do Ilê como elemento fundamental para a reversão dos valores e do lugar do negro na sociedade baiana, mudando objetivamente a maneira de ver e reconhecer o negro no espaço social da cidade”.

Nesse viés, o primeiro bloco afro do Brasil, Ilê Aiyê, que valoriza o corpo negro, a pele preta e enaltece a cultura africana e afro-brasileira, como movimento político que causa espanto, mudança na história do povo negro e de santo da capital baiana, segue cruzando as fronteiras para a visibilidade e fortalecimento da luta do povo preto. Nesses 46 anos, é válido destacar nessa narrativa que começou em 1974, quando nasce o Bloco Ilê Aiyê, início dos primeiros passos para a consolidação da associação carnavalesca do povo negro que surgiu no Curuzu e foi idealizada por Antônio Carlos dos Santos -Vovô do Ilê -e Apolônio de Jesus, com o apoio e a força de irmãos e amigos<sup>34</sup> e sob a benção da líder espiritual, guardiã da fé, Mãe Hilda Jitolu. A princípio, intenção era reunir amigos e pessoas negras que não participavam dos blocos carnavalescos tradicionais para que pudessem ter um espaço de diversão e lazer dentro do carnaval de Salvador. Sobre a criação do Ilê Aiyê, Valéria Lima, neta de Mãe Hilda, enfatiza: “O filho (de Mãe Hilda) e os amigos tiveram a ideia da criação do bloco, porém, o apoio de Mãe Hilda foi fundamental para a criação do Ilê Aiyê. O candomblé foi outro pilar do bloco, que nasceu no barracão do terreiro” (LIMA, 2014, p. 64).

Assim, de acordo com Lima (2014), com o apoio de Mãe Hilda - tanto espiritual como também pela cessão do terreiro para reuniões, encontros, ensaios, articulações políticas e orientações religiosas -, foram realizadas ações fundamentais para a consolidação do primeiro bloco afro do Brasil. “O Ilê Aiyê”, nome dado por Mãe Hilda, significa “Casa de Todos”, assim como a casa de Mãe Hilda, que sempre esteve aberta a todos que chegavam. Com as forças ancestrais do Axé do Jitolu, os amigos do Curuzu iniciam seus primeiros passos para o

---

<sup>34</sup> Dete Lima, Vivaldo, Ana Meire, Sergio Roberto, Jailson, Lili, Macalé, Eliete Celestino, Jeovandro, Maria Auxiliadora e mais indivíduos da comunidade do Curuzu.

enfrentamento das invisibilidades, dos preconceitos, das discriminações, buscando potencializar o protagonismo do povo negro dentro do carnaval, um evento de grande dimensão pública da cultura, arte, diversão, turismo, trabalho e do espaço político, através do “grito de resistência contra os desmandos históricos que oprimem a liberdade”(OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018, p. 7), de defesa dos direitos, reconhecimento e valorização da majestade que habita os corpos negros. Sobre isso, é significativo e revelador o que diz Vovô do Ilê (2019):

A gente observava que nos blocos da época como os Internacionais, Coruja, os Lords, Bloco do Barão, só saiam brancos. Aí surgiu a ideia de fazer um bloco só de negão. Também quero dizer que não fui proibido de sair no bloco dos Internacionais, a gente não tinha dinheiro e os negros só ficavam empurrando os carros alegóricos.

De acordo com Vovô do Ilê (2019), era preciso romper as barreiras e as fronteiras da exclusão no cenário carnavalesco de Salvador, ser protagonista, fazendo parte da cena e ver o “Ilê passar por aqui”, também desfilando e ocupando as ruas. O Ilê Aiyê desencadeia o processo inicial do Movimento Negro no Brasil, pela “afirmação de um discurso positivo contrativo da identidade étnica” (SOUSA JUNIOR, 2007, p. 16). Portanto, existia, nesses jovens da Liberdade, “o espírito do movimento negro, por curtirem os movimentos Black Power, Panteras Negras e as lutas por independência dos países africanos” (SANTOS, 2014, p.12).

A partir desse contexto, iniciam-se as lutas travadas e as conquistas do/pelo Ilê Aiyê para a valorização da autoestima, o combate ao racismo e o fortalecimento do “movimento negro educador”, o protagonismo do Movimento Negro na relação educação e movimentos sociais (GOMES, 2017, p. 42), a partir das idealizações de Mãe Hilda, onde “a educação entendida como processo de humanização” (GOMES, 2017, p. 43) foi um dos princípios para a implementação de ações educativas (Escola Mãe Hilda, Banda Êre, Dandarê) voltadas para a valorização da cultura africana e afro-brasileira. “Dentro deste processo, as organizações negras têm visto na educação uma das principais vias de tencionamento e reivindicação” (ANTUNES, 2019, p. 2), que passam a fazer parte do legado e desejo de Mãe Hilda Jitolu para a consolidação da história da educação que nasce no seu terreiro.

Nasce “a escola com um tempo mais humano, humanizador de esperança de vida” (ARROYO, 2002, p. 240) na Rua do Curuzu e do bairro da Liberdade, através dos dispositivos pedagógicos criados, elaborados, utilizados e apropriados a partir do território

sagrado<sup>35</sup>, as músicas, danças, festas<sup>36</sup>, instrumentos percussivos, toques sagrados, as fantasias, os tecidos e as histórias em estamparias vivas, a gastronomia<sup>37</sup>, os cadernos pedagógicos, os símbolos identitários<sup>38</sup> que apresentam uma tessitura política de transformação e corroboram para o fortalecimento do “lugar da educação na reprodução de saberes, poderes, subjetividades, as tecnologias de poder” (CARNEIRO, 2005, p. 2), a afirmação da identidade, valorização da autoestima, combate ao racismo e a promoção da educação antirracista, vinculadas às ações coletivas do Bloco Ilê Aiyê e à força das mulheres que fazem o Ilê no fortalecimento da resistência e da valorização da cultura africana e afro-brasileira para o Curuzu e o bairro da Liberdade.

### 3.1 AH, SE NÃO FOSSE O ILÊ: 46 ANOS DO ILÊ AIYÊ DE AÇÕES AFIRMATIVAS

“É amor ao Ilê, é o amor ao Ilê menina.  
É o amor ao Ilê...”

Agnaldo Pereira Guignio

**Figura 11 – Gratidão Ilê Aiyê**



Fonte: Arquivo pessoal Daiana dos Santos Ribeiro.

“Quero ver você Ilê Aiyê passar por aqui!”  
“O mais belo dos belos, sou eu, sou!  
Bata no peito, mas forte e diga,  
Eu sou Ilê!”

<sup>35</sup> Refiro-me ao Terreiro Axé Jitolu, o espaço sagrado, o lugar, o chão, o solo fértil do barro preto do Curuzu.

<sup>36</sup> Festa da Mãe Preta, Novembro Azeviche (é um mineral negro associado ao barro preto do solo do bairro da Liberdade e à pele negra), Noite da Beleza Negra, Festivais de música, saída do Ilê Aiyê e Saída da Banda Erê.

<sup>37</sup> A culinária misturada aos preceitos da religião de matriz africana, como a pipoca oferecida todas as segundas-feiras, o mungunzá e, nos dias festivos, com abará e acarajé.

<sup>38</sup> Turbantes, contas sagradas, plantas sagradas (espada de São Jorge), imagens de personalidades negras estampadas nas indumentárias, nos fardamentos, nas pinturas das paredes e as representações sagradas (Oxalá e Obaluaê) na sala da direção.

Não tem como não lembrar os versos que consagraram as composições do Ilê; versos que fazem parte da antologia poética, musical, política e cultural, canções que eternizaram e continuam escrevendo a história do Bloco Ilê Aiyê, também conhecido como “O mais belo dos belos” por causa de uma das suas canções mais populares - “Mundo Negro” -, de forte cunho afirmativo. É considerado um dos grandes clássicos do Ilê Aiyê, com composição de Paulinho Camafeu<sup>39</sup>, na qual cada verso que “reconstrói a identidade étnica-racial, o orgulho da sua pertença e a percepção da beleza” (SILVA, 2014, p. 90) de autoafirmação e de visibilidade ao povo negro: “Que bloco é esse? /Eu quero saber/É o mundo negro/Que viemos mostrar pra você pra você”, que serviram para consolidar atitudes de autoafirmação da população negra no Brasil.

São cerca de cinco décadas de celebração do surgimento do primeiro bloco afro, que nasceu na Bahia, no solo fértil da resistência do Terreiro Ilê Aiyê Jitolu, com o objetivo de preservar, valorizar e expandir a cultura africana e afro-brasileira (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 2006); Um grupo de jovens negros da Liberdade/Curuzu, interessados em desfrutar da diversão, do prazer, da alegria, de vivenciar os festejos carnavalescos, se deparam com um cenário excludente, da não participação do povo negro como protagonista e invisível nos festejos momescos dentro da cidade mais negra do Brasil.

Nesse sentido, Silva (2006, p. 9) afirma,

[...] fazer o Carnaval naquela época, numa cidade altamente segregacionista, com as avenidas da cidade, reservadas, basicamente, para os blocos de brancos, estaria significando brigar com o poder. Poder de exhibir, através dos corpos, indumentárias, ritmo, canto, dança e sentimentos a expressão cultural de origem africana.

Assim, Jonatas Conceição descreveu o cenário o qual o Ilê Aiyê enfrentou ao levar os corpos negros a ocuparem um território nunca antes demarcado/apropriado, por um bloco formado só por negras e negras, sendo protagonistas, mobilizando diversos setores da sociedade e pondo em pauta discussões e questões dos conflitos raciais (SILVA, 2004, p. 46). Rompendo as barreiras do silêncio e da invisibilidade acerca dessas questões, “descortina-se um cenário de disputas em torno do problema da racialidade, [...] da ação política” (CARNEIRO, 2005), de ser protagonista, um divisor de águas, adentrando o território

---

<sup>39</sup>O autor da proeza era um então jovem soteropolitano compositor do bairro do Pau Miúdo, chamado Paulinho Camafeu, ou Paulinho de Camafeu, apelido herdado de sua ligação com o legendário Camafeu de Oxóssi. O compositor baiano revolucionou o carnaval baiano ao iniciar a chamada “reafricanização” dos festejos. Mundo Negro (Que bloco é esse?) é uma de suas grandes composições de 1975. Viria, em 1977, a ser gravada por Gilberto Gil em seu disco “Refavela” e, em 1978, no disco do próprio Ilê.

momesco, até então, negados à população negra, periférica e soteropolitana para o desfile durante os festejos do carnaval, deixando explícito que as relações sociais se estruturam, sobremaneira, pelas relações de poder. Nesse contexto, Haesbaert (2004, p. 3) aborda que:

O ponto crucial a ser enfatizado é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder – e como todas elas são, de algum modo, relações de poder, este se configura através de uma noção suficientemente ampla que compreende desde o “anti-poder” [...] até as formas mais sutis do poder simbólico.

Simbolicamente, o território passa a ser demarcado e articula-se, através da arte, cultura, religiosidade e da política. O Ilê Aiyê, é o primeiro bloco afro a levar para as ruas a beleza africana e afro-brasileira, como uma das maiores festas tradicionais da Bahia através da música, que combina ritmos do candomblé e do samba duro com fantasias estampadas com histórias, memórias indenitárias, ancestralidades e a força da diáspora africana (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1996).

Consolidando-se as relações de poder que são demarcadas, constituídas, articuladas e (re) organizadas sobre o território, assim, devemos pensar as territorialidades fomentadas pelo Ilê Aiyê a partir da “multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos” (HAESBAERT, 2004, p. 3). É nesse contexto que é organizada a diretoria do bloco, criando-se a associação carnavalesca para fomentar as ações culturais, sociais e pedagógicas. Nesse contexto, as contribuições de Serpa (2013, p. 62) sobre territorialidade são significativas, pois alude que:

A territorialidade consolida, portanto, um controle político sobre o espaço, mas abarca outras dimensões, exprimindo-se também através de valores culturais e sociais, identitários e simbólicos, identidades essas que apresentam diferentes facetas: existencial, psicológica, sociocultural e mesmo poética.

Segundo Serpa (2013), são as ações de reorganização da coletividade, as territorialidades, que promovem as dinâmicas políticas, trazem as forças, os ensinamentos e as sabedorias ancestrais oriundas do Terreiro Ilê Aiyê Jitolu, que se fazem presentes e visíveis para a existência dessa coletividade, através do reconhecimento e exaltação dos valores culturais pertencentes à comunidade do Curuzu (festejos tradicionais) e do bairro da Liberdade. São marcos simbólicos de reconhecimento da identidade negra, da religião de matriz africana, dos valores ancestrais na educação, (re)construídos a partir da memória, da

tradição oral, no campo da arte e da música. Essa territorialidade recria o pertencimento, que passa a promover ações de enaltecimento desses valores culturais e sociais para a evolução das comunidades tradicionais ao longo da sua existência. A esse conjunto de ações também podemos denominar de ações afirmativas.

A esse respeito, o presidente e fundador do Ilê Aiyê afirma: “A gente começou a fazer com que o negro fizesse parte de ações afirmativas. As pessoas passaram a ter atitude: elas começaram a ter *dread*, *black power*, usar roupas coloridas. São atitudes que ajudamos a construir” (SANTOS, 2014, p. 22).

As ações afirmativas enfatizadas por Vovô do Ilê apontam os passos intencionais de tornar o corpo negro como território, demarcando o espaço político, possibilitando a visibilidade de ser negro. O bloco Ilê Aiyê torna-se uma importante referência de resistência do povo negro na contemporaneidade pela sua postura de valorização da cultura africana, objetivando o fortalecimento da consciência negra, o reconhecimento e o respeito da cultura afro-brasileira.

Assim, é necessário destacarmos que o primeiro desfile do Ilê Aiyê, em 1975, se caracteriza como a “primeira ação afirmativa em favor do corpo negro” (SILVA, 2014, p. 91) para incorporar, ao cotidiano, princípios da promoção da igualdade racial, o respeito às diferenças, a alteridade nas relações étnico-raciais em todos os espaços, lugares e instituições, através da a reeducação do olhar sobre o outro, reafirmando a dinâmica visual de pertencimento e fomento ao protagonismo negro, somados ao trabalho socioeducacional de valorização dos afrodescendentes como enfrentamento das desvantagens engendradas na estrutura da sociedade capitalista, as quais servem de sustentação dos pilares racistas e contribuem para a garantia da manutenção do sistema. Assim, com o propósito de combater o racismo, fez-se necessário criar essas estratégias. Desse modo, corroboramos que o corpo negro é político, é um espaço de resistência e de afirmação da identidade. É território ancestral.

Ainda de acordo com Silva (2014, p. 89), o Ilê Aiyê, enquanto entidade carnavalesca político/cultural, passa a ser um segmento embrionário da Lei 10.639/03 e redefinidor das ações do movimento negro, que reverberam em uma educação cujas concepções e ações cotidianas se orientam para a valorização de referências de culturas afro-brasileiras e africanas, tendo em vista a reeducação das relações raciais inseridas em uma proposta pluricultural. Desde 1974, inserido em um contexto de lutas contra a ditadura civil-militar no Brasil, o Ilê Aiyê vai seguindo com discussões no interior do MNU, pautando a produção e a veiculação de dimensões da cultura afro-brasileira e de tradições africanas ancestrais

religiosas como ações políticas que orientaram a formação deste movimento negro educador, voltada para defender e reivindicar os dispositivos normativos de promoção/realização de políticas de reparação, denominadas ações afirmativas.

Naquele contexto, Silva relembra que:

O Ilê Aiyê, enquanto entidade precursora do movimento negro dos anos de 1970 instituiu ações afirmativas, porque ações afirmativas constituem-se em práticas efetivas implementadas a nível institucional ou público em benefícios de indivíduos ou grupos em situação de carência social, política e humana (SILVA, 2004, p. 90).

Seguindo as indicações de Silva (2004), é possível perceber que as primeiras ações afirmativas realizadas pelo Ilê Aiyê possibilitaram reverberações políticas no sentido de ampliar muitos ecos de vozes e cantos de resistência dessa entidade negra, de homens e mulheres pretos/pretas que lutam para a afirmação da identidade formada a partir de raízes ancestrais africanas, recorrendo estrategicamente a assumir a narrativa de suas histórias porque elas não foram contadas por uma escrita da história que privilegiou o legado eurocêntrico. Tais iniciativas possibilitaram o engajamento especial do Ilê Aiyê no movimento negro como articulador de ações culturais e educativas, com recursos didáticos para fazer política, combater o racismo e ocupar espaços de poder que priorizam o patrimônio cultural africano e afro-brasileiro. Ou seja, segundo os dados apresentados no caderno comemorativo dos 45 anos do Ilê Aiyê (OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018, p. 9) usou “a cultura para reforçar ações afirmativas em favor do povo negro e se tornou precursor do movimento negro brasileiro”.

Outro ponto relevante é a valorização das mulheres negras pelo Ilê Aiyê. Os maiores símbolos da representatividade feminina foram a Mãe Hilda Jitolu e também a Deusa do Ébano na Noite da Beleza Negra, que ganhou ainda maior destaque no concurso<sup>40</sup> seguido da coroação e da entrega do manto, o qual é, ao mesmo tempo, um símbolo das tradições africanas e uma consagração anual festiva das mulheres negras como rainhas do ano. Para Maia (2014, p. 210) “[...] a aparência, objeto de discriminação, se tornou uma marca de reconhecimento da “estética-estratégica” de exaltação da beleza negra.

---

<sup>40</sup> Evento realizado há 40 anos pelo Ilê Aiyê para eleger a Rainha do Bloco, a Deusa do Ébano. Vale destacar que as mulheres negras que são eleitas não perdem seu título - permanecem Deusas do Ébano, só cedendo o lugar a cada ano para a nova rainha representar o bloco durante todo o ano do seu reinado.

Nesse contexto, Lima (2014, p. 78) considera que

Tendo como maior símbolo de representatividade uma mulher negra, o Ilê Aiyê acabou por influenciar positivamente as mulheres negras como um todo, que se sentem representadas, tanto na figura de Mãe Hilda, como na beleza e expressividade das Deusas do Ébano do Ilê, eleitas anualmente na Noite da Beleza. A exaltação da mulher negra, em todos os seus aspectos, faz do bloco uma referência, quando se trata do assunto.

Lima (2014) chama a atenção para o reconhecimento à Mãe Hilda Jitolu, de modo especial, entre os filhos do terreiro, os protagonistas do Ilê Aiyê e membros do movimento negro, artistas e intelectuais de diversos campos do saber. Ressaltamos a sua importância como guia espiritual na contribuição para o surgimento e manutenção do bloco, sendo incentivadora e idealizadora dos principais projetos mantidos pela Associação Carnavalesca Ilê Aiyê, como a Escola Mãe Hilda (1988), Escola Band'Erê (1992), Projeto de Extensão Pedagógica (1995), Cadernos Pedagógicos (1995), Escola Profissionalizante e o Grupo de Idosos Dandarê (2006).

Nesse sentido, Vivaldo Benvindo dos Santos (2019), considera que

Mãe Hilda contribuiu em todos os sentidos falando. Foi a grande incentivadora no início do bloco, desde o primeiro ano quando tivemos a ideia, apoiou quando começamos, apoiou com a presença dela no primeiro desfile quando surgiu o boato que nós podíamos ser presos. E foi aí que ela disse que a pretensão não era sair no bloco, mas quando surgiu a ideia que nós iríamos ser presos ela falou “Se vocês vão ser presos, eu também vou!” [...] ela foi ali dando aquele apoio moral com a presença física dela. É com certeza foi muito importante. [...] tudo que o Ilê é hoje, nós devemos muito a presença dela, tanto espiritualmente, como fisicamente também no primeiro desfile do Ilê Aiyê.

A narrativa de Vivaldo Benvindo dos Santos, enfatiza que a força e as bênçãos de Mãe Hilda, a matriarca do Curuzu, foi fundamental para a consolidação e enfrentamento dos desafios do Ilê Aiyê em todos os momentos, pois se fez presente como guia espiritual, compondo a diretoria do bloco e enfatizando o seu apoio incondicional, principalmente nos momentos de dificuldades, “apertos” financeiros para quitar algumas dívidas, acrescenta ainda o seu filho Vilvado Benvindo dos Santos (2019):

Se não fosse Mãe Hilda o Ilê não existiria, porque nós devemos tudo a Mãe Hilda; se não fosse Mãe Hilda, o Ilê não existiria, tem uma coisa que eu não falei antes, Mãe Hilda foi a primeira pessoa que acreditou, que financiou o Ilê Aiyê, mesmo ela sendo assim empreendedora, naquela época ela vendia

comida em porta de fábrica pra ajudar a nos criar, então, hoje chamamos assim, empreendedora [...] foi assim, a primeira financiadora que nos falamos assim, porque logo no primeiro ano que nós saímos de calçados, ficamos devendo a um sapateiro daqui da comunidade, depois ficamos devendo porque o dinheiro não deu pra pagar, aí como esse sapateiro era colega de meu pai de dominó dia de domingo, então, ele ficava falando com meu pai que a gente tava devendo, e meu pai chegava em casa ficava falando e nós ficávamos calados e minha mãe todo final de mês quando pegava o dinheirinho dela dava um pedaço a Vovô pra ir pagando até terminar de pagar. E depois esse sapateiro que era amigo da minha mãe e do meu pai virou educador daqui da Banda Erê, na escola profissionalizante trabalhou durante muitos anos aqui, ensinando o ofício de sapateiro.

Assim, é de grande relevância destacar o papel da mulher negra, desde o período da escravidão, através da força do seu trabalho, até os conflitos e confrontos de combate à escravidão. É nesse cenário de protagonismo no combate às opressões sobre o povo negro que destacamos o empoderamento de Mãe Hilda para além do êxito do Ilê Aiyê, bem como para a manutenção da sua família.

A partir da apropriação do território e das territorialidades incorporadas em empreendedorismo ancestral político, visualizamos a resistência como prática para a liberdade. O fortalecimento das identidades, o combate ao racismo a partir do terreiro, da escola, e do bloco Ilê Aiyê nos possibilita fazer alusão aos ensinamentos de Santos (2011, p. 14) acerca do território:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais, e espirituais e do exercício da vida.

Assim, Santos (2011) nos apresenta a grande dinamicidade acerca do território como palco da atuação cultural, social, econômica e espiritual para a consolidação desse espaço negro ancestral e de grandes experiências de vida, de pensar o território a partir das necessidades e dos desafios de apropriar-se como espaço de fomento da cidadania, com o uso e as trocas a partir da força do trabalho, dos saberes que são reverberados. Assim, temos como destaque o surgimento da Escola Mãe Hilda, que foi sendo construída nesse território fértil, com trocas de saberes, através dos ensinamentos para/do Ilê Aiyê, reforçando a afirmação da identidade, da educação plural e ancestral de valorização da mulher negra e da cultura africana e afrobrasileira para a comunidade do Curuzu e da Liberdade.

Diante do exposto, temos a importância da força da mulher negra no Ilê Aiyê, que demarca e se apropria do território e constrói seu espaço de luta, resistência e coragem, como destaca Edilene Alves<sup>41</sup>,

O Ilê Aiyê é um divisor de águas. Eu digo que eu conheço todos os continentes, mais de 20 países é por conta dele. Por conta do que fiz dentro da Senzala. Ele me trouxe uma formação política enquanto mulher negra, educadora e é um reformulador de vidas. Não só pra mim como para toda a minha família. Todo o mundo que conhece o Ilê Aiyê passa por essa transformação de conhecimento. A Senzala do Barro Preto é uma casa da revolução, um quilombo para formar pessoas através da arte, com acolhimento e afeto (ALVES, 2020).

Edilene Alves, através dessa narrativa nos dá pistas de que é a força ancestral do Ilê Aiyê que, nesse solo, fortalece, transforma vidas e possibilita a formação política no papel de ser mulher negra, tornando-se um território de saberes, ousadia e coragem, como lugar de acolhimentos e afetos.

### 3.2 PROJETO DE EXTENSÃO PEDAGÓGICA DO ILÊ AIYÊ: SOB AS BÊNÇÃOS DE MÃE HILDA

**Figura 12–Metodologias que dialogam com os corpos negros**



Fonte: Aurelielza Nascimento Santos (2019).

<sup>41</sup> Deusa do Ébano em 2009, bacharela em administração, coreógrafa e produtora artística. É responsável pelas coreografias do balé da Banda Aiyê.

O Ilê Aiyê, da semente que foi plantada, semeada no barro preto do Curuzu, nasce o broto, cresce e torna-se uma árvore frondosa, com raízes fincadas na ancestralidade que oferece seus frutos para a implementação de mais uma ação afirmativa. Idealizado pelos diretores do Ilê Aiyê, nasce o Projeto Pedagógico de Extensão (PPE), criado em 1995, com o objetivo de sistematizar e ampliar as ações educacionais em parceria com diversas entidades, fundamentais para a consolidação de um trabalho pioneiro e significativo, antes mesmo da aprovação da Lei 10.639/03, junto ao corpo docente das instituições públicas do território da Liberdade/Curuzu, as quais realizam o projeto pioneiro de educação continuada na perspectiva pluricultural. Durante a consolidação desse trabalho, o Ilê Aiyê esteve pautado no desenvolvimento de “um trabalho de autoestima negra, através do passado ancestral, da análise do cotidiano e do estímulo a um projeto transformador” (OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018, p. 19). Dessa forma, o Ilê Aiyê torna-se muito mais que um bloco, torna-se um projeto político educacional e social.

A grande inspiração para o surgimento dos projetos de educação do Ilê Aiyê foi a Escola Mãe Hilda, inaugurada em 1988. Mãe Hilda abriu as portas do seu terreiro para educar; mesmo não sendo alfabetizada pela percepção da leptoescrita<sup>42</sup>, ela compreendia o grande valor da educação da vida através da leitura de mundo. Assim, Paulo Freire (1989, p. 9) nos fala que é um

[...] processo que envolvia uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele.

As leituras feitas por Mãe Hilda através da “leitura” do mundo, do pequeno mundo em que a movia, a leitura da escolarização da vida, “palavra mundo” (FREIRE, 1989, p. 9) dos saberes ancestrais e dos Orixás, lhe possibilitaram compreender o grande papel transformador da educação escolar, ao idealizar uma escola na comunidade negra do Curuzu, no seu chão, no seu terreiro, no seu lugar, pois, dos saberes já construídos, a ela só faltavam os grafemas<sup>43</sup>.

Mãe Hilda, ao falar na abertura do Primeiro Encontro de Educação do PEP<sup>44</sup> do Ilê Aiyê, afirmou que “O Candomblé sempre foi casa de ensinamento” (OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ,

<sup>42</sup>Habilidade (adquirida) de poder ler e escrever (DICIONÁRIO INFORMAL).

<sup>43</sup>Unidade de um sistema de escrita que, na escrita alfabética, corresponde às letras (e também a outros sinais distintivos, como o hífen, o til, sinais de pontuação, os números etc.); na escrita ideográfica, corresponde aos ideogramas.

<sup>44</sup> Projeto de Extensão Pedagógico do Ilê Aiyê.

2018, p. 19). Como Yalorixá do Ilê Axé Jitolu, ela sabia da sua formação ancestral, rica de saberes, valores de tantas histórias não ensinadas nos currículos oficiais de ensino, como estratégia de negação, preconceitos e intolerância religiosa imposta pela sociedade capitalista, a qual sempre se apoiou em pilares racistas.

Nessa perspectiva, é significativo pontuar que “Mãe Hilda sempre permaneceu ao lado de seus filhos, acreditou nos seus ideais” (LIMA, 2014, p. 65) e sonhos. O Ilê Aiyê educador firma ações pedagógicas com metodologias que dialogam com os corpos negros que também nasceram no terreiro, como a Escola Mãe Hilda, para o mundo, sob as bênçãos da matriarca do Ilê Axé Jitolu, como afirma Vivaldo Santos (2019),

É como nós falamos do Ilê Axé Jitolu para o mundo. Isso foi criado dentro daquele barracão, quando iniciaram as primeiras reuniões, porque eu costumo dizer que o Ilê não foi assim um “estalo de dedo”, como muitos blocos e muitas associações. O Ilê tinha que acontecer, foi uma coisa que foi construída ao longo do tempo, pela criação, pela formação que nós tivemos com ela, a autoestima que nós fomos criados, por ter nascido dentro de um terreiro de Candomblé, então, eu e minha família, e muitas outras famílias aqui do Curuzu, nunca tivemos a vergonha de ser negros, a referência que tínhamos dentro de casa. Eu nunca tive esse problema de ser negro nem na escola onde estudei, de ter cabelo crespo e minhas irmãs usarem cabelos trançados. Isso é importante da criação que tivemos, nós nunca negamos que nós nascemos dentro de um terreiro de candomblé, tudo isso nos fortaleceu. [...] A gente não pode falar do Ilê sem falar, minha mãe que abriu o barracão dela e só tinha os jovens negros da periferia.

O Ilê Aiyê educador apresenta seu projeto transformador de educação continuada, que extrapola o âmbito da Rua do Curuzu, do bairro da Liberdade e adentra em outros territórios educacionais da capital baiana, para ampliar e fortalecer o autoconhecimento de professoras e professores, que atuam em escolas circunvizinhas, sobre as trajetórias afro-brasileiras e africanas. Também passa a produzir os cadernos pedagógicos, com histórias que abordam temáticas relacionadas àquelas trajetórias que são apresentadas e veiculadas como temas de estudo, a partir dos quais são organizados os defiles do bloco, materiais pedagógicos que servem de suporte para as escolas do Ilê. Também trazem orientações para a composição das letras das músicas, ritmos, trilhas sonoras e performáticas, estampas das fantasias e alegorias que, entre outros suportes, servem de base/objeto de pesquisas acadêmicas e outras referências, pois são importantes para a construção de valores civilizatórios antirracistas e emancipatórios.

Ainda sobre essa temática, Gomes (2011, pp. 49-50) indica que os projetos educativos construídos pelo Movimento Negro no Brasil são emancipatórios:

A emancipação, entendida como transformação social e cultural, como libertação do ser humano, sempre esteve presente nas ações da comunidade negra organizada, tanto no período da escravidão quanto no pós-abolição e a partir do advento da República. O fato de essas ações serem projetos e propostas construídos por um povo que tem a sua história e a sua cultura desenvolvidas no contexto da colonização, da dominação, da escravidão, do racismo e da desigualdade social e racial atesta o caráter emancipatório das lutas e da organização política dos negros no Brasil e na diáspora. Esse caráter também é atestado pelas mudanças sociais, educacionais, culturais e políticas que a comunidade negra em movimento consegue imprimir nos vários países da diáspora africana.

Com base nas reflexões de Gomes, compreendemos que a emancipação através da educação, constitui-se em um grande poder transformador. A emancipação é uma grande conquista política que ganha força a partir da práxis humana, oriunda de uma luta contínua em prol da liberdade dos sujeitos, com a intencionalidade política de engendrar transformações sociais. Portanto, pensar as vidas protagonizadas e marcadas sobre os resquícios da escravidão, das dores, da desumanização, da opressão, do não direito e da negação, deve ter, como foco, a superação das barreiras erguidas pelos pilares das desigualdades raciais, que se desdobram em uma série de outras desigualdades, a saber: sociais, escolares, de classe, de emprego, renda, segurança, saúde, etc. A esse respeito, Gomes (2011, p. 45) contribui para a ampliação das reflexões ao aprofundar o conhecimento sobre o papel da escola segundo o Movimento Negro, os intelectuais e os demais movimentos sociais que se mantêm atentos à luta pela superação do racismo na sociedade:

Estes grupos partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afrobrasileiros e por uma formação cidadã. Acreditam que a escola, sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção para a diversidade.

Nesse sentido, Gomes (2011) aponta a importância de uma educação pautada na representatividade a partir da valorização e do reconhecimento da história do povo negro africano e afro-brasileiro para a construção da identidade e da promoção de uma educação, que tenha, como norte, a construção de um projeto educativo emancipatório “político com possibilidade da reeducação das relações étnico-raciais” (SANTOS, 2003, p. 115).

### 3.3 A IMPORTÂNCIA DO ILÊ AIYÊ PARA O ENFRENTAMENTO DO RACISMO

#### Chão Sagrado Ilê Aiyê

A minha pele é negra  
Tenho orgulho de dizer  
Sou do Curuzu  
Sou Liberdade  
Sou do bloco Ilê Aiyê  
Abri as portas para o mundo  
Sou de descendência africana  
Respeito a minha ancestralidade  
De Zumbi a Mandela (...)  
Jailson e Apolônio

**Figura 13 –O charme da Liberdade**



Fonte: Arquivo do Bloco Ilê Aiyê.

O papel político e o pioneirismo do bloco afro Ilê Aiyê, que decidiu romper com o racismo no carnaval de Salvador ao colocar negras e negras para desfilar o corpo negro como um ato de protesto e valorizando a autoestima, foi um divisor de águas ao romper as estruturas da invisibilidade e reafirmar a resistência negra, tornando-se uma entidade político-cultural representativa e de referência na luta do povo negro, do Terreiro Ilê Axé Jitolu, da Rua do Curuzu e do bairro da Liberdade para o mundo. Dentro dessa trajetória de resistência, no seu primeiro desfile de carnaval, em 1975, o *Jornal A Tarde* assina uma nota que classifica o Ilê Aiyê como “Bloco Racista”:

Figura 14 – Nota destoante



Fonte: Museu do Ilê Aiyê. Disponível em: <https://www.facebook.com/museudIA1/>. Acesso em 18 de abril de 2020

Como não existia racismo no Brasil? Por que um bloco afro? Por que o mundo negro? E só negros faziam parte desse bloco? Por que a classificação de bloco do racismo? São questionamentos, e tantos outros, necessários no desvelamento de uma sociedade racista, que se levanta, muitas vezes, para ecoar vozes preconceituosas. Quanto ao primeiro do Ilê Aiyê, em um momento de diversão, o carnaval, que também é excludente, faz *apartheid*, os jovens negros da periferia levam para a avenida a sua beleza, a afirmação da identidade e a denúncia, inspirados no Movimento Black Power<sup>45</sup>. Nesse cenário cabe lembrar Malcolm X, ao pontuar: “se você não cuidar, os jornais farão você odiar as pessoas que estão sendo oprimidas e amar as pessoas que estão oprimindo”, ou seja, o jornal de grande circulação no estado da Bahia traz uma nota que descaracteriza o desfile do bloco afro da periferia Liberdade/Curuzu. Contudo, o Ilê Aiyê não desistiu, não recuou, permaneceu ativo, combativo, “explicitando a questão étnica no processo de afirmação de uma identidade cultural, de origem africana, reconstruída” (SIQUEIRA, 1996, p. 43), e a Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê tem como missão:

<sup>45</sup> Black Power significa “poder negro” na tradução literal do inglês para o português, e ficou conhecido como um movimento que evidenciava a cultura e a resistência negra numa sociedade predominantemente racista. O cabelo black power é um dos principais símbolos desse movimento cultural que começou a ganhar destaque nos anos 1960 e 1970, principalmente nos Estados Unidos. Os símbolos do Black Power estiveram aliados ao discurso do nacionalismo negro propagado pelos Panteras Negras (Partido Político de Autodefesa Panteras Negras, de 1966 até 1982). Disponível em: <https://www.significados.com.br/black-power/>. Acesso em 08 de maio de 2020.

[...] preservar e expandir a cultura negra na sociedade, visando agregar todos os afrodescendentes na luta contra o racismo e suas mais diversas formas de discriminação, desenvolvendo projetos carnavalescos, político- culturais e educacionais, resgatando a autoestima e elevando-a em nível de consciência crítica. Tal missão vem sendo vivenciada através da arte e da cultura, principalmente ligadas à música e a dança e de ações educacionais formais, informais, voltadas prioritariamente para crianças e adolescentes da comunidade na qual está inserida (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 2006, p. 3).

Assim, é importante destacar a luta do Ilê Aiyê com a implementação da sua pedagogia antirracista, no seu papel político e social de formar sujeitos conscientes e capazes de intervir diante do racismo estrutural, pois “o debate sobre racismo se mostra urgente quando falamos de mídia e de acesso a recursos para as produções audiovisuais” (RIBEIRO, 2019, 73).

Segundo Guimarães (2003), trazendo um pouco do percurso e organização do movimento negro, em 1945 as organizações negras passaram a enfatizar a existência do preconceito de cor no Brasil; porém, nutria-se a crença de que a ideologia da democracia racial fosse capaz de salvaguardar a mobilização política e cultural dos negros. Só em 1964, a concepção de que o Brasil respirava democracia racial foi refutada, por ser considerada um mito. Nos anos 1970, a ênfase da mobilização negra estava voltada para a denúncia e o combate à discriminação racial, o que marcadamente diferenciou a luta desse período dos anteriores, uma vez que a pobreza dos negros passou a ser vista como consequência das “desigualdades de tratamento e de oportunidades de cunho racial” (GUIMARÃES, 2003, p.192).

Analisando os dados publicados em diversos relatórios que mapeiam os índices das desigualdades no Brasil, a exemplo do informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, divulgado pelo IBGE em 13/11/2019, podemos dizer que o racismo permanente, na sociedade, é uma das matrizes das desigualdades tão arraigadas no comportamento diário dos brasileiros. Sobre a manutenção do racismo como elemento que estrutura a sociedade, Sant’Ana (2005, p. 49) enfatiza que

[...] as marcas do racismo e suas maléficas consequências permanecem, já que estes preconceitos sobrevivem às gerações. A discriminação e o preconceito foram se fortalecendo no dia a dia, criando fortíssimas raízes no imaginário popular, chegando ao ponto no qual nos encontramos hoje. O racismo tornou-se uma ideologia bem elaborada, sendo fruto da ciência europeia a serviço da dominação sobre a América, Ásia e África. E esta ideologia racista ganha força a partir da escravidão negra, adquirindo estatuto de teoria após a revolução industrial europeia.

Desse modo, compreendemos que as desigualdades que excluem e marginalizam negros e negras são elementos estruturais da nossa sociedade, naturalizados e justificados por discursos e práticas inferiorizantes como a matéria do jornal A Tarde e os dados do IBGE.

Retomando a discussão sobre o surgimento do Ilê Aiyê, corroboro o pensamento de Siqueira (2014, p. 124) que descreve a simbologia dos festejos carnavalescos como “uma festa diferente: um carnaval revolucionário, étnico-racial, engajado socialmente, comprometido na luta contra o racismo”, Silva (2004, p. 37), abordando esse tema, reforça:

O surgimento do Ilê Aiyê no carnaval da Bahia de 1975 instaura uma ruptura na grande festa popular brasileira. O bloco autodenomina-se bloco afro, com o objetivo principal de narrar a História Africana no carnaval. O Ilê Aiyê foi a maior invenção da juventude negra baiana dos anos setenta do século vinte, e ao desfilar como bloco afro, apenas com negros e negras como protagonistas, mobiliza diversos setores da sociedade baiana – carnavalescos ou não – a pôr em pauta de discussão a questão dos conflitos raciais brasileiros (SILVA, 2004, p. 37).

Destarte, faz-se necessário destacar que há 46 anos os jovens negros da periferia de Salvador se levantam contra o racismo ao saírem da Rua do Curuzu, para ocupar os espaços demarcados pela segregação e *apartheid*, durante o carnaval, com seu discurso político, com suas cores e com protestos em duas dimensões fundamentais - a fé e a luta, através da força ancestral do Terreiro Ilê Axé Jitolu e do fortalecimento da negritude que apresenta à população negra uma outra história do seu povo, do continente africano com todo o seu esplendor/grandeza ao ecoar vozes contra o racismo e a luta empreendida pelo fortalecimento do movimento negro baiano/brasileiro contemporâneo. Complementando essa abordagem, trazemos o posicionamento de Ribeiro (2019, p. 21), destaca que “reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo. [...]. Dizer que determinada atitude foi racista é apenas uma forma de caracterizá-la e definir seu sentido e suas implicações”.

Podemos considerar, então, que o Ilê Aiyê não se calou e denunciou/denuncia o racismo impregnado, vivo e presente na estrutura da sociedade a partir de um programa político que nasce com a criação do seu bloco afro e de todos os projetos políticos, educacionais e antirracistas, desenvolvidos com crianças, jovens e idosos, na Rua do Curuzu, para a valorização das culturas africanas e afro-brasileiras.

De acordo com Bacelar (2001, p. 136), esses blocos “com grande primazia entre os jovens negros, de forma dinâmica, reinventaram as raízes africanas, nas danças, na música, na percussividade, nos adereços corporais, criando um referencial de negritude nitidamente identificado com a nossa africanidade”. Conforme Araújo (2003, p. 220), “Para compreender

o processo permanente de elaboração da identidade negra neste país africano da Bahia, é necessário, sobretudo, não esquecer o cordão umbilical pelo qual os baianos acreditam estar ligados a África”.

Desse modo, podemos dizer que o Ilê Aiyê sai do Curuzu para o mundo, os tambores de África, que fizeram com que o povo negro se reconhecesse como sujeito desse território. Enquanto a folia do carnaval mostrava a segregação dos sujeitos, o Ilê Aiyê também vinha com toques percussivos e as vozes cantando as nossas tradições, daí começamos a descobrir a África em nós, a força ancestral de um passado que nos foi negado pelas letras e melodias militantes.

Nesse sentido, Silva (2004, p.12) aborda que “é explícito em suas canções, denunciam o combate sistemático ao racismo e quer mostrar, à população, a cultura africana em todo o seu esplendor e grandeza”. Já de acordo com Silva (2014, p.90), “o Ilê Aiyê, constitui-se como um segmento embrionário da Lei 10.639/03, um redefinidor das ações do movimento negro na sua busca por uma educação pluricultural”.

Com o pioneirismo do Ilê Aiyê, surgem vários blocos afros – Olodum, Malê de Balê, Araketu, entre outros – e de afoxés, como alternativa para a população negra baiana participar do carnaval de Salvador, trazendo para a festa elementos das culturas africanas e afro-brasileiras e a denúncia do preconceito étnico-racial contra os negros, o que hoje se intitula como racismo estrutural (ALMEIDA, 2018)

Assim, Vivaldo dos Santos destaca os seguintes versos da canção em comemoração aos 21 anos<sup>46</sup> de história e resistência, a maioria do Ilê Aiyê: “*Minha nação é Ilê/Minha epiderme é negra/Lindo é subir o Curuzu/Difícil é chegar na cidade*”. A partir desses versos, narrados por um dos diretores do Ilê, que é lindo sair do Curuzu, mas difícil chegar na cidade, o mesmo pontua que a cidade é negra, mas é racista, ou seja, reflexo das exclusões permanentes na estrutura da sociedade. Ao longo dos 46 anos, o Ilê permanece na luta contra o racismo, no seu discurso, nas suas músicas, na valorização e no reconhecimento da ancestralidade, além do debate permanente antirracista.

Segundo Simone Ferreira Mota<sup>47</sup> (2020), professora que leciona na Escola Mãe Hilda,

Não existe discriminação na minha turma, as crianças não sabem o que é racismo, alguém precisa ensinar. O racismo é criado pela sociedade, a criança

---

<sup>46</sup> A música “Ilê ímpar” foi a composição escolhida para a comemoração dos 21 anos de história e criação do primeiro bloco afro do Brasil.

<sup>47</sup> A professora Simone Ferreira Mota, Psicopedagoga e Licenciada em Matemática é a professora do Grupo 3 e 4 da Escola Mãe Hilda. Entrevista concedida para dados desta pesquisa, sobre a prática pedagógica antirracista e a importância do Bloco Ilê Aiyê como projeto educativo.

é fruto do meio, não percebo neles (alunos) o racismo. Eu ensino para eles (alunos) se afirmarem como negros e ter a autoestima. É necessário para que os alunos se amem, se achem lindos, se afirmem, como negros. As músicas do Ilê Aiyê são importantes para isso, valorizar a autoestima: ‘Quem é que sobe a ladeira do Curuzu? /E a coisa mais linda de se ver? /É o Ilê Aiyê/O Mais Belo Dos Belos/Sou eu, sou eu/Bata no peito mais forte/E diga: Eu sou Ilê’. A dança é trabalhada com os alunos e com a Banda Erê, em parceria com a professora Daiana Ribeiro e também tem aula de toques sagrados para identificar os sons dos instrumentos<sup>48</sup>.

Considerando o modelo de educação oficial, que muitas vezes silencia diante das discriminações, do racismo, do preconceito e da indiferença, a atuação pedagógica contribui para que se pense em alternativas e problematizações acerca dessas demandas, que se mostram fundamentais. Assim, a partir da narrativa da professora Simone, tem-se uma escola que reconhece o pertencimento, a autoestima e que se apropria e constrói outros dispositivos de combate ao racismo e para a valorização da cultura, destacando a música e a dança. Outro ponto relevante no excerto, refere-se ao reconhecimento de que as crianças não são racistas, mas que a sociedade cria o racismo e o reproduz. Essa narrativa da professora nos leva a parafrasear o pensamento de Nelson Mandela: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se pode aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”. Considerando essa concepção, destacamos que a prática pedagógica aludida constrói a sua mediação iluminada por esses princípios.

Reconhecer que a sociedade é racista e conhecer as suas formas de reprodução é fundamental para reescrevê-la antirracista. Nessa direção, Lopes (2005, p. 187) pontua que “é preciso insistir sempre que a sociedade brasileira é preconceituosa e discriminadora em relação a sua população”, pois é através dessa percepção que as políticas de ações afirmativas e a pedagogia antirracistas deverão ser implementadas para combater essas desigualdades.

Outro ponto relevante sobre a pedagogia do Ilê é citado pela Professora Iana Marucha<sup>49</sup>(2020):

A gente não precisa sair do Ilê para procurar estratégia de trabalho de combate ao racismo, a gente tem todo um aparato aqui dentro do Ilê, têm todos os recursos para trabalhar qualquer tipo de disciplina, qualquer tipo de conteúdo, e aí, por exemplo, a gente tem as músicas, as canções do Ilê,

<sup>48</sup> De acordo com Sandro Teles, surdo, repique, caixa e timbal são os principais instrumentos que formam a batucada do Ilê.

<sup>49</sup> Professora do Grupo 5 da Escola Mãe Hilda, especialista em Psicopedagogia, licenciada em Pedagogia, Fisioterapeuta e cantora da Band’ Aiyê do Ilê Aiyê. Participou do Projeto da Band’ Erê. Entrevista realizada para dados dessa pesquisa em março de 2020.

primeiro a gente tem o tema, que é, algo que é, estudado, que é pesquisado e isso, eu trabalho os temas e trago como estratégia para o meu trabalho o ano todo. Em cima do tema, eu trabalho a disciplina de português, matemática, história, geografia, todo baseado em cima do tema. O tema traz para gente, músicas, músicas que trazem as poesias. Aí eu trago quem é o compositor, a identidade desse compositor. Quem é esse cara que pensou essa música e que ganhou um concurso? Pra ter essa a música cantada no carnaval dentro de um bloco! Quem é esse, cara? Que mais, os cadernos de educação do Ilê que sempre traz história, né, com foco em África e geralmente com temas importantes.

É importante destacar o papel político e de enfrentamento ao racismo que o Ilê Aiyê realiza e nos oferece, a partir de uma proposta pedagógica pautada em uma ação antirracista, que é de fundamental importância para o combate permanente de discriminações, através da música, da história do Ilê Aiyê, da produção documental e das pesquisas realizadas e publicadas, através dos cadernos pedagógicos, que trazem a história da África, da diáspora, da pluralidade e de valorização dessas histórias que foram e que ainda são negadas e não contadas sobre o povo negro.

**Figura 15 - Bancada localizada na Senzala do Barro Preto**



Fonte: Registro de Luiza Nascimento(2019).  
Disponível em: <<https://leiamais.ba/especiais/bloco-ile/>>. Acesso em 20 de abril de 2020.

É importante destacar o papel da representatividade e da afirmação do Ilê Aiyê na Liberdade/Curuzu, como descreve a Professora Jéssica Letícia Silva<sup>50</sup> (2019, p. 3),

Como eu sou nascida e criada na Liberdade/ Curuzu, o que acontece? A gente já nasce e cresce, vendo o Ilê nas músicas e nos traços da comunidade O Ilê veio para mostrar que o negro é beleza, sim, é traço sim, mas também é inteligência, o poder, é, é a afirmação, é o ideal, é muito importante, o Ilê Aiyê, a instituição, o nome. O que a gente vive aqui dentro é muito importante, a banda é muito importante e que também eles têm os projetos de extensão, para além da banda principal, Escola Mãe Hilda, a Banda Erê. Eu posso definir o Ilê em algumas palavras: autoafirmação, identidade, subjetividade, o encontro com sigo mesmo, aquilombamento, porque isso aqui é um quilombo.

É a voz que descreve o sentir, o pertencimento, o lugar, a afirmação e a potencialidade que nos apresenta a força do Ilê Aiyê, que traz na sua história de resistência, um papel político sociocultural que derruba padrões impostos de cunho racista, na perspectiva de reconhecer e afirmar a inteligência negra de acordo com a representatividade daqueles que são a maioria da população e que se declaram como pretos e pardos nesse país. Isso tudo, é a potencia do Ilê Aiyê, dito pelo sentido e significados das palavras destacadas pela narrativa da professora Jessica Letícia Silva.

### 3.4 O ILÊ AIYÊ E A VALORIZAÇÃO DA MÃE PRETA<sup>51</sup>: SALVE, SALVE MÃE HILDA E TODAS AS MULHERES PRETAS

#### **Mãe Preta**

Mãe Preta  
Trinta anos de fé  
Dos quais destinados  
Ao culto do candomblé

Euá colonaê didewá nagô  
Agô agolonã  
Eki maior didewá nijeô

<sup>50</sup> Professora do 3º ano da Escola Mãe Hilda, licencianda em Pedagogia da UNEB, 8º semestre. Entrevista disponível em: <<https://leiamais.ba/especiais/bloco-ile/>>. Acesso em 19 de abril de 2020.

<sup>51</sup> A expressão surge na colônia, quando as mulheres escravizadas eram obrigadas a amamentar a prole dos donos brancos. Disponível em: <[https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/ile-aiye/o-feminino/?content\\_link=5](https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/ile-aiye/o-feminino/?content_link=5)> Acesso em 19 de abril 2020.

**Figura 16 – Mãe Preta do Ilê Aiyê**



Fonte: Arquivo do Bloco Ilê Aiyê

É preciso pedir licença para adentrar neste território ancestral que reverencia a saudosa guia espiritual do Jitolu, a Mãe Preta<sup>52</sup> do Ilê Aiyê. Desde 1979, o bloco afro Ilê Aiyê celebra, no dia 28 de setembro, o Dia da Mãe Preta. Durante uma semana de comemorações, o objetivo principal desse evento cultural – a Semana da Mãe Preta - era homenagear Mãe Hilda, para comemorar o aniversário de seu sacerdócio no candomblé. Posteriormente, além da homenagem, a Semana da Mãe Preta tornou-se um evento de valorização e reconhecimento da mulher negra no processo de regaste civilizatório brasileiro:

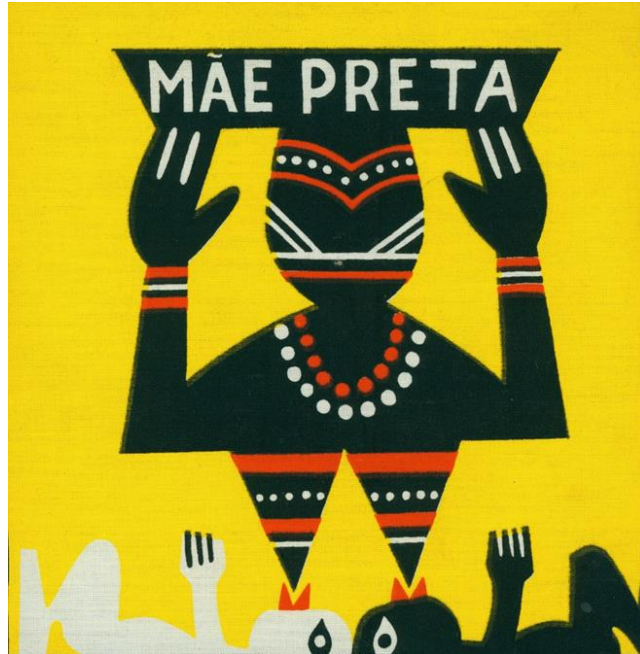
Semana da Mãe Preta do Ilê Aiyê, como referência peculiar de ressignificação e memória da maternidade sob o cativo. Não por acaso, a Semana da Mãe Preta é uma homenagem à Mãe Hilda, matriarca e líder espiritual do Ilê Aiyê, que nesse contexto, representa as muitas Mães Pretas da Bahia e do Brasil na atualidade, sendo, portanto, uma Yalorixá bastante conhecida nacional e internacionalmente (LIMA, 2015, p. 8).

A celebração dessa festa também nos possibilita tecer novos olhares e novas perspectivas sobre essa mulher negra na contemporaneidade, mais um reconhecimento e valorização do protagonismo da mulher negra na sociedade.

---

<sup>52</sup> A nomenclatura Mãe Preta simbolicamente representa uma gama de mulheres negras e trabalhadoras, yalorixás e escritoras, professoras e domésticas, donas de casa e artesãs, entre muitas outras profissões e ocupações, mulheres que são dedicadas aos seus filhos e suas famílias, e que aos poucos reescrevem uma nova história (LIMA, 2015).

**Figura 17 - Homenagem à Mãe Preta<sup>53</sup>**



Fonte: Arquivo do Ilê Aiyê.

No conjunto das comemorações, além do desfile no carnaval, do concurso da Noite da Beleza Negra e dos festejos vinculados ao Terreiro Ilê Axé Jitolu, o Ilê Aiyê comemora a Semana da Mãe Preta, sendo uma festividade alusiva, feminista, emancipadora e com debate de empoderamento e de valorização da mulher negra:

É uma festa e também um “rito de revitalização” por trazer uma nova visão sobre a Mãe Preta, mostrando essa mulher negra sob uma nova perspectiva, como protagonistas da sua própria história. A data escolhida para tal comemoração se inspira na Lei Nº 2040, de 28 de setembro de 1871 – Lei do Ventre Livre, fazendo referência às mulheres negras que foram obrigadas a terem seus filhos vivendo sob o julgo da escravidão. Todavia, a Semana da Mãe Preta, do Ilê Aiyê, ainda é uma festa pouco conhecida, sendo quase inexistente pesquisas nessa temática (LIMA, 2015, p. 9).

O Ilê Aiyê, com as suas ações ancestrais, se apropria como mecanismo da data marco da Lei do Ventre Livre para homenagear e reconhecer as Mães Pretas brasileiras; a lei não garantia que as mães pretas cuidassem de seus filhos, que nasciam livres na lei e abandonados à própria sorte dentro de um regime escravocrata. As suas mães pretas permaneciam como amas de leite, alimentando e cuidando dos filhos dos colonizadores e como propriedade e mão de obra escrava dos senhores. De acordo com Angela Davis (2016, p. 24),

<sup>53</sup> Estampa do tecido criado por Jota Cunha para o Carnaval de 1994, com o tema “Uma nação chamada Bahia”.

Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente, esposa, mãe e dona de casa”.

Com suas vidas exploradas, e dominadas por aqueles que impunham ser os seus senhores, como fonte de renda e lucro, sem descanso e férias, as mulheres negras e também as amas de leite do Brasil escravista, atuavam no limite da exaustão, sendo uma forma extremamente desumana, cuja presença apresenta-se invisibilizada na historiografia oficial.

A presença da mulher africana ocupa pouco espaço na historiografia oficial, mas está registrado no Brasil escravista com grande atuação em frentes como o comércio – tabuleiros, quitandas – e as atividades litúrgicas, além da notória exploração nas tarefas de casa pelos senhores, que se consideravam donos desses corpos, naturalizando o abuso sexual ou o uso das recém-paridas como amas de leite, cujo direito de alimentar a própria prole era negado. (OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018).

Em uma sociedade patriarcal escravocrata, a existência das mulheres negras foi por muito tempo negligenciada, a negação da cidadania e a exploração delas ainda é uma realidade muito comum, pois permanecem na busca pela garantia dos seus direitos, no constante enfrentamento contra o racismo e as múltiplas violências do cotidiano.

Diante desse cenário, o Ilê Aiyê vai na contramão e passa a reverenciar e reconhecer o papel da “Mãe Preta” dentro de um outro contexto na contemporaneidade, da mulher negra que enfrenta para reverter o jogo, sendo resistente e criadora de mecanismos de superação na estrutura social. Assim, o Ilê Aiyê reconhece, intitula, designa Mãe Hilda como a Mãe Preta do bloco, a matriarca de práticas pedagógicas e sociais, como a grande referência, exemplo de resistência e coragem através da sua missão no Axé, a mãe genitora e a mãe dos seus filhos de santo. “No Ilê Aiyê ela é a **Mãe Maior, inspiradora, diretora, conselheira** e apoio em todas as horas” (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 2009, p. 23). “É neste contexto de sabedoria, acolhimento, lição de vida e religiosidade, que se fortalecem as interações entre Mãe Hilda e

seus antepassados e ancestrais”. (OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018, p. 30). De acordo com Arany Santana<sup>54</sup> (2009, p. 59),

Em se tratando da mulher, [...] nós negros temos uma referência forte acerca do papel da mulher, desde os mais remotos tempos de uma África milenar, quando a maioria das sociedades tradicionais a mulher era o centro de tudo? Ontem, como hoje, temos exemplos de muitas mulheres que sempre lutaram contra a opressão em todas as sociedades. Não apenas lutaram, mas também foram lideranças. A Rainha Nginga em Angola, lutando com os portugueses. Dandara e Aquatune no Quilombo de Palmares. E tantas e tantas, mulheres, anônimas guerreiras que lutaram por um mundo melhor. Mãe Hilda pertence, também, a este tipo de linhagem. Ao proporcionar que do seu Terreiro surgisse um bloco afro com objetivos explícitos de combate ao racismo, em plena ditadura militar, e mais tarde, também, que do seu Terreiro surgissem várias ações educativas, sem dúvidas, Mãe Hilda se alinha a uma tradição de mulheres lutadoras que não abriram mão de seus compromissos ancestrais oriundos das energias irradiadas por Iansã, Yemanjá e Oxum.

**Figura 18 - Mãe Maior, inspiração a senhora dos Ilês**



Fonte: Acervo Ilê Aiyê

Sobre a Mãe Preta do Ilê Aiyê, a professora Jéssica Silva (2019, p. 3) enfatiza:

Mãe Hilda como um referencial de vida: “Em um momento em que não se via falar sobre feminismo, ainda mais dentro da periferia, foi surpreendente ela conseguir ser líder espiritual de uma comunidade e levantar uma escola. A mulher negra é a mãe África. Nada nasce sem um útero. A potência da

<sup>54</sup> Secretária de Cultura do estado da Bahia, diretora e coordenadora pedagógica do Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, responsável pela elaboração/pesquisa e produção dos cadernos de educação do Ilê Aiyê.

mulher está aí, em fazer nascer, dar vida, acolher e cuidar. Ela fez a escola nascer e acolheu e cuidou das crianças.

O Ilê Aiyê como movimento negro educador se destaca com essa atuação de reescrever outra história sobre o papel da mulher, destacando e ressignificando o papel e a importância da Mãe Preta como resistência:

Esta instituição pretendia fazer mais do que a lei fez pelas mulheres negras, homenageá-las através da cultura, da arte, da música, da intelectualidade, da dança, da beleza. A festa foi criada para exaltar a mulher negra de forma integral, mostrando a capacidade das mesmas para todos os âmbitos da sociedade brasileira. Também para lembrar as mulheres que contribuíram para o fim da escravidão, que os africanos que aqui chegaram e os seus descendentes foram submetidos. Além de homenagear as mulheres escravizadas que foram obrigadas a amamentar e acalentar o filho dos senhores brancos, ao tempo em que deixavam os seus à míngua (LIMA, 2015, p. 41).

Essa celebração dedicada à cultura negra passa a reverenciar a força, a coragem e a luta das mulheres negras que foram escravizadas, as mães pretas, na luta por liberdade e direitos matriarcais. Assim,

Em outras palavras, mais ousadas, trata-se de construir e divulgar concepções, pressupostos capazes de reorientar a nossa compreensão do nosso próprio passado – e, se preciso mudá-lo na forma como ele se nos mostra -, à luz consciente de um projeto político e civilizacional contemporâneo, ao mesmo tempo emancipador e antirracista (MATTOS, 2003, p. 231).

Essa celebração refere-se aos valores civilizatórios, urgentes e necessários para derrubar os muros do silêncio acerca do papel das mulheres negras na construção da história afro-brasileira, visibilizada como estratégia de negação e de fortalecimento do racismo. Mattos (2003, p. 231) destaca que:

[...] Acreditar em uma ponte que nos ligue ao passado, ou mesmo ao presente africano, sem a intermediação do que a própria escravidão nos legou como herança em termos de resistência e recriações culturais relativamente originais, em nome de uma tentativa, ainda que compreensível, de apagar as marcas negativas que ela, a escravidão, cravou em nossas consciências individuais e na dinâmica das relações sociais.

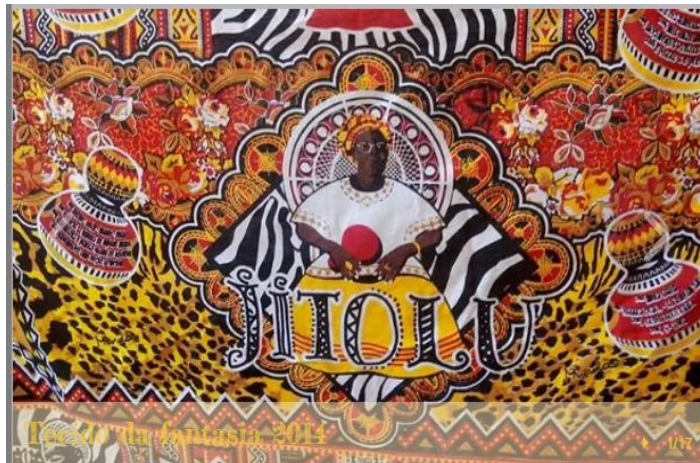
Na construção de resistências múltiplas e reconhecimento do papel político e histórico da mulher negra no combate ao racismo e suas formas correlatas, além do Ilê Aiyê, o Projeto

de Extensão Band'Erê e a Escola Mãe Hilda também celebraram a Semana da Mãe Preta, que passa a fazer parte do calendário escolar (ver anexo) e do planejamento pedagógico anual. A celebração da Semana da Mãe Preta acontece todos os anos:

Esse evento cultural promove palestras, mesas redondas, oficinas didáticas, exposições, além de atividades envolvendo a Escola Mãe Hilda e a Band' Erê. Inclui um dia de aula no Terreiro Ilê Axé Jitolu, e tem sua culminância com uma grande festa na Senzala do Barro Preto Curuzu, com shows da Band' Aiyê onde são cantadas músicas do Ilê que falam de Mãe Hilda Jitolu, contam a história e exaltam a beleza da mulher negra, e ainda contam com a participação de convidados, geralmente mulheres. A programação da Semana da Mãe Preta varia a cada ano, mas não costuma perder a essência principal que é se voltar para o reconhecimento e para a valorização de ser mulher e negra (LIMA, 2015, pp. 45-46).

A Escola Mãe Hilda realiza todos os anos, atividades pedagógicas (ver anexos) como poesias, confecção de painéis, cartazes, dramatizações, coreografias, palestras, exposições de filmes, aula de campo, shows, roda de capoeira, samba, oficinas, exposições, Cortejo Afro da Band' Erê, Coral Escola Mãe Hilda e da Band' Erê para homenagear as Mães Pretas. Todos os anos ocorrem diferentes atividades temáticas.

**Figura 19 - Guardiã do quilombo da resistência e beleza<sup>55</sup>**



Fonte: Ocupação Ilê Aiyê, 2018, p. 51

<sup>55</sup> Tecido comemorativo de 40 anos do Ilê Aiyê 2014.

## HOMENAGEM ÀS MÃES PRETAS DO BRASIL<sup>56</sup>

### Mãe Hilda

Mãe Preta do Brasil

Sabe acalantar

Sabe aconselhar

Sabe qual a comida dos orixás

Cuida de tudo com carinho

Dos filhos que amamentou

E dos que não amamentou também

Cuida da fé

Cuida da religião

Cuida do negro

Para que seja

Um bom cidadão

Que as mães pretas

Sejam parecidas com Mãe Hilda

Nos acaltem

Nos aconselhem

Para sermos Negros felizes no Brasil

Fonte: Produção coletiva da Escola Mãe Hilda, 28/09/2001.

A metodologia que dialoga com os corpos negros que exaltam a força da mulher e da sacerdotisa do Axé Jitolu se mostra a partir da produção poética como um instrumento/ferramenta de troca de saberes coletivos e de reconhecimentos ancestrais, baseado no respeito e na grande representatividade e referência em ser a guardiã dos conhecimentos da vida e dos segredos da fé, aquela que semeou o poder matriarcal no Ilê Aiyê, possibilitando o diálogo na construção da ponte escola-vida, vida-escola, comunidade - escola e os valores que fazem a comunidade ter história, memória das tradições afro-brasileiras:

---

<sup>56</sup> Produção coletiva dos alunos do 3º ano da Escola Mãe Hilda durante a comemoração do Dia da Mãe Preta – 28/09/ 2001. CADERNO DE EDUCAÇÃO: Mãe Hilda Jitolu – Guardiã da fé, da tradição africana - 2004.

A população afro-descendente no Brasil tem características culturais muito marcantes, que precisam ser estudadas e entendidas já que a contribuição dos inúmeros países africanos é muito significativa para todos os setores da vida brasileira, quer se relacione à vida familiar, ao sistema simbólico, à comunidade religiosa, à produção do saber (Ciência) ou à transmissão do saber (Educação) (THEODORO, 2005, p. 83).

Ancorada no pensamento de Theodoro, é preciso ter um olhar singular para a população afro-descendente em virtude da riqueza cultural que a constitui. Aqui destacamos que a valorização dos múltiplos saberes e tradições são importantes mecanismos para o processo de ensino-aprendizagem articulado com o projeto de educação antirracista, fundamentada numa pedagogia da alteridade. Segundo Serpa (1997, p. 8): “São exatamente as vivências, com toda a carga da localidade e do cotidiano, que hoje são fundamentais e possíveis de formar a base do processo educativo, em uma pedagogia da alteridade”.

Portanto, os estudos baseados em práticas culturais podem construir ações coletivas de uma educação pautada em ações de combate às discriminações, a invisibilidade e aos silêncios. As comemorações da Mãe Preta têm esse caráter, pois traz os valores ancestrais, a valorização das mulheres negras, reverencia as mais velhas, aborda os saberes e tradições de uma pedagogia de base africana e debate sobre questões étnico-raciais, como se pode observar na 37ª Semana da Mãe Preta do Ilê Aiyê, com o tema “Mulher Negra, Identidade e Racismo/Recôncavo Baiano” em 2015, que enfocou uma temática de diálogos, debates e informações acerca das discriminações e da necessidade de reconhecimento da identidade negra, do pertencimento étnico em um território (Recôncavo Baiano) de silêncios e memórias da resistência.

A pedagogia de base africana é iniciática, o que implica participação efetiva, plena de emoção, onde há espaço para cantar, dançar, comer e partilhar. Reverenciam-se os mais velhos, que têm mais axé (força de vida), o que se traduz como mais sabedoria. Nas culturas negras, os mais velhos são sempre os esteios da comunidade, tendo um papel fundamental para as decisões e desenvolvimento do grupo. Da mesma forma, crianças e jovens têm suas obrigações, já que se encara a vida como um jogo simbólico, onde o crescimento só se dá na dimensão de luta, de desafio ou de enfrentamento das dificuldades que sempre aparecem e continuarão aparecendo ao longo da vida. Buscar celebrar a vida em toda a sua plenitude é uma ideologia, uma maneira de ver o mundo como transformação constante e como fonte inesgotável de prazer e criatividade, deixando de ser apenas a relação capital trabalho, que gera dinheiro. Nesta cultura se busca acumular pessoas, criar laços e alicerçar amizades! (THEODORO, 2005, p. 96).

A reverência à Mãe Preta é uma forte simbologia da pedagogia de base africana que reverbera nas práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Mãe Hilda que se afirma como pedagogia ancestral antirracista. Desse modo, os projetos educativos contribuem para a afirmação da identidade, a autoestima, a representatividade e o conhecimento sobre as leis<sup>57</sup> que tipificam, combatem e promovem uma educação para a superação do racismo e o fortalecimento da luta permanente contra as práticas racistas na sociedade. Assim, as experiências pautadas em um debate racial corroboram para uma educação de qualidade, de valorização da diversidade, com experiências importantes e que proporcionam uma educação de enfrentamento ao racismo.

**Figura 20 - Festa Mãe Preta 2015<sup>58</sup>**

23/09/2015 08h24 - Atualizado em 23/09/2015 08h24

## 37ª Semana da Mãe Preta do Ilê Aiyê terá palestras e oficinas em Salvador

Tema do evento é 'Mulher Negra, Identidade e Racismo/ Recôncavo Baiano'. Semana realiza atividades sociais e culturais até próxima segunda-feira (28).

Do G1 BA




Acontece até a próxima segunda-feira (28) a Semana da Mãe Preta do Ilê Aiyê, em Salvador. Por meio de projetos educativos, uma série de atividades como palestras, oficinas, visitas ao terreiro, debates e exibição de filmes na Senzala do Barro Preto, no bairro do Curuzu.

O evento, que ocorre desde 1978 e chega à 37ª edição, tem o objetivo de homenagear a mulher negra, em busca da valorização como sujeito importante na construção da

Semana da Mãe Preta vai até segunda

Fonte: G1 <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/09/37-semana-da-mae-preta-do-ile-aiye-tera-palestras-e-oficinas-em-salvador.html>

Apresentamos a seguir a narrativa da professora Tairine Maria Santana de Jesus<sup>59</sup> e algumas atividades pedagógicas realizadas na Semana da Mãe Preta na Escola Mãe Hilda:

<sup>57</sup>Lei nº 7.716, que define os crimes de racismo. A Lei Caó define a punição para "os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional". Entre esses crimes, estão impedir o acesso de uma pessoa devidamente habilitada a um cargo público ou negar emprego na iniciativa privada, que pode render penas de dois a cinco anos de reclusão. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/01/05/interna-brasil,729072/lei-que-torna-racismo-crime-completa-30-anos-mas-ha-muito-a-se-fazer.shtml>> Acesso em 22 de abril 2020.

<sup>58</sup> Ver nos anexos a programação completa da 37ª Semana da Mãe Preta.

<sup>59</sup> Professora do 1º ano da Escola Mãe Hilda, Licenciada em Pedagogia e concluindo a especialização em Psicopedagogia. Trabalha na instituição há mais de 8 anos, moradora do Curuzu que fez parte do Projeto de Extensão da Band' Erê e destaca que frequenta o Ilê Aiyê desde o nascimento. Entrevista concedida para coleta de dados desta pesquisa.

As aulas de campo para o Terreiro Ilê Axé Jitolu, acontecem mais no mês setembro por conta da “Semana da Mãe Preta”, onde saímos da sala de aula até o terreiro, conhecer um pouco da história de Mãe Hilda Jitolu e seu objetivo na criação da Escola Mãe Hilda. Participamos de palestras, rodas de conversas e etc; com base nesse momento e/ou entendimentos trabalhamos com os alunos em sala de aula, além de utilizar textos, músicas do Ilê, imagens e principalmente os conhecimentos prévios de cada aluno para trabalhar cada texto. A Semana da Mãe Preta é dedicada às mulheres negras, usamos vídeos, todos voltados para a mulher negra, usamos desenhos, tudo voltado para temática e também para homenagear Mãe Hilda.

**Figura 21 – Desenho de colorir<sup>60</sup>**



Fonte: Arquivo Aurelielza Santos.

**Figura 22 – Colorindo a Mãe Preta<sup>61</sup>**



Fonte: Aurelielza Nascimento Santos (2019)

<sup>60</sup> Elaboração da arte por Milena de Carvalho Moreira, estudante do curso de Eletrotécnica do Instituto Federal da Bahia – Campus Camaçari para presentear a Escola Mãe Hilda.

<sup>61</sup> Produção coletiva da turma do 2º ano em Homenagem à Mãe Preta com o uso dos tecidos das fantasias do Bloco Ilê Aiyê. Fez parte da exposição na produção de atividades pedagógicas da festa de encerramento do ano letivo de 2019.

Uma das atividades realizadas com os alunos em homenagem à Mãe Preta do Ilê foi colorir o autorretrato de Mãe Hilda Jitolu, proporcionando o contato, a visualização, a representatividade e a afirmação da identidade no território escolar.

As disciplinas escolares, projetos, atividades, feiras e materiais pedagógicos são recursos institucionais que possibilitam a abordagem sistematizada da diversidade étnico-racial na escola. No entanto, para além dessa abordagem mais sistematizada do tema, o educador deve lembrar que as experiências raciais atravessam todo o processo de ensino e aprendizagem. Não dar visibilidade a essas questões dificulta a construção de uma educação de qualidade, cujos parâmetros incluem a compreensão histórica da diversidade étnico-racial que formou a sociedade brasileira, valorizando e reconhecendo os grupos étnico-raciais e problematizando a falsa ideologia de harmonia racial que escamoteia desigualdades estruturais (RODRIGUES, CARDOSO, 2019).

As comemorações da Semana da Mãe Preta em 2019, da Escola Mãe Hilda e da Band' Erê fizeram homenagem às mulheres que fazem o Ilê Aiyê: Dete Lima (Estilista e Diretora do Ilê Aiyê), Tia Mirinha (Primeira Deusa do Ébano), Doné Hildelice (Diretora da Escola Mãe Hilda e Yalorixá do Terreiro Ilê Axé Jitolu) e Railda (Professora de corte e costura dos projetos de extensão). O objetivo principal é reconhecer a força das mulheres no Ilê Aiyê e nos projetos mantidos por ele.

Sobre a importância das atividades pedagógicas destacamos a abordagem de Djamila Ribeiro (2020)

As atividades desenvolvidas estão alicerçadas em um currículo pautado na pedagogia das relações étnico-raciais/ antirracistas, que traz a memória dos nossos ancestrais, dentro de um universo acadêmico das ausências, da falta de representatividades nas referências, abordagem no cotidiano escolar/ no território escolar / no espaço da promoção do saber/aprendizagem, nas salas de aula: A escola é um espaço de formação de cidadania, o primeiro lugar onde socializam fora de seus ambientes familiares. É um lugar onde historicamente pessoas negras foram vítimas de racismo de forma muito direta e dolorosa.

**Figura 23 - Homenagem à Mãe Preta 2019**



Fonte: Daiana Ribeiro (2019)

**Figura 24 - Painel alusivo à Mãe Preta do Ilê Aiyê 2019<sup>62</sup>**



Fonte: Aurelielza Nascimento Santos (2019).

Diante do exposto, ratificamos que se faz necessário educar para as relações étnico-raciais, propor uma educação antirracista, que tem um poder transformador. É fundamental educar para emancipar, para a alteridade, para o diálogo, a fim de que possamos tecer uma educação que vá na contramão das opressões, da educação hegemônica. Assim, as ações pensadas no território escolar precisam ser para a diversidade, para que os estudantes conheçam a história do povo negro, saibam do protagonismo e da sua resistência.

<sup>62</sup> Produção coletiva da Band' Erê do painel alusivo à Semana da Mãe Preta- 2019.

#### 4 ESCOLA MÃE HILDA: TERRITÓRIO DA PEDAGOGIA DA ANCESTRALIDADE ANTIRRACISTA

##### O TERREIRO É UMA ESCOLA

As sementes foram  
 Lançadas no solo fértil  
 Do Terreiro Axé Jitolu  
 Nasceram flores perfumadas  
 De saberes/sabores ancestrais  
 Com as forças de Obaluaê  
 São portas abertas  
 Para educar  
 Na Escola Mãe Hilda  
 Liberdade/Curuzu  
 Tem a Senzala do Barro Preto  
 Território de culturas e resistência  
 Com a força do Candomblé  
 Uma casa de educação  
 Abençoada pela Mãe Preta  
 Do Bloco Ilê Aiyê.

Aurelielza N. Santos

Por que um terreiro de candomblé é uma casa de educação? “Aqui é igual a uma escola”. Foi a partir das palavras eternizadas por Mãe Hilda que adentro nesse território, o campo/o lugar de colheita de sementes, flores e frutos dessa pesquisa, a Escola Mãe Hilda de saberes ancestrais que se “entrelaça com família, Terreiro, escola, comunidade, respeito e autoestima”. Uma escola que nasceu no seio do Ilê Axé Jitolu, no seio do Ilê Aiyê, no solo fértil do Curuzu, alimentanda por valores espirituais e culturais de África, o berço das tradições afro-brasileiras.

No mesmo território sagrado (Terreiro Ilê Axé Jitolu) onde nasceu o Bloco Ilê Aiyê em 1974, depois de quatorze anos, nascia a Escola Mãe Hilda, no ano da redemocratização do país, com a Carta Magna de 1988. A nova Constituição trouxe em suas linhas, a promoção do bem comum, defendendo uma sociedade “sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, conforme o que expressa o seu Art. 3º. Conhecida como “Constituição Cidadã”, organizou dispositivos legais que previam legar novos direitos fundamentais aos brasileiros, dos quais se pode destacar o combate ao racismo.

Nesse sentido, vale destacar o papel fundamental do Movimento Negro ao propor medidas necessárias para fazer parte da Carta Magna do país, como nos relata a deputada federal Benedita da Silva<sup>63</sup> (2018):

Nós éramos poucos e mesmo assim fizemos um grande barulho. Chegamos na Constituinte com uma proposta desafiadora, que envolvia desde a nossa imagem nos meios de comunicação, a questão da educação, a criminalização do racismo, as políticas compensatórias e a inclusão da história da África no currículo escolar brasileiro. Chegamos com muita força e não conseguimos tudo, mas nós conseguimos aquilo que foi possível.

A atuação do Movimento Negro foi de fundamental importância para quebrar os silêncios e disputar o reconhecimento da cidadania ao propor medidas fundamentais para a promoção da igualdade racial, a construção de uma agenda de combate ao racismo, políticas públicas nos diferentes setores da sociedade, educação, trabalho, saúde e renda como instrumentos possíveis de reparar as desigualdades raciais. Contribuiu para o fortalecimento dessa luta nas “pressões populares efetivadas na Marcha pela Imortalidade de Zumbi dos Palmares – 1995 e na III Conferência Mundial contra o Racismo e a Discriminação – 2001” (NOGUEIRA, 2004, p. 97).

No processo de fortalecimento das lutas, a pauta da educação, compreendida como prática para a liberdade e ação política, no sentido da formação de uma consciência de ser e estar no mundo torna-se fundamental. A promulgação da Constituição Cidadã, em grande medida, contribuiu para fortalecer as lutas do povo negro e do povo de Santo do Jitulu. Foi nesse processo que a Escola Mãe Hilda foi concebida. A primeira escola fecundada no Curuzu, em um Terreiro de Candomblé, traz para si a marca de um território que foi sendo construído, tomando como referências das tradições e culturas constitutivas da ancestralidade, de lutas em prol das liberdades, de combate ao racismo, através da pedagogia antirracista, após os anos de chumbo<sup>64</sup> dirigidos pela ditadura civil-militar, a qual silenciava vozes, direitos e vidas.

---

<sup>63</sup> Entre os 513 deputados da Câmara, Benedita da Silva é uma das três parlamentares negras; militante do movimento negro; foi governadora do Rio de Janeiro. Numa decisão inédita, nomeou 20% de negros para o primeiro escalão. Implantou a lei das cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem uma trajetória marcada pelo engajamento em defesa da igualdade racial, dos direitos da mulher e da inclusão social e de uma trajetória que reflete as lutas de todos aqueles que são excluídos e lutam por uma sociedade socialmente mais justa e democrática. Disponível em <<https://pt.org.br/benedita-da-silva/>> Acesso em abril de 2020.

<sup>64</sup> Ato Institucional nº5 determinado pelo governo de Costa e Silva. O decreto, que vigoraria por prazo indefinido, dava ao presidente o poder de cassar políticos, fechar o Congresso, suspender o habeas corpus, impor censura prévia à imprensa, aposentar compulsoriamente professores universitários e prender dissidentes. Ficaram para trás o mundo das passeatas, da irreverência anárquica, dos festivais de música e do tropicalismo e se intensificaram as cassações, o exílio, a tortura e a censura. A repressão passou a ser a regra do jogo a partir do

Ademais, essa seção objetivou compreender a importância da Escola Mãe Hilda como território da ancestralidade para a afirmação da identidade relacionada a uma pedagogia antirracista, que recorre aos dispositivos pedagógicos de enfrentamento ao racismo, ancorados em ações educativas.

O percurso metodológico para a investigação dessa parte da pesquisa foi consolidado através do entrelaçamento dos caminhos - terreiro, bloco e escola. São as redes que tecem as fontes dessa pesquisa e onde se encontram a partir de narrativas, documentos, registros e as memórias afetivas apresentadas a partir das entrevistas semiestruturadas e das informações coletadas nos cadernos de educação. Ou seja, são as sementes lançadas para a colheita no campo da pesquisa, no solo fértil do Curuzu sobre as bençãos perfumadas e floridas de Mãe Hilda, a guardiã da fé, a fundadora e diretora desse território Ilê Jitolu de promoção à educação, de culturas ancestrais, da resistência e de tradições africanas. Por isso, é muito importante pedirmos licença e permissão.

#### 4.1 O TERREIRO ILÊ AXÉ JITOLU: ESCOLA QUE EDUCA PARA A LIBERDADE

“Um Terreiro de Candomblé é uma casa de educação”

Mãe Hilda

**Figura 25 - Um Terreiro de Candomblé é uma casa de educação**



Fonte: Arquivo Bloco Ilê Aiyê - Carnaval

---

episódio, que ficou conhecido como "o golpe dentro do golpe". Disponível em <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2008/12/478768-ai-5-deu-inicio-aos-anos-de-chumbo-da-ditadura-militar-leia-trecho.shtml>>. Acesso em abril de 2020.

A porta aberta da “Casa de todos”, o Terreiro Ilê Axé Jitolu, é uma “casa de educação”. Foi a partir dessa concepção, visão de mundo e pressentimento divinatório que a Yalorixá do Jitolu concebeu mais uma escola, depois do Ilê Aiyê, no terreiro de Candomblé que comandava, orientada por saberes ancestrais e simbólicos, impregnados de linguagens, manifestações culturais e de dispositivos pedagógicos como os cadernos de educação e as intelectuais negras, que tecem uma rede educativa no seio desse Axé.

Assim, nasce a Escola Mãe Hilda, pertencente ao Território Jitolu, como mais uma possível ação de resistência, junto com o Ilê Aiyê e o Terreiro Ilê Axé Jitolu para a afirmação e valorização da cultura africana e afro-brasileira, no intuito da promoção do saber, do conhecimento e da liberdade, o sonho idealizado e concretizado, a educação enquanto poder transformador para a formação das crianças no Curuzu.

Sobre o nascimento da escola, Hildelice dos Santos nos diz:

O motivo de mãe ter criado a escola, em primeiro lugar, ela, uma vez conversando comigo, me disse que tinha vontade de ter uma escola com o nome dela, antes dela morrer, que ela queria deixar uma escola com o nome dela, [...] ela também tinha interesse de deixar uma creche e o Dandarê também, como você sabe que ela criou, que foi cria dela também. Mas a escola, [...] ela pensou muito, na escola, por causa dos filhos daqui da vizinhança, por causa dos filhos, das filhas de santo dela, e aquelas crianças que a escola pública não aceitava, entendeu? E a gente começou como tem a história da escola. Começou [...] como se fosse uma banca, aqui com o pessoal da comunidade e os filhos das filhas de santos. Então, ela (Mãe Hilda) idealizou, essa escola por causa disso, ela quis ajudar os meninos da comunidade e os filhos das filhas de santo, então o sonho dela foi concretizado, ela sonhou que queria ter uma escola, com o nome dela, ela criou essa escola (SANTOS, 2020).

As narrativas apresentadas por Hildelice dos Santos<sup>65</sup>, filha biológica de Mãe Hilda e que fez parte da realização desse sonho de consolidação da Escola Mãe Hilda, foi uma das primeiras professoras da escola comunitária do Jitolu, vivenciando de perto o sonho de Mãe Hilda em ter uma escola com o seu nome. Doné Hildelice de Oxalá atualmente é a sucessora de Mãe Hilda no Jitolu e diretora da Escola Mãe Hilda, sendo responsável em manter esse legado ancestral.

A Escola Mãe Hilda não era o único sonho da Yalorixá Jitolu. Ela era uma idealista, acreditava que suas ações poderiam atender algumas demandas do Território Jitolu, como uma creche e um espaço para atender idosos. Era uma líder espiritual que compreendia a

---

<sup>65</sup> Das sete filhas de Mãe Hilda, a responsável em manter o legado ancestral do Jitolu. Uma grande referência na história da educação do Curuzu.

importância dessas ações para a sua comunidade, pois seria a garantia da assistência à infância, às mães e aos idosos da comunidade do Curuzu. A Escola Mãe Hilda, esse patrimônio do Jitolu, o terreiro-escola, uma casa de saberes e ensinamentos é um ponto indicador de que a educação se torna um caminho de possibilidades e transformações para as crianças do Curuzu e dos bairros mais próximos. A educação é vista como prática da liberdade e um direito para todos, como bem nos esclarece Santana:

Há 25 anos, quando o Brasil “comemorava” o centenário da Abolição da Escravatura (1988), numa tarde de visitas ao Ilê Axé Jitolu, ouvi Mãe Hilda manifestar o desejo “daquele barracão se transformar numa escola, pois ela entendia que um terreiro de candomblé era uma casa de ensinamentos, de educação” (SANTANA, 2014, p. 253).

Como nos diz Santana, o terreiro se transformou em escola num momento histórico, marco do centenário da abolição, das lutas pelas liberdades. O quilombo insurgente, o Território Jitolu na formação dos sujeitos. É nesse lugar de afetos, de acolhimentos e das forças espirituais que as portas se abriram para oferecer a educação informal, para ensinar e aprender, para perpetuar os saberes das tradições africana e afro-brasileira, das memórias coletivas, do terreiro e do bloco Ilê Aiyê, o canto das forças ancestrais e da revolução, das pedagogias que reverberam a autoestima, a representatividade e a ampliação dos saberes no espaço sagrado que é o Ilê, simbólico e das tradições espirituais, carregado de significados:

O termo casa ou Ilê é utilizado para designar o lugar onde habita a família, o domicílio, a moradia da comunidade. É o lugar onde habitam os objetos sagrados, os símbolos das entidades, que dão sentido à espiritualidade, ao sagrado (ILÊ AIYÊ. CADERNO DE EDUCAÇÃO, 2009, p.10).

O Terreiro é uma escola; essa escola também é a moradia da comunidade, a escola que nasceu no Ilê Axé Jitolu entre objetos sagrados, onde se celebram festas em homenagem aos orixás. Têm altares, templos, histórias, memórias e tradições orais, o barracão das festas sagradas que passa a ser território das práticas pedagógicas, da educação de combate às discriminações, pois, além do terreiro, o Ilê é também ensinamento, a luta pela inclusão e pelo acesso ao saber. É o território que se ensina e também se aprende com a permissão dos orixás:

A liberação do espaço do Terreiro para o funcionamento da Escola Mãe Hilda foi através de um ritual comandado pela Yalorixá Jitolu, acompanhada dos filhos de Santo da Casa. Neste ritual, rezando e cantando. Mãe Hilda pedia permissão aos orixás da casa e que abençoassem mais uma missão que lhe cabia. Mãe Hilda acreditava e afirmava que um Terreiro de Candomblé é

uma escola, onde os iniciados aprendem a conviver na irmandade e solidariedade, vivenciando o aprendizado de uma religião que, apesar de não ter registro escrito, usa a tradição oral e aprende vendo e fazendo (CADERNO DE EDUCAÇÃO, 2009, p. 47).

Para que o sonho pudesse ser concretizado, foi necessária a permissão dos orixás, através da realização de um ritual para ter todas as bênçãos ao abrir as portas desse solo sagrado para a educação das crianças da comunidade do Curuzu. Foi uma iniciativa de atuação sócio educacional, por permitir que as crianças inicialmente tivessem reforço escolar, uma creche-escola no terreiro com a autorização dos orixás para a formação dos sujeitos com as “[...] redes educativas, como um lugar de múltiplas aprendizagens. Entre esses múltiplos saberes e significações aprendidos e ensinados [...]” (CAPUTO, 2015, p. 789) são os saberes, as tradições como o respeito aos mais velhos, os ensinamentos para a vida, a irmandade, a solidariedade e o barracão das festas sagradas, unindo os saberes orais e os saberes formais, que passam a articular o conhecimento acadêmico com o conhecimento produzido pelo terreiro e pelo movimento negro educador, o Ilê Aiyê, que se tornam a base para a construção da pedagogia que nasce na Escola Mãe Hilda, voltada para a emancipação dos sujeitos do Território Jitolu e para a superação do racismo. A escola como o lugar da memória africana, gestada pelo poder dos Orixás.

Assim, ao longo da história do Brasil, independentemente, as comunidades formadas por homens e mulheres muito pobres, colocados em regiões negras do subúrbio da cidade, todos submetidos ao peso do racismo, foram capazes de construir um lugar da memória africana. Como isto foi possível? Os que creem respondem logo em seguida: é o poder dos Orixás! (ARAÚJO, 2003, p. 224)

Corroborando Araújo, acrescento que o Território Jitolu foi sendo constituído pelas forças ancestrais através dos laços que são firmados pelo Terreiro Ilê Axé Jitolu, pelo Bloco Ilê Aiyê e a Escola Mãe Hilda para a valorização das tradições africanas e afro-brasileiras, através das tradições culturais e das práticas educativas. A África sempre esteve presente como referência da ancestralidade, da resistência, da luta e da insurgência no combate ao racismo e das formas correlatas de discriminações. É o poder do Axé que impacta na transformação dos sujeitos, o lugar da memória da ancestralidade, da diáspora e do pertencimento.

Diante do exposto, o Território Jitolu se coloca em contraposição ao peso do racismo estrutural, presente nas relações sociais, que cria barreiras, e geralmente, impedem o acesso da população negra aos direitos fundamentais, determinando o lugar e o não-lugar de direitos

pelo viés racial, exacerbando injustiças e desigualdades. Apesar disso, o povo negro resiste e permanece no enfrentamento das tensões. A luta contra o racismo, a luta pela transformação social para a construção de uma sociedade pautada na equidade, no direito e na educação é um dos caminhos necessários para o combate e a luta antirracista. A partir dessa experiência torna-se possível ratificar que:

As religiões afro-brasileiras, conhecidas genericamente na Bahia por Candomblé, foram e são os meios e caminhos mais privilegiados para que a população de ascendência africana no Brasil preservasse e expandisse o seu patrimônio civilizatório. Até por isso mesmo, ontem como hoje, estas religiões têm sofrido ao longo dos séculos de formação da sociedade brasileira muita discriminação, distorção e perseguição. É por saber da importância das religiões afro-brasileiras para o processo de construção de uma consciência de identidade étnica com autoestima e cidadania que o Ilê Aiyê, através do seu Projeto de Extensão Pedagógica<sup>66</sup> dá a sua contribuição para melhor conhecimento do “Universo do Candomblé” (ILÊ AIYÊ. A Força das raízes, 1996, p. 5).

Assim, nascem os terreiros escolas, os quais são portas abertas do Axé, preservando consciência de identidade étnica e expandindo o patrimônio civilizatório para educar com autoestima e cidadania. E quando o sonho encontrou com a vontade de realizar, foi a Escola Mãe Hilda que brotou no Terreiro Ilê Axé Jitolu:

Eu tinha vontade de implantar uma Escola dentro do meu Axé. O Terreiro é pequeno, mas já tem a disciplina, que é uma escola para minhas filhas de Santos, e queria fazer uma Escola pra crianças daqui carentes, daqui da nossa comunidade, então eu acho que Deus me ajudou que o meu sonho foi realizado, eu fundei essa escola. Temos as atividades do Candomblé, de ano a ano, mas sempre assim do final de um ano pro começo do outro, então não empata as atividades da Escola (Mãe Hilda, ILÊ AIYÊ, CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1998, pp. 20- 21).

---

<sup>66</sup> Esse Caderno Pedagógico sobre Religião começou a ser pensado a partir da experiência empreendida pelas professoras Lindinalva Barbosa e Maria de Lurdes Siqueira, em 1995, nas sessões sobre cultura afro-brasileira realizadas pelo Projeto na Escola Band’erê e Escola Mãe Hilda (ILÊ AIYÊ. A Força das raízes, 1996, p. 6).

**Figura 26 – Escola Mãe Hilda de saberes ancestrais**



Fonte: Arquivo Bloco Ilê Aiyê – Ano 1988.

O Terreiro Ilê Axé Jitolu é como uma nascente de rios/a fonte inesgotável de saberes, o território dos múltiplos espaços de conhecimentos, “espaço-tempo vivido e o território é sempre múltiplo<sup>67</sup>, através da apropriação mais subjetiva, cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2005, p. 2). O terreiro “tem disciplina”, possui a sua organização, festejos, obrigações, rituais - é uma escola de tradições de matriz africana. “Entendemos os terreiros como estando nessas redes tecidas por cantos, comidas, folhas, mitos, artefatos” (ALVES, 2010). É a força da ancestralidade construindo o Território Jitolu, das tradições, das memórias e das lutas e insurgências, são as forças do trabalho que intensificam a força desse território, o lugar de convivência, de trocas, afetos e pertencimento, a educação que fortalece os laços de respeito, da construção de significados para o candomblé, sendo interessante considerar as reflexões de Santos (1999, p. 8), que concebe: “[...] O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.”

Porquanto, o Território Jitolu, se constitui dos múltiplos espaços de ensinamentos, de construções de saberes, de formação da identidade, da pluralidade para construir e as várias dimensões para formar os sujeitos, a partir da intersecção do terreiro (Jitolu), bloco (Ilê Aiyê) e escola (EMH), é o chão do qual brotam as tradições, as ações, a fé, o sonho. Assim, mãe Hilda nos fala:

<sup>67</sup> De acordo com Haesbaert (2005, p. 6774) “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

Eu abri as portas do meu barracão para botar uma escolinha de Primeiro Grau, e daí essa escolinha rendeu um projeto pedagógico pra todas as escolas daqui da Comunidade: Abrigo, Duque, Tereza Conceição, Celina Pinto. As professoras dessas escolas se reúnem aqui uma vez no mês pra tomar curso, para se especializar na Cultura Afro. E daí vêm surgindo outras coisas, outras oportunidades, tem aula de religião, tem aula de teatro tudo isso acontecendo, foi uma coisa que eu queria. Deus me ajudou que eu consegui que entrasse mais essa parte na história da minha vida (ILÊ AIYÊ. CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1998, p. 21).

A criação da Escola Mãe Hilda foi o primeiro passo na organização dos projetos educacionais do Ilê Aiyê; assim, nasce uma escola para as crianças na Ladeira do Curuzu. Foi através da percepção da Yalorixá do Jitolu, com um olhar acolhedor, somado à ação social - prática de alguns espaços religiosos -, a história da Escola Mãe Hilda mistura-se à história da vida da Yalorixá do Jitolu, do terreiro Ilê Axé Jitolu e do Bloco Ilê Aiyê:

[...] O Ilê Aiyê foi capaz de criar tudo isso há 45 anos e aqui não tinha nenhum doutor formado pela universidade nesse tempo. Era a inteligência negra que funciona aqui dentro desta casa no Curuzu. [...] Um dos valores que as sociedades africanas trazem para a sociedade brasileira e contemporânea é valorizar um tipo de saber que parte da realidade e que é necessário para tornar a vida melhor (SIQUEIRA, Maria de Lourdes, OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018).

A Escola Mãe Hilda, que se propôs a educar na diáspora, organizando um território sagrado no barracão de festas do Axé Jitolu, vai recebendo bênçãos na medida em que aproxima e assenta reverências aos saberes ancestrais. A escola era composta por turmas multisseriadas<sup>68</sup>, e no barracão havia uma divisória para transformar espaços festivos em salas de aula, sob a atuação pedagógica das professoras Hildemária<sup>69</sup> e Hildelice, filhas biológicas de Mãe Hilda, nascendo, assim, um embrião da escola no barracão:

Em pouco tempo, o barracão já estava cheio de meninos e meninas, sentados em carteiras doadas pelo então secretário da Educação, Prof. Edvaldo Boaventura que acreditou no sonho de Mãe Hilda. A Escola Mãe Hilda inicia suas atividades com crianças de dois perfis diferentes, contudo com particularidades iguais: de um lado, crianças da vizinhança que tinham dificuldades em realizar suas tarefas escolares sozinhas, que precisavam de alguém para orientá-las, cujas mães não tinham “tempo”, nem “paciência”, nem “como” ensiná-las; de outro lado, crianças que viviam na rua fardadas, jogando bola de gude, futebol e empinando arraia. Mas quem eram aquelas

<sup>68</sup>As classes multisseriadas são uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries do Ensino Fundamental simultaneamente, tendo de atender a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes. Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/perguntas-e-respostas-o-que-sao-as-classes-multisseriadas>. Acesso 13 de maio 2020.

<sup>69</sup>A quinta filha de Mãe Hilda, que faleceu em 2003. Foi uma das professoras da EMH.

crianças que tanto inquietavam Mãe Hilda? Os alunos que estavam na Escola Mãe Hilda, inicialmente, eram aqueles “expulsos” pela rede pública por serem birrepentes, com dificuldades de aprendizagem, inquietos, desobedientes, fora do perfil exigido pelos professores e direção das escolas públicas (SANTANA, 2014, pp. 253-254).

A família faz a escola para a inclusão e a emancipação dos sujeitos, com portas abertas para promover a educação no espaço do Axé. É a primeira escola fecundada no Terreiro de Candomblé no Território Jitolu, tomando como referências as tradições da ancestralidade e das lutas em prol das liberdades para a transformação e construção da cidadania.

**Figura 27 - O Terreiro Ilê Axé Jitolu: casa de ensinamentos de educação**



Fonte: Arquivo Bloco Ilê Aiyê

As narrativas apresentadas a seguir tecem a pedagogia fecundada no Jitolu. Ela é ancestral e antirracista, é o canto negro do Ilê Aiyê que alfabetiza:

A princípio, a escola funcionou como “banca” para tirar as dúvidas, fazer os exercícios, minimizar as dificuldades; contudo, as crianças continuavam matriculadas na rede pública. Mas, logo cedo, a Profa. Hildelice, filha biológica de Mãe Hilda, hoje Doné do Ilê Axé Jitolu, identificou que o problema dos alunos era a leitura. Repetindo! Eles não sabiam ler. Mas essas crianças tinham outras particularidades – todas sabiam as músicas do Ilê Aiyê e, a qualquer “folguinha” na sala, elas começavam a cantar e bater nas carteiras. Começa o processo de alfabetização na escola. A casa de Mãe Hilda, sempre muito movimentada – filhos de santo, artistas e jornalistas que iam visitar Vovô e Mãe Hilda, fazer entrevistas: Todo esse movimento era uma festa para os olhos daquelas crianças, inclusive ver e falar com Vovô do Ilê era uma satisfação! (SANTANA, 2014, p. 245).

De acordo com Santana (2014), a Escola Mãe Hilda fecundada no terreiro e inspirada no Ilê Aiyê, alfabetiza dentro dessa dinâmica de valorização do povo negro, da África e da diáspora. Assim, a escola comunitária e de alfabetização, teve como missão inicial ensinar e atenuar as dificuldades, principalmente com a leitura, também passando a ampliar o fortalecimento da valorização da cultura africana e afro-brasileira proveniente, sobretudo, das ações realizadas por Mãe Hilda. No seu terreiro, onde seus filhos biológicos também nasceram, foram criados e contribuíram junto com os intelectuais negros<sup>70</sup>, coordenadores e educadores do Projeto de Extensão Pedagógico (PEP) do Ilê Aiyê foram construindo essa escola de saberes ancestrais, através da música, da representatividade e do sonho da “Estrela Guia da Comunidade Negra Ilê Aiyê, a Guardiã da Fé e da Tradição Africana” (ILÊ AIYÊ CADERNO DE EDUCAÇÃO, 2004, p. 7), Mãe Hilda Jitolu,

Ela criou uma escola aqui dentro do terreiro, ela criou pra, é, colocar os filhos das filhas de santo dela e as crianças da comunidade que não tinha registro e que não podiam ir para as outras escolas fora, então ela abriu a casa dela, abriu o terreiro. Ela não sabia nem ler e nem escrever, ela veio aprender a escrever, depois que ela criou a escola, isso é de uma importância muito grande pra gente. Uma das coisas importante que se aprendia aqui na Escola de Mãe Hilda, era o orgulho de ser negro, e ela sempre falava vocês são bonitos, tem que se orgulhar disso, tem que manter firmes com os pés no chão. E isso só foi dando vida a todos os aprendizados né (LIMA, 2019).

Nessa narrativa, Dete Lima (2019) nos apresenta o reconhecimento e o compromisso de Mãe Hilda com a educação, a sua importância, o seu poder transformador. Foi no território Jitolu que Mãe Hilda, que ao mesmo tempo educadora e aluna, se juntou com suas filhas, “com os pés firmes no chão”, com ensinamentos do legado e da valorização da autoestima, do orgulho e da beleza de ser negro, inspiradas na ideia de que as pessoas negras em movimento (GOMES, 2017) são capazes de criar e recriar formas de existir para combater o racismo, as exclusões e ressignificar a função social da escola para a construção da cidadania, da consciência negra e a formação intelectual dos sujeitos – assim, “é um tipo de liderança que enfatiza o coletivo e as comunidades onde vivem” (DAVIS, 2017).

Aos poucos e com determinação Mãe Hilda foi construindo essa escola, pois "quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela" (DAVIS, 2017). Com as suas filhas, com o Ilê Aiyê e o Terreiro Ilê Axé Jitolu, foram movimentar o Curuzu e a Liberdade, através da pedagogia ancestral, antirracista, “[...] numa aproximação

---

<sup>70</sup> Arany Santana, Ana Célia da Silva, Maria de Lurdes Siqueira, Jônatas Conceição da Silva, Jaime Sodré, Macota Valdina Pinto, Lindinalva Barbosa.

ética e humana que faz entender os terreiros como espaços educativos, de circulação de conhecimentos, saberes e memória”(GOMES, 2012, p.19).

Considerando as reflexões de Gomes (2012, p. 20), “[...] é no espaço dos terreiros de candomblé que circulam conhecimentos, afirmam-se identidades, constroem-se laços de pertencimento e parentesco”. É nesse ventre fértil de saberes ancestrais, tradicionais, um patrimônio simbólico sob as bênçãos de Mãe Hilda que, através de práticas educacionais, nascem no Ilê Aiyê - terreiro, bloco e escola, onde se incluem histórias de luta e resistência do povo negro, das culturas africana e afro-brasileira no currículo escolar que será apresentado mais adiante.

Nesse sentido a Escola Mãe Hilda é pioneira<sup>71</sup> porque a proposta pedagógica da escola é antirracista e voltada para a formação étnico-racial e cidadã. A escola cresceu e o espaço do barracão das festas sagradas, conforme Santana (2014, p. 257), “ficou pequeno para o número de crianças matriculadas [...] e passou a utilizar outros espaços do terreiro” mesmo precisando usar o espaço do quintal, a escola permanecia atrativa para as crianças, como alude Santana:

As músicas do Ilê Aiyê, conhecidas pelas crianças, passaram a ser o principal instrumento pedagógico da Escola Mãe Hilda, educandário que passou a ser um espaço de alegria, ludicidade e identidade. Mesmo com instalações improvisadas, o quintal, as plantas, o movimento de entrada e saídas de filhos e filhas de santos, havia a consciência de estarem num ambiente sagrado, onde tudo e todos são respeitados (SANTANA, 2014, p. 257-258).

Segundo Santana, a Escola Mãe Hilda traz “novas metodologias – uma escola regular num terreiro de candomblé” utiliza a música como metodologia de ensino. O canto protesto do Ilê Aiyê, com as forças dos tambores da liberdade e da ancestralidade, apresenta um conjunto de simbologias sagradas e o cotidiano vivido no terreiro, o qual fortalece a educação comprometida com a valorização da pluralidade, da diversidade e da formação dos sujeitos conscientes e possíveis de conviver respeitando o sagrado do Axé.

---

<sup>71</sup> A prática pedagógica em destaque é pioneira antes mesmo da aprovação da Lei n.10.639/03, a qual oficializa o estudo da História da África e da Cultura étnico-racial nos currículos das escolas públicas e privada. De acordo com os Cadernos de Educação – A força das raízes, vol. 4, 1996, que na sua apresentação destaca que o tema “A Força das Raízes” contempla um universo por demais importante para os descendentes de africanos no Brasil: o fenômeno religioso. É por saber da importância das religiões afro-brasileiras para o progresso de construção de uma consciência de identidade étnica com autoestima e cidadania que o Ilê Aiyê, através do seu Projeto de Extensão Pedagógica, dá a sua contribuição para o maior do “Universo do Candomblé”. Queremos registrar que esse Caderno sobre Religião começou a ser pensado a partir da experiência empreendida pelas professoras Lindinalva Barbosa e Maria de Lourdes Siqueira, em 1995, nas sessões sobre cultura afro-brasileira realizadas pelo Projeto na Escola Banderê e Escola Mãe Hilda (ILÊ AIYÊ. CADERNO DE EDUCAÇÃO, 1996, pp. 5-6).

**Figura 28 - O terreiro escola para a construção da cidadania**



Fonte: Arquivo Bloco Ilê Aiyê

Todo terreiro de Candomblé tem uma mesa farta e Mãe Hilda fazia questão de comprar com recursos próprios e fazer a merenda das crianças, geralmente vinculada aos orixás. Nas segundas-feiras, a pipoca (flor do velho Obaluaê) era a merenda preferida das crianças, a que Mãe Hilda dizia, com muito orgulho, ser a comida do dono da cabeça dela e o patrono do Terreiro. Cuscuz, arroz doce, açaçá, mungunzá, inhame e fazia parte do cardápio das crianças no dia a dia da escola; os professores contavam as lendas dos orixás, suas comidas e animais preferidos. (SANTANA, 2014, p.258)

A prática pedagógica da Escola Mãe Hilda tem como referência o lugar sagrado, onde o terreiro e a escola se entrelaçam, as comidas, as lendas dos orixás são conteúdo. Assim, podemos destacar que o processo de ensino aprendizagem da Escola Mãe Hilda é voltado para a valorização das questões étnico-raciais, uma ação/reflexão pioneira e os saberes ancestrais com o respeito aos mais velhos, além da importância da benção, símbolo das práticas ancestrais, ensinamentos para a vida:

Com o trabalho dos professores da comunidade do Terreiro, o carinho de Mãe Hilda, a alegria, o colorido, a música, a batida do tambor, a comida farta, as crianças da Escola Mãe Hilda passaram a ser disputadas pelas escolas públicas da Liberdade. Elas tinham vários diferenciais: eram alfabetizadas, não falavam palavrões e respeitavam os mais velhos; pediam a bênção e licença, falavam, por favor, cumprimentavam com bom dia, boa tarde etc. (SANTANA, 2014, p. 58).

O terreiro de candomblé, lugar sagrado, é concebido como espaço de aprendizagem e construção de uma educação alicerçada nos fundamentos do cuidado, do respeito e do pertencimento. A educação baseada nos valores da tradição como caminho para apropriação dos saberes formais, possibilita a construção da consciência e da identidade étnica, da cidadania e do respeito, que potencializa o seu papel transformador. Essa escola é lugar de acolhimento, das referências e da pedagogia da ancestralidade, a saber:

Os alunos da Escola Mãe Hilda assimilavam os valores e princípios emanados no cotidiano do Terreiro. Diariamente, Mãe Hilda fazia questão de recebê-los na porta de entrada do Terreiro para abençoá-los, elogiar o cabelo trançado, contar um caso, uma história do Curuzu. Neste ritual diário, eles chegavam e diziam, respeitosamente:

- “A bênção, Mãe Hilda!”

E ela, sempre respondia de bom humor, respondia:

-“Obaluaê que lhe abençoe, meu filho!”

(SANTANA, 2014, p. 258).

As narrativas trazidas nos apresentam a importância de Mãe Hilda ao fundar uma escola no seu terreiro com práticas pedagógicas ancestrais, com saberes e ensinamentos que estão pautados no respeito e valorização da cultura africana e afro-brasileira, a partir do Território Jitolu. As bênçãos e a determinação de Mãe Hilda, foram essenciais para transformar a história do Ilê Axé Jitolu, uma ação pioneira e desafiadora diante de uma sociedade estruturada pelo racismo; assim, o Ilê Aiyê e a Escola Mãe Hilda vão semeando saberes ancestrais em ações educativas. O terreiro, o bloco e a escola vão se apresentando como lugares de espiritualidade, de resistência, de insurgência e de valorização das questões étnico-raciais.

Mãe Hilda, “canalizou a força do seu terreiro para a educação, criando escola e bloco. [...] Acho extraordinária a intuição pedagógica de Mãe Hilda. Transformou o barracão do Ilê em uma escola [...]” (BOAVENTURA, 2014, pp.18-19) para ensinar o respeito e herdar valores e honrar as heranças ancestrais, sem ensinar a religião:

Na Escola Mãe Hilda não se ensina religião do Candomblé. Na Escola os alunos aprendem acerca dos orixás, suas comidas, suas lendas e histórias, seus animais preferidos. O que é possível ser ensinado e esclarecido, as professoras ou até mesmo Mãe Hilda explicam. O sagrado e o segredo, segundo afirma a Iyalorixá, é restrito aos iniciados. “Candomblé não se ensina, vivencia-se”, é o que Mãe Hilda sempre afirma. Ela dizia ainda que religião é de responsabilidade da família e não da escola. O papel da escola, segundo ela “é ensinar as crianças a respeitar toda e qualquer religião” (ILÊ AIYÊ CADERNO DE EDUCAÇÃO, 2009, p. 50).

Orientada pelos princípios celebrados por Mãe Hilda, protagonista dessa história, a Escola Mãe Hilda ensina a respeitar o lugar sagrado do Axé e das demais religiões e ratifica a sua dimensão social e política, pois “assume a educação como uma ferramenta essencial para a criança no Curuzu [...]” (SODRÉ, 2014, p. 37), cujas ações contribuem para preparar meninas e meninos para serem vitoriosos, como sublinha Sodré(2014). É inegável o papel social e político da Escola Mãe Hilda que além de contribuir para a democratização do acesso à educação de crianças do Curuzu/Liberdade e de outras localidades próximas, oferecendo uma educação pública, integrando o projeto pedagógico de saberes plurais e do cotidiano que privilegia afetividade e respeito às identidades, autoestima, musicados em versos que exalam perfume, flores e belezas, “Ilê casa forte, tambor, candomblé, canta para orixá/ Povo de santo de mãos dadas ninguém vai derrubar<sup>72</sup>”, também contribuiu para formação de professores e professoras de diversas escolas da Liberdade e do entorno.

Essa escola com nome e força da mulher, representa bem o protagonismo das mulheres negras nas lutas por direitos, como enfatiza Sodré:

Na história da humanidade, as mulheres foram protagonistas, particularmente as negras, na participação das lutas pela liberdade e por seus direitos. [...] A luta pela liberdade foi uma atividade em que as mulheres negras tiveram participação importante. As africanas e as crioulas nascidas no Brasil buscavam diversas formas de conquista da liberdade e dignidade. Esse caráter libertador e de afirmação encontraremos na atuação de Mãe Hilda, não só no campo religioso, mas também no papel de responsável pelo investimento em educação (SODRÉ, 2014, pp. 34-35).

Mãe Hilda nos ensina a “pedagogia engajada” nesse território de ancestralidade, simbólico e de resistência, concebendo a educação como prática da liberdade; é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender (HOOKS, 2017, p. 25). Nessa escola, se valorizamos saberes, o respeito e se auxilia no crescimento intelectual, criando laços afetivos a partir “de uma relação baseada no reconhecimento mútuo” (HOOKS, 2017, p. 25), com metodologias que dialogam com a história e os corpos negros. “Mãe Hilda, com dignidade de mulher corajosa [...]”, a partir do seu terreiro, passou a oferecer o que tem de melhor aos seus filhos (biológicos e de santo) e aos alunos da sua escola: “educação e dignidade”(SODRÉ, 2014, p. 34).

---

<sup>72</sup> Versos da composição *Negra Perfuma* de autoria de Marildo Lima, a qual exalta a beleza da mulher negra.

## 4.2 ESCOLA MÃE HILDA: SEMEANDO SABERES ANCESTRAIS EM AÇÕES EDUCATIVAS

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”.

Provérbio Africano

“Crianças precisam de horizonte”<sup>73</sup>

Gilson Nascimento

**Figura 29 - Escola Mãe Hilda de saberes ancestrais**



Fonte: Acervo Museu Digital do Ilê Aiyê

As epígrafes que abrem essa discussão possibilitam-nos refletir sobre a metáfora expressa a partir de um provérbio de tradição africana que nos ensina a importância do coletivo/grupo e/ou da comunidade que educa, que mantém a tradição, a cultura e nos apresenta a responsabilidade coletiva de educar. São ensinamentos para a vida, o legado e a valorização da aprendizagem e a importância de orientar. É ser farol e iluminar caminhos e direções que possibilitam às crianças fazerem suas escolhas.

Como sugere a fotografia acima (figura 29), a imagem das portas abertas da Escola Mãe Hilda pode ser referência ao horizonte, como possibilidade para que as crianças tenham

---

<sup>73</sup> Texto que introduz o 1º Caderno Pedagógico, produzido por Arany Santana e Jônatas Conceição, em 1995.

resguardado o direito ao pleno desenvolvimento, ao exercício da cidadania e liberdade de aprender como preconizado na Constituição Federal de 1988.

Nessa leitura, outra metáfora ainda pode ser acrescentada, as portas abertas é o lugar por onde foram lançadas as sementes, por Mãe Hilda, no solo fértil do Jitolu. Germinaram e nasceu uma árvore frondosa que deu frutos – daí nasceram o Ilê Aiyê e a Escola Mãe Hilda. Esses frutos cheios de sabores, aromas, cores, belezas e sementes precisaram ampliar seus horizontes e seus espaços; assim, se fez necessário, construir seus territórios com laços firmes no Terreiro Ilê Axé Jitolu e sob as bênçãos de Mãe Hilda.

Assim, como Mãe Hilda sonhou e realizou esse sonho, os membros e associados do Bloco Ilê Aiyê, alunos e professores da Escola Mãe Hilda também sonharam: "Nosso sonho almejado, já deu certo, eu vi palha com barro virar concreto"<sup>74</sup> (Rita Maia), a Escola Mãe Hilda cresceu e ampliou seus horizontes.

**Figura 30 - Mais um sonho realizado**



Arquivo: Aurelielza Nascimento Santos, 2019.

O sonho foi concretizado, semeando saberes ancestrais em ações educativas e também sociais, a partir da atuação do movimento negro educador, o Ilê Aiyê, que construiu a sua sede e no seu projeto foi incluindo a Escola Mãe. Em 2004, o bloco e a escola subiram a Ladeira do Curuzu. O bloco e a escola passam a funcionar na Rua do Curuzu, nº 228, com sede própria, e a Escola Mãe Hilda segue o Ilê.

<sup>74</sup> Frase que se encontra pintada no salão de festas e eventos da sede do Ilê Aiyê.

O Bloco Ilê Aiyê e a Escola Mãe Hilda passam a funcionar nas novas instalações do Centro Cultural Senzala do Barro Preto<sup>75</sup>, mas o Terreiro Ilê Axé Jitolu está vivo e presente nas ações educativas da Escola Mãe Hilda. Para manter o vínculo com o local onde a escola foi criada, fazem parte do currículo escolar aulas de campo no Terreiro Jitolu para conhecer essa narrativa de resistência e memória ancestral do legado de Mãe Hilda, e também da sua importância na história do Curuzu e da Liberdade. Nesse sentido, é importante destacar:

As crianças da escola Mãe Hilda, as professoras, facilitadoras de aprendizagem sabem que a diretora – fundadora é uma Yalorixá, que a escola funcionou por muito tempo, em um terreiro. Que em um terreiro se celebram festas em homenagem aos Voduns e Caboclos. Sabem quem é OBALUAIYÊ, quem é Oxum, quem é Oxalá, quem é Oxossi, quem é Logun edé, quem é Iansã (ILÊ AIYÊ - Cadernos de Educação, 2009, p.39).

Nessa escola, de acordo com os saberes da tradição religiosa do candomblé evocados por Mãe Hilda, não se ensina religião, não tem como proposta pedagógica a formação religiosa do culto aos Orixás e ao Candomblé, mas ratifica que é necessário que o respeito seja um princípio, sobretudo por essa escola que nasceu em um terreiro de Candomblé. Como dito anteriormente, o ensino é voltado para a construção de saberes e dispositivo de acesso à cidadania, visando o pleno desenvolvimento intelectual e plural que foi se constituindo em um território de simbologias/símbolos ancestrais, bênçãos, musicalidade, oralidade e corporeidade. E eleger, como princípio, a circularidade de saberes, a manutenção dos laços da ancestralidade a partir de valores civilizatórios afrobrasileiros que são fundamentais para conhecer a história, as culturas formadas no processo da diáspora africana. Busca ancorar a práxis pedagógica em suas tradições para fortalecer as expectativas de superação das discriminações, do combate ao racismo, à intolerância religiosa, bem como prime pela formação da identidade e valorização da pluralidade étnico-racial. É sobre essa base epistemológica que se consolidam as estratégias e dispositivos da pedagogia da ancestralidade antirracista no território Jitolu. Portanto, a escola, quando se posiciona politicamente, cumpre o seu papel social no combate ao racismo como sublinham as Diretrizes Curriculares Nacionais:

A escola enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela

---

<sup>75</sup> Sede do Bloco Ilê Aiyê e dos projetos socioeducacionais, Escola Mãe Hilda, Band'Erê, Dandarê e Escola Profissionalizante do Ilê Aiyê, inaugurada em 2003. Localizada na Rua do Curuzu, nº 228.

superação do racismo e da discriminação racial, é pois, tarefa de todo educador, independentemente de seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política (BRASIL,2004, p. 16).

A Escola Mãe Hilda tem muitas histórias de resistência para contar. Nasceu no terreiro de Candomblé , onde permaneceu de 1988 a 2003, mas em virtude da necessidade de ampliação dos espaços para atender a um número crescente de crianças e projetos que surgiam, foi para a “nova casa/ nova escola” com todo o seu patrimônio ancestral. Essa história é sempre narrada para que todos os alunos compreendam que esse lugar de memória foi concebido como lugar da resistência que promove ações para romper as fronteiras do racismo e da intolerância religiosa. Contudo, o sonho da sua fundadora em ter uma escola estava alinhado com a missão de sacerdotiza, zeladora espiritual que almejou também promover a valorização da cultura através do Bloco Ilê Aiyê(1974) e da promoção da educação gratuita na Escola Comunitária Mãe Hilda (1988) e da Band’Erê (1992)<sup>76</sup>.

O Ilê Aiyê por ter nascido dentro do Ilê Axé Jitolu, herdou esses valores e, ao longo de **quatro décadas**<sup>77</sup> tem tentado honrar essa herança. A Escola Mãe Hilda e a Band’ Erê herdaram os valores do Terreiro, atrelado-os à ludicidade cultural do Ilê Aiyê. Assim, todas as iniciativas da Senzala do Barro Preto, com as bênçãos de Jitolu, têm uma trajetória de sucesso (ILÊ AIYÊ - Cadernos de Educação, 2009, p.51).

É salutar destacar, a partir do excerto, que os saberes ancestrais se transpõem em ações educativas se configuram e ganham corpo (território) nas escolas consolidadas<sup>78</sup>a partir dos ensinamentos, da musicalidade, dos toques sagrados, das heranças culturais, dos valores espirituais africanos e afro-brasileiros, o respeito e reverência aos mais velhos, às crianças, à natureza, às diversidades, a convivência na irmandade, a solidariedade e os saberes orais

No Terreiro de Mãe Hilda tudo tem brilho, esplendor e força que se manifesta:  
 Na beleza da configuração do espaço: Barracão;  
 Na afirmação do canto;  
 Na precisão do ritmo;  
 Na corregrafia dos passos;  
 Na representações dos símbolos sagrados, que representam os ancestrais [...]  
 (ILÊ AIYÊ, Caderno de Educação, 2009, p. 41).

<sup>76</sup> Cinco anos após a criação da EMH, em 1992, é fundada a Band’Erê, com as bênçãos de Mãe Hilda, dedicada às crianças e Êres.

<sup>77</sup> Grifo nosso para alterar os anos de existência do Ilê Aiyê (1974).

<sup>78</sup> Grifo nosso. As escolas consolidadas referem-se ao Bloco Ilê Aiyê, Escola Comunitária Mãe Hilda, Band’Erê, Escola Profissionalizante do Ilê Aiyê e Dandarê.

“Na representações dos símbolos sagrados, que representam os ancestrais [...]”, a escola vai se compondo pela cosmologia afrobrasileira, ensinando a partir dos conhecimentos da nossa origem para a construção da identidade, a valorização simbólica, cânticos, vestimentas, as tradições orais, os ensinamentos do fazer religioso, bem como os elementos culturais no campo lúdico, como o samba, batucadas, afoxés, instrumentos musicais e “as músicas do Ilê Aiyê conhecidas pelas crianças da Escola Mãe Hilda passam a ser o principal instrumento pedagógico” (SANTANA, 2014, p. 257). Através da sua música, nesses quarenta e sete anos de existência, o Ilê Aiyê “cantou a história da África e dos povos descendentes de África aqui no Brasil”, pois se faz importante nessa pedagogia ancestral:

Contar a história da África e do seu povo lá e aqui é assumir o papel pedagógico e metodológico de educar contando todas as histórias, de vivenciar todas as culturas existentes na nossa nação, porque, contada essa história, ele reconstrói a identidade do povo negro aqui na Bahia e no Brasil, afirmando-nos como um povo com uma origem, culturas, etniase um passado e presente de muitas lutas por liberdades e direitos iguais, porque um povo sem história é um povo sem raiz (SILVA, 2014, p. 93).

Desse modo, os elementos ancestrais, saberes sagrados dos cultos de matriz africana, que estão presentes no fazer pedagógico da Escola Mãe Hilda tiveram como suporte as práticas e ações educativas e sociais, implementadas. Um sonho que alimentou e trabalhou para virar realidade; sua presença nesse processo foi marcante, não somente porque concedeu seu nome civil à escola, mas também por conta da sua história de vida, sua aura simbólica aliada a sua força espiritual.

Tanto Ilê Aiyê quanto na Escola Mãe Hilda, são feitas homenagens à Mãe de Santo com as publicações da sua bibliografia *Mãe Hilda – A história da minha vida* em 1997 e do *12º Caderno de Educação – Mãe Hilda – Guardiã da fé e da Tradição Africana*<sup>79</sup>, tema do carnaval do Bloco Ilê Aiyê em 2004, complementado as referências significativas à Mãe Hilda no território Ilê é a Unidade de Emergência e o Circuito do Carnaval, ambos na Rua do Curuzu, que receberam o nome da matriarca do Ilê Aiyê.

---

<sup>79</sup> A História de Mãe Hilda foi contada em um dos Cadernos de Educação do Ilê Aiyê em 2004, a 1ª edição publicada pelo Ilê Aiyê; já a 2ª edição publicada foi uma homenagem feita pela Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade (SEPROMI) em 2009 e a 3ª edição publicada pelo Ministério da Cultura, através da Fundação Cultural Palmares, também em parceria com a SEPROMI, em homenagem aos 40 anos do Ilê Aiyê (LIMA, 2014, p. 89).

Pela sua história de intensas lutas, o Terreiro Ilê Axé Jitolu é referência de memória e marcas do protagonismo de uma mulher negra, sensível ao déficit histórico<sup>80</sup> de acesso à educação. “Entre as mulheres conscientes da sua dimensão social e política, colocamos Mãe Hilda Jitolu. [...] A senhora do sagrado da cultura e da vida [...]” (SODRÉ, 2014, pp. 37 e 60).

Parafrazeando Milton Santos (2001), podemos reconhecer que as inter-relações da Yalorixá com a comunidade do Curuzu podem ser traduzidas como articulações de um território político/cultural/educativo/da resistência, produto da dinâmica social, em que os sujeitos tencionam, constroem, reconstroem, se apropriam a partir dessas relações que são estabelecidas no uso desse espaço territorializado a partir de forças produtivas, onde são criados/construídos dispositivos pedagógicos materializados em histórias, memórias, narrativas, fontes de pesquisas, que também auxiliam tanto na produção de atividades pedagógicas da Escola quanto fonte para conhecermos parte da história que a história oficial tenta invisibilizar.

Por tudo que já foi dito até aqui, cabe ratificar e destacar as referências, a presença simbólica e afetiva da Mãe Hilda, a Mãe Preta, idealizadora de projetos educacionais e sociais,

**Figura 31 -Símbolo Mãe Hilda**



Identidade da Escola Mãe Hilda e da Band'Erê, criada por J. Cunha, com grafismos laterais de Muntilo.

Fonte: Arquivo Ilê Aiyê.

<sup>80</sup> O acesso à educação era historicamente um dos maiores prejuízos enfrentados pelo povo negro. O Decreto n.º 1.331, de 1854, e o Aviso Imperial n.º 144, de 1864, em relação ao acesso às escolas, proibiam o saber aos portadores de doenças contagiosas, escravos e não vacinados (SODRÉ, 2014, p. 37).

O símbolo que traz a imagem de Mãe Hilda, emoldurado com as cores, com a sincronia da beleza africana e força da identidade do Ilê Aiyê, entrelaça patrimônio material e imaterial . De acordo com Basnelli (2018) “a partir das cores do grupo que representam a pele (preto), a riqueza cultural (amarelo), o sangue derramado nas lutas pela libertação (vermelho) e a paz (branco)” . Podemos entender que esse símbolo representa o pavilhão do território e estampa as fardas escolares.

Outro destaque da representatividade de Mãe Hilda é a pintura no muro de entrada da Senzala do Barro Preto, representada na figura 32 , além das fotos que fazem parte da galeria da entrada principal da sede, que estão afixadas nas paredes. Segundo Mercês, (2015, p. 64) “a yalorixá foi responsável por uma das maiores ações sociais da Liberdade: a fundação de uma escola de alfabetização que recebeu seu nome”, que é a representação simbólica e o reconhecimento presente nesse território idealizado e abençoado pela matriarca do Ilê Aiyê. O espaço/lugar da sede da escola planejado para acolher as suas simbologias, o seu patrimônio, pois o lugar se inscreve das memórias e pertencimentos.

**Figura 32 -As bênçãos da Yalorixá Hilda Jitolu, presente!**



Arquivo : Ilê Aiyê 2018

Assim, o novo espaço das instalações da Escola Mãe Hilda foi planejado dentro do projeto de criação da sede do Bloco Ilê Aiyê. São 4 salas de aula, sala da direção, biblioteca, sala dos professores e coordenação, secretaria, cozinha, 4 sanitários, pátio coberto e o espaço do refeitório, onde algumas pinturas nas paredes chamam a nossa atenção, como as de Tereza de Benguela, Nizinga, Zumbi dos Palmares, Oxalá e uma mulher de cabelo *black* com os dizeres: “cabelo é resistência, raiz, luta, identidade e beleza”. A importância da representatividade em suas ações educativas de combate ao racismo e as discriminações, em

concordância com a Lei 10.639/03, nos leva a ressaltar a importância de destacar “a atuação de negros e negras em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social” (BRASIL, 2004, p 13) é uma retração às personalidades da História da África e Afro-brasileira. De acordo com Gomes (2013, p. 32),

[...] o caráter emancipatório da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem contribuído para legitimar as práticas pedagógicas antirracistas já existentes, instiga a construção de novas práticas, explicita divergências, desvela imaginários racistas presentes no cotidiano escolar e traz novos desafios para a gestão dos sistemas de ensino, para as escolas, para os educadores, para a formação inicial e continuada de professores e para a política educacional.

Para desvendar esse território de saberes ancestrais, faz-se necessária a busca, a espera e o percorrer dos caminhos que cantam, dançam, tocam tambores e transmitem energias espirituais de aprendizagens e ensinamentos, com cores, sabores, riquezas, alegrias e resistência, cabendo a nós, pesquisadores, usarmos todos os sentidos para colher os os frutos que brotam no caminho.

**Figura 33 -Caminhos abertos no Jitolu**



Arquivo: Arthur Costa 2018.<sup>81</sup>

**Figura 34 - Escola Mãe Hilda aponta horizontes**



Arquivo: Geander B. das Mercês 2015.<sup>82</sup>

<sup>81</sup> Registro de Arthur Costa no Terreiro Ilê Axé Jitolu, agosto de 2018. Disponível: <https://www.picuki.com/profile/arthurroots>. Acesso 20 de maio de 2020.

<sup>82</sup> Registro de Geander B. das Mercês na Escola Mãe Hilda, sede do Ilê Aiyê. 2015. Disponível: [http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias\\_sociais/4194.pdf](http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/4194.pdf). Acesso 30 de maio 2020.

Escola Mãe Hilda não é só uma escola distinta, porque está instalada na sede do primeiro bloco afro –mas, porque é a continuidade de uma história ancestral, de caminhos abertos com Axé. É a escola como caminhos abertos e entrecruzados para a cidadania, a humanidade, como horizonte de cuidado, proteção, ensinamentos, conquistas, como se deseja à sociedade. São os caminhos que se cruzam, dialogam, que se abrem, enquanto possibilidades, a pedagogia da encruzilhada: “A diáspora negra enquanto assentamento é o calçamento de um chão comum onde se plantaram e plantam axés que imantam e emanam as energias que conferem mobilidade, criatividade e possibilidades para as invenções” (RUFINO, 2018, p. 83).

Toda escola deveria ser o lugar da representatividade, de referência, de emancipação e de práticas pedagógicas antirracistas, palco de debate e reflexões acerca de uma educação afirmativa, de inclusão que alimentem nossa esperança a partir de história de rainhas, heroínas, da força da mulher negra na resistência, em prol da liberdade e do direito à cidadania.

#### 4.3 AÇÕES EDUCATIVAS ANCORADAS NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: QUE PEDAGOGIA É ESSA?

##### **Que pedagogia é essa?**

São saberes ancestrais  
 Vem da força do Território Sagrado  
 Tem o brilho do Barro Preto Curuzu  
 É insurgente e com raízes profundas  
 Cultivadas no Terreiro Ilê Axé Jitolu  
 Contra a opressão, o abandono e a invisibilidade  
 O barracão de festas sagradas virou escola  
 Portas abertas da emancipação  
 Com simbologia e tradição oral  
 A história cantada pelo Ilê Aiyê  
 O mais Belo dos Belos  
 Elevando a autoestima dos corpos negros  
 Ancorada na História da África e Afro-brasileira  
 Ação educativa transgressora,  
 Antirracista e engajada  
 Na construção desses caminhos  
 Que são abertos pela Mãe Preta  
 E as sementes cultivadas que brotam  
 Intelectuais negras : Ana Célia da Silva, Arany Santana,  
 Maria de Lurdes Siqueira, Lindinalva Barbosa, Doné Hidélise e  
 Dete Lima  
 Flechas da evolução  
 Coroando meninas negras e Deusas do Ébano  
 Professoras pretas em cena  
 Atuantes, lugar de fala

Reverberando pluralidade, política  
 Liberdade e autonomia  
 Na formação dos sujeitos  
 Protagonistas de resistências  
 Seguindo os passos que vem de longe :  
 Zumbi, Dandara, Luiza Mahin,  
 Luís Gama, Nelson Mandela  
 Mãe Hilda, Makota Valdina e Mãe Estela.

Aurelielza Nascimento Santos

Os versos acima apresentam as sementes, os frutos, as flores perfumadas colhidas no solo fértil do Jitolu, “a Academia do Terreiro”<sup>83</sup>/Terreiro Escola que foi formando as intelectuais negras e transmitindo esses saberes ancestrais e o conhecimento formal consolidado/formalizado a partir dos Cadernos de Educação do Ilê Aiyê<sup>84</sup>, os quais foram gestados pelas experiências construídas no chão do Território Jitolu, ancoradas nas relações étnico-raciais resultantes da diáspora africana.

A pedagogia da ancestralidade da Escola Mãe Hilda é alimentada/fortalecida por outras pedagogias: insurgente, transgressora, engajada (HOOKS, 2017), da encruzilhada (RUFINO, 2018), da autonomia, da emancipação (FREIRE, 2002,2005) do terreiro (CAPUTO 2012), antirracista (CAVALLEIRO, 2005, GOMES, 2013 e SILVA, 2001) e Griô<sup>85</sup> (2006), consolidadas nas resistências do Movimento Negro Educador (GOMES 2017), que dialogam com os corpos negros e afirmações da identidade, com vistas à valorização da vida: “vidas negras importam”; o reconhecimento: “a representatividade”; a autoestima: “a

<sup>83</sup>Caderno de Educação, volume12, 2004, p 34.

<sup>84</sup> Os cadernos de Educação são uma importante fonte de pesquisa para os alunos dos projetos do Ilê Aiyê, assim como os da Rede Pública e Privada de Ensino, que se utilizam dessa importante ferramenta para enriquecerem seus conhecimentos quanto à importância do legado africano em nossa sociedade. São 18 volumes com temas: 1995 – 1º Caderno de Educação – Organizações de Resistência Negra; 1996 – 2º Caderno de Educação – Civilização Bantu; 1996 – 3º Caderno de Educação – ZUMBI 300 Anos; 1996 – 4º Caderno de Educação – A força das Raízes; 1997 – 5º Caderno de Educação – Pérolas Negras do Saber; 1997 – Bibliografia de Mãe Hilda – Mãe Hilda – A história da minha vida; 1998 – 6º Caderno de Educação – Guiné Conakry; 1998 – 7º Caderno de Educação – Revolta dos Búzios – 200 anos; 2000 – 8º Caderno de Educação – Terra de Quilombo; 2001 – 9º Caderno de Educação – África Ventre Fértil do Mundo; 2002 – 10º Caderno de Educação – Malês – A Revolução; 2003 – 11º Caderno de Educação – A rota dos Tambores do Maranhão; 2004 – 12º Caderno de Educação – Mãe Hilda – Guardiã da fé e da Tradição Africana; 2005 – 13º Caderno de Educação – Moçambique – Vutlari; 2006 – 14º Caderno de Educação – O NEGRO E O PODER “Se o PODER é bom, eu também quero o PODER”; 2007 – 15º Caderno de Educação – ABIDJAN – ABUJA – HARARE – DAKAR Ah! Salvador se você fosse assim; 2008 – 16º Caderno de Educação – CANDACES As Rainhas do Império Méroe; 2009 – 17º Caderno de Educação – ESMERALDAS A Pérola Negra do Equador; 2011 – 18º Caderno de Educação – MINA GERAIS Símbolo de Resistência Negra; Disponível em: <http://www.ileaiyeoficial.com/bio/temas-dos-carnavais/>. Acesso em 14 de junho 2020.

<sup>85</sup>Na África Ocidental, o *griot* – ou griô, como o termo se popularizou na língua portuguesa – são aqueles indivíduos capazes de transmitir adiante o conhecimento sobre os costumes, os conhecimentos, os mitos e as histórias dos povos. Metáfora da preservação da História, os griôs perpetuam a ancestralidade a partir da memória e representam a importância de garantir a continuidade das tradições por meio do saber oral. Disponível em: <https://lunetas.com.br/pedagogia-griou/>. Acesso em 19 de agosto de 2020.

negra é linda/o negro é lindo”; a inteligência negra: “os intelectuais negros”; a estética negra: “a beleza negra” e ações afirmativas: “equidade /reparação”.

São pedagogias da coexistência que se entrecruzam na “práxis”. agir e refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo (HOOKS, 2017) e o Terreiro Ilê Axé Jitolu /Ilê Aiyê ajudam a potencializar a prática pedagógica que brota, nasce e é construída e consolidada na ancestralidade, assim:

A ancestralidade, portanto, constitui a corrente sucessiva de gerações que mantêm, com dignidade, o legado dos seus antepassados, repõem e expandem o universo mítico-simbólico que sustenta as tradições de um povo, suas instituições, organizações territoriais e políticas, valores, linguagens, formas de comunicação através de narrativas míticas, modos de afirmação existencial e de sociabilidades (LUZ, 2011, p. 3).

Nesse sentido, a prática pedagógica é baseada na valorização dos ensinamentos dos nossos antepassados como herança de um legado que atravessou o Atlântico, através da diáspora, e que não se perdeu. Esses saberes foram mantidos na religiosidade, na gastronomia, na ciência, na oralidade, a qual foi sendo apropriada pela pedagogia que nasceu na Escola Mãe Hilda e no Ilê Aiyê, enraizada na história africana para a construção da história afro-brasileira, a história que reconhece o protagonismo do povo negro no Brasil. É a Pedagogia Griô, promove a educação de vínculos e laços ancestrais:

É uma pedagogia da vivência afetiva e cultural que facilita o diálogo entre as idades, entre a escola e a comunidade, entre grupos étnicos-raciais interagindo saberes ancestrais de tradição oral e as ciências formais para a elaboração do conhecimento. Essa abordagem de aprendizado é um projeto de vida que tem como foco o fortalecimento da identidade e a celebração da vida (PACHECO, 2006, p. 86).

É essa Pedagogia Griô que alimenta e inspira as práticas educacionais do Ilê Aiyê e a Escola Mãe Hilda de saberes orais, dos laços ancestrais, do projeto de vida. O Projeto de Extensão Pedagógica que incorpora, na sua atuação político-cultural, ações político-educacionais que passam a resgatar/a incorporar os conhecimentos acerca da História da África, da Cultura Afro-brasileira e de valorização da autoestima. Os corpos negros tornam-se território de reconhecimento e visibilidade do orgulho de ser no cabelo, na pele, com todos os traços. Realizam ações de empoderamento, as quais podem atenuar/sarar as fendas profundas abertas pela experiência do racismo.

Para compreender como o processo educativo ocorre no intuito de contribuir para a formação dos sujeitos, apresentamos o conceito de Pedagogia da Ancestralidade a partir das contribuições de Oliveira (2019, p.2):

A Pedagogia da Ancestralidade considera os conhecimentos ancestrais como elementos-chave para qualquer tipo de aprendizagem, que podem ser encontrados em plataformas diversas, como histórias de vida, memórias, provérbios, mitos, itans, letras de músicas, literaturas, danças, gestualidades, poemas, performances etc., e tem no corpo-templo um território sagrado, consciente de que precisa ser reestruturado como um corpo-templo-resistência que seja capaz de combater o racismo institucional e a necropolítica cotidianos, em uma perspectiva sócio-cosmo-política.

No sentido proposto por Oliveira, a Pedagogia Ancestralidade perpassa a estruturação do Território Jitolu que transversaliza, como princípio e prática formativa, os sujeitos. O corpo-templo, território sagrado, é a estrutura onde são construídas as resistências. O Ilê Aiyê potencializa essa prática pedagógica na Escola Mãe Hilda, comprometida com a formação da criança para a vida cidadã. A pedagogia como meio, como caminho que conduza criança em direção ao conhecimento, deve ampliar os horizontes e possibilitar o acesso e apropriação ao conhecimento que emancipa.

Na escola desse território, o saber é produzido pela mediação de dispositivos pedagógicos com sentido e significado de valorização do pertencimento às raízes africana/ afro-brasileira, da História da África, da Cultura Afro-brasileira, fomentando a pedagogia da ancestralidade antirracista, articulada como território, a luta do movimento negro, a religiosidade, a cultura e história cantadas pelos blocos afros. Assim:

O Ilê Aiyê ao longo de sua trajetória vem homenageando países africanos, revoltas e personalidades negras, que contribuíram fortemente para o processo de identidade étnica e para elevação da autoestima do negro. [...] Propondo seu trabalho político-educacional consciente, o Ilê o faz através de seleção temática de dança, de gestualidade, de códigos de linguagem. Ele permeia a transmissão do passado da ancestralidade africana como contexto histórico-social do negro [...] (ILÊ AIYÊ, Cadernos de Educação, 2006, p. 3).

O projeto político-educacional fomentado pelo Ilê Aiyê através do Projeto de Extensão Pedagógico reverbera na musicalidade, na valorização da estética negra, nas estampas que

narram histórias, nos seus tecidos e temas dos carnavais <sup>86</sup> incorporados com as histórias da África e da cultura afro-brasileira presentes em todas as ações simbólicas/políticas/culturais e ancestrais na Noite da Beleza Negra<sup>87</sup>, na cerimônia da Saída do Ilê Aiyê, nas tranças e turbantes, nas fantasias e na elaboração dos Cadernos de Educação ao propor uma pedagogia alicerçada na ancestralidade e em ações antirracistas. Assim, podemos inferir que a pedagogia da Escola Mãe Hilda é pioneira e necessária para formar sujeitos atuantes, críticos e conhecedores da sua história e do legado do povo negro, como destaca Maria de Lurdes Siqueira (2018):

O Ilê precede as ações afirmativas e de reparação, formais, porque quando sai as políticas públicas que formalizam as ações afirmativas, de valorização, e buscar o lugar do negro e de colocar o negro na universidade, nos colégios superiores, nos centros de formação, o Ilê já fazia tudo isso! Eu lembro no tema (para o carnaval), que nós estamos construindo, é, o que o presidente (Vovô) diz, alguém pergunta, como é que começou a Escola Mãe Hilda? Ele diz: é porque o povo do Curuzu, vinha pedir para mãe (Mãe Hilda) um jeito de botar os filhos na escola, e ela (Mãe Hilda) acabou criando a própria Escola Mãe Hilda. Então, as ações afirmativas são políticas públicas, são

---

<sup>86</sup> Os temas dos carnavais são escolhidos através de reuniões e sugestões dos diretores, artistas, colaboradores e associados do Ilê Aiyê, sempre ligados às questões que envolvem o universo afro das mais variadas formas. São os temas apresentados nos carnavais do Bloco Ilê Aiyê: 1975 ILÊ AIYÊ; 1976 WATUTSI; 1977 Alto volta; 1978 Congo – Zaire; 1979 Rwanda; 1980 Camerun; 1981 Zimbabwe; 1982 Mali – Dogons; 1983 Ghana – Ashanti; 1984 Angola; 1985 Daomé; 1986 CONGO – Brazzaville; 1987 Nigéria; 1988 Senegal; 1989 Palmares; 1990 Costa do Marfim; 1991 Revolta dos Búzios; 1992 Azânia; 1993 América Negra o sonho africano; 1994 Uma nação africana chamada Bahia; 1995 Organização de resistência negra; 1996 A Civilização Bantu; 1997 Pérolas Negras do Saber; 1998 Guiné Conakry; 1999 A força das raízes africanas; 2000 Terra de quilombo; 2001 África ventre fértil do mundo; 2002 Malês – a revolução; 2003 A rota dos tambores no maranhão; 2004 Mãe Hilda Jitolu guardiã da fé e da tradição africana; 2005 Moçambique vltutare (o saber); 2006 O NEGRO E O PODER “Se o PODER é bom, eu também que o PODER”; 2007 ABIDJAN – ABUJA – HARARE – DAKAR Ah! Salvador se você fosse assim...; 2008 CANDACES As Rainhas do Império Méroe; 2009 Esmeraldas: A Pérola Negra do Equador; 2010 PERNAMBUCO UMA NAÇÃO AFRICANA; 2011 MINAS GERAIS- “SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA NEGRA”; 2012 NEGROS DOSUL, LÁ TAMBÉM TEM!; 2013 GUINÉ EQUATORIAL – Da herança pré-colonial a geração atua; 2014 DO ILÊ AXÉ JITOLU PARA O MUNDO – Ah! Se Não Fosse o Ilê Aiyê; 2015 DIÁSPORA AFRICANA – JAMAICA – AFRODESCENDENTES; 2016 O RECÔNCAVO BAIANO É AFRODESCENDENTE; 2017 OS POVOS EWE-FON – A INFLUÊNCIA DO JEJE PARA OS AFRODESCENDENTE; 2018 “MANDELA. A AZÂNIA CELEBRA O CENTENÁRIO DE SEU MADIBA”; 2019 'QUE BLOCO É ESSE? EU QUERO SABER' e 2020 “BOTSWANA: uma história de êxito no mundo”. Disponível em: <http://www.ileaiyeoficial.com/bio/temas-dos-carnavais/>. Acesso em 14 de junho 2020.

<sup>87</sup> A Noite da Beleza Negra do Ilê Aiyê é hoje o maior concurso de beleza e exaltação da mulher negra no Brasil. Nele, o Ilê Aiyê elege a Deusa do Ébano (Rainha do Ilê), que tem a missão de levar ao público todo o encanto e consciência que a mulher negra necessita para elevar sua autoestima e senso crítico. Um dos maiores objetivos da Associação Cultural Ilê Aiyê é sedimentar a autoestima na comunidade negra de Salvador e propagar a cultura afro-baiana para os mais diversos pontos do mundo. Na Noite da Beleza Negra, o Ilê faz isso com o foco direcionado para a mulher negra. O concurso acontece desde 1975 e nasceu a partir da constatação de que não havia nenhum registro de que uma mulher negra tivesse ousado concorrer em uma competição de beleza. Apesar de a população brasileira ser majoritariamente mestiça, o biotipo de mulheres que o Brasil exportava a partir dos seus concursos de beleza não correspondia à realidade étnica nacional. Disponível em: <http://www.ileaiyeoficial.com/noite-da-beleza-negra/> Acesso em 14 de junho 2020.

ações protagonizadas pelo Ilê Aiyê, muito antes delas serem formalmente definidas. (SIQUEIRA, 2018; CADERNO OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018).

A pedagogia do Ilê Aiyê, iniciada pelo terreiro de candomblé Ilê Axé Jitolu, adota ações afirmativas que incluem e também reivindicam direitos antes da proposição governamental. Escola Mãe Hilda é uma dessas ações pioneiras como sublinha Siqueira. A partir desse grande marco, outras ações se somam à força insurgente do Território Jitolu, O Ilê Aiyê organiza seu núcleo de intelectuais negros, o Projeto de Extensão Pedagógica com oferta de cursos de formação continuada para professores, produz e publica os Cadernos de Educação.

As ações empreendidas pela tríade Terreiro Ilê Axé Jitolu, Ilê Aiyê e a Escola Mãe Hilda impactam na mobilidade social dos sujeitos desse território. Ações educativas ancoradas na ancestralidade e na força do Movimento Negro Educador (Gomes 2017) ratificam o compromisso de educar para a liberdade e criar condições para a apropriação do conhecimento emancipador, pois ter acesso e direito à educação para “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado [...]. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação reflexão” (FREIRE, 1996, p. 77).

Consideradas as múltiplas formas e reinvenções de modos de existir na diáspora negra, a apropriação dos saberes formais da cultura letrada como instrumento de poder, reparação e transformação, trona-se imperativa. O território Jitolu se estrutura/ se ancora para promover a educação formal, para contribuir para o seu povo sair da margem, do trabalho braçal, da negação, da exclusão. Por isso, organiza ações afirmativas de inclusão pela apropriação do saber formal em diálogo com o pertencimento, pois o crescimento se dá quando a pessoa negra se reconhece, como afirma Siqueira (2018):

O Ilê começa com ações afirmativas, com políticas públicas, com ações de reparação, formando pessoas e o grande diferencial, nessa formação que o Ilê dá as pessoas, é que ele forma por dentro, porque uma pessoa negra, só se forma realmente para crescer, como pessoa e se torna capaz, de trabalhar pelo crescimento, pela transformação da sociedade, quando ela se reconhece digna, quando ela se reconhece com valor, quando ela se reconhece com autoestima, pela cor, pelo cabelo, pelo jeito de ser, pelos costumes da família, pelos costumes tradicionais da sua própria casa que são completamente diferentes dos costumes ocidentais, ainda hoje você encontra na continuidade do trabalho do Terreiro Ilê Axé Jitolu, o que se passa lá no profundo do profundo são valores religiosos, africanos tradicionais e, só esses valores, só essa cultura, só esses saberes, formam a pessoa profundamente, porque uma pessoa negra, brasileira, se ela não tem a consciência do valor do ser negro, ela não é uma pessoa formada profundamente (SIQUEIRA, 2018; CADERNO OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ).

No excerto, Siqueira (2018) nos apresenta o papel significativo do Ilê Aiyê, como continuidade do trabalho do Terreiro Ilê Axé Jitolu, destacando o pioneirismo na proposição de ações afirmativas. Ele é um marco histórico de grande potencialidade e referência na luta negra, pois ensina a transgredir, a ser insurgente ao longo de mais de quatro décadas e ratifica o direito à educação formal como dispositivo de transformação da sociedade

A concepção de que educação empodera, pode mudar o lugar, fomenta cultura, cria condições de sobrevivência e de resistência, acompanha a luta de negros e negras desde tempos longínquos. O comprometimento dos antepassados, dos ancestrais com a educação nos faz refletir que o povo negro foi trazido para esse território, pertencente aos povos indígenas, como expatriados pela escravidão. Foram sequestrados seus corpos, o nome, a língua, a prática livre da religião, a liberdade. Tentaram também apagar os conhecimentos pela inculcação dos valores coloniais. Entretanto, a força e os saberes ancestrais acompanharam cada africano, cada africana que aqui chegou. O legado é presente, é patrimônio de gerações e precisa ser contado, lido, escrito, musicado, esculpido, pintado, degustado, estampado, vestido e coroado. E a Pedagogia da Ancestralidade Antirracista do Território Jitolu tem esse compromisso com a educação do povo negro, como se pode observar a narrativa de Dete Lima (2018):

Eu acho, que tudo o que nós sabemos, nós temos que passar que eu quero, é que mais tarde, quando os meus, bisnetos tiverem aí, folheando um, um livro, que diga: não, foi minha vó quem fez isso aqui. Foi minha vó quem começou, sabe? Que fique aí a história, para todo mundo ver, para todo mundo ler, para todo mundo contar um para o outro. Porque se você saber e você guardar pra você, ficar só com você, e quem é que vai dar continuidade a esse trabalho? Sabe? Então assim, o que eu sei estar espalhado aí, eu sei que tem bastante pessoas pra tá levando ele adiante. (LIMA, 2018; OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018).

Desse modo, narrado por Dete Lima (2018), se dá a preservação e manutenção de laços ancestrais. Há quase cinco décadas ela vem difundindo saberes de uma educação que nasceu no Terreiro Axé Ilê Jitolu, a tessitura para o mundo “como espaço de circulação de conhecimentos, de saberes, de aprendizagens. Tudo aprende, tudo ensina” (CAPUTO, 2017, p. 257) que adentra novos territórios, cruzam fronteiras, se expandem, são divulgadas, partilhadas e assim novas territorialidades são constituídas a partir dessa “pedagogia revolucionária” (CAPUTO, 2017, p. 144). O saber pertence a todos, não cabe mantê-lo em uma redoma. Faz-se necessário partilhar esses saberes, pois as futuras gerações, como nos fala Dete Lima ao se referir aos bisnetos, é a continuidade da cultura, das raízes e do

conhecimento, bem como os seus ensinamentos ancorados na ancestralidade, instruindo-se com os ensinamentos e os saberes de sua mãe, Mãe Hilda Jitolu.

**Figura 35 - Dete Lima “Tudo aprende, tudo ensina.”<sup>88</sup>**



Arquivo: Aurelielza Nascimento Santos (2019)

A experiência de Dete Lima reverbera os ensinamentos gerados pelos saberes ancestrais, passados de geração em geração, do Terreiro Ilê Axé Jitolu, do Ilê Aiyê para o mundo, estampados em tecidos, cujas pinturas emolduram simbolismos que compõem a estética, a identidade, a consciência negra formada pela representatividade. Os tecidos do Ilê Aiyê escrevem as histórias, as bênçãos ancestrais e vestem a alma e o corpo de pertencimento e autoestima, que são princípios da pedagogia da ancestralidade antirracista. Sob os cuidados das mãos talentosas e mágicas de Dete Lima, Candace do Ilê Aiyê, intelectualidade negra que cria uma marca e compõe o ritual da amarração do tecido, os saberes são perpetuados pela potência negra do saber fazer e criar com “habilidades técnicas para aprendê-los e expressá-los” (ILÊ AIYÊ, 2008, p. 25) através da estética negra do Ilê Aiyê,

E isso só foi dando vida a todos os aprendizados, né como essas amarrações que eu faço nas rainhas, nas deusas do Ilê, que foi vendo ela (Mãe Hilda) vestindo os orixás e aí, eu fui praticando tudo isso com tecido na mão, sempre trabalhando com tecido, que assim, o tecido no corpo e depois veio a arte no tecido, de tecido para tecido, né, fazendo imagens de orixás e

<sup>88</sup> Oficina de arte em tecidos ministrada por Dete Lima, às terças-feiras, na sede do Bloco Ilê Aiyê. A Escola Banda Erê é uma ação educativa voltada para as crianças e jovens de 8 a 12 anos. Esse processo educativo começou em 1992 com aulas de percussão para meninos, como forma de envolvê-los em uma atividade lúdica e, ao mesmo tempo, propiciar-lhes o acesso ao mundo da cultura negra produzido pelo Ilê Aiyê. A partir de 1995, com a criação do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, a Banda Erê passa a ministrar para seus alunos e alunas conteúdos de cidadania, história, literatura, saúde corporal, percussão, dança, canto e coral. A Banda Erê torna-se uma escola de arte e educação voltada para o resgate e expansão dos valores culturais de origem africana. Durante o ano, algumas atividades da Escola Mãe Hilda e da Banda Erê são realizadas em conjunto. Disponível em: <http://www.ileaiyeficial.com/acoes-sociais/band-ere/> Acesso 16 junho de 2020.

personagens do mundo negro, tudo o que eu sei de arte vem dessa escola, eu aprendi na Escola Mãe Hilda (LIMA, 2019).

As amarrações de Dete Lima fazendo as Deusas do Ébano, representam a arte da estética negra, da simbologia do “mais belo dos belos” vestindo os corpos negros a partir dos ensinamentos do Axé, da pedagogia passada por Mãe Hilda. A arte das amarrações é esculpida com os saberes, reconhecidos como herança, ensinados e aprendidos no seio do Jitolu, o terreiro que é escola, que é a universidade, é arte em tecidos, é a raiz que sustenta e dá frutos que ressignificam o espalhamento do povo negro, pois a “[...] diáspora negra enquanto assentamento é o calçamento de um chão comum onde se plantaram e plantam axés que imantam e emanam as energias que conferem mobilidade, criatividade e possibilidades para as invenções” (RUFINO, 2018, p. 77) de caminhos que conduzem ao encontro com as raízes africanas, fortalecem a tradição e a resistência dos corpos negros.

Assim, a resistência como ação para manter esse legado se fortaleceu ainda mais a partir da ação do terreiro, ao abrir as suas portas para a cultura, a arte e a educação. O terreiro virou escola como política de inclusão, emancipação e formação para a transformação dos sujeitos, como revelam as vozes das professoras da Escola Mãe Hilda, que compartilham em suas narrativas, permeadas de afetos e imantadas de ancestralidade, as “[...] experiências que emergem do seu interior, do recôndito das lembranças (SANTOS, 2008, p. 17)”, que falam das suas práticas e ações educativas como análise da pedagogia que brota desse [...] [solo sagrado]”, um “[...] chão sacralizado onde são plantados os segredos e praticados os encantamentos que vigoram e ressignificam a vida, o assentamento imanta e reverbera as energias que lhe foram consagradas [...]” (RUFINO, 2018, p.83). É nesse território de resistência, educativo, de potência cultural, a partir de registros, das narrativas, das memórias, onde acontecem as trocas de saberes africanos e afro-brasileiros, em consonância com a Lei 10.639/03 e com o material específico que são os Cadernos de Educação, editados pelo Ilê Aiyê através do Projeto de Extensão Pedagógica - um dos dispositivos pedagógicos que são utilizados nas práticas pedagógicas da Escola Mãe Hilda. Com o objetivo de ampliarmos a compreensão sobre essas práticas pedagógicas, apresentamos o excerto da entrevista da Professora Iana Maria Marucha (2020):

A escola Mãe Hilda surgiu do sonho de uma mulher negra, Yalorixá Mãe Hilda Jitolu dentro de um Terreiro de Candomblé. Com a proposta inicialmente de reforço escolar e de acolhimento às crianças da comunidade. Logo esse sonho transformou-se em uma proposta pedagógica inovadora e desafiadora, embasada na Lei 10.639/03 oportunizando aos alunos,

conhecimento, reescrita e a afirmação da sua africanidade, sendo ele (aluno) o protagonista da sua própria história. Porque o PPP (Projeto Político Pedagógico) funciona dessa forma, que a metodologia de ensino dos professores é baseada na Lei 10.639, é baseada na nossa ancestralidade, na nossa religiosidade, na questão da cultura afro-brasileira.

Em sua narrativa da professora Iana, alfabetizadora da Escola Mãe Hilda, compreende a proposta pedagógica implementada pela escola, que está alicerçada na Lei 10.639, como inovadora e desafiadora. Destaca a contribuição da pedagogia baseada na ancestralidade como elemento de afirmação da africanidade e do protagonismo dos alunos na reescrita da sua história. Outro aspecto que nos chama a atenção é o conhecimento sobre a origem da Escola Mãe Hilda, e a destaca como o lugar do sonho realizado/idealizado por uma Yalorixá, da dinâmica no tempo e no espaço que traz a história e a memória afetiva. Assim, nos apresenta essa escola comunitária como lugar de fala, território da ancestralidade e de solidariedade na periferia.

A professora Iana Marucha ao destacar como inovadora e desafiadora a proposta pedagógica, nos possibilita refletir sobre tal afirmação. Seria inovadora pelo pioneirismo na abordagem das questões étnico-raciais e pelo compromisso da implementação da Lei 10.639/03; e desafiadora pelos embates e tensões para o combate e superação do racismo numa sociedade racista que não se reconhece como tal, bem como promover alterações nos currículos escolares, como explicita o parecer das Diretrizes das Relações Étnico-Raciais:

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além da de raiz africana e europeia. É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas (BRASIL, 2004, p. 8).

Com base no excerto, destacamos que os argumentos que fundamentam as Diretrizes aludem sobre a importância da diversidade cultural como um valor civilizatório ao reconhecer as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, de raiz africana e europeia e dos descendentes de asiáticos. Segundo Munanga (2005, p. 15), é preciso compreender “[...] que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos,

mas sim, ao contrário, um fator de complementariedade e de enriquecimento da humanidade” para a formação dos sujeitos na construção da sua história em uma sociedade plural antirracista.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas da Escola Mãe Hilda são embasadas na Lei 10.639 e nas Diretrizes das Relações Étnico – Raciais, para ampliar o foco do currículo escolar, conforme postado no site oficial do Ilê Aiyê<sup>89</sup>. O currículo aponta/direciona o Projeto Político Pedagógico<sup>90</sup> (PPP) para ancorar as ações pedagógicas interdisciplinares orientadas por metodologias que utilizam mecanismos de inclusão na construção de um planejamento participativo voltado para a reeducação das relações étnico-raciais, tendo em vista as intervenções didáticas, estruturadas com objetivos, eixos temáticos e a concepção metodológica para fortalecimento da pedagogia antirracista.

O objetivo principal da Escola Mãe Hilda é formar cidadãos conscientes e capazes, oferecendo conteúdos e desenvolvendo competências e habilidades necessárias à inserção do aluno ao ambiente social de forma digna. Por isso, a instituição adota como eixo temático a equidade racial e de gênero. Em suma, a Escola Mãe Hilda é um espaço de socialização, apreensão de valores éticos e ampliação do horizonte intelectual.

Nesse contexto, os alunos exercitam a convivência com a diversidade das relações interpessoais, percebendo-se diferentes e estimulados a pesquisar, identificar, reconhecer e refletir, o que leva, conseqüentemente, ao respeito pela pluralidade social e cultural da sociedade em que vivemos (Portal ILÊ AIYÊ).

Essa construção de saberes políticos e pedagógicos, baseados na reeducação das relações étnico-raciais, possibilita a formação cidadã com o intuito de promover a conscientização sobre a diversidade, a importância de ser e estar no mundo para combater as desigualdades no tempo e no espaço que impactam a sociedade. Portanto, os princípios éticos que regem a coletividade são basilares na formação dos sujeitos, que podem intervir e modificar a realidade em que estão inseridos.

Os valores que a escola transmite resgatam e (res) significam a importância dos negros para a sociedade brasileira. Desta forma, a educação é direcionada e produz reflexos positivos nas crianças e nos jovens garantindo assim a igualdade de direitos e respeito às diferenças, temas caros a 10.639/03. Por fim, a nova legislação e a atuação da Escola Mãe Hilda, produzem novos olhares e posturas diante do conhecimento e do mundo,

---

<sup>89</sup> Fazendo parte das ações sociais do Bloco Ilê Aiyê, a Escola Mãe Hilda é apresentada a partir do contexto histórico e organização

<sup>90</sup> Documento que organiza as atividades pedagógicas.

fator que capacita o alunato a intervir e modificar a realidade que está inserido (MERCÊS, 2018, p. 54).

Nesse sentido, a Escola Mãe Hilda, ao alinhar os objetivos e orientação metodológica do seu Projeto Político Pedagógico às Diretrizes das relações étnico-raciais, promovendo ações pautadas para a superação do racismo, propõe que tais práticas pedagógicas trabalhem para desconstruir preconceitos, discriminações e o racismo - um desses graves problemas que permeiam a nossa sociedade (MUNANGA, 2005). Assim, mesmo que a educação não possa resolver/solucionar sozinha os desdobramentos do racismo, ela nos possibilita criar dispositivos antirracistas. Pode-se dizer que a Escola Mãe Hilda possibilita caminhos, debates e reflexões, ao propor o Projeto Político Pedagógico, que organiza atividades pedagógicas embasadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais<sup>91</sup>, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/06, Conselho Nacional de Educação e nas Leis 10.639/03 e 11.645/08, ao mesmo tempo em que reconhece e respeita os saberes das Yalorixás e Mestres das Religiões de matriz africana e o notório saber, como referências religiosa, cultural e pedagógica (Portal Eletrônico do Ilê Aiyê) que possibilitam a formação de sujeitos que podem se expressar e se posicionar como cidadãos participantes da sociedade, capazes de intervir e modificar a realidade, no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade antirracista.

Quanto à organização e definição dos eixos norteadores da prática pedagógica, constante no projeto político pedagógico, a Escola Mãe Hilda apresenta os seguintes tópicos que são trabalhados como diagnósticos prévios no processo formação dos sujeitos: 1. Valorização dos conhecimentos prévios dos discentes; 2. Identificação das referências culturais africanas nos livros didáticos manuseados pelos alunos; 3. Convivência com as diferenças, inclusive raciais, no espaço educativo e social; 4. Metodologias a serem utilizadas no processo educacional e de avaliação; 5. Estabelecimento de uma relação entre o currículo oficial e extraoficial<sup>92</sup>; 6. Incorporação do multiculturalismo como perspectiva curricular, articulando conteúdos específicos a questionamentos sobre a pluralidade cultural (Portal ILÊ AIYÊ).

---

<sup>91</sup> Adotados em 1997, os PCNs foram preparados pelo Ministério da Educação para orientar os professores das redes estaduais e municipais na montagem de currículos adequados às peculiaridades regionais e culturais do Brasil. A partir dos PCNs, os docentes podem desenvolver em sala de aula temas que permitem formar cidadãos conscientes, possibilitando ao aluno ampliar seu horizonte existencial, cultural e crítico por meio das próprias matérias regulares do currículo. A esse recurso pedagógico deu-se o nome de temas transversais, a partir dos temas: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual (SOUZA, 2005).

<sup>92</sup> De acordo com o levantamento dos planejamentos diários, específicos e embasados no calendário Afro-brasileiro que será apresentado na seção da pesquisa como um dos dispositivos pedagógicos na construção da pedagogia que nasce nesse território Ilê, a pedagogia antirracista.

Os tópicos diagnósticos, apresentados no PPP possibilitam refletir sobre a importância dos conhecimentos trazidos pelos alunos no processo dialógico que valoriza os saberes como referência às trocas de conhecimentos. Segundo Freire (2002, p. 27) é preciso “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Então, a escola propõe o diálogo e a interação entre os sujeitos no processo de conhecer e garantir a participação de todos para que a educação tenha sentido e possa ser construída com a coletividade.

Nessa prática estruturada na perspectiva o sujeito-ação, o sujeito participativo é força motriz desse processo de construção do conhecimento: “[...] quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições, um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho - a ele ensinar e não a de transferir conhecimento”, (FREIRE, 2002, p. 27).

Portanto, cabe a/ao professor (a), na sua atuação docente, mediar esse processo dialógico e valorizar os saberes que são trazidos dos diversos lugares, das diferentes histórias de vida. Uma educação participativa dialógica e efetiva quando alunos e professores veem uns aos outros como seres “integrais”, buscando não somente o conhecimento que está nos livros, mas também o conhecimento acerca de como viver no mundo (HOOKS, 2017).

Queremos chama a atenção para a importância do papel dos professores e professoras para a construção de uma pedagogia implicada com um projeto de sociedade antirracista. A mediação pedagógica é um divisor de águas para suscitar debates e problematizações nos diversos campos do saber, das estruturas e instituições, das relações interpessoais, sobre racismo, preconceitos e discriminações no contexto escolar. No caso específico das relações étnico-raciais, para o desvelamento das relações de poder e controle, do racismo e formas correlatas que permeiam o currículo e estão subjacente nas abordagens sobre história, cultura, nos livros didáticos etc., ratificamos que a ação docente é crucial. Desse modo faz-se mister o cuidado com a formação e o acesso a diversos materiais (acadêmicos, científicos, didáticos, artísticos) para fundamentar a prática pedagógica, como se dá na Escola Mãe Hilda.

Segundo Munanga (2005, p. 18), podemos então enfrentar o desafio, bem como inventar estratégias educativas e pedagógicas para combater o racismo, reeducar o processo coletivo, que incorpora como perspectiva curricular o multiculturalismo<sup>93</sup>, que propõe a valorização e o respeito às diversas culturas, articulando conteúdos específicos aos

---

<sup>93</sup> “[...] O termo multiculturalismo é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais [...]” (HALL, 2003, p. 52).

questionamentos sobre a pluralidade cultural, que atravessam as vidas dos sujeitos que fazem a escola pulsar.

Em virtude disso, faz-se necessário um currículo<sup>94</sup> que pontue e dialogue com a diversidade, a pluralidade cultural, que possibilite a construção da pedagogia antirracista que nos permita “uma prática docente que seja voltada para a diversidade étnica e cultural da nossa população, sobretudo dessa população que, ao longo da história do Brasil, vem sendo alijada dos direitos civis, sociais e humanos [...]” (TRINDADE, 2000, p. 16).

É preciso ter uma prática docente antirracista e atenta às nossas ações, atitudes e pensamentos racistas que estão nas estruturas da sociedade para corrigir o estigma das desigualdades e de “comportamentos discriminatórios que prejudicam a construção de uma sociedade plural, democrática e igualitária” (MUNANGA, 2005, p. 20).

É nesse contexto que Hooks (2017) e Trindade (2000) nos convidam a pensar a prática pedagógica humanamente comprometida com os valores civilizatórios, com a luta antirracista, pautada no olhar plural, no respeito, na equidade e no reconhecimento da alteridade, que não negue, desqualifique ou silencie a história do povo negro, pois é preciso, segundo Silva (2005, p. 21), “conhecer para entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições das diversas culturas oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira [...]”. É imprescindível pensar em uma pedagogia que valoriza a diversidade cultural, a ancestralidade e que está ancorada nos princípios da Lei 11.645/08.

Ampliando a discussão sobre pedagogia e prática pedagógica registramos a narrativa da professora Tairine Santana (2020), nos apresentada com aspectos relevantes da concepção e da prática pedagógica da Escola Mãe Hilda:

O objetivo daqui da Escola Mãe Hilda é conscientizar as crianças pelo poder que o negro tem, pela sua cor, pela sua cultura, pela sua resistência, o que foi que os meus antepassados sofreram para chegar até aqui? Então, vamos valorizar isso, né? O negro é lindo, nossa cor é linda, nossa roupa é linda, a comida que a gente tem é linda, os colares, as pulseiras, o jeito da gente dançar, o jeito da gente falar, então, temos como objetivo valorizar isso. Quando a gente explica a eles, eles interagem, eles falam: Qual a comida? Eles dizem: acarajé, abará ou azeite de dendê, pró. E a gente traz outras informações, pois temos o Ilê, o bloco que já traz isso.

A professora Tairine Santana, ao destacar o objetivo da Escola Mãe Hilda, evidencia a valorização da cultura, das raízes ancestrais, como a referência para o desenvolvimento da

---

<sup>94</sup> Os currículos passam a ser um dos territórios em disputa, sobretudo, desses novos sujeitos sociais (ARROYO, 2011).

dimensão pedagógica. Desse modo, os saberes e conhecimentos que se espriam no chão da sala de aula vão além dos conhecimentos e das informações contidas nos livros didáticos.

Diante do exposto, é salutar pensar que a pedagogia contextualizada na diáspora e ancorada nas relações étnico-raciais e valores civilizatórios contribuem para a promoção de uma educação da alteridade, o que, de fato, deveria ser universal. Porém, o impacto do racismo sobre a vida da população negra nos coloca como sujeitos de culturas subalternas, da negação, onde são representados. Por isso, é preciso a desconstrução da discriminação racial nos espaços de poder, na política, na mídia, na escola, nas produções acadêmicas, nos materiais didáticos.

O combate ao racismo, ao preconceito racial e à discriminação é uma luta que atravessa gerações e tem exigido de nós muita resistência e a capacidade gigantesca de criarmos metodologias e dispositivos para superá-los, bem como vencermos as estratégias, ideológicas e repressivas, de dispersão do nosso povo. Por isso, não seria honesto negar que o movimento negro, no tempo e no espaço, com todas as suas composições, tensões internas, pautas, metodologias e instrumentos de enfrentamento, foi/é um divisor de águas no combate ao racismo, como movimento social e político para a reeducação e formação de uma sociedade antirracista, principalmente ao pensar nas práticas educativas através de projetos sociais, como escolas de educação básica e profissionalizantes, centros culturais e cursinhos pré-vestibulares.

No processo de lutas pela elaboração de ações pedagógicas relacionadas às referências religiosas e culturais afro-brasileiras, a Escola Mãe Hilda manteve laços importantes com o Movimento Negro, que já desfraldava a bandeira da resistência, posicionando-se como produtor/fomentador de ações políticas, culturais e pedagógicas direcionadas para a formação de uma sociedade antirracista. Seguindo essa perspectiva, sublinhamos que:

A presença do Movimento Negro, nessa tarefa, recontando a história do negro na África e no Brasil, desde a formação de grupos organizados há séculos, reivindicando educação para os negros por meio de manifestos, teatro, música e ação sistemática junto aos órgãos de ensino, não pode ser esquecida. A aproximação das escolas com o Movimento Negro, que já possui uma larga experiência nesse trabalho de reconstrução e reposição do processo histórico-cultural dos afrodescendentes na educação, possibilitou a inserção, nos currículos de muitas escolas brasileiras, da tradição cultural e histórica desse povo. E torna-se mais necessária agora, que o tema transversal Pluralidade Cultural é introduzido nos currículos para professores que, em sua maioria, não receberam uma formação adequada para desenvolvê-lo (SILVA, 2005, pp. 33-34).

As lutas do Movimento Negro para a garantia da educação como um direito de todos e todas, como prática da liberdade, da emancipação dos sujeitos sempre foi uma bandeira de luta, de insurgência e resistência. A música e o teatro, como elementos da cultura, foram alguns dos percursos trilhados na luta permanente do Movimento Negro para a inclusão, o acesso, o direito e a transformação social.

Segundo Gomes (2017), o protagonismo do Movimento Negro na relação com a educação e os movimentos sociais potencializa as ações que reverberam as lutas, a resistência, o debate que propõe intervenções de reparação e equidade, por entender que a educação é um processo de humanização. Portanto, o Movimento Negro enquanto organização política que resistiu aos impactos desumanos da escravidão durante quatro séculos, ainda convive com a existência dos resquícios desse crime de lesa-humanidade, que impacta as estruturas da sociedade contemporânea, marcada com sequelas racistas, voltando-se para a educação como um meio possível de transformação. Esse também é o posicionamento do Ilê Aiyê educador:

O Ilê Aiyê criou e se mantém coerente na sua definição de princípios e práticas de formação num processo de construção de uma identidade político-social negra, que conheça e respeite os valores que nos foram legados pela história da resistência das comunidades africanas e da diáspora brasileira. Formação para assumir, participar, das lutas que foram iniciadas pelas organizações da resistência africana no Brasil (ILÊ AIYÊ, 2019, p. 5).

O Ilê Aiyê com o seu pioneirismo fortaleceu a luta na diáspora ao construir dispositivos políticos e pedagógicos, que “tem sempre uma função estratégica concreta” (AGAMBEN, 2005, p. 9) de práticas educativas, que são as heranças e os legados das tradições africanas, “passos vêm de longe”, cruzando o Atlântico Negro “[...] à luz do pensamento africano recriado na diáspora” (MACHADO, 2006 p. 1). Através das lutas e resistências das “Irmandades Religiosas, Terreiros de Candomblé, Capoeira, lutas que se desdobram nos pós-abolição com a Frente Negra Brasileira, Imprensa Negra, Afoxés, Teatro Experimental do Negro, os Blocos-Afros” (ILÊ AIYÊ, 2018, p. 5), Escolas de Samba, Cursinhos Pré-Vestibulares, são várias as frentes, políticas, sociais, que levantam/levantaram as bandeiras de lutas, de conquistas, de reparação das desigualdades, tendo por objetivo a construção da cidadania e da equidade para as populações negras na sociedade brasileira.

Assim, os dispositivos construídos a partir desses legados, da história, da memória dos valores civilizatórios são apropriados e utilizados como mecanismos de poder/ transformação e alteridade na atuação pedagógica no chão desse lugar chamado escola. Essa é a pedagogia da ancestralidade antirracista que nasce nesse território Ilê, potencializada por vozes,

memórias e prática pedagógica narradas pelas experiências vividas, sentidas, saboreadas pelas professoras, que são vozes ativas, ecoando diálogos e saberes na sala de aula.

Com a palavra a professora Sheila Ferreira (2020):

Nós utilizamos os Cadernos de Educação através do tema, sempre nas aulas, na maioria das aulas de história, português, geografia porque a gente fala do espaço, a questão da África, que é um tema recorrente, a história do nosso Brasil, a Revolta dos Malês, a história do mundo, onde tudo começou. Sempre a gente fala das Revoltas dos Malês e Revolta dos Búzios, que não estão nos livros didáticos, quando tem é um recorte muito pequeno. Eu já vi até em um livro didático, e não tinha nem 15 linhas, falando sobre e bem, bem superficial mesmo e nos nossos livros, a gente enfoca bastante, eu sempre utilizo os Cadernos de Educação e, também adoro usar as músicas do Ilê. As músicas do Ilê, por isso eu falei da questão de trabalhar as músicas na aula de português, a gente trabalha bastante as músicas do Ilê Aiyê, eu gosto muito de trabalhar com as músicas, não só por causa dos temas do carnaval, mas pela importância das músicas do Ilê e para as minhas aulas.

A professora Sheila Ferreira, ao desenvolver as suas atividades, utiliza os Cadernos de Educação, as músicas do Ilê Aiyê e os saberes tradicionais, orais e acadêmicos das intelectuais negras do Ilê Aiyê, que são dispositivos pedagógicos<sup>95</sup>, instituídos na luta antirracista, pela pedagogia da ancestralidade antirracista, a pedagogia do Ilê Aiyê, da Escola Mãe Hilda, do Território Jitolu. A professora Sheila enfatiza a utilização dos dispositivos pedagógicos para trabalhar temas relacionados à história e a cultura africana e afro-brasileira e explicita sobre a abordagem superficial dos livros didáticos, quando fazem, sobre temas que revelam as lutas, o protagonismo negro, a exemplo das Revolta dos Malês a dos Búzios. Desse modo, os dispositivos pedagógicos tornam-se referência e fonte para a produção de conhecimentos e saberes e, significativos para a construção da identidade negra.

Através das narrativas das professoras, que intitulo “com a palavra a professora”, valho-me do sentido e significado que a palavra tem, pois de acordo com Machado, “a palavra, no candomblé, é a força principal de acesso a qualquer tipo de conhecimento” (2000, p. 95). Através da palavra, fonte de riqueza da oralidade, da tradição africana, que o território da ancestralidade é construído. Sendo assim, com a palavra das professoras Sheila Ferreira e Tairine de Santana, é possível analisar a sequência didática<sup>96</sup> a partir dos Cadernos de

<sup>95</sup> O conceito aqui pontuado refere-se ao tema central da seção 5.

<sup>96</sup> A sequência didática é um conjunto de atividades amarradas ao conteúdo que buscam favorecer a aprendizagem dos alunos, sempre com o foco nos objetivos já estipulados em seu planejamento. Isso visa a importância do planejar para que o professor consiga organizar-se e orientar-se em relação aos discentes. Disponível em: <https://www.icguedes.pro.br/sequencia-didatica-passo-a-passo/>. Acesso 02 julho de 2020.

Educação<sup>97</sup>, material didático que orienta as práticas pedagógicas, pois apresenta um farto material que é utilizado em sala de aula, sobretudo na Escola Mãe Hilda, produzindo a partir das ações do Projeto de Extensão Pedagógica (PEP), desde 1995, a fonte de pesquisa e orientação para além dos textos, poesias, músicas, ilustrações e proposta de atividades pedagógicas. Assim, os Cadernos de Educação *África: Ventre Fértil do Mundo* (2001), *Revolta dos Búzios 200 anos* (1991) e *Revolta dos Malês – A Revolução* (2002) direcionam ou sugerem propostas norteadoras pautadas no conhecimento histórico e cultural.

Esse caderno de Educação registra lições de sabedorias, a reelaboração das práticas pedagógicas, ecoando vozes silenciadas e as histórias não contadas, da ação, reflexão, ação fortalecida pelos saberes ancestrais e das relações étnico-raciais.

Decerto, a educação para as relações étnico-raciais sempre fez parte das ações do Ilê Aiyê e do Projeto de Extensão Pedagógica. A África é uma das fontes de inspiração do Ilê Aiyê, muito presente nas produções dos Cadernos de Educação, nos temas dos carnavais, nas músicas, na estética negra, nos tecidos que estampam essas histórias, nas fantasias, nos turbantes e também na pedagogia da Escola Mãe Hilda, cuja prática é anterior a Lei 10.639/03. Como referência da ancestralidade, a África é o ventre, a terra e o lugar de enraizamento dos saberes que estão presentes nessa trajetória:

Ilê Aiyê é a África rerepresentada na beleza de sua história, suas civilizações, suas culturas, entre lições de sabedoria e reelaboração de conhecimentos. São cores, figuras, vozes, sonoridade, ritmos em cortejos e alegrias, que simbolizam o Continente Mãe, na Diáspora. É a alegria de estarmos juntos homenageando nossa ancestralidade africana e afro-brasileira, comprometidos com as lutas por liberdade, dignidade, autoestima, como ciência negra e combate ao racismo e toda sorte de desigualdade (ILÊ AIYÊ, 2019, p.4).

O Ilê Aiyê e a Escola Mãe Hilda nos mostram o mundo negro, a beleza da sua história, das narrativas homenageando a nossa ancestralidade e, assim, intensificam o conhecimento acerca dos processos civilizatórios que estão inseridos nas práticas políticas, educacionais e culturais e são uma das propostas de temáticas didáticas inseridas no currículo e geralmente ausentes nos livros didáticos. Sendo essas: *a Revolta dos Búzios 200 anos*, do Caderno de

---

<sup>97</sup> O Caderno de Educação foi idealizado pelo poeta, professor e então diretor do bloco Jônatas Conceição (Salvador, 1952-2009), e pela pesquisadora, professora e diretora do bloco Maria de Lourdes Siqueira (Codó, 1937), a partir de outros cadernos que eram editados anualmente com os temas do Carnaval. A implantação marcou um novo tempo de produção intelectual e pedagógica no Curuzu e na Liberdade. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/ile-aiye/quem-e-que-sobe-a-ladeira-do-curuzu/>. Acesso 30 de junho de 2020.

Educação, 7º. Volume, que apresenta “[...] uma homenagem aos quatro líderes negros, da Revolta dos Búzios, que nos anos de 1798 foram mortos porque lutaram por direitos iguais e bem-estar social para todos os brasileiros”(ILÊAIYÊ, Caderno de Educação, 1991, p. 5), destacando também a importância do Bloco Olodum, na década de 1980, por suas canções que popularizaram a Revolta dos Búzios, segundo Jônatas Conceição (1991), também trazendo duas canções do Bloco Ilê Aiyê, Revolução, de autoria de Willians Reis; e A esperança de um povo, do compositor Reginaldo Sacramento, que podem ser utilizadas como recurso de informação, reflexão e análise dos fatos históricos das lutas negras.

### **Revolução** (autor: Willians Reis)

A luta negra  
 Sempre existiu  
 Na Liberdade, Curuzu, Bahia, Brasil  
 Ilê, espelho da revolução  
 Faz universo lembrar  
 A Revolta dos Búzios  
 No seu desfilar  
 Luiz, Lucas, Manuel e João  
 Lutaram e morreram por estes ideais  
 Direitos iguais, bem-estar social  
 Difícil igualdade  
 Que a maioria sempre quis  
 Venha mais ligeiro fazer o planeta feliz  
 Ilê Ilê Ilê  
 Ilê Ilê Aiyê  
 O querer é o eterno poder

### **A esperança de um povo** (autor: Reginaldo Sacramento, "Reizinho")

Num canto envolvente  
 Vai meu sentimento, levar a tristeza  
 Num ego expresso vejo o Ilê Aiyê

Símbolo da raça negra

Revolta dos Búzios

História passada

Deixaram mágoa em Salvador

E o povo bahianense leu o boletim dos revolucionários

Homens cidadãos

Ó povo curvado

E abandonado pelo rei

O rei de Portugal

João de Deus, bravo guerreiro  
Morreu enforcado, foi esquartejado,  
Por ser líder negro

A esperança de um povo  
Que vivesse no mundo melhor  
Liberdade, igualdade, respeito  
Eu quero direito sem o preconceito  
Liberta eu.  
Liberta eu não quero sofrer mais não  
Estou na beira do abismo correndo perigo  
Cadê minha libertação?

As composições de Williams Reis e Reizinho narram as lutas históricas em prol da igualdade, liberdade e respeito. São as Revoltas dos Búzios e Malês, símbolos da resistência e da luta por emancipação do povo negro. O Ilê Aiyê traz as revoltas negras insurgentes que são importantes fontes de memória, conhecimento e inspiração, através do canto protesto. Sobre a força mobilizadora e educadora da música, Freire (2005) afirma que a música na sociedade e no contexto escolar pode ser transformadora. Os sons dos tambores, a história narrada em versos, fortalecem as lutas e são utilizadas como estratégias pedagógicas para alfabetizar, informar e podemos, assim, destacar como uma prática significativa para o reconhecimento da cultura, da celebração aos orixás, das lutas e revoltas negras em prol do direito e da liberdade, músicas ritmadas com a força dos tambores, na cadência da ancestralidade. A música que extrapola o lugar do entretenimento e se apresenta como a pedagogia da resistência, logo é ancestral e é um dispositivo pedagógico que reverbera a pedagogia antirracista:

Pontuar música na educação é defender a necessidade de sua prática em nossas escolas, é auxiliar o educando a concretizar sentimentos em formas expressivas; é auxiliá-lo a interpretar sua posição no mundo; é possibilitar-lhe a compreensão de suas vivências, é conferir sentido e significado à sua nova condição de indivíduo e cidadão (ZAMPRONHA, 2002, p. 120).

Inspirada pelos argumentos de Zampronha sublinho que a música como instrumento que auxilia e se configura como importante linguagem, arte e expressão em diversas culturas contemporâneas, possibilita a construção e fortalecimento da autoestima, o autoconhecimento, o pertencimento, promove a diversão, o protesto, a denúncia, a manifestação e celebração da crença, da tradição e da ancestralidade, sendo capaz de externar emoções e sentimentos, impactar nas transformações dos sujeitos e da sua história.

A pedagogia da resistência que recorre às linguagens e culturas dos educandos, cria “possibilidade de estratégia de ensino, ou seja, um dispositivo pedagógico que auxilia a aprendizagem” (ROMANELLI, 2009), significativa.

Sendo assim, podemos destacar os dispositivos pedagógicos<sup>98</sup> que são construídos no intuito de potencializar as “práticas pedagógicas geradoras, não só de reprodução sociocultural, mas também de emancipação e transformação da realidade” (LEITE; PACHECO, 2008, p. 103). A partir dessa compreensão, os Cadernos de Educação, as músicas e o Calendário Afro-brasileiro são alguns desses dispositivos pedagógicos que potencializam a pedagogia da ancestralidade antirracista da Escola Mãe Hilda, pois a sua utilização intencional em sala de aula, e demais espaços/lugares, converge para desconstruir os estereótipos, as distorções históricas e a invisibilidade da cultura africana e afro-brasileira nas matérias pedagógicas, nas atividades, nos livros didáticos, desnaturalizar as desigualdades e sub-representatividade nos espaços de poder e prestígio social etc.

Com esses e outros suportes pedagógicos, as professoras desenvolvem diversas sequências didáticas abordando, além das questões já citadas, outras bastante significativas, a exemplo das informações e orientações sobre a saúde da população negra, pauta importante apresentada no currículo escolar. A Escola Mãe Hilda traz no seu calendário de atividades a temática em questão, como narra a professora Sheila Ferreira (2020):

Ah! Eu trabalhei com meus alunos a Saúde da População Negra. Diabetes, hipertensão, glaucoma porque isso é da realidade deles (alunos), sempre tem

---

<sup>98</sup> Dispositivos pedagógicos são instrumentos utilizados nas práticas pedagógicas da Escola Mãe Hilda que alicerçam a pedagogia da ancestralidade antirracista. Essa discussão será apresentada na seção 5 dessa pesquisa. Esses dispositivos são os Cadernos de Educação, as músicas do Ilê Aiyê, os tecidos que narram histórias e a atuação orgânica das intelectuais negras, as Ancestrais, Candaces e Dandara.

alguém, que tem um parentesco, alguém que eles conheçam e na aula eles citaram: a minha vó toma remédio pró, sempre tem um aluno que fala: na minha família tem; sempre tem alguém, nós somos o grupo (negro) que tem a predisposição para essas doenças e eu tenho que focar na realidade deles (alunos). A turma construiu um cartaz informativo sobre os cuidados e orientações em geral sobre a saúde da população negra.

É importante destacar dentro dessa narrativa da Professora Sheila Ferreira a relevância do tema “Saúde da População Negra”, importante debate e reflexões acerca dos cuidados e orientações sobre a saúde, incluindo as comorbidades que acometem à população negra.

Essa orientação é fundamental para qualificar os cuidados, problematizar acerca da necessidade de políticas de atenção à saúde da população negra, bem como para não transformar a predisposição como um determinismo para o adoecimento.

A atividade pedagógica supracitada também possibilita discutir sobre o combate à prática do racismo institucional<sup>99</sup>, e “por ser um processo estrutural, o racismo também é histórico [...]. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada as peculiaridades de cada formação social” (ALMEIDA, 2019, p. 55). Portanto, ao estruturar o currículo escolar em consonância com Leis 10.639/03 e a 11.645/08, deverá trazer as contribuições e as informações com enfoque étnico-racial.

Desde a educação infantil, das práticas pedagógicas devem apresentar atenção especial para a reeducação das relações étnico-raciais. É imprescindível esse encaminhamento, no intuito de combater o racismo que também estrutura/atraversa o espaço escolar e que é responsável pelas ações, deliberadas ou não, pela invisibilização e/ou negação das contribuições da população negra para a sociedade. Devido a essa atuação didática/pedagógica hegemônica de apagamento do legado africano e afro-brasileiro, os alunos ficam imersos em uma cultura discriminatória, que ignora o direito das crianças negras, reforça o racismo e desvaloriza a história, o legado e o pertencimento a esse grupo étnico.

Por tudo isso, é fundamental que as pedagogias de combate ao racismo e às discriminações, com o objetivo de educação das relações étnico-raciais positivas objetivem fortalecer os negros e despertar os brancos para a consciência negra (BRASIL, 2004). Portanto, é preciso “uma prática docente que tenha um diálogo, o estudo, a criação, o desejo e

---

<sup>99</sup> A Organização das Nações Unidas (ONU) concluiu que o racismo no Brasil é “estrutural e institucionalizado” e “permeia todas as áreas da vida”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-brasil-e-estrutural-e-institucionalizado/>. Acesso 10 de julho de 2020.

o compromisso com a transformação social, com a construção mesmo de uma amorosa cidadania” (TRINDADE, 2020, p 16).

O exercício da docência requer uma relação de coerência entre teoria e prática, de perceber as relações interpessoais, intervir e mediar, ou seja, “do olhar/ação”<sup>100</sup>. A narrativa das da Professora Sheila Ferreira (2020), traz relatos das vivências e experiências de ser professora em contínua formação e mediar processos de construção de identidade, representatividade, autoestima e respeito no chão que pulsa saberes, chamado escola:

A gente sempre faz Atividade Complementar (AC)<sup>101</sup> às sextas-feiras, mas cada professora tem seu modo de lidar, sua autonomia para trabalhar, mesmo com os Projetos Gerais (Semana da Mãe Preta, Aniversário do Bloco Ilê Aiyê) eu sempre foquei nisso, eu sempre inserir a Lei 10.639, aliás, desde da primeira escola que eu lecionei, mesmo por poucos meses, mas a escola que eu trabalho há mais tempo<sup>102</sup> é [...] aqui (Escola Mãe Hilda). Então trabalhamos de acordo com o calendário afro-brasileiro. Assim, eu trazia revistas para a gente recortar e as meninas (alunas) diziam: Ah! Eu sou essa, eu sou essa! E eu dizia, não, nada disso, você não é nenhuma delas, porque vocês não têm a cor dela, a gente não tem o cabelo dela, a gente é diferente, nós somos diferentes, elas (alunas) se assustaram, claro! Todo mundo ver aquilo que tá ali, não tinha representatividade, faltava representatividade, agora que a gente ver mais, que bom, graças a Deus! Quanto mais ver, a gente incentiva, elogia, eu sempre elogio meus alunos, tanto que teve uma escola que eu trabalhei, teve uma aluna foi de cabelo solto, o cabelo muito cheio e o colega, kkkkkk, dando risada, tal, claro que a menina ficou constrangida, eu chamei ele (o aluno) e eu passei a mão no cabelo dele, assim curtinho e falei, o seu cabelo é igual o dela, ele (aluno): O meu cabelo é igual o dela? Eu? (aluno) Sim (Professora)! Porque o cabelo dela (aluna) cresceu, a maioria das mulheres usa cabelo longo/ grande e o seu não cresceu, veja a sua cor e a dela, é igual. Então, se você deixasse o seu cabelo crescer ia ficar igual o dela. Pense na injeção de autoestima que eu dei a essa menina, que ela só ia com o cabelo lá em cima, penteados maravilhosamente bem, depois disso, sabe? Depois disso ele (o aluno) não falou mais nada, a gente tem que estimular e orientar desde pequeno senão vai reproduzir certo tipo de preconceitos, não dar, não pode.

É nesse território de múltiplos saberes e experiências e histórias de vidas, que pedagogias que são construídas, se encontram e se entrelaçam, onde se consolida a pedagogia da autoestima e o reconhecimento do pertencendo a um povo que luta “Na Liberdade, Curuzu,

<sup>100</sup> Uma expressão utilizada por Azoilda L. da Trindade, no texto *Olhando com o coração e o sentido com o corpo inteiro no cotidiano escolar* (2000).

<sup>101</sup> Estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9394/96), a Atividade Complementar (AC) se constitui como um espaço/tempo inerente ao trabalho pedagógico do professor destinado ao planejamento e organização de suas atividades, a ser realizada de forma individual ou coletiva. Disponível em: <http://educadores.educacao.ba.gov.br/atividadecomplementar>. Acesso 30 de julho de 2020.

<sup>102</sup> Em entrevista, a Professora Sheila Ferreira nos informou que trabalha há 5 anos na Escola Mãe Hilda, além de também ter participado dos cursos de formação do Ilê Aiyê.

Bahia, Brasil/ Ilê, espelho da revolução”, como retrata a música Revolução, do compositor Willians Reis.

A cor da pele, a partir da narrativa da professora, nos faz lembrar o diálogo apresentado no livro *A cor da ternura*, “sentimentos placentários escaparam do útero, meu útero das minhas raízes. [...] sou pastora do meu povo cumprindo prazerosa o direito e o dever de conduzi-lo para lugares de harmonias” (GUIMARÃES, 1998, p. 93). A prática pedagógica ancorada na reeducação das relações étnico-raciais, torna-se uma grande aliada porque orienta, intervém e ensina a compreender o pertencimento e a representatividade.

Segundo Gomes (2008), a escola é mais do que um espaço educacional formal, é um espaço sociocultural em que as diferentes presenças se encontram. As tensões e os desafios da atuação docente de praticar o bom combate na ação, na reflexão, na resistência e na formação e reeducação dos sujeitos (professores e alunos) para as relações étnico-raciais perpassam por experiências cotidianas do fazer pedagógico no espaço escolar. Assim, é preciso uma educação pautada em princípios e valores:

A educação constitui-se em dos principais mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo (BRASIL, 2006, p. 7).

Portanto, o excerto das Diretrizes das Relações Étnico-raciais registra a importância da educação comprometida com o respeito e com a diversidade, para promover a cidadania e a formação dos sujeitos, e a escola seja esse lugar de transformação dos sujeitos. A Escola Mãe Hilda faz emergir esses princípios, trazendo uma pedagogia libertadora, uma cartografia estruturada em princípios. São as vozes das professoras, os registros das suas atividades, os dispositivos pedagógicos utilizados e outros sujeitos da pesquisa, que nos apresentam a pedagogia da ancestralidade e antirracista, semeada nesse território de insurgência, que consolida a educação que intensifica a autoestima, a inclusão social, a cidadania e a transformação social. Tornando-se o “lugar onde a complexidade abraça realidades ampliadas e projetadas a partir de condições que incluem a ancestralidade, o corpo, tempo e espaço” (MACHADO, 2006, p.3).

Os princípios da cidadania, do acolhimento, a prática docente que valoriza a aprendizagem significativa e libertadora, também são fatores condicionantes para uma

educação antirracista, em interlocução com “a ancestralidade, o corpo, tempo e espaço”, como nos diz Machado (2006).

Na trilha do entendimento das especificidades das práticas pedagógicas instituídas na pedagogia da ancestralidade antirracista, destacamos outras narrativas das professoras, para abordarmos as contribuições e a importância dos dispositivos pedagógicos apropriados no fazer docente, como os Cadernos de Educação que são utilizados como fonte de informações, pesquisa, temáticas e de orientações didáticas com músicas, poesias, imagens e simbologias, bem como os tecidos que estampam histórias, memórias, cores, identidades e pertencimento. Com a palavra, Professora Tairine Santana que explicita a condução da mediação pedagógica a partir do uso dos dispositivos pedagógicos acima aludidos.

Eu utilizo sempre os Cadernos de Educação de diferentes anos, de acordo com o tema, vou utilizando de acordo com a necessidade, a gente não só utiliza o de 2019, temos necessidade de utilizar o Caderno de Educação de 2012, utilizar o de 2014, né? A gente faz aquela salada de conhecimentos, que o Ilê Aiyê nos permite, trabalho muito com as música e com os tecidos também, a arte, tudo que a gente vai fazer utilizamos o tecido para decoração, trabalhos manuais com os alunos, oficinas de turbantes, tento utilizar bastante os tecidos do Ilê, até para os alunos terem uma visualização da arte, da história contada nos tecidos, da valorização da nossa cor, da nossa gente, utilizamos bastante as músicas, para interpretação textual, vai ter uma apresentação canto coral, as comemorações do aniversário de Vovô, a gente pega uma música que Vovô mais gosta, coloca para os meninos (alunos) cantarem, as músicas em homenagem as mulheres na Semana da Mãe Preta, vídeos e desenhos animados voltadas para as crianças negras, principalmente para o grupo 4 da Educação Infantil, tudo voltado é para a valorização do negro (SANTANA, 2020).

A narrativa apresentada por Santana (2020) ecoa como memórias das ações pedagógicas imbricadas, entrelaçadas com as atividades culturais e políticas desenvolvidas pela Associação Cultural do Bloco Ilê Aiyê. É possível observar que uma das estratégias utilizadas diz respeito às comemorações, por exemplo, da Semana da Mãe Preta. É possível deduzir que o terreiro e a escola estão associados por laços ancestrais que convocam ligações infinitas, como a definição da ligação infinita da Fita de Möbius<sup>103</sup>. Assim, o terreiro, o bloco e a escola estão unidos no espaço de suas atuações sociopolíticas e educacionais, sendo possível considerá-los como território ancestral.

---

<sup>103</sup> A fita de Möbius foi criada pelo matemático e astrônomo alemão August Ferdinand Möbius, em 1858, e a sua representação mais comum e conhecida é um símbolo do infinito. A fita de Möbius é uma inspiração para outras áreas de conhecimento, através da qual podemos comparar que o processo educativo Terreiro, Bloco e Escola estão infinitamente ligados/ imbricados.

Nesse *locus*, foi possível observar o nascimento de tecnologias educacionais potentes que são produzidas e apropriadas de forma contínua para o desenvolvimento de práticas pedagógicas, que tomam como referência os Cadernos de Educação, os tecidos do Ilê Aiyê, instrumentos musicais, canto, dança, símbolos ancestrais, marcas indenitárias transformadas em linguagens, que ganham maior visibilidade nas comemorações festivas e consagram representações estéticas de modos de ser e de viver da cultura afro-brasileira.

No processo de construção de práticas culturais e pedagógicas, recorre-se às referências de muitos países africanos, num esforço para localizar identidades ancestrais forjadas no processo diaspórico, utilizando como fonte de orientação, difusão de saberes e de conhecimentos ancorados na ancestralidade e da dinâmica da diáspora que permanecem interligados no cordão umbilical ao ventre fértil do mundo. A África e o Bloco Ilê Aiyê tem como referência esse legado, sendo possível inferir e/ou supor a construção da pedagogia da ancestralidade antirracista por reconhecer e valorizar os saberes, as tradições, a intelectualidade, oriundos da terra, da vida, tendo se baseado em uma cosmovisão<sup>104</sup> africana para a formação dos sujeitos, o pertencimento e o reconhecimento, que devem ocorrer através das relações sociais - ou seja, o processo pedagógico permanente, baseado em valores civilizatórios.

Assim, seguimos no processo estratégico de identificar, analisar e responder que pedagogia é essa, quais os significados para a formação dos sujeitos críticos e que os possibilitem ser atuantes no intuito de provocar reflexões com respeito às diferenças e às tradições culturais, as quais buscam ser reconhecidas como patrimônio da herança africana e afro-brasileira, através das referências culturais, de dispositivos pedagógicos que auxiliam na construção de uma sociedade humanamente para todos e todas, plural e não excludente.

Mais uma vez, é preciso trazer a narrativa que pauta a ação pedagógica referenciada na Lei 10.639/03, apresentada pela voz potente da Professora Iana Marucha (2020), que destaca o desafio da sua prática cotidiana:

Eu venho para Escola Mãe Hilda com esse desafio que é de fazer com que esses meninos, essas crianças que me conhecem, que são do meu bairro, que sabem quem é minha mãe, que sabem quem é meu pai, quem são meus irmãos, quem é minha família, que eles me reconheçam primeiro enquanto alguém que pode ser referência para eles, e que eu estou aqui para contribuir

---

<sup>104</sup> Refere-se à maneira subjetiva de ver e entender o mundo, as relações humanas, os papéis dos indivíduos e o seu próprio na sociedade, assim como as respostas a questões filosóficas básicas, como a finalidade da existência humana, a existência de vida após a morte etc., visão de mundo. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=comosvis%C3%A3o&rlz=1C1CHBD\\_pt-](https://www.google.com/search?q=comosvis%C3%A3o&rlz=1C1CHBD_pt-) Acesso em 18 de julho de 2020.

de alguma forma com eles. Então, se há um desejo deles, dessas crianças de, e se há um desejo da família, eu estou aqui à disposição para isso (...) E quando a professora pedir por favor, identifique as cores que compõem as contas do Orixá tal. Por quê? Porque o PPP da escola funciona desta forma, que é a metodologia de ensino dos professores é baseada na lei 10.639, baseada na nossa ancestralidade, na nossa religiosidade, na questão da cultura afro-brasileira. Que essa escola nasceu no terreiro de candomblé; E o que é o candomblé? Porque a gente não está aqui para iniciar nenhuma criança na religião, mas eu estou aqui, eu Iana, professora, preta, crespa, sabe? Eu estou aqui para dizer a ele, olhe a minha religião, a religião do pró é o candomblé, e assim como a religião do coleguinha também é o candomblé, a gente tem que respeitar quando o coleguinha tiver a oportunidade de vestir o branco, quando ele tiver de usar a conta dele, a guia dele. Então, eu não admito, até porque os meninos com quatro e cinco anos, ele não tem o conceito formado, eles têm reprodução, repetição do que o adulto faz, do que o adulto fala, então, na sala de aula eu tenho que ficar o tempo todo ressignificando isso, fazendo como é que a gente constrói esse conceito, porque são meninos de cinco anos que vão levar para casa o que é pró falou, foi a pró que falou. E como é que a gente trabalha isso com essa idade? Então, eu acho que tem todo um cuidado com eles, mas essas questões não podem deixar de ser faladas, não pode deixar de serem trabalhadas. Aí, a gente pensa em outras estratégias.

A professora Iana Marucha (2020) nos faz “um convite ao sentir”. Ao narrar a sua experiência, compartilha o seu pertencimento, a sua história de professora como representatividade, como responsável pela mediação na construção da história de cada aluno e aluna do Território Jitolu, espaço- lugar –território, o lugar de referência; o chão da escola que traz o respeito e o conhecimento plural como essenciais na formação dos sujeitos. É o corpo, a voz, a pele, o cabelo, a ancestralidade que está presente na sala de aula. O PPP da Escola Mãe Hilda propõe a prática docente alicerçada pela pedagogia da ancestralidade antirracista, ancorada pela Lei 10.639/03 para a construção da educação das relações étnico-raciais. Assim, “a escola é o lugar de construção, o território da ancestralidade, das ressignificações, das estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira [...]” (BRASIL, 2004, p. 3).

As vivências/experiências do ser/sentir e fazer na prática, usando estratégias político-pedagógicas que estão ancoradas nas relações étnico-raciais e, portanto, estruturam o currículo vivo. Iana Marucha (2020) ainda nos apresenta algumas ações da sua prática docente implicada na concepção de:

Eu trabalho com projetinhos em cima do calendário acadêmico mesmo, da escola, e eu trago o calendário afro-brasileiro, enfim geral, então são questões de datas que eu acho que merecem ter respaldo, merecem ter referência. Então, o dia em que Mestre Pastinha nasceu, aí eu trabalho quem

é Mestre Pastinha, capoeirista, capoeirista regional, é Angola, é Regional? E aí vamos ver um vídeo, vamos sentir o que é isso essa Capoeira Regional ou Angola? O nascimento de Marcus Garvey, esse cara que para mim são referências. Nelson Mandela que foi tema do Ilê, então, quem é, nasceu em qual ano, o que é que ele fez, porque o Ilê fala dele, trago a questão de paz mundial e isso eu faço um contraponto com a cerimônia da saída do Ilê Aiyê. Por que é o momento em que está todo mundo reunido lá embaixo e que é há um ritual que é feito para preparar a saída e pedir paz no carnaval, em que as pessoas mais velhas seguram pombas brancas e soltam. E há toda uma energia ali circulando. Então, eu faço esse contraponto dessa paz mundial com esse momento.

A prática pedagógica da professora Marucha, registrada nesse excerto, nos apresenta um currículo pautado na equidade, na coexistência, que dialoga com o território, com a diversidade cultural e a atuação pedagógica insurgente. Faz referência a ação do existir para as relações étnico-raciais em interlocução com as tradições, a ancestralidade, a representatividade e o pertencimento ao território. Anuncia um currículo construído com representatividade de personalidades negras que deixaram um legado de luta em prol da liberdade e da igualdade, que trazem a história da resistência e da insurgência, como se dá na ação docente que tem o Ilê Aiyê, Movimento Negro Educador, como referência, pois “trata-se do saber vivido que não se opõe ao saber intelectual” (MACHADO, 2013, p. 6), mas intersecciona-se com o contexto educativo potente que possibilita o ensinar e aprender que forma sujeitos plurais. Portanto, se faz necessário compreender a importância de um currículo antirracista, bem como ratificar que:

[...] é preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem [...] (BRASIL, 2004, p.8)

Assim, é fundamental apropriar-se, conhecer e valorizar a história que foi silenciada, negada, para a construção da consciência negra e como nos diz Borges (2019, s/p), “a consciência negra é tomar consciência de quem nós somos, de nossa história, de nosso espaço, do que significou a travessia transatlântica e o impacto dela”.

Compreendemos que pedagogia da ancestralidade antirracista do Território Jitolu, cria dispositivos pedagógicos e desenvolvem ações inscritas na cultura e nos modos de sociabilidades, de marcas, simbologias tecidas e ancoradas nas vivências desse território educativo:

O terreiro, a roda, a esquina<sup>105</sup>, **a ladeira**<sup>106</sup>, o barracão e todo e qualquer tempo /espaço em que o saber é praticado em forma de ritual está a se configurar como um contexto educativo de formações múltiplas. Contextos firmados por educações próprias, inscritas na cultura e nos modos de sociabilidades. Educações que apontam para outras formas de aprendizagens articuladas a diferentes possibilidades de circulação das experiências. Esses diferentes modos de educação, gerados nas frestas e nas necessidades de invenção da vida cotidiana, evidenciam a potência dos saberes de mundo que se assentam sob as perspectivas da corporeidade, oralidade, ancestralidade, circularidades e comunitarismo (SIMAS; RUFINO, 2018, pp. 45-46).

No chão do terreiro, na roda dos saberes ancestrais, nas esquinas onde histórias e experiências se entrecruzam das marcas históricas, simbólicas da ladeira do Curuzu, dos tambores ecoando no barracão das festas sagradas, se enraíza a escola que promove uma educação genuína, onde se ensina e também se aprende:

A história de Mãe Hilda, falar sobre o Ilê Aiyê, falar sobre o objetivo do Ilê Aiyê e por quem foi criado, sobre a Consciência Negra, a cultura afro. Eu trago tudo sobre a África para minha sala de aula, muitos acham que a África é um país e eu digo, que não, é um continente, são vários países, várias línguas, diferentes culturas. Falo da nossa cultura, da nossa alimentação, da nossa música, da nossa dança, temos aula no Terreiro Jitolu. Tem uma aula de cultura a gente traz Dete Lima, ela faz oficina de turbantes com os meninos (alunos), fazemos colares, é um conjunto de saberes ancestrais (SANTANA, 2020).

As narrativas das professoras sobre as práticas pedagógica revelam a multiplicidade de caminhos, trilhas pedagógicas construídas para assegurar uma formação ampla dos sujeitos, orientada pelo objetivo de construir a identidade e a consciência negra, tendo como referência a África, continente plural e diverso, cantada, contada em prosa e verso, traduzida nas cores, sons, na arte e na estética negra do Ilê Aiyê.

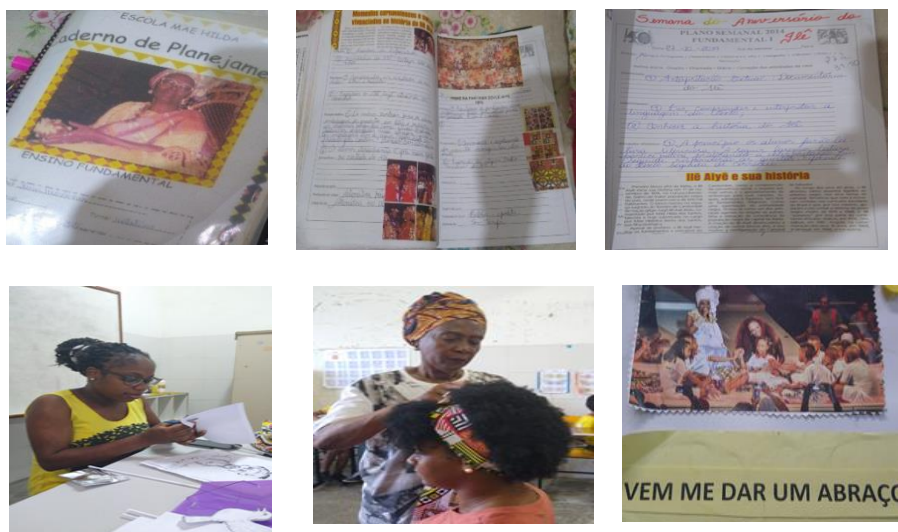
A escola conta sobre a sua trajetória, compartilha um conjunto de saberes ancestrais através das narrativas dos sujeitos do seu território, da decoração dos seus ambientes, das celebrações e também registra suas memórias e ações através dos Cadernos de Planejamento anual e diário, onde as professoras organizam e ilustram essas memórias históricas, políticas e afetivas com bilhetes, atividades escolares, pesquisas, panfletos, imagens, aulas de campo, projetos, avisos, os tecidos do Ilê Aiyê, fotografias e as letras das músicas. Esses cadernos são preciosos memoriais, que revelam registros da prática docente.

<sup>105</sup> Liberdade/Curuzu representada na figura 02.

<sup>106</sup> Grifo nosso como referência à Ladeira do Curuzu.

As imagens emolduradas na figura 36 abaixo representam elementos da práxis, dos saberes, dos fazeres e das afetividades que emergem da pedagogia da ancestralidade antirracista na Escola Mãe Hilda. Esta escola que nasce do sonho de Mãe Hilda e torna-se o sonho do território realizado: ter uma escola, não só para ensinar e aprender ler e escrever, mas para fazer a pedagogia viva, potente e fundamentada em dimensões históricas, sociais e emancipatórias para a formação dos sujeitos, a partir de “uma prática docente que tenha como diálogo, o estudo, a criação, o desejo e o compromisso com a transformação social, com a construção de uma amorosa cidadania” (TRINDADE, 2000, p. 16), que se constrói com um currículo que insere memórias, princípios éticos, ensinamentos, autoestima e pertencimento. É nessa escola que as trocas de saberes são ancestrais, históricas e referenciadas. Segue o quadro 1, com o registro de ações educativas desenvolvidas ao longo do ano letivo.

**Figura 36 - Memórias das ações pedagógicas**



Fonte: Aurelielza Nascimento Santos (2019).

Com base nos registros do Quadro 1 a seguir, suas representações e significados, o currículo e o calendário estão embasados por uma proposta ancorada nas questões étnico-raciais, um currículo não eurocêntrico, com práticas pedagógicas alimentadas pela História da África e da Cultura afro-brasileira, referenciadas pelos dispositivos pedagógicos: Cadernos de Educação, músicas do Ilê Aiyê, os tecidos do Ilê Aiyê e as contribuições fundamentais das Intelectuais Negras do Ilê Aiyê.

A partir das insurgências, que fomentam a práxis da resistência, coloca-se em evidência a pedagogia crítica de desconstrução do racismo estrutural a partir de práticas antirracistas.

### Quadro 1 - Ações educativas ancoradas nas relações étnico-raciais<sup>107</sup>

01 – Cerimônia da Saída do Bloco Ilê Aiyê/ A paz universal	16 – Santo Antonio Itinerante do Curuzu. <sup>108</sup>
02 – Carnaval na sala de aula / Baile de carnaval / Bloco Erê.	17 – Saúde da População Negra.
03 – Campanha do abraço: vem me dar um abraço. <sup>109</sup>	18 – Projeto Atotô <sup>110</sup> / Agosto – Mês da ancestralidade da memória e da diáspora. <sup>111</sup>
04 – Noite da Beleza Negra/ História das Deusas do Ébano.	19 – Aniversário de Nelson Mandela <sup>112</sup>
05 – Projeto de leitura com a participação dos moradores do Curuzu.	20 – Dia da vovó – Lenda de Oxumaré e Nanã/ Respeito aos mais velhos.
06 – Ensinamentos de Mãe Hilda / Caderno de Educação Vol. XII.	21 – Semana da Mãe Preta.
07 – A família de Mãe Hilda (Filhos e netos).	22 – Aula no Terreiro Ilê Axé Jitolu.
08 – A benção aos mais velhos.	23 – Aniversário de Vovô - Presidente do Ilê Aiyê.
09 – O papel da mulher no Ilê Aiyê / Mulher cabeça feita, mulher força perfeita, Ilê Aiyê/ Mulheres da minha vida.	24 – Dia da Baiana do Acarajé.
10 – O Bloco Afro Olodum.	25- Grande Rei Zumbi.
11- Personalidades negras: Abdias do Nascimento / Santo Antonio de Categeró. <sup>113</sup>	26- Dia da Consciência Negra/Caminhada da Liberdade /Oficinas de turbantes.
12 – Independência dos países africanos: Senegal e Jamaica.	27 - Aniversário do Bloco Ilê Aiyê.
13 – Capoeira Angola / Mestre Pastinha / Roda de conversa com o Griô do Curuzu Sr. Carlos Poite.	28 – Dia da Sacerdotisa e do Sacerdote de Religião de Matriz Africana.
14 - Dia da Mulher Moçambicana/ Moçambique Vultare (o saber) – Tema do Carnaval do Ilê Aiyê 2005/ Horizonte Mãe.	29 - Dia de Santa Bárbara/ Iansã (Baila negra, baila negra, filha de Iansã <sup>114</sup> ).
15 – Cultura indígena.	30 – Confraternização/ Cortejo Afro /Canto coral.

Fonte: Cadernos de Planejamentos da Escola Mãe Hilda.

<sup>107</sup> São as atividades registradas no Caderno de Planejamento das professoras da Escola Mãe Hilda, que fazem parte do acervo de memórias.

<sup>108</sup> Atividade organizada pela Associação dos Moradores e Amigos do Curuzu com data destinada à participação da Escola Mãe Hilda, também constando o registro no planejamento de ensaio das músicas em louvor à Santo Antonio do Curuzu para a participação dos alunos.

<sup>109</sup>“A Campanha do Abraço que a gente faz também aqui, em que eu pego os meninos, no Dia do Amigo, não, no Dia do Abraço mesmo, a gente pega os meninos veste com o coletezinho escrito me abrace em três línguas, e a gente faz esse percurso todo, sobe aqui o prédio, vai segundo andar, terceiro andar, a gente não fala nada só pede que a pessoa leia o colete, e aí eles abraçam. Aqui os meninos, mesmo as crianças, tinham uma dificuldade de abraçar uns aos outros, isso na sala de aula, então, toda vez se um deles faz qualquer coisa que não é legal, necessariamente a gente tem como combinado, aí a gente abraço essa criança que fez errado, e a gente canta pra ele uma música, uma coisa, tal, para que ele perceba que o que ele fez com o colega, não é algo que precisa de uma punição, mas ele precisa entender que naquele momento não foi adequado, e que os colegas não irão ficar triste por conta disso, que as pessoas realmente, elas podem errar, mas o legal é que ele reconheça que ele fez errado. Então, eu tenho todo esse cuidado” (MARUCHA, 2020).

<sup>110</sup> De acordo com os registros da professora, refere-se a um projeto no mês de agosto em homenagem a Obaluaê, orixá que cuida da saúde e também o orixá de Mãe Hilda.

<sup>111</sup> Prospecto alusivo do mês de Agosto: Mês da ancestralidade, da memória da diáspora africana em homenagem à Mãe Hilda Jitolu, Marcus Garvey e à Revolta dos Búzios.

<sup>112</sup> Aula de campo à Praça Nelson Mandela na Liberdade para conhecer/visitar o busto em homenagem ao grande líder sul-africano, registro de 18 jul. 2014.

<sup>113</sup> Santo Antônio de Categeró nasceu na cidade de Barca, Cirenaica, no Norte da África, atual Líbia. Foi sequestrado e levado para a ilha da Sicília; era muçulmano e foi escravizado. Quando conquistou a liberdade, dedicou-se ao trabalho em hospitais (cuidando dos doentes) e à vida religiosa, o que o levou a ingressar para a Ordem Terceira de São Francisco. De acordo com o plano semanal da Profª. Iana Marucha o objetivo da atividade. Refere-se à diversidade religiosa, respeito às diferenças e ao combate à intolerância religiosa. Registro do Caderno de Planejamento de 2014(acervo da Escola Mãe Hilda).

<sup>114</sup> Música de Ilê Aiyê.

## 5 DISPOSITIVOS PEDAGÓGICOS: INSTRUMENTOS PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

### Potências pedagógicas

São saberes ancestrais  
 Tecnologias potentes  
 Que cruzaram o Atlântico Negro  
 Foram espalhadas pela diáspora africana  
 Somado –se aos saberes afro-brasileiros  
 Fruto da  
 Inteligência negra  
 Produções criativas  
 Da tradição oral ao pensamento científico  
 Resistiu aos silêncios, as invisibilidades e a negação  
 Fruto do racismo estrutural, da exploração desumana  
 Da trágica e tão perversa escravidão.  
 Mesmo com tanto sangue e suor, negros e negras  
 Não se intimidaram  
 Construíram Palmares,  
 Fizeram levantes e revoltas:  
 Búzios e Malês.  
 E o grito permanente:  
 Liberdade, igualdade e resistência  
 Sobrenomes do povo negro!  
 A luta e a coragem são permanentes  
 São as Pérolas Negras especialistas  
 Em múltiplos saberes  
 Medicina, agricultura, astronomia e engenharia  
 Canto negro e o toque do tambor  
 Arte, cultura e a tradição  
 Do Terreiro Ilê Axé Jitolu  
 Movimento Negro Educador  
 Pedagogia da ancestralidade antirracista  
 Bloco Ilê Aiyê  
 Estética negra, corpo e cabeça feita  
 Autoestima e superação  
 Tecidos que narram histórias, memórias e amarrações  
 Coroadas mulheres negras, as Deusas do Ébano.  
 Ah! E o sonho, sonhado? É realizado!  
 Foi concretizado pela Guardiã da Fé das Tradições Ancestrais  
 Escola Mãe Hilda 32 anos construindo dispositivos pedagógicos  
 No saber fazer das intelectuais negras, orientadas  
 Pelos ensinamentos da Yalorixá do Jitolu  
 Projeto de Extensão Pedagógica  
 Caderno de Educação /Temas dos carnavais  
 Canto, música e poesia  
 Noite da Beleza Negra/Saída do Ilê  
 Nascem Band'Ere /Dandarerê e a  
 Escola Profissionalizante do Ilê Aiyê  
 São as colheitas desse Território Jitolu.

Aurelielza Nascimento Santos

Essa seção é um caminho para adentrar o Território Ilê Jitolu e conhecer as potências pedagógicas e aportes tecnológicos ancestrais que são utilizados como mecanismos “produtores de saberes emancipatórios e sistematizador (es) de conhecimentos” (GOMES, 2018, p. 14).

A epígrafe “Potências Pedagógicas” é um convite a conhecer, sentir e percorrer os caminhos trilhados, marcados e construídos pela intelectualidade, resistência, política e as estratégias fomentadas pelo povo negro, que criam e se apropriam de dispositivos pedagógicos, resultantes de sucessivas e históricas lutas em prol da liberdade e dos direitos que são atribuídos à dignidade humana. Nesse sentido, é um “grito de resistência contra os desmandos históricos que oprimem a liberdade e a majestade que habita cada pessoa – no caso, os negros” (Ilê Aiyê, 2018, s/p.).

O objetivo da seção é identificar e explicitar os dispositivos pedagógicos que a Escola Mãe Hilda fomenta e constrói, a partir de apropriações diaspóricas, para produção e realização de atividades pedagógicas que incorporam evidências da ancestralidade para uma atuação nas relações sociais para o enfrentamento ao racismo estrutural com intervenções antirracistas.

A reflexão teórica sobre dispositivos pedagógicos se pauta nas contribuições de Carneiro (2005) e Agamben (2005), que partem de diálogos com a Microfísica do Poder Foucault (2000, p. 244), nos quais identificam elementos que estabelecem os dispositivos do “discurso, instituições, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas”, a partir dos quais interpretamos as forças insurgentes que se entrelaçam no terreiro, no bloco e na escola como instituições construídas pelo Território Jitolu, significadas como espaço de poder. Instituições com essa conotação se apresentam como “agentes de transformação do espaço, de articulação em redes, espaços de expressão” (SERPA, 2007, 85), ou ainda de acordo com Silva (2019), de manifestações culturais que emergiram numa “arquitetura hostil”, desigual e segregacionista no contexto de uma cidade.

Assim, o movimento negro insurgente do Curuzu/Liberdade, de ações afirmativas, que traça estratégias em narrativas que constroem a autoestima, o pertencimento, a valorização e a preservação da cultura africana e afro-brasileira como movimento educador, “constituindo um universo de beleza” de dispositivos pedagógicos, como o território e também o poder da música, através das vozes negras que reverberam leituras históricas e sociais, dos versos

rítmicos/musicais que revolucionam a cena pública, não só para fazer o carnaval, mas para apresentar ao mundo a força insurgente do Negrume da noite<sup>115</sup> em verso e prosa:

O negrume da noite  
Reluziu o dia  
O perfil azeviche  
Que a negritude criou (Que a negritude criou)

Constituiu um universo de beleza  
Explorado pela raça negra  
Por isso o negro lutou (o negro lutou)  
Acabou invejado/  
E se consagrou [...] (CUIUBA e PAULINHO DO RECO, s/d.).

A força representativa dos versos de Negrume da noite nos possibilitar compreender o canto negro do Ilê Aiyê como estratégia política ancorada no pertencimento étnico-racial, de exaltação do perfil Azeviche<sup>116</sup>, a referência à pele preta, o primeiro alvo sobre o qual pesa o racismo, e em contraposição a pele preta passa a ser a maior referência de luta, respeito e reeducação do olhar para estruturar relações de alteridade e equidade. Com a música protesto/denúncia, a voz negra rompe os silêncios, ecoa em busca de justiça e conclama o direito e a liberdade, os tambores dão ritmo ao canto negro e soa como uma convocação ao levante. As vozes reverberam o grito político do corpo negro como território.

A voz negra e o corpo negro se estruturam como dispositivos pedagógicos constituídos como mecanismos de resistências, ao cruzar o Atlântico Negro, e fomentar a produção na diáspora de pedagogias oriundas da ancestralidade, que tensionam forças que se materializam nos territórios coletivos das geografias que inter cruzam África e Brasil. É desse encontro de territorialidades simbólicas que se materializa a luta secular, de levantes e revoltas a partir da apropriação do território, espaço de poder e do lugar, como espaço vivido.

Assim, são as potências pedagógicas que nasceram no Território Jitolu, a partir de ideais de jovens negros da periferia, do bairro da Liberdade, rua do Curuzu, um coletivo de pensadores críticos, articulados e motivados a subir a “Ladeira do Curuzu, bater no peito mais forte e dizer: Eu sou Ilê”. A criação do Ilê Aiyê contribuiu para descortinar as invisibilidades traçadas pelo racismo, com sua atuação política, combativa e de valorização da cultura

<sup>115</sup> Composição de Cuiuba e Paulinho Do Reco para o Bloco Ilê Aiyê. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ile-aiye/1512527/>> Acesso em: 15 de agosto de 2020.

<sup>116</sup>Azeviche é um mineral negro associado ao barro preto das terras da Liberdade e à pele negra. As cores do bloco são branco, preto, amarelo e vermelho, e representa, respectivamente, a paz, a cor da pele, a riqueza cultural e a beleza, o sangue derramado na luta pela libertação. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/ile-aiye/>> Acesso em: 20 de agosto de 2020.

africana na diáspora, desde o seu surgimento. A partir desse contexto, inicia-se a construção dos possíveis dispositivos pedagógicos de combate ao racismo, tomando como principal território o corpo negro. É na pele “da cor da noite<sup>117</sup>”, simbolicamente, que se sentem as dores do racismo, que se revestiu de resistências e de dispositivos para “o luminar de todo um povo que traz na superfície de sua pele a profundidade de sua história” (OLIVEIRA, 2013, p. 13). São marcas, dores, memórias e (re) existência que penetraram a alma ancestral e que nos ensinam a fazer Palmares novamente e a reverberar as vozes que foram silenciadas, interrompidas e vidas subtraídas.

Foi preciso criar e elaborar criativamente aportes tecnológicos, estratégias pedagógicas que estruturassem as ações do Movimento Negro Educador a partir de uma política dos nossos sentidos, pois os dispositivos expressam um objetivo estratégico que atende a uma urgência histórica (CARNEIRO, 2005). Para além do discurso, do embate, da denúncia, a proposição para a reparação urgente e secular de combate ao racismo estrutural pode se tornar uma luta de caráter paliativo, se ela não for em cima dos impactos, das feridas, das dores do racismo estrutural que nos separa de direitos e marcam o processo histórico, como destaca Almeida (2019, p. 56),

Por ser processo estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada as peculiaridades de cada formação social. De tal sorte, quanto ao processo histórico também podemos dizer que o racismo se manifesta: de forma circunstancial e específica e em conexão com as transformações sociais.

Desse modo, é necessário compreender como o racismo se estrutura na formação social, toda a negação de direitos a partir do processo de escravização nas Américas e que separam os seres humanos dos seus direitos a partir das explorações, da dominação e da lei que reconhecia a escravidão como legal. Assim, permaneciam-se sem leis que pudessem coibir exploração permanente, garantia da liberdade, os direitos sociais e básicos, a garantia de lucros e benefícios, como a educação, a posse de terras, as riquezas minerais, culturais e econômicas para um único grupo, que se apropriavam ao longo dos séculos.

Além de outros direitos, a negação do saber e do conhecimento intensificaram-se as assimetrias sociais entre os grupos étnicos. Em uma sociedade que valoriza o saber formal, a educação é vetor de produção de desigualdades. Afirmava-se, no conjunto de inaceitáveis

---

<sup>117</sup> Título do livro de Vanda Machado, fruto da sua tese de doutorado.

argumentos racistas, a existência de inaptidão da população negra para a produção intelectual, ao tempo que havia ação deliberada de negar o direito de acesso à educação a essa população. Acrescentamos que o capital cultural foi um dos mecanismos utilizados para reafirmar a negação de direitos, pois, sem o conhecimento, a dominação se prolonga. Em contraposição à referida estrutura, entendemos que a educação antirracista se apresenta como um importante e indispensável dispositivo pedagógico de combate ao racismo e às consequências advindas dele, que desencadeiam as exclusões.

Para compreender a potência na construção do dispositivo para discutir os construtos pedagógicos de intelectuais negros implicados com o território do Jitolu, dialogamos com Sueli Carneiro quando indica que:

Nosso pressuposto é o de que essa noção de dispositivo oferece recursos teóricos capazes de apreender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira, a natureza dessas práticas, a maneira como elas se articulam e se realimentam ou se realinham para cumprir um determinado objetivo estratégico [...] (CARNEIRO, 2005, p. 39).

Nesse sentido, “não existe exceção, para direitos fundamentais”; assim, a educação como poder transformador, representa um dispositivo potente para a mobilização social e emancipação dos sujeitos. Por isso, faz-se necessária uma educação para todos e todas, logo não pode privilegiar, excluir, estigmatizar, fomentar racismo, discriminação ou preconceito, de qualquer natureza. A educação é valorizada pelo povo negro ao longo da sua história, por concebê-la como um bem, um patrimônio que possui um inestimável valor social e cultural, como direito, como vetor de ascensão social, porta aberta para um horizonte de possibilidades, sobretudo de insurgência e de transformação social.

Gostaria ressaltar que nessa seção não se pretendeu realizar um estudo cronológico sobre a história da educação do Brasil desenvolvida pelo Movimento Negro, mas fizemos um recorte temporal a partir do ano de surgimento do Ilê Aiyê, 1974, no contexto da ditadura militar, e o impacto dessa ação para a história da população negra que se organiza para criar dispositivos voltados para potencializar a valorização da história, da ancestralidade, da cultura, do pertencimento e da educação, objetivando ter acesso aos direitos sociais. Com esse propósito, o Movimento Negro, no século XX, passa a propor ações e apresentar contribuições plausíveis e necessárias para reparar desigualdades e debater as questões raciais, reconhecendo e enaltecendo o legado das religiões de Matriz Africana.

Sobre o Movimento Negro, Gomes (2017, p. 21), ressalta o seu papel relevante no debate político e social sobre racismo:

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seus compromissos com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante.

Nesse sentido, a atuação política do Movimento Negro no debate sobre politização da raça, numa perspectiva emancipatória e não inferiorizante, dá um salto significativo na luta ao exigir a adoção de políticas públicas e ações afirmativas para combater o racismo e assegurar o respeito à diversidade étnica, à emancipação dos sujeitos, o acesso à educação, como medidas urgentes para a superação das desigualdades, pois a consolidação da cidadania se faz pela garantia dos direitos coletivos aos negros e negras.

Gomes (2017) destaca a atuação do Movimento Negro e o define como Movimento Negro Educador, principalmente pela luta incessante em prol do acesso à educação, por ser um direito social conquistado de forma árdua no Brasil e na diáspora e que permanece na luta pela superação do racismo, pela garantia da justiça social, da igualdade e da equidade, no intuito de vivermos em uma sociedade mais justa, igualitária e humana.

Nessa perspectiva, considerando a definição de Movimento Negro Educador, Gomes (2017, p.11) questiona: “Que sabedorias ancestrais o Movimento Negro nos ensina?”. Para esse questionamento temos a dizer que os saberes ancestrais são inspiradores de ações e compromissos com a superação do racismo estrutural, ao tempo em que se organizam para exigir políticas públicas de reparação das injustiças e das desigualdades historicamente pesam sobre o povo negro.

As sabedorias do Movimento Negro Educador, que são também saberes ancestrais aqui apresentados, nesse campo de estudo, são os ensinamentos, as tecnologias pautadas nas heranças ancestrais da diáspora, o pertencimento a partir do respeito aos mais velhos, aos antepassados, a resistência de embate, no enfrentamento, e as estratégias como os levantes, a formação de quilombos, o legado religioso, “os investimentos intelectuais, políticos, de vida e a trajetória persistente e tensa construídas por tantos militantes do Movimento Negro e de Mulheres Negras” (GOMES, 2017, p. 69). Estes são produtores de saberes emancipatórios, protagonistas de ações afirmativas a partir da tríade terreiro/bloco/escola. O Movimento Negro Educador que nasce no Território Jitolu, a partir de 1974 com o Bloco Ilê Aiyê, inicia

as suas ações histórico-culturais a partir dos saberes “identitário, político e estético corpóreo” (GOMES, 2017, p. 69).

Na luta que é permanente, esse movimento social atua nos diferentes territórios de insurgências. Com as suas práticas políticas, importantes e significativas, alcança conquistas e enfrenta desafios constantes. A sua luta pelo acesso à educação sempre esteve em pauta, bem como o reconhecimento da importância da cultura africana e afro-brasileira com “saberes transformadores, reivindicações que se tornaram políticas de Estados, no Brasil nas primeiras décadas do século XXI” (GOMES, 2017, p. 13). No conjunto das lutas e das conquistas, a promulgação das Leis 10.639/03, 11.645/08 e 12.711/2012<sup>118</sup>, constitui-se em importante conquista para na consolidação de ações afirmativas e promoção de uma educação pautada e ancorada na reeducação das relações étnico-raciais. Desse modo, é imprescindível reconhecer:

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (GOMES, 2017, pp. 16 – 17).

Portanto, a atuação política, combativa e intelectual dos movimentos sociais - nesse campo de pesquisa, o mesmo que Movimento Negro (GOMES, 2017) -, é de grande relevância para reestruturação das políticas públicas, das ações afirmativas, criação/aprovação/mudanças nas leis do país, discussões teórico-científicas a representatividade, a partir do recorte étnico racial, de acordo com a forte e combativa atuação desse movimento social.

Assim, Gomes (2017, p. 17) destaca que:

Esse movimento social trouxe as discussões sobre racismo, discriminação racial, desigualdade racial, crítica à democracia racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidade, saúde da população negra,

---

<sup>118</sup> Mais uma ação/política de reparação proposta/criada pelo do Movimento Negro. A Lei 12.711/2012 sancionada em agosto de 2012 garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia aos alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html> Acesso em 06 de agosto de 2020.

educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro – brasileiras, violências, questões quilombolas e antirracismo para o cerne das discussões teóricas epistemológicas das Ciências Humanas, Sociais, Jurídica e da Saúde, indagando inclusive as teorias raciais do século XIX disseminadas na teoria e no imaginário social e pedagógico.

Assim sendo, o debate sobre racismo estrutural se avolumou e passou a ser pauta de desconstrução dessa estrutura social, como bandeira de luta do Movimento Negro para acabar com os impactos e as dores provocadas por essa ação de negação, que é o racismo, entranhado na sociedade. Por esse motivo, o movimento defende a necessidade urgente de adoção de políticas públicas, ações afirmativas, no intuito de promover mudanças na mobilidade social e na garantia de todos os direitos.

Na consolidação dessas lutas, para além do discurso e da resistência, foram fomentadas estratégias de produção de potências pedagógicas, traduzidas pela produção de dispositivos construídos para o enfrentamento e o combate ao racismo, a partir da pedagogia da ancestralidade antirracista. Os dispositivos produzidos pelo Movimento Negro Educador impulsionam e se materializam os propósitos da luta antirracista.

Debruçamo-nos a pensar no dispositivo como um conceito múltiplo e aberto, que articula diferentes instâncias de saber. Ao agenciar diferentes saberes, relações de força são colocadas em exercício e tencionam os sujeitos a certas práticas, determinados modos de agir e viver no mundo. Isso porque, um dispositivo engendra conhecimentos, práticas, instituições e leis que, por sua vez, também o colocam em movimento e o fazem funcionar [...] (GARRÉ & HENNING, 2015, p. 56).

Tais dispositivos possuem orientações, recomendações, princípios e fundamentos para a realização e avaliação de projetos engajados e comprometidos com o combate ao racismo. “A natureza estratégica do dispositivo tem como característica colocar em operação relações de força que são sustentadas e estão ligadas à produção do saber” (GARRÉ & HENNING, 2015, p. 56). Assim, com registros do Ilê Aiyê no Caderno de Educação (2006), o movimento negro educador, ao fortalecer e unificar suas lutas cria as tecnologias potentes a partir das práticas pedagógicas alicerçadas por dispositivos.

Ao unificar o movimento em 1978, estrutura ações coletivas, intensifica a formação dos sujeitos e, assim, o Ilê Aiyê se antecipa em 1974. Com o objetivo de preservar, valorizar e expandir a cultura afro-brasileira, o Ilê é pioneiro na luta antirracista, no fortalecimento da identidade étnica e para a elevação da autoestima do povo negro.

Nessa trajetória de consolidação dessa força ancestral, o primeiro bloco afro do Brasil é um importante dispositivo pedagógico de poder e luta, que nasceu como alternativa de lazer durante o carnaval, mas se torna uma grande referência para confrontar e dar visibilidade ao legado africano e da diáspora. Ele muda o cenário da luta negra pelos laços da cultura, da política e da educação, sob as bênçãos do Axé, uma tríade que fortalece o território, a luta antirracista e abre a possibilidade para a vida cidadã, saindo do não-lugar. Através dessa tríade (terreiro, bloco e escola), constroem esse território de pertencimentos, de referência, de acordo com Cavalcante (2011, p. 91), como “o lugar da existência, da co-existência, da co-presença, da solidariedade, do acontecer solidário, da dimensão do espaço cotidiano, do singular e do subjetivo”, esse lugar, que busca restituir a cidadania, subtraída numa sociedade pautada pelo racismo estrutural.

Nessa perspectiva, Silva (2019, s/p) sugere que é necessário criar uma cartografia de pertencimento traçada pela Geografia da existência,, ou seja:

Uma cartografia afetiva que respeite as nossas histórias, as nossas trajetórias, e as nossas memórias. Uma Geografia de afetos, uma poética do território que produza laços de solidariedade, que induza e fecunde novas ecologias de pertencimento.

É dessa poética do Território Jitolu, que traz a cartografia afetiva construída pelas ações ancestrais, que surgem os laços de solidariedade, são consolidados pelas ações socioeducacionais e que marcam esse território/lugar, de grande potência e insurgência, de pedagogias. Conforme Serpa (2017), fazer o “ser lugar e ser território” significa pulsar vida, fazer mudanças, ser referência, fortalecer laços que firmam a ancestralidade e a solidariedade que contribuem para potencializar as lutas e os saberes. Com a força e representatividade de “ser lugar e ser território”, o Terreiro Ilê Axé Jitolu é um nascedouro de práticas, estratégias, valorização da autoestima, um percurso na contramão do sistema excludente implementa ações de combate ao racismo através dos dispositivos pedagógicos por ele criados. Esse território criou alternativas, condições, para a manutenção da vida, geração de renda, mesmo paralelamente fragilizado pelas vulnerabilidades que atravessam as estruturas da periferia, dentro da cidade. A sua luta o fez um quilombo urbano, insurgente,

[...] ao preservar e expandir a cultura negra na sociedade, visando agregar todos os afrodescendentes na luta contra o racismo e suas mais diversas formas de discriminação, desenvolvendo projetos carnavalescos, políticos-culturais e educacionais, resgatando a autoestima e elevando o nível de

consciência crítica. Tal missão vem sendo vivenciada através da arte e da cultura, principalmente ligadas à música e dança e de ações educacionais formais, informais, voltadas prioritariamente para crianças e adolescentes da comunidade na qual está inserida: no Curuzu e na Liberdade (ILÊ AIYÊ, CADERNO DE EDUCAÇÃO, 2006, p. 3).

Com base em ações voltadas para a cultura, política e educação, o Movimento Negro Educador se estrutura através de uma prática consubstanciada na ação, reflexão e ação, pois (FREIRE, 1987, p. 121), “os homens são seres do que fazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão.” (FREIRE, 1987, p. 121), e o Ilê Aiyê faz sua ação, com o sujeito que age/reflete e, ao refletir, age e propõe, atua com a teoria e prática imbricadas, as quais se desencadeiam possíveis mudanças na estrutura da sociedade. A ação, reflexão e ação vão produzindo sonhos e reinvenções do existir. E a escola sempre ocupou o sonho do povo negro como uma forma de existir reinventando o caminho.

E sobre a escola como reinvenção do caminho pelo sonho de existir livre, perguntamos: Que escola é essa? É a escola, semente Ilê Jitolu, vinda em sonho de Hilda Dias dos Santos, Yalorixá, mãe, educadora e também aluna, porque quem ensina sempre aprende. A escola como legado de valorização da educação, como patrimônio cultural, emancipatório e civilizatório, que e os seus ensinamentos perpetuados que nos dizem: “Cultura no primeiro plano é desenvolvimento da leitura, porque tem que lutar pelo saber, pela escola, pra surgir a cultura” (Mãe Hilda, 2004, p. 10).

Assim, Mãe Hilda Jitolu assumiu mais uma missão, além de zeladora, educadora, também se coloca e assume esse lugar, semeando saberes orais, ensinando a fazer, orientando e acompanhando, por muitos anos, a educação promovida no Jitolu. As orientações e conselhos de Mãe Hilda são incorporados na pedagogia da ancestralidade.

Mãe Hilda, através dos seus saberes ancestrais e do reconhecimento da educação como princípio - um dispositivo pedagógico de ascensão social se apropriou dele para abrir escolas no seu terreiro de Candomblé, “cuja criação e concepção da ação sócio-político-cultural-pedagógica” (Ilê Aiyê, 2006, p. 11) é pioneira.

Mesmo sem dominar a escrita, ela nunca deixou de ensinar os princípios da educação com um patrimônio para a vida, sempre esteve presente em todas as atividades educacionais e pedagógicas da escola, orientando, abençoando e como Griô Maior, a biblioteca viva do Curuzu, desenvolvendo a “pedagogia da vivência afetiva e cultural, entre a escola e a comunidade, interagindo saberes ancestrais e as ciências formais para elaboração do conhecimento” (PACHECO, 2006, p. 86).

**Figura 37 - O sonho concretizado<sup>119</sup>**

Fonte: Dissertação de Valéria Lima/ EMH década de 1990.

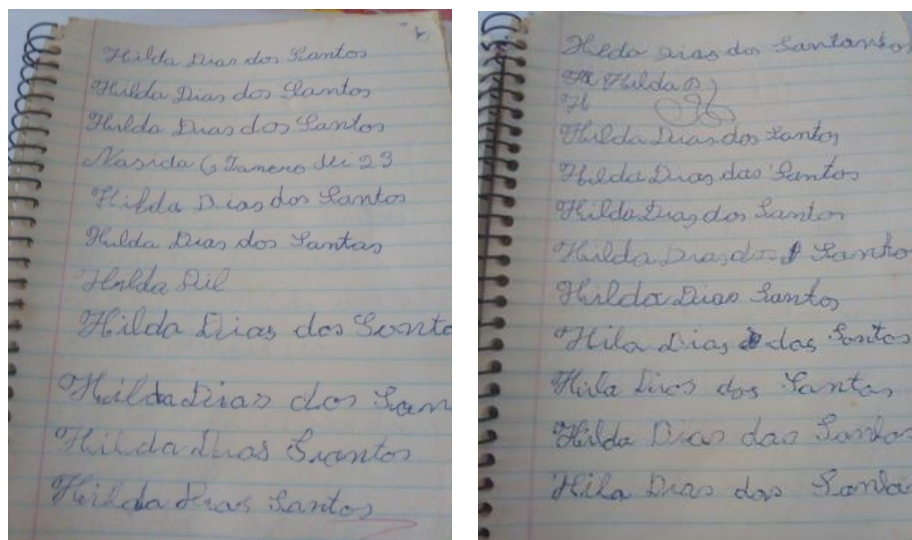
Reconhecida em seu papel de Mãe-educadora, Guardiã da Fé, Mãe Hilda foi além dos conhecimentos ancestrais e dos saberes do Axé que lhe conferiram o título de sacerdotisa, a “senhora dos Ilês, a senhora de referências” (ILÊ AIYÊ, 2009, p. 10), cuja consagração da titularidade religiosa foi recebida da ancestralidade a fez adquirir “o poder, no sentido da instância em que os sujeitos, habilitados para tarefas de lideranças, exercem e realizam, com as suas virtudes” (SODRÉ, 2006, p. 11). No percurso para aprimorar seus saberes, mergulhou no mundo da escrita antes de retornar ao Orum<sup>120</sup> e, tornando-se letrada, conquistou a realização de mais um sonho, a escrita do seu nome como autonomia, ascensão social, as possibilidades de acesso à escrita e as iniciativas desses sujeitos históricos pelo processo de alfabetização como um direito coletivo.

---

<sup>119</sup> Mãe Hilda no barracão de festas sagradas na sala de aula da sua escola, o sonho concretizado. Ela sempre esteve presente em todas as atividades, a Griô e mãe-educadora de saberes ancestrais.

<sup>120</sup>Orun é uma palavra da língua iorubá que define, na mitologia iorubá, o céu ou o mundo espiritual. Para os iorubás, foi Olorum, o senhor da vida, quem criou o mundo, os deuses e os homens e quem ordenou a separação entre o Orum (Céu) e o Ayê (Terra). Disponível em <<https://www.saraiva.com.br/orum-aye-8325854/p>> Acesso em 16 de agosto de 2020.

**Figura 38-A escrita de um sonho**



Fonte: Arquivo da Família Jitolu

A assinatura de Mãe Hilda é o registro do sonho realizado, da escrita de si, o nome que é representatividade, referência e memória. É o nome que fica registrado no caderno, a escrita de um sonho como representação da cultura escrita, do conhecimento, da luta pelo saber. Através da escola do Terreiro Axé Jitolu, casa de ensinamentos, portas abertas para a educação, de culturas e tradições ancestrais, esse foi o lugar onde Mãe Hilda realizou mais um sonho, assim como Carolina Maria de Jesus: “meu sonho é escrever”,<sup>121</sup>

como um desejo íntimo, narrados pelos elementos libertadores da leitura e da escrita, dispositivos pedagógicos que precisam ser apropriados por todos e todos e atenuar os impactados das desigualdades, ação afirmativa emergente para a população negra e a garantia de acesso, direito, escolha, equidade e a formação a partir do letramento que liberta, emancipa e na tomada de atitudes antirracistas, sobretudo para quem busca uma postura ética em sua existência” (RIBEIRO, 2019, p. 108).

Conforme argumenta Ribeiro, ler e escrever é um patrimônio, um bem comum e precisa ser compartilhado e apropriado letramento que liberta. Sob essa perspectiva em comunhão com os saberes ancestrais e pela produção de tecnologias potentes, o Terreiro Axé Jitolu virou escola formal, de filhas de santo alfabetizadoras/professoras, intelectuais negros, do Projeto de Extensão Pedagógico, Cadernos de Educação, Band’Erê, Escola

<sup>121</sup> A grande escritora negra Carolina Maria de Jesus transformava a linguagem em arma crítica. Nesse consciente processo criativo, Carolina deixa registrada frases como “meu sonho é escrever”, que dá título ao novo livro, em respeito ao seu desejo mais íntimo. Disponível em <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/>>. Acesso em 16 de agosto de 2020.

Profissionalizante, Dandarê e demais ações afirmativas que materializam a educação antirracista.

Na Escola Mãe Hilda, o canto, o batuque, o corpo negro, as tradições ancestrais são alguns aportes que inspiram as práticas pedagógicas, cujo Projeto Político Pedagógico e o currículo estão respaldados nas leis 9.394/96, 10.639/03 e 11.645/08. Os Cadernos de Educação fazem parte da produção intelectual negra vinculados ao Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, que fomentam o saber diásporo na produção dos tecidos para a criação das fantasias do Ilê Aiyê, nas composições das músicas do bloco, na formação continuada dos professores e educadores da Escola Mãe Hilda e de outros espaços formais e informais de educação que ultrapassam o Território Jitolu. Sendo assim, elementos simbólicos são suportes estratégicos fundamentais para a concretização dos dispositivos pedagógicos que instrumentalizam as ações pedagógicas da referida escola.

## 5.1 INTELLECTUAIS NEGRAS E A PRODUÇÃO DO SABER CIENTÍFICO ANTIRRACISTA

Segundo Kabengele Munanga (2006), o intelectual é, em primeiro lugar, uma pessoa que produz um conhecimento crítico sobre a sociedade, e esse conhecimento pode transformar a sociedade. Assim, o pensamento crítico que colocou em pauta questões relacionadas aos anseios, reivindicações e lutas do povo negro, tendo em vista articular ações que possibilitem a desconstrução da invisibilidade no mundo das ciências, é de fundamental importância como dispositivo pedagógico, que são tecnologias que auxiliam e constroem esses instrumentos para a atuação pedagógica antirracista.

A ciência foi historicamente utilizada como uma ferramenta de construção do racismo no Brasil, um mecanismo de reprodução da negação, da exclusão e de estudos racistas nos diferentes campos da ciência. Todavia, as ciências podem ser um campo de forças capaz de provocar transformações em direção à construção de uma sociedade antirracista.

Nesse sentido, a produção do conhecimento pelo pensamento crítico, a partir das experiências, vozes e manifestações do corpo negro possibilita a reparação dentro de um contexto histórico do “epistemicídio”<sup>122</sup>, que, de acordo com Ribeiro (2019), é o apagamento

---

<sup>122</sup> Foi a prática que limitou as fronteiras do conhecimento ao excluir outras fontes de saberes, privilegiando a produção da ciência pela hegemonia eurocêntrica e branca e a “negação” ou o ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade. Disponível em: <<https://serrapilheira.org/sueli-carneiro-a-ciencia-e-o-racismo-no-brasil/>> Acesso em 18 de agosto de 2020.

sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos, a ocultar de sujeitos negros de/com conhecimentos, as contribuições e produções africanas, afro-brasileiras e da diáspora.

Na contramão dessa imposição eurocêntrica e do domínio científico, Carneiro (2019) pontua que “a ciência foi historicamente uma ferramenta na construção do racismo no Brasil”. No entanto, “ela também pode ter um papel fundamental na mudança deste cenário” (SERRAPILHEIRA, 2019, s/p), por isso faz-se mister a apropriação desse saber por aqueles cuja sociedade se valeu da ciência para excluir, marginalizar. Logo, “[...] vou aprender a ler / Pra ensinar meus camaradas” (Mendes, 2015, s/p). Os versos dessa canção nos levam a fazer referência à luta do povo negro pelo direito e a garantia da educação que, indubitavelmente, se tornou um campo estratégico de combate às estruturas do racismo.

O povo negro sempre lutou para ter acesso à educação, uma luta histórica, que atravessou séculos, para também protagonizar a produção da ciência, e o movimento negro educador passa a sistematizar e produzir essa ciência com o poder transformador, insurgente de intelectuais negros, cientistas, griôs que derrubaram os muros dos silêncios, as invisibilidades arquitetadas pelas estruturas do racismo e romperam obstáculos, desatando nós. São as forças insurgentes no tempo e no espaço, das quais nasceram intelectuais negros, referências e inspiração, representatividade para a “manutenção dessa terra da vida”<sup>123</sup>, chamada Ilê Aiyê e a Escola Mãe Hilda.

Salve, salve, Dandara, Zumbi dos Palmares, Tereza de Benguela, Maria Firmina dos Reis, Luís Gama, Maria Filipa, Luiza Mahin, Milton Santos, Juliano Moreira, Teodoro Sampaio, André Rebouças, Lélia Gonzáles, Carolina Maria de Jesus, Abdias do Nascimento, Mãe Hilda, Mãe Menininha, Mãe Estela, Makota Valdina, Luiza Bairros, Jônatas Conceição, Jorge Conceição, Ubiratan Castro, Jorge Portugal, Jaime Sodré, ancestrais no Orum e referências que fazem parte dos Cadernos de Educação do Ilê Aiyê.

No processo da formação continuada orientado por intelectuais negras e negros em produções científicas, artísticas e poéticas, a Escola Mãe Hilda foi palco de uma ação pioneira em 1995 com o Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê – PEP – cujo objetivo era de sistematizar e ampliar as ações educacionais do Ilê Aiyê. Nos primeiros anos de atuação do PEP, o projeto realizou a formação pedagógica nas escolas públicas da Liberdade/Curuzu, desenvolvendo atividades pedagógicas integradas, além da produção e publicação do Caderno

---

<sup>123</sup> Referência ao Ilê Aiyê pelo cantor Emícia na Live Ilê Vivo 12 de junho 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ibaxrB0WY7Y&t=6238s>> Acesso em 19 de agosto de 2020.

de Educação *Zumbi 300 anos*, volume III, 1996<sup>124</sup>, tema do carnaval do Bloco Ilê Aiyê, com as parecerias destacadas do CEAQ – Centro de Estudos Afro-Orientais - UFBA, da UNICEF e das Secretarias de Educação do Estado e do Município de Salvador para execução das atividades do PEP entre os anos de 1995 até 2004, Silva (2017) considera que esse foi um marco significativo na reescrita da história africana e afro-brasileira, uma ação coletiva de intelectuais que fomentam a pedagogia da ancestralidade antirracista.

De acordo com a intelectual Silva (2017, p. 37),

A educação como um campo estratégico de luta contra o racismo, a invisibilidade e recalque das diferenças, bem como a educação, a escola e o currículo, como espaços onde a ação humana pode produzir a resistência e reelaboração da ideologia hegemônica e equalizadora das diferenças, através da formação continuada, construídos nas salas de aula pela ação dos professores pesquisadores oriundos, em grande parte, do movimento social negro baiano e brasileiro.

De acordo com Silva (2017), pode se inferir que a educação e a formação continuada são dispositivos pedagógicos que podem “produzir a resistência e reelaboração da ideologia hegemônica” possibilitando aos professores e pesquisadores a construção de um currículo pautado na alteridade, na representatividade e nos processos civilizatórios, potencializado como campo estratégico para a atuação antirracista.

Corroborando a importância da representatividade e das referências intelectuais negras na formação de professores e da práxis da Escola Mãe Hilda, alicerçada pelo PEP fruto da atuação do Ilê Aiyê, a professora Iana Marucha (2020) destaca a importância desse pertencimento ao Ilê Aiyê:

Eu vou reafirmar novamente, eu não preciso sair do Ilê, porque eu tenho aqui nesse lugar, por exemplo, um professor que para mim é referência, que começou com essa coisa da escrita dos Cadernos de Educação, que é Jonas Conceição. Têm as professoras Ana Célia da Silva, Arany Santana, Lurdinha Siqueira, tem a professora Stael Machado, que foi professora daqui eu tenho a professora Sueli Conceição, que foi Deusa do Ébano e que hoje é doutora, então, eu digo o tempo todo, eu não preciso sair do Ilê Aiyê para ter referência de mulher negra e nem de homem preto, não preciso sair do Ilê Aiyê. O que é que acontece, eu preciso trazer isso para os meninos (alunos), e que eles possam enxergar em mim, nos professores, nas professoras e em outras mulheres negras aqui dentro que eles podem chegar aonde eles quiserem. Que a gente precisa ser referência. (MARUCHA, 2020).

---

<sup>124</sup> Caderno de Educação alusivo aos 300 anos de Zumbi dos Palmares, com atividades integradas com as Escolas: Mãe Hilda, Banda Erê, Colégio Duque de Caxias e Abrigo dos Filhos do Povo, Tereza da Conceição Menezes.

A narrativa da professora Marucha nos convida a perceber a importância do lugar e da representatividade como referências, o Território Ilê Jitolu, o lugar de construção social e também de possibilidades dos intelectuais negros, potências insurgentes na consciência e na formação de si e do outro - a professora, que tem o lugar no território de pertencimentos e os intelectuais negros que contribuíram para a sua formação para semear, de acordo com Hooks (2017) “pedagogias revolucionárias de resistência” como a pedagogia ancestral antirracista maturada na Escola Mãe Hilda. Nesse lugar, Iana Marucha foi aluna e se fez professora da Band'Erê à Banda Aiyê e da Escola Mãe Hilda, teve importantes referências e passou a ser também uma evidência, porque, segundo Santiago (2017, p. 57), “toda ação humana é atividade intelectual, ou seja, resulta de elaborações criativas do pensamento”. Por isso, o Movimento Negro Educador, que é o Ilê Aiyê, e a pedagogia da Escola Mãe Hilda, atuam com o intuito de romper as exclusões sociais e criar mecanismos de acesso à educação, a formação dos sujeitos para transformação da sociedade a partir da mobilidade social.

Nessa perspectiva, segundo Siqueira (2006, p. 41),

Nós – os mais hereditariamente prejudicados – pela nossa raça, que não é contemplada, quando se pensa no conhecimento, na pesquisa e na formação de uma intelectualidade no país, nós estamos, já há algum tempo assumindo, não só no movimento negro, mas também na Academia, o papel de corresponsáveis, pelas rupturas epistemológicas que levam um outro olhar necessário, para incluir a busca de nossas raízes, e as contribuições de que elas são capazes, para transformar a sociedade inteira, e o lugar do negro na sociedade brasileira.

A narrativa de Siqueira (2006) aponta que intelectuais negros do Movimento Negro Educador se propuseram a criar uma epistemologia contra-hegemônica, no intuito de ampliar e fomentar o debate acerca do pensamento antirracista e civilizatório.

Ao assumir essa premissa, o Movimento Negro Educador torna-se protagonista e passa a atuar no fomento dos saberes plurais ancorados nas relações étnico-raciais que reverberam as produções científicas. Santiago (2017, p. 57) indica que “Desse modo, viver, inventar e enfrentar o cotidiano, em quaisquer circunstâncias em que estejamos inseridos, pressupõe e implica em uma atividade intelectual criadora”. Com esse propósito, são criados os Cadernos de Educação, inspirados no Território Ilê Jitolu, responsável por germinar e formar essas intelectuais negras que, para Hooks (2013, p. 91), “tomam posse do território intelectual” que

“*Vem do Barro Preto/ Liberdade Curuzu /Fonte de sabedoria/ Ilê Axé Jitolu*”<sup>125</sup>. Essa ação pioneira é pautada em um trabalho para a autoestima negra, através do passado ancestral, da análise do cotidiano e do estímulo a um projeto transformador, no qual “a mulher é a flecha da evolução” (ILÊ AIYÊ, 2018, p. 19). São as negras mulheres que fazem o Ilê Aiyê e a Escola Mãe Hilda; são suas práticas pedagógicas e científicas que inspiram a pedagogia da ancestralidade antirracista, tecida por Yalorixás, diretoras do bloco, professoras, educadoras e Deusas do Ébano. São as Intelectuais Negras do Ilê Aiyê, as ancestrais Mãe Hilda, Makota Valdina e as Candaces<sup>126</sup> Ana Célia da Silva, Arany Santana Neves Santos, Maria de Lurdes Siqueira, Hildete Valdevina dos Santos Lima (Dete Lima) e Hidelice Benta dos Santos (Doné Hidelice), as responsáveis e também as referências na produção do saber científico antirracista que se materializam em ações sociopolíticas, educacionais, de transformação, da mobilidade social, e na construção de “um mundo de reconhecimentos recíprocos” (FANON, 1983).

Assim, Marucha (2020) narra seu reconhecimento, que é recíproco:

Eu venho da Banda Erê, eu vi mulheres que foram minhas referências, e contribuíram para que eu seja essa pessoa que eu sou hoje. É isso que eu penso para os meus alunos, porque as meninas precisam ter referências, que elas se percebam, que elas entendam como é que funciona a questão do sistema, quem é essa mulher negra? E eu não preciso sair daqui do Ilê para que elas possam perceber isso, porque a gente tem exemplos nossos, que nasceram aqui dentro, que são referências, como a própria Mãe Hilda. Pensou a escola, pensou na educação, muito antes do espaço físico da escola, pensou na educação, então ela fez o espaço mesmo dentro do terreiro, pensando na educação dessas crianças.

Corroborando Iana Marucha (2020), essas intelectuais negras são referências, fomentaram e fomentam ações afirmativas no Território Jitolu, se apropriando do dispositivo pedagógico e transformador, que é a educação, como alternativa de promover a cidadania, a reparação, a equidade e construindo possibilidades de inclusão e ascensão social. O hábito de estudar é encarado como um processo civilizatório e revolucionário, assim como é narrado pela professora Iana Marucha, que vai na contramão do sistema, onde mulheres negras são, historicamente, sub-representadas e as desigualdades são “construídas pelas relações de

<sup>125</sup> Trecho da música “Nação Ilê”, de Lucinha Ouro Preto: In: *Cadernos VII de Educação do Ilê Aiyê Terra de Quilombo*.

<sup>126</sup> É uma linhagem de rainhas do Império de Cush e Méroé, que representa força, militância, beleza e ação política presente nas lutas, conquistas e no legado matriarcal da mulher negra. Esses elementos tornam essas mulheres objetos históricos de transformação de sua própria condição social em busca de igualdade. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/como-e-ser-negro-no-brasil-por-milton-santos/>>. Acesso em 30 de agosto.

gênero e raça<sup>127</sup> que, mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões e contribuem para “[...] perpetuação do racismo e do machismo” (RIBEIRO, 2008, s/p). E, contra o sistema, Marucha trilha o percurso acadêmico, destacando que faz parte da Band’ Êre, portanto, um fruto das ações do Ilê Aiyê com a ação da pedagogia revolucionária reverberada pelas Candaces do Ilê Aiyê, “mulheres negras, rainhas mães, corajosas, guerreiras que ocupam posições proeminentes, status importantes, funções políticas, sociais e culturais, assumindo a totalidade de poder [...], ocupam-se inclusive na formação de novas gerações ” (ILÊ AIYÊ, 2008, p. 10), que façam uso do conhecimento como revolução e da ciência, germinem teorias como dispositivo de justiça social e emancipação dos sujeitos.

### Figuras 39/40/41 – Intelectuais Negras do Ilê Aiyê



Fonte: Acervo do Ilê Aiyê.<sup>128</sup>

<sup>127</sup> Gênero e raça são construções sociais, que resultam quase que invariavelmente em transformação de diferenças em desigualdades. Vale reafirmar que raça não é uma categoria natural ou biológica; enquanto o sexo traduz o ser homem ou mulher com suas diferenças biológicas. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000300017&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300017&lng=pt&tlng=pt)>.

Acesso em: 30 de agosto 2020.

<sup>128</sup> Registros da Semana da Mãe Preta em 2001 e década de 1990 como a abertura das atividades no Terreiro Jitolu. Na sequência da esquerda para a direita: Mãe Hilda, Makota Valdina, Dete Lima e Maria de Lurdes Siqueira; Na sequência, registro de uma Festa da Mãe Preta na década de 90. Maria de Lurdes Siqueira, Mãe Hilda, Arany Santana e Dete Lima; abaixo, Ana Célia da Silva, palestra em 2001.

As imagens representadas na figura 39 a 41 retratam as intelectuais negras de saberes plurais e científicos, que romperam os silêncios e as invisibilidades nas estruturas epistêmicas e hegemônicas no tempo e no espaço, do Território Jitolu para o mundo, na contramão dessa hegemonia epistêmica produtora e mantenedora de estereótipos, negações, preconceitos e outras categorias, que reduzem e limitam tanto o pensamento humano e a comunicação entre os sujeitos.

Portanto, Santiago (2017, p. 60) destaca:

Reconhece-se, diante disso, que, como intelectuais orgânicos, conforme a perspectiva de Gramsci (2006) há uma função preliminar para elas que é a de questionar a si e aos outros/as sobre tais ausências, invisibilidade e desautorização do seu exercício intelectual, bem como provocar deslocamentos [...], em favor da visibilidade e do reconhecimento de sua intelectualidade.

Assim, é possível considerar as intelectuais do Ilê Aiyê e da Escola Mãe Hilda como orgânicas, no sentido proposto por Gramsci, porque se diferem dos intelectuais tradicionais, ao se entrelaçarem nas suas relações sociais, no movimento negro, na educação onde são referências de pertencimento. Esse vínculo é construído a partir do território de origem, da classe social que busca semear os saberes, colher e espalhar conhecimentos com pesquisas, ensino e extensão, inseridos em um projeto político de construção de sociedade que almeja a democratização do poder, a visibilidade, reconhecimento da intelectualidade e valorização da cultura e da história do povo negro. Essa intelectualidade negra da escola do Território Jitolu faz ressoar e inspirar um “trabalho contínuo e dinâmico de tecer e (des) tecer o que já está instituído, transgredindo fronteiras discursivas”(HOOKS , 2017, s/p) em ações educativas para atuação contra hegemônica e ações afirmativas.

Então, são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (SEMERARO, 2006, p. 378).

Tornar-se intelectual negra no Território Ilê Jitolu possibilitou a atuação de pensar e produzir ciência, construir a pedagogia ancorada na ancestralidade, contribuir para a formação de sujeitos antirracistas a partir da prática pautada na ação coletiva de inclusão do povo negro, através da ação ético-política antirracista. A ação na formação de sujeitos e a reeducação com

a formação continuada de professores e, concomitantemente, de educadores, cantores, músicos, estudantes e a comunidade vai se disseminando nos saberes plurais, ancestrais, de valorização da História da África e da Cultura Afro-brasileira nesse território.

Essa prática de emancipar os sujeitos refere-se a uma das estratégias que pode ser definida como um dispositivo pedagógico produzido pela concepção política e insurgente, ou seja, o “dispositivo como um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal fornecer uma resposta àquilo que não pode esperar. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 2009, p. 244). Um dispositivo insurgente construído pelas dores e lutas por reparação.

Assim, de acordo com Gomes (2017), a educação se apresenta como um ato de reparação e de sobrevivência, inclusive da população negra, haja vista o genocídio, a dominação, a opressão e os impactos do racismo sobre os corpos negros, que perpetuam exclusões e negações, fazendo parte da produção das ausências e emergências do conhecimento produzido por negros e negras, “quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política[...]” (HOOKS, 1995, p. 478) que se contrapõe ao apagamento dos sujeitos, pois vidas negras importam e precisam que a igualdade de condições se efetive na prática, como na luta antirracista.

Nesse cenário, a construção teórica da “afro ciência” como prática da liberdade, é um compromisso com a vida, com a dignidade e intenta, através da produção científica, das ações educativas e organizativas, provocar deslocamentos para assegurar mudança social e política. Essa construção é gestada na ancestralidade, no reconhecimento dos passos que vêm de longe, como Hooks (2017, p. 103) destaca:

Sou grata às muitas mulheres e homens que ousam criar teoria a partir do lugar da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestre e guia, como meio para mapear nova jornadas teóricas.

Por esse viés, as intelectuais negras do Ilê Aiyê organizam saberes que se inter cruzam, são conhecimentos que se materializam em publicações denominadas “Cadernos de Educação”, orientados para a formação continuada.

Esses suportes veiculam produções potentes de poesias engajadas, do canto negro político, da dança, da revolução que, sob as bênçãos do Axé ancestral, tecem fios de contas

que formam um nó borromeu<sup>129</sup>. Simbolicamente, esse foi o nó que possibilitou o entrelaçar de gerações de intelectuais negras desse território: a primeira denomina-se Geração Ancestrais<sup>130</sup>, liderada por Mãe Hilda Jitolu; a segunda geração, Candaces do Ilê Ayê<sup>131</sup> e a terceira geração, Dandaras - são as “filhas de gerações distintas, porém testemunhas de um mesmo tempo, ao aliarem militância, produção científica” (SANTOS, 2018, p. 16). As Dandaras são as professoras negras da Escola Mãe Hilda: Iana Marucha, Sheila Ferreira, Tairine Santana, Lucidalva Lima Pinheiro, Jéssica Letícia da Silva, Simone Mota; as Deusas do Ébano: Maria de Lourdes Santos, Soraya Souza, Suely Conceição, Edilene Alves, Daiana Ribeiro e do cordão umbilical gerado por Dete Lima, nascem Catarina Valéria dos Santos Lima e Valéria Catarina dos Santos Lima.

## 5.2 CADERNOS DE EDUCAÇÃO DO ILÊ AIYÊ: CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA “AFRO CIÊNCIA” COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

Da oralidade ancestral para o registro dessa afro ciência insurgente, mais uma ação potente do Ilê Aiyê que reverbera no tempo e no espaço, através das publicações dos Cadernos Educação do Projeto de Extensão do Ilê Aiyê. Essa ação afirmativa é um dispositivo pedagógico que surge a partir da criação dos Cadernos de Educação, uma produção científica e que “podem ser considerados os precursores das Diretrizes Curriculares Nacionais da lei 10639/03” (PERIN, 2017, p. 16). Assim, se configura como mais uma ação pioneira que nasce no solo fértil do Território Jitolu, o “território como confluência de múltiplos espaços narrativos vincula-se às relações sociais, políticas, materiais e simbólicas, vividas pelos sujeitos em suas trajetórias de vida-formação” (SOUZA, 2011, p. 213), através do pensamento científico negro e da diáspora.

---

<sup>129</sup>Com o nó borromeano, Lacan explicita a importância equivalente dos três registros – Real (R), Simbólico (S) e Imaginário (I) –, ao mesmo tempo em que os distingue. Cada um deles se relaciona com os outros dois em um modo de alteridade. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282017000200011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282017000200011)>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

<sup>130</sup> Primeira Geração Ancestrais: Mãe Hilda e Makota Valdina;

<sup>131</sup> Segunda Geração Candaces do Ilê Aiyê: Ana Célia da Silva, Arany Santana, Maria de Lourdes Siqueira e Hildete Valdevina dos Santos Lima (Dete Lima).

**Figura 42 - Cadernos de Educação do PEP**



Fonte: Arquivo pessoal Mundão<sup>132</sup> 2020.

Como divisor de águas, o Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, no ano de 1995, inicia mais uma ação afirmativa de grande potência, da reescrita de temáticas ligadas à História da África e da Cultura Afro-brasileira não narrada e silenciada pelos impactos hegemônicos de uma sociedade pautada pelo racismo estrutural, que, de acordo com Silva (1998, p. 281) “profundamente eurocêntrica e colonial” onde “vivíamos sob a mordida da ideologia da democracia racial brasileira, cultivada por “setores e intelectuais atrasados, beneficiários e coniventes com o racismo do país”. Diante dessa percepção, o Ilê Aiyê usa o corpo negro, o discurso político e a educação, porque, segundo Foucault (1996, p. 45), “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Essa atuação engajada de valorização da cultura africana na diáspora, de colocar o bloco na rua, não representava apenas diversão e lazer, mas tratava-se de uma luta, um enfrentamento antirracista que acenava para ações de reparação, inclusão, justiça social e educação como patrimônio de mobilização social. Que educação é essa?

A educação no Ilê Aiyê sempre priorizou o patrimônio cultural africano, pois só assim é que poderemos formar homens e mulheres plenos de cidadania para exercer o Poder Político neste país. O Ilê Aiyê realiza esta educação através do seu repertório musical e da consolidação de datas importantes para a nossa história, como o Dia da Mãe Preta, o Novembro Azeviche, a Festa da Beleza Negra e outros eventos (ILÊ AIYÊ, CADERNO de EDUCAÇÃO. 1995, p. 5).

<sup>132</sup> Raimundo Souza dos Santos, artista plástico do Ilê Aiyê responsável pela arte das estampas dos tecidos e das capas, e pelas ilustrações dos Cadernos de Educação do PEP.

Na contramão do sistema educacional naquele contexto, o Ilê Aiyê promove a educação de si e do outro, do pertencimento, da diáspora gestada por saberes ancestrais oriundos da “África Mãe: Ventre Fértil”, não mais admitindo a educação eurocêntrica - a da história única - e assim, conforme Silva (2004, p. 23), “o enfrentamento a este discurso, que operava para submissão e interdição, ocorre através de práticas educativas e culturais do movimento negro brasileiro, em diversas épocas” e o Ilê Aiyê, “um ser vivo de luz, Ilê de luz<sup>133</sup>” traz a resistência como bandeira de luta, rompendo as barreiras das ausências e construindo o espaço de poder, o quilombo insurgente/o quilombo da resistência do povo negro. Através das vozes, pensamentos e da pesquisa sendo ensinada e multiplicada pela inteligência, sapiência, a reescrita insurgente a partir de novas referências da história do povo negro.

Ainda Segundo Silva (2019, s/p),

[...] nós de fato passamos por um processo que deixou marcas profundas, a chamada chaga colonial, mas há uma história que tem sido reescrita por essas jovens mãos que estão buscando outras histórias de luta, em lugar de insistir na patrimonialização da dor.

Assim, segundo o idealizador Jonatas Conceição da Silva (2004, p. 60), os Cadernos de Educação representam um patrimônio cuja reescrita da resistência se apresenta como material didático:

Os Cadernos de Educação fazem parte das ações do PEP, tendo como objetivo principal encorajar os professores a utilizarem conteúdos complementares que não são contemplados no sistema oficial de formação para o magistério. Com os Cadernos também pretende-se formalizar e sistematizar os conhecimentos do Ilê Aiyê em forma de material didático e de apoio ao professor, contribuindo de forma concreta para a criação de currículos e programas adaptados à realidade multiétnica brasileira, uma vez que o material didático que chega às escolas não contém informações sobre a história dos africanos e dos afro-brasileiros.

A partir do pensamento do “renomado intelectual negro” (Ilê Aiyê, 2009), Jônatas Conceição da Silva, idealizador, também diretor do bloco Ilê e coordenador pedagógico do PEP até 2009<sup>134</sup>, destaca que a ação de produzir a coleção de Cadernos de Educação do Ilê Aiyê veio contribuir com conteúdos complementares, possibilitando a construção do currículo

<sup>133</sup> Música do Ilê Aiyê “Ilê de Luz”, uma composição de Suka, que também se consagrou pela interpretação de Caetano Veloso (OCUPAÇÃO Ilê Aiyê, 2018).

<sup>134</sup> O professor Jônatas Conceição da Silva faleceu no dia 03 de abril de 2009.

escolar ancorado nas questões étnico-raciais, ampliando os saberes pedagógicos com metodologias e materiais<sup>135</sup> que dialogam com os corpos negros e com a realidade multiétnica brasileira.

Nesse sentido, como um grupo de intelectuais de uma instituição cultural carnavalesca, assume o lugar de produção de conhecimentos não disponibilizados para as escolas, de conteúdos que são constitutivos da produção e difusão cultural e educacional desses mesmos grupos que, diante dessa constatação, parte para o enfrentamento. O grupo produz conteúdos e se propõe a realizar uma formação continuada para professores de dentro da Escola Mãe Hilda e dos colégios do entorno do Território Jitolu. Essas ações, concepções e práticas pedagógicas gestadas numa comunidade negra de terreiro são extraordinariamente ricas e complexas. Concentra-se na riqueza, no tesouro que tem diante de si e o explora, buscando compreender as múltiplas relações e enfrentamentos que estão postos nesse processo.

**Figura 43 - Cadernos de Educação**



Fonte: Site Ilê Aiyê<sup>136</sup>

A coleção de Cadernos de Educação e a formação de professores foi um marco nas ações do PEP, pois o Ilê Aiyê, com a sua pauta sócio-política-educacional de combate ao racismo e a valorização da África, se antecipa ao propor a educação insurgente através de “práticas educativas e culturais do movimento negro” (SILVA, 2004, p. 23) e que serviram de referência para a Lei nº 10639/03:

---

<sup>135</sup> Os materiais didáticos pedagógicos utilizados são a coleção de Cadernos de Educação, os instrumentos musicais com surdo, repique, caixa e timbal, os tecidos das fantasias do bloco, as músicas afro e o vocabulário iorubá.

<sup>136</sup>Disponível em: <<http://www.ileaiyeoficial.com/bio/biblioteca-ile-aiye/>>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

A publicação da série de cadernos do Ilê antecedeu em quase 20 anos a aprovação da Lei Federal nº 10.639/03, que incluiu a obrigatoriedade dos estudos de história e cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede pública de ensino. [...] Coube ao próprio Ilê não só criar os cadernos, mas insistir pela inclusão do conteúdo nas escolas e capacitar os professores da Liberdade e dos bairros vizinhos. O objetivo era garantir a permanência da temática africana nos currículos das escolas públicas da região. Mais de 3 mil alunos foram capacitados, além de 60 professores de seis escolas – Colégio Duque de Caxias, Pirajá da Silva, Abrigo dos Filhos do Povo, Tereza da Conceição Menezes, Classe VI e Carneiro Ribeiro, mais a Escola Mãe Hilda (OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018, p. 12).

Com base nessa referência, é possível compreender que as ações educacionais do Ilê Aiyê vão além do Curuzu/Liberdade – é uma ação com reflexo no tempo e no espaço, é o trânsito cruzando fronteiras nas diferentes escalas, sendo referência na proposta de construção de currículos escolares que valorizam a diversidade étnica, a importância de outras culturas, bem como suas contribuições históricas e plurais da África e da diáspora, uma atuação engajada na luta antirracista idealizada por intelectuais negros. É pertinente destacar que "o trabalho musical permitiu ao Ilê Aiyê, a partir de 1995, criar o Projeto de Extensão Pedagógica que começou a sistematizar melhor as produções culturais e educativas da entidade e a publicar os Cadernos de Educação" (SILVA, 2004, p. 13).

Os Cadernos de Educação, a partir de seus temas, materializam aspectos da tradição ancestral e registram a interlocução entre esses saberes e o conhecimento científico. Desse modo, se constituem numa atuação insurgente da intelectualidade negra do Ilê Aiyê. Portanto, os Cadernos são a sistematização das práticas e criam as estratégias para a educação antirracista na Escola Mãe Hilda e dos demais projetos educacionais do Ilê, objetivando o fomento à política da coexistência.

Corroborando, Edimilson Naves<sup>137</sup> (2017, s/p) destaca:

“Negros do Sul – Lá também tem!”, por exemplo, foi o tema de 2012 que abordou a presença negra no Sul do país, detalhando manifestações culturais, costumes e personalidades ilustres. Candaces, Malês, Tambores do Maranhão, entre outros, são aplicados pedagogicamente no conteúdo programático em forma de música, poesia e leitura, ensinando crianças e adolescentes a parte da História que nem sempre (ou quase nunca) é trabalhada em outros espaços.

---

<sup>137</sup>Edmilson Lopes das Neves, educador, diretor do Ilê e um dos responsáveis pelo PEP. Entrevista realizada por Gabriela Nunes para o Site Saravá: memórias e afetos, em 21 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.saravacidade.com.br/festejo/ile-aiye-a-consciencia-como-ferramenta-social/>> Acesso em 30 de agosto de 2020.

Nesse sentido, os Cadernos de Educação são apresentados como Biblioteca do Ilê no site oficial do bloco, esse acervo que registra narrativas, memórias e os conhecimentos é fonte de pesquisa, conhecimentos ancestrais e científicos. Por isso, os Cadernos de Educação são dispositivos pedagógicos que fundamentam o currículo escolar, o PPP da Escola Mãe Hilda, uma reescrita da história como proposta antirracista que contribui para a reeducação das relações étnicas raciais.

Assim, podemos inferir no Quadro 1 (Ações educativas ancoradas nas relações étnico-raciais) que se rompem silêncios e invisibilidades sobre o legado do povo negro, nos livros e materiais didáticos, e também nos currículos escolares, pois "não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão" (FREIRE, 2005, p. 90). O Mais Belo dos Belos, através dos seus intelectuais, produz essa fonte de pesquisa da "África Mãe: ventre fértil do mundo"<sup>138</sup> e da cultura afro brasileira.

São mais de vinte edições dos Cadernos de Educação, conforme os registros do quadro 2, que apresenta número da edição, ano e tema. Em cada ano, o Caderno destaca a estética africana e conta histórias de heróis, heroínas e civilizações negras – também cantados pelo bloco - sempre os aproximando do contexto brasileiro (NUNES, 2017).

**Quadro 2-Cadernos de Educação do Ilê Aiyê**

Nº	ANO	TEMAS CADERNOS DE EDUCAÇÃO
01	1995	Organizações de Resistência Negra
02	1996	Civilização Bantu
03	1996	ZUMBI 300 Anos
04	1996	A força das Raízes
05	1997	Pérolas Negras do Saber
*	1997	Bibliografia de Mãe Hilda – Mãe Hilda – A história da minha vida <sup>139</sup>
06	1998	Guiné Conakry
07	1998	Revolta dos Búzios – 200 anos
08	2000	Terra de Quilombo
09	2001	África Ventre Fértil do Mundo
10	2002	Malês – A Revolução
11	2003	A rota dos Tambores do Maranhão
12	2004	Mãe Hilda – Guardiã da fé e da Tradição Africana
13	2005	Moçambique – Vutlari
14	2006	O Negro e o Poder “se o poder é bom, eu também quero o poder”
15	2007	ABIDJAN – ABUJA – HARARE – DAKAR: Ah! Salvador se você fosse
16	2008	CANDACES As Rainhas do Império Méro
17	2009	ESMERALDAS A Pérola Negra do Equador
18	2011	MINAS GERAIS Símbolo de Resistência Negra

<sup>138</sup> Tema do 9º Caderno de Educação.

<sup>139</sup> De acordo com o site do Ilê Aiyê, o Caderno de Educação sobre a Biografia de Mãe Hilda não é apresentado com um dos números dos exemplares, e sim como uma homenagem à Mãe Hilda Jitolu.

19	2012	NEGROS DO SUL, LÁ TAMBÉM TEM!
20	2013	GUINÉ EQUATORIAL – Da herança pré-colonial a geração atua
21	2014	DO ILÊ AXÉ JITOLU PARA O MUNDO – Ah! Se Não Fosse o Ilê Aiyê

Fonte: Site do Ilê Aiyê<sup>140</sup>

Os cadernos têm ilustrações e desenhos do artista plástico Mundão e de J.Cunha, letras do repertório musical do Ilê Aiyê dos carnavais e de atividades pedagógicas produzidas pela educadora Ana Célia da Silva. As intelectuais e os intelectuais do Ilê Aiyê organizam o pensamento científico negro, valorizando a História da África e da Cultura Afro-brasileira postas pelo processo civilizatório e seus impactos para a pedagogia da ancestralidade antirracista na educação formal e não formal.

Nesse sentido, os Cadernos de Educação do Ilê são frutos de saberes ancestrais, uma tecnologia potente que narram as histórias e as memórias que não se apagaram ao cruzarem o Atlântico negro, as resistências, as lutas e os levantes da diáspora africana, o legado da cultura afro-brasileira. Por isso, é fundamental reconhecer a autoria dos autores que publicam nos Cadernos de Educação e produzem saberes expressos em poesias, músicas, ritmos, danças, evocações, baseadas em dimensões culturais e religiosas que podem contribuir para disseminar práticas de convivência entre sujeitos que possuem diversos pertencimentos culturais.

Os Cadernos de Educação do Ilê, de acordo com Silva (2004, p. 62), nos apresentam:

A coleção Cadernos de Educação do PEP, editados por mim, ilustrados pelo artista plástico J. Cunha e trazendo canções do repertório musical do Ilê Aiyê. Os textos que compõem os Cadernos são, geralmente, reescritos a partir das pesquisas históricas produzidas para os temas do carnaval do Ilê Aiyê. Estas pesquisas são escritas por diretores do bloco, como **Arany Santana, Maria de Lourdes Siqueira** e eu próprio. Nos Cadernos também temos, eventualmente, colaboração de educadores que pertencem ao PEP, como **Ana Célia da Silva, Maria de Lourdes Siqueira** e **Valdina Pinto** (grifo nosso).

São esses intelectuais negros do Ilê Aiyê que reverberam a pedagogia da ancestralidade antirracista, pela sistematização e reescritas de histórias com aporte das pesquisas dos temas do carnaval. Através da produção dos Cadernos de Educação, dispositivo pedagógico no campo do saber e de poder para a formação dos sujeitos, buscou-se uma formação intencional, uma política afirmativa que visa potencializar o conhecimento, a

<sup>140</sup> Temas dos Cadernos de Educação. Disponível em: <<http://www.ileaiyeoficial.com/bio/biblioteca-ile-aiye/>>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

autoestima, o pertencimento, o legado ancestral, o respeito à pluralidade étnica e atenuar as simetrias sociais que separam o povo negro de inúmeros direitos, dentre eles a ascensão social, com a luta antirracista e combativa proposta por esses e tantos intelectuais negros ativistas na luta negra.

Assim, como nos apresenta as Diretrizes das Relações Étnico-raciais:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidade do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas (BRASIL, 2004, p.8).

Nesse sentido, as Diretrizes das Relações Étnico Raciais orientam que se faz necessária uma educação pautada no respeito à diversidade e a valorização pluriétnica para a formação dos sujeitos, para o reconhecimento e valorização das raízes africanas, da diáspora e da diversidade étnica. Assim, a luta antirracista do Ilê Aiyê também é um dispositivo pedagógico que orienta as relações sociais no combate ao racismo estrutural e a importância das ações afirmativas para garantia de direitos e da educação das relações étnicas. Os dispositivos pedagógicos se constituem como um potente instrumento de orientação, formação, construção de estratégias pedagógicas em consonância como a Lei nº 11.645/08, que fundamenta a Educação das Relações Étnico-raciais.

### 5.3 TECIDOS QUE NARRAM HISTÓRIAS AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

A Escola Mãe Hilda, a partir da pedagogia da ancestralidade, constrói dispositivos pedagógicos cuja intencionalidade é a produção do conhecimento, da autoestima, do pertencimento e a formação antirracista dos sujeitos, cujos corpos negros são referências de representação de uma proposta de construção da identidade, ancorada nas relações étnico-raciais, do discurso político do Ilê Aiyê e suas marcas simbólicas.

**Figura 44 - Estampas que narram histórias**



Fonte: Ocupação Ilê Aiyê, 2018.

O Ilê Aiyê é uma grande referência na luta antirracista e também o responsável enquanto instituição que educa pela transformação social, a partir do ativismo negro. Esse bloco também cria uma marca indenitária com cores e símbolos: em 1976, o Ilê Aiyê cria seu primeiro tecido artesanalmente pintado, iniciando a consolidação das referências simbólicas e das histórias estampadas que narram memórias, lutas, levantes e a arte.

É o pertencimento traduzido em cores e símbolos; o vermelho, o amarelo, o preto e o branco são as cores que expressam a luta, a riqueza e a pele preta da resistência em prol da liberdade, são os fios que tecem histórias ancestrais e compõem símbolos do Axé, nas memórias, que, de acordo com Barsanelli (2018, s/p) “tudo se espalha nos tecidos usados no carnaval. Como na tradição africana, na qual a tecelagem conta histórias, os panos do Ilê narram o tema do cortejo - é a segunda pele revestida de luta por igualdade, reparação e respeito com cores vivas, vibrantes que vestem os corpos negros e vão coroando as cabeças com turbantes.

Os tecidos<sup>141</sup> do Ilê Aiyê se tornaram um símbolo político da luta antirracista no carnaval, pois vestir-se de Ilê Aiyê faz a pele preta se posicionar contra o poder diante da sociedade hegemônica, segregacionista e estruturada pelas marcas do racismo. Para Gomes (2017, p. 75 e 78), “é na pele que a comunidade negra toma o corpo como espaço de

<sup>141</sup> Nos anexos serão apresentados os tecidos que compõem o acervo do Ilê Aiyê, através da arte de J. Cunha e Mundão.

expressão identitária, de transgressão e emancipação”. Transformando o corpo num território, vestindo a aclamada segunda pele, permitiu ao “Ilê Aiyê passar por aqui” como um ato político, histórico de “saberes estéticos corpóreos” (GOMES, 2017, p. 75) da “revolução estética”, narrada por J. Cunha<sup>142</sup> (2016):

Essa coisa do Ilê Aiyê, foi uma revolução estética, o Ilê Aiyê é algo marcante, de algo que já estar historicamente colocado. Nessa coisa de promover o carnaval africano em Salvador [...]. Foi feito uma verdadeira revolução, através do Bloco Afro Ilê Aiyê lá nos anos 80, quando nós partimos pra rua com histórias, e uma transposição de símbolos, arquétipos, de sinais, de cores, de tom, filosofias, de comportamento, para que as pessoas se reconhecessem naquilo, como uma cidade que tem 80% de negros é lógico que o Ilê Aiyê, por esse trabalho refinado, porque o Ilê Aiyê também tem um grupo de professores, de universitários que fazem uns estudos históricos e depois passam isso para os estetas como eu e os outros que fazem os seus, esses princípios fundamentais. Esta revolução me levou à África e eu fui a Angola, por exemplo, fazer um estudo imenso de história e também de sinais, de símbolos e eu consegui trazer tanta coisa de lá que serve até hoje e através dessa viagem em conseguir colocar muita coisa no carnaval baiano [...].

Essa revolução da estética baseada na arte e na troca de conhecimentos é a educação do movimento negro educador, que narra as histórias em símbolos, em estampas, cores e que leva o Ilê Aiyê a sua terra ancestral, a África. É a aprendizagem *in loco*, o sentir através de todos os sentidos. São os intelectuais mergulhando nesse mar das histórias, a intelecção, a origem a ancestral, é a politização da estética negra “[...] que passou a ser compreendida como parte do direito e da cidadania” (GOMES, 2017, pp. 75 -77) na formação dos sujeitos, através das trocas de saberes a partir das ações do Projeto de Extensão Pedagógica em contribuir com o conhecimento ancestral e científico, pois os temas da África dos carnavais do Ilê Aiyê, o fizeram (o bloco/ os intelectuais/ diretores, cenógrafos e estetas) atravessar o Atlântico Negro.

Os “saberes estéticos corpóreos” (GOMES, 2017) são dispositivos pedagógicos por serem um potencial de sabedorias, ensinamentos e aprendizagem, que estampam os tecidos do Ilê Aiyê, as marcas simbólicas de uma conexão da História da África e da Cultura Afro-brasileira.

Portanto, os tecidos do Ilê Aiyê são uma marca de pertencimento ao Território Jitolu. Os sujeitos desse território fazem desse tecido um símbolo, uma referência. Eles são

---

<sup>142</sup> Primeiro cenógrafo responsável pela identidade visual do Bloco Ilê Aiyê, de 1979 a 2004. A entrevista foi concedida ao Programa Aprovado em 12 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/Rede-Bahia/Aprovado/noticia/2016/02/o-ile-fez-uma-revolucao-estetica-afirma-o-artista-plastico-j-cunha.html>>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

colocados nas janelas, sacadas, fazem parte da decoração dos móveis e dos espaços comerciais, são utilizados nos turbantes, roupas e adereços para além do carnaval. Os tecidos estão no cotidiano, na vivência dos membros (diretores/funcionários) do bloco Ilê Aiyê, dos alunos e professores das Escolas Mãe Hilda, Band'Erê e da comunidade Curuzu/Liberdade.

Dessa forma, os tecidos do Ilê Aiyê que se constituem em dispositivos pedagógicos, narram histórias do continente africano, de personalidades negras, da reinvenção negra na diáspora, da trajetória do Ilê Aiyê, da ancestralidade e da beleza negra, transformam-se na sala de aula em conteúdos e recursos didáticos utilizados dentro de uma prática pedagógica antirracista.

Como enfatiza a professora Sheila Ferreira (2020),

O Tecido do Ilê Aiyê de 2019, juntou a história dos 45 anos do Ilê, a história do bairro e a história do bloco. Estampou no tecido alguns pontos do bairro mais conhecidos, a história de um senhor do bairro, que tinha sido homenageado e muita gente daqui do Ilê Aiyê, não sabia, que ele tinha falecido, meses depois, seu Aquiles, “BATIDA DE SEU AQUILES”, ele tinha um bar, muito frequentado pelas pessoas aqui do Curuzu. No local que tem a Unidade de Emergência Mãe Hilda Jitolu, no tecido retratou que no posto de saúde antes era uma “LAVANDERIA CHAFARIZ”, tudo o que tinha no bairro no surgimento do Ilê, e é bastante importante, porque as vezes uma pessoa usa uma roupa e não sabe o que é ali. É importante conhecer a história. Eu achei magnífico dá aula com o tecido.

Através da prática pedagógica apresentada pela Professora Sheila, o tecido que estampa a memória e a história dos 45 anos do bloco Ilê Aiyê, com o tema do carnaval de 2019: *Que bloco é esse? Eu quero saber: 45 anos de Ilê Aiyê?*, a arte evoca nas estampas a história consagrada pelo Ilê Aiyê. São as representações dessa história: o Terreiro Axé Jitolu, lugar onde nasce o bloco, o perfil Azeviche, símbolo do Ilê Aiyê, o cabelo Black Power e a pantera negra, referências do movimento negro norte-americano, inspiração para o Ilê, além de uma homenagem a Gilberto Gil pelo trabalho *Refavela* por fatores políticos e culturais na reconstrução do conceito de negritude. O fusca usado como o primeiro carro no carnaval de 1974, Paulinho Camafeu, compositor da música que consagrou o Ilê Aiyê como “O mais belo dos belos”, assim como o tecido citado pela professora, trazem essa memória. Segue a imagem:



povo negro. O uso dos tecidos pelos alunos acontece em apresentações como na festa do dia das mães, e também nas oficinas de turbantes com Dete Lima.

Os tecidos vestem o cotidiano da Escola Mãe Hilda: os encontramos nas paredes, cadernos, mesas, roupas, cartazes, nos instrumentos musicais, nos cenários e trajés (festa junina, formatura, dia das mães, Novembro Azeviche, Mãe Preta, etc) festivos, nas ilustrações dos Cadernos de Educação, nos turbantes e também nas atividades da Band´ Erê, através das aulas de Arte em tecidos, ministradas por Dete Lima, a intelectual e estilista do Ilê Aiyê, que também vai coroadando as Deusas do Ébano, todos os anos, sob as bênçãos ancestrais. Na Escola Mãe Hilda e na Banda Erê, as crianças e as professoras participam das oficinas de turbantes, com os tecidos do Ilê Aiyê, acrescentando os saberes ancestrais das mãos talentosas e aproveitam para construir histórias, à medida que tecem os turbantes.

Pinho (2019, p. 4) desse modo, se refere aos tecidos do Ilê :

[...] os tecidos do bloco, criados pelos artistas plásticos, J. Cunha, e hoje por Mundão, com a criatividade e elegância de estilos, com a marca da artista, estilista Dete Lima, diretora fundadora do Ilê Aiyê, cuja característica primeira se apresenta entre trançados, turbantes e amarrações – símbolo da identidade negra feminina. Harmonia de um mundo negro diferente.

Vestir-se de Ilê Aiyê é importante para o fortalecimento da autoestima e o empoderamento, principalmente de mulheres negras, tendo como referência as Deusas do Ébano, pelas quais os tecidos do Ilê Aiyê são símbolos da identidade negra feminina, que se materializa pelos saberes ancestrais de Dete Lima.

A educação proposta pela Escola Mãe Hilda, entre as suas estratégias de luta antirracista e de reconhecimento do legado do povo negro, trabalha com a autoestima, valorizando o corpo negro como território político, escudo e flecha de resistência, desconstruindo estereótipos, estigmas e combatendo a invisibilidade fomentada pelo racismo estrutural.

Desse modo, os tecidos do Ilê Aiyê trazem memórias, referências, representatividade e simbologia; é a “marca digital do Ilê Aiyê” (MUNDÃO, 2020)<sup>144</sup>no fortalecimento da autoestima.

De acordo com professora Tairine Santana (2020):

---

<sup>146</sup> Entrevista concedida via Watsapp em 11 de setembro de 2020, devido os impactos da pandemia do Covid-19.

Os tecidos do Ilê Aiyê são referências para os alunos, eles se sentem representados por ter na sua sala de aula os tecidos de um bloco que tem como objetivo a conscientização do negro, o antirracismo. Então, eu acho muito interessante termos mais um elemento que ajuda muito nessa perspectiva, nessa chamada de atenção, nessa representação.

Por conseguinte, o Ilê Aiyê como movimento negro educador que traz na sua filosofia a luta antirracista, é referência na formação dos sujeitos e no processo de ensino aprendizagem da Escola Mãe Hilda. Dentre as ações do PEP está a produção dos tecidos do Ilê e dos Cadernos de Educação, baseados nos processos civilizatórios. Essas são algumas marcas simbólicas que apresentam o conhecimento na diáspora e a reescrita da história africana e afro-brasileira para uma educação pautada nos princípios da alteridade, equidade e a luta permanente, antirracista.

Nesse sentido, a Escola Mãe Hilda, em suas ações pedagógicas ancoradas nas relações étnico-raciais que compõem o planejamento das professoras apresenta algumas personalidades negras como referência de luta e resistência. Essas personalidades negras também estampam o tecido e nas ações compõem as narrativas do Caderno de Educação *O NEGRO E O PODER*, ambos do mesmo ano, 2006<sup>145</sup>:

**Figura 46 – O Negro e o poder**



Fonte: Arquivo pessoal Mundão 2020.

<sup>145</sup> O NEGRO E O PODER, tema do carnaval de 2006, contempla personalidades de diversas épocas e lugares, negros e afrodescendentes. Desde de Ganga Zumba, em Palmares, passando por líderes africanos, até os dias atuais lideranças negras brasileiras. São essas personalidades, Nelson Mandela, Kofi Atta Annan, Steve Biko, Mãe Hilda Jitolu, Mãe Estela de Oxossi, Abdias do Nascimento, Gilberto Gil, Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Gil, Vovô do Ilê, Edvaldo Pereira Brito, Matilde Ribeiro, Ubiratan Castro, Maria Olívia Santana, Benedita da Silva, Ivete Sacramento, Arany Santana e a desembargadora Neuza Maria Alves e outros (ILÊ AIYÊ, 2006).

O tema “O Negro e o poder” é mais um que reconhece as contribuições dessas personalidades na história do Ilê Aiyê e em outros espaços de poder. São personalidades que marcam a história de luta em prol da igualdade e do direito, ao estampar no tecido do Ilê Aiyê as personagens que são identificadas com as lutas pelo reconhecimento, o respeito, a valorização e o rompimento da invisibilidade de pessoas negras ocupando esses espaços.

Desse modo, os tecidos do Ilê que se constituem em dispositivos pedagógicos como referência, identidade e pertencimento. Narram em estampas, histórias silenciadas pelas forças hegemônicas prescritas pela história oficial, nos currículos escolares e livros didáticos, por exemplo. Entretanto, o Movimento Negro Educador, às margens da exclusão, escreveu a história insurgente das revoltas, dos levantes em oposição ao sistema de escravidão e ao estado de marginalização imposto no pós-abolição.

Sobre as histórias narradas nas estampas do Ilê Aiyê, trazemos o destaque do ano de 2016, que nos apresenta a força cultural do Recôncavo Baiano e a sua importância para a história de resistência do povo negro:

**Figura 47 -Recôncavo baiano território da resistência**



Fonte: Arquivo pessoal Mundão 2020.

Esse tecido é uma homenagem ao povo negro do Recôncavo que teve importante participação na luta pela Independência da Bahia e do Brasil, bem como na preservação e na

valorização da cultura e da herança ancestral. Portanto, pelos argumentos apresentados, ratificamos a importância dos tecidos do Ilê Aiyê como dispositivos pedagógicos para o processo de construção e consolidação de uma educação antirracista.

#### 5.4 MÚSICAS DO ILÊ AIYÊ: TAMBORES DA LIBERDADE

Na Escola Mãe Hilda, o canto reverbera a força ancestral dos tambores da liberdade e os saberes da diáspora. É a música-protesto com versos que ecoam a “valorização da raça e do existir” (OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, 2018). São as vozes negras do Ilê Aiyê que se unem por liberdade, reparação e equidade. É a voz do Ilê que tem a música como reafirmação da identidade, do pertencimento, do fortalecimento da luta antirracista e a formação de sujeitos críticos.

O Ilê Aiyê, como movimento negro educador, se constitui como referência do ativismo negro e a sua música se consolida como um ato político de denúncias das desigualdades raciais e combate ao racismo estrutural, trazendo reivindicações de valorização e respeito ao povo negro.

Desse modo, Silva (2004, p. 13) destaca:

A música possibilitou ao Ilê Aiyê se consolidar enquanto um espaço/lugar político educacional reconhecido por todos segmentos raciais e políticos, produzindo um discurso de combate sistemático às ideias hegemônicas que pregavam a existência de democracia racial no Brasil (SILVA, 2004, p. 13).

A música do Ilê é emblemática na luta para o Território de Jitolu, que narra uma história de luta e resistência que faz ecos nos versos e acordes de cada composição. A música valoriza a raça negra, ressaltando a beleza, a autoestima, a ancestralidade, a representatividade e a construção do protagonismo negro na sociedade.

A intencionalidade do uso da música do Ilê Aiyê como dispositivo pedagógico nas práticas pedagógicas, pode ser vista como possibilidade de conectar as crianças com a negritude enquanto potência e fortalecimento da autoestima, construção da identidade e consolidação do pertencimento.

A Escola Mãe Hilda é responsável pela formação de crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, que compreende uma faixa etária aproximada de 03 a 10 anos. Essa escola é um território de formação de sujeitos e contribui para o processo de interação, desenvolvimento intelectual e afirmação da identidade.

Nesse contexto, a música do Ilê Aiyê é um dispositivo pedagógico de grande relevância para a prática pedagógica da Escola Mãe Hilda, “que transforma estigmas em positivities como coragem, confiança, autoestima, revivem-se valores culturais, sociais, religiosos” (SIQUEIRA, 1996, p. 47), ampliando potencialidades que são fundamentais para a construção da educação antirracista, pautada numa concepção filosófica ancorada na ancestralidade. São os ritmos próprios que trazem mensagens com a transformação da história, cultura e traços civilizatórios em seus versos, através dos quais o conhecimento e a ludicidade interagem. São os ritmos que trazem as vozes negras potentes nas diversas dimensões da vida com os ideais de liberdade, da justiça, da religiosidade, da coragem e da resistência. São as expressões do povo negro que cantam a sua história. O Ilê Aiyê traz essa narrativa de cantar o continente negro e da diáspora, inserindo a música como instrumento de luta e liberdade, escudo e flecha, trazendo o sagrado com as bênçãos do Axé.

Portanto, a música do Ilê Aiyê é um dispositivo de grande potencialidade que embasa a prática pedagógica da Escola Mãe Hilda, assim:

Passou-se a usar a música do Ilê como instrumento, ferramenta para o trabalho com as crianças. As músicas passaram de uma atividade do simples “cantar para motivar” ou para “recreação” para ser a lição do dia, onde se podia interdisciplinar à vontade (ILÊ AIYÊ, 2009, pp. 49-50).

Na Escola Mãe Hilda, a música é saber, é a hora do recreio, o momento da leitura, a homenagem, o conhecimento, um elemento lúdico, a sonoridade, o encontro com a memória e os valores ancestrais.

A música é um território de reinvenção da prática, a qual consolida o sonho, ancora o pertencimento e também é o canto que festeja o êxito, as conquistas, como podemos ilustrar com a canção “A Bola da Vez”, que é entoada como um hino nas solenidades de formatura dos alunos do 5º ano. Nos seus versos, traz a dignidade, a cidadania, os direitos, o sucesso e o sonho como possibilidades de mudança, pois as “crianças precisam de horizonte” (ILÊ AIYÊ, 2018, p. 19):

#### **A bola da vez**

Sou a voz, sou Ilê  
A bola da vez

Eu quero saúde, estudar,  
Viver contente  
Me formar, trabalhar,

Ter mais valor

Secretário de Estado ou ser ministro  
 Jornalista, engenheiro ou senador  
 Quero cotas iguais, não diferentes  
 Quero ver meu direito aonde for  
 Moradia decente pra essa gente  
 E o Brasil ver um negro presidente

Essa reparação já passou da hora  
 Não desisto, pois eu sou um negro quilombola  
 Eles pensam que podem apagar nossa memória  
 Mas a força do Ilê nos conduz  
 Nessa trajetória

Esse país aqui é feito por nós  
 Ninguém vai mudar  
 Nem calar nossa voz  
 Direito de ir e voltar, cidadão  
 Levante a bandeira do gueto, negão

(JOCYLEE e TOINHO VALE, s.d.).

Cada verso dessa canção entoado no momento da solenidade reverbera as vozes negras do canto coral<sup>146</sup> uníssono que vibra com essa conquista, pois a educação sempre foi importante para as famílias negras e pauta das reivindicações do movimento negro educador. A formatura representa muito mais do que uma festa, mesmo sendo a formatura da conclusão do Ensino Fundamental I, ela é o rito de passagem que se consagra como uma conquista coletiva e uma vitória sobre as políticas de exclusão.

A educação é um instrumento de conscientização, de combate à exclusão e de emancipação. O fazer pedagógico da Escola Mãe Hilda está comprometido em promover a mobilidade social que faz eco como ações afirmativas, como também acontece com a Band'Erê. Essa ação educativa é vista pelas famílias como um dispositivo de ascensão social, como retrata a narrativa de um pai de duas alunas da Escola Mãe Hilda, que também foi aluno da Band'Erê e atualmente é músico da Banda Aiyê. Com a palavra, Helder Show<sup>147</sup>(2020):

Eu vim de uma história de um bairro de periferia, de negros, me lembro que eu perdia muito tempo na rua, ficava subindo e descendo, e eu digo que, se não fosse o Ilê Aiyê, eu acho que não estaria vivo hoje. Por isso, costume

<sup>146</sup> Canto Coral refere-se à proposta de atividade com as músicas do Ilê Aiyê nas apresentações das festas do calendário escolar.

<sup>147</sup> Nome artístico do percussionista da Banda Aiyê. Ingressou na Band'Erê, quando tinha 10 anos, onde ele estudou, cresceu, aprendeu sobre música e se fez percussionista. São 17 anos de história com o Ilê Aiyê. Disponível em: <<https://noticialivre.com.br/2020/07/08/neste-domingo-12-live-do-ile-aiye-promove-manifesto-racial-com-musica/>>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

dizer que o Ilê é minha vida, minha segunda pele e minha segunda casa, onde aprendi a tocar um instrumento. Minha filha Dandara é hoje uma mulher linda, estudou na Mãe Hilda e Band'Erê, cantou e dançou com o Ilê, e minha caçula, de 7 anos, estuda nas duas escolas também. Minha família é Ilê.

A partir da narrativa do pai e percussionista Hélder Show, vamos considerar essas duas gerações que fazem parte da história de mobilidade social, dessa ação pedagógica que emancipa e transforma os sujeitos. É o pertencimento ao Ilê Aiyê no encontro com a Band'Erê, esse dispositivo potencializador do fazer pedagógico que também, através da música, mudou o percurso da história de quem é da periferia, lugar ainda visto pela sociedade racista como um território estigmatizado.

É nessa concepção de reconhecimento e pertencimento que a Escola Mãe Hilda também é um dispositivo que torna essa escola da família, da comunidade e faz parte do processo formativo de gerações.

Nesse sentido, a música do Ilê Aiyê, como dispositivo pedagógico, impulsiona as estratégias de combate ao racismo na Escola Mãe Hilda. As composições valorizam a população negra nos seus versos melódiosos e memórias de uma história negada que nos faz lembrar os sábios griôs que contam dos feitos das gerações que nos antecederam. Portanto, a música que nasce no Ilê como território de reconhecimento e pertencimento potencializa-se como um contra-discurso de uma sociedade racista que deprecia, marginaliza o legado e a cultura da população negra.

Na contramão da sociedade estruturada pelas marcas do racismo, o canto é afirmativo, propositivo, e tem refletido de forma positiva:

A comunidade da Liberdade tem como referência maior o Ilê Aiyê. E para a surpresa, as crianças da Escola Mãe Hilda sabem as músicas do Bloco. A partir daí, foi constatado que o Ilê era a grande motivação das crianças. Por isso elas buscavam tanto a escola, assim elas estariam próximas do alimento farto, do carinho, do respeito, da solidariedade, que são as práticas do Terreiro, da música e do toque que é a cultura do Ilê Aiyê. As cores, o ritmo e a música lhes davam alegria, prazer e felicidade (ILÊ AIYÊ, 2009, p.49).

A música do Ilê Aiyê é um “território” de reinvenção da prática, que consolida o sonho, é visceral e torna difícil descrever a importância da música do Ilê Aiyê. Ela torna-se um elemento que recompõe esses sujeitos que foram sequestrados pela narrativa racista; a música é uma ode, uma exaltação, pela qual se agradece, se festeja, se reconhece a importância das gerações que antecederam, agradece o legado, constrói resistência.

Nesse sentido, “ouvindo as batidas do Ilê, a gente entende, a batida do próprio coração, da nossa própria história, a gente entra no ritmo, a gente organiza o próprio pensamento” (LOPES, 2020, s/n)<sup>148</sup>. A música compõe o ritual de pertencimento, de conhecimento, bênção, conexão com o sagrado, engajamento na luta antirracista, na reparação, no orgulho da raça negra e o desejo da cidadania plena do povo negro.

Portanto, através das reflexões trazidas pelos dispositivos pedagógicos que constroem a educação pautada pela pedagogia antirracista, ratificamos a relevância dos dispositivos pedagógicos, a saber: as intelectuais negras, os cadernos de educação, os tecidos e as músicas do Ilê Aiyê.

Esses dispositivos simbolizam a inteligência negra em movimento, potencializando insurgências de mulheres negras intelectuais na vanguarda da produção do saber científico antirracista, transgressor e insubmisso. São Ancestrais, Candaces e Dandaras que consolidam ações que fomentam a pesquisa, os saberes ancestrais reverberando as ações afirmativas do movimento negro educador, da afro ciência que nasce no Território de Jitolu, são as sementes que geram novos frutos e espalham conhecimentos; os Cadernos de Educação, embasados em processos civilizatórios, são a materialização do registro escrito das histórias das civilizações africanas e da diáspora, produções científicas que potencializam o legado do povo negro e desconstroem as invisibilidades do povo negro e os silenciamentos.

É a intelectualidade e a produção científica impressa nos tecidos que consolida a marca digital do Ilê Aiyê, narram as histórias em estampas e se espalham pelo mundo em turbantes, amarrações, fantasias, tendo o corpo negro como um território da estética ancestral e nas diversas produções que são criadas com os tecidos do Ilê Aiyê na Escola Mãe Hilda.

Nesse conjunto de dispositivos pedagógicos, é o canto coral da Escola Mãe Hilda, das vozes negras que reverberam alegrias, resistências, pertencimento e saberes. São as crianças que também seguem o Ilê Aiyê com as batidas dos tambores “capazes de fazer o negrume da noite reluzir o dia”. “Do grave ao agudo, a potência do canto negro em todos os seus volumes e com todas as suas vozes” (CASÉ, 2020), elevando a autoestima, o orgulho do pertencimento étnico, a partir de uma “prática docente com outras fontes de saber, o coração, a pele, [...] que nos promova por inteiro e que seja coletivamente insurgente” (TRINDADE, 2000 p. 15).

---

<sup>148</sup> Participação na Live do Ilê Aiyê, “ILÊ VIVO”, em apoio ao Bloco Ilê Aiyê, devido a questões financeiras para a manutenção dos projetos socioeducacionais e da sede do bloco. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ibaxrB0WY7Y>>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação problematizou a pedagogia da ancestralidade antirracista, que é construída a partir das insurgências no Território Jitolu e das práticas pedagógicas que estão ancoradas nas questões étnico-raciais, além da ação dos dispositivos pedagógicos da Escola Mãe Hilda. É nesse espaço dos múltiplos saberes, das resistências e (re) existências que as pedagogias alicerçam a educação como prática da liberdade para a superação das desigualdades, a valorização da autoestima e do pertencimento ao Território Jitolu, antecedendo as ações a partir da educação informal, onde nasceu o bloco Ilê Aiyê.

É nesse quilombo insurgente “apesar de tanto não, tanta dor que nos invade<sup>149</sup>”, que estrutura o racismo e separa o povo negro dos direitos básicos, que o Ilê Aiyê traz o canto-protesto contra as desigualdades, a luta por reparação e equidade para povo negro. São cerca de cinco décadas de insurgências desse movimento negro educador, desse corpo político, da luta e que ocupa o carnaval reverberando as vozes da resistência ao som dos tambores da liberdade e das forças ancestrais. Um reencontro com as raízes africanas e afro-brasileiras, que rompe silêncios, invisibilidades e torna-se o bloco afro político e revolucionário de ações afirmativas, como os projetos socioeducacionais, que fortalecem a luta do povo negro, e o combate ao racismo pelo pioneirismo da educação pautada pela prática antirracista, que respeita a diversidade, a valorização da autoestima e o laço de pertencimento ancestral.

Nesse contexto, os projetos socioeducacionais do Ilê Aiyê, Escola Mãe Hilda, Band'Erê, cursos profissionalizantes, Cadernos de Educação e o Projeto de Extensão, são ações pedagógicas fundamentais e dependem dos investimentos financeiros da Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê para a manutenção e realização dessas atividades. O Ilê Aiyê, como Organização Não Governamental, também se torna dependente dos recursos oriundos de editais e seleções dos variados setores públicos e privados para manter esses projetos de mobilização social, que são responsáveis em atenuar os impactos das desigualdades para a transformação social no Curuzu e nos bairros do entorno da Liberdade.

Assim, as ações socioeducacionais do Ilê Aiyê dependem desses investimentos para a sua manutenção; alguns projetos são impactados, assim como a base dessa ação, que é o próprio Ilê Aiyê. Portanto, são projetos que atuam com compromisso, responsabilidade e relevância social na formação dos sujeitos e da luta antirracista. Ações como essas, de grande impacto e relevância na formação dos sujeitos, poderiam fazer parte dos projetos permanentes

---

<sup>149</sup> Verso da composição “Alegria da cidade”, de Jorge Portugal e Lazzo Matumbi. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/lazzo-matumbi/1626425/>>. Acesso em 25 de setembro de 2020.

do Estado, que poderia ser o grande alicerce dessa parceria, destinando fundos de manutenção a esses projetos, principalmente por compreendemos a importância de educar para a transformação social, equidade, a alteridade e justiça social.

Diante desse desafio, a Escola Mãe Hilda, o campo dessa pesquisa, nos permitiu reviver o “sonho” da Matriarca do Curuzu, Mãe Hilda, “flor bela abriu nossas janelas, Escola Jitolu, Ilê Aiyê, Band’Erê<sup>150</sup>” (ILÊ AIYÊ, 2009, p. 26). Idealizadora em abrir escolas sob as bênçãos do Axé, foi rememorando as narrativas encontradas em diferentes fontes, nas vozes negras dos seus filhos, das intelectuais negras, nas entrevistas semiestruturadas, nos Cadernos de Educação, nos planejamentos diários das professoras, em sites, vídeos, *lives*, teses, dissertações, livros, fotografias, silêncios, emoções e espiritualidade.

O campo da pesquisa nos fez compreender a existência da pedagogia da ancestralidade antirracista presente em todas as ações educacionais, e que estão alicerçadas na resistência, reverberando saberes, ensinamentos, conhecimentos que valorizam a história do povo negro. A Escola Mãe Hilda nasce nesse território insurgente; é a escola comunitária que se mantém viva e resistente ao longo dos seus 32 anos. Segundo a Mãe Hildelice, é um legado que deve se manter vivo:

“Não esqueça que essa escola é de sua mãe”. Estas palavras de uma das mães de alunos da Escola Mãe Hilda marcam o comprometimento e preocupação da comunidade do Curuzu com a manutenção das atividades do estabelecimento escolar [...]. Muitas mães de nossos alunos foram alunas da aqui na escola e sabem da importância de manter essa escola, onde além do ensino regular, os estudantes aprendem noções de cidadania e a história do povo negro no Brasil (MUNDO, 2017, p. 65).

Assim, a Escola Mãe Hilda, um patrimônio de gerações, um legado construído por Mãe Hilda, com mais de três décadas de compromisso social, que faz dessa instituição de ensino, ser referência e fonte de inspiração para a atuação da prática antirracista, da valorização do legado e da cultura africana e afro-brasileira. Mesmo com as imposições que se contrapõem aos currículos oficiais construídos pela base eurocêntrica, o Ilê Aiyê vai na contramão e abraça a África, como referência, fonte de inspiração e de conhecimento que alicerçam todas as suas ações e referências, o corpo, a voz e a pele negra, elementos determinantes para a representatividade: “o corpo é um portal que, simultaneamente, inscreve e interpreta, significa e é significado, sendo projetado como continente e conteúdo, local, ambiente e veículo da memória” (MARTINS, 2002, p. 89). O Ilê Aiyê dialoga com o corpo

---

<sup>150</sup> Antologia poética: *Comando Doce*, composição de Juraci Tavares, Luís Bacalhau e Ulisses Castros.

negro simbólico, histórico, o corpo-território que traz essa herança e pertencimento e a educação, como prática da liberdade.

Assim, a Escola Mãe Hilda se mantém de portas abertas para toda a comunidade do Curuzu e da Liberdade, juntamente ao Território Jitolu, das ações insurgentes e de grandes potências, entre a resistência e a sobrevivência, do legado e do pertencimento, da formação de sujeitos, “a escola formal tem grande relevância para a formação de cidadãos críticos e conhecedores de seus direitos civis, políticos e sociais” (CAVALLEIRO, 2001, p 142). A escola comunitária semeada por saberes ancestrais, tradicionais, que prioriza a autoestima, o respeito aos mais velhos, os saberes plurais e que exalta a “cor da ternura” (GUIMARÃES, 1998), a “pele da cor da noite” (MACHADO, 2013), as histórias de luta e resistência do povo negro no currículo escolar, para educar os sujeitos no terreiro de candomblé.

O terreiro virou escola, como estratégia de inclusão, emancipação, construção dos sujeitos e das suas potencialidades, a escola comunitária da pedagogia da ancestralidade de portas abertas, um dispositivo pedagógico e político para a promoção da educação antirracista.

Para conhecer essa pedagogia e os dispositivos pedagógicos que consolidam a educação antirracista da Escola Mãe Hilda, foi necessário percorrer os caminhos da Liberdade/Curuzu e adentrar no Território Jitolu, esse quilombo insurgente de forças coletivas de (re) construção diante dos desafios de ser periferia, da estética da ginga à arquitetura da favela do Curuzu, das ausências de políticas públicas, como as demandas básica, desde a iluminação pública, espaço de lazer, saneamento, arborização, à segurança. É a força da sobrevivência que abraça a informalidade, que pulsa e sustenta esse território do povo negro, lugar e espaço vivido das insurgências, onde nasceu o Ilê Aiyê, a Escola Mãe Hilda e Band’Erê.

Nesse sentido, é importante destacar a educação como pauta principal abraçada por Mãe Hilda e pelo Ilê Aiyê, esse movimento negro educador, onde o Terreiro Ilê Axé Jitolu abriu suas portas para a promoção de ações afirmativas, a educação formal, o Projeto de Extensão Pedagógica, a produção dos Cadernos de Educação e os projetos profissionalizantes. O Ilê Aiyê, a partir de seus temas e canções, apresenta o canto, a inteligência, a representatividade, a potencialidade do povo negro, rompe os silêncios e as invisibilidades e traz o canto que fala de África, o corpo negro, a estética, a história afro-brasileira, o orgulho de ser negro e a educação como estratégias de combate ao racismo.

A partir dos saberes ancestrais e da insurgência, Mãe Hilda compreendia o papel transformador da educação em prol das igualdades, da equidade e da justiça social. A educação se mostra como a mais importante alternativa de mobilidade social. Mãe Hilda abriu escolas gratuitas para crianças e jovens do Curuzu, Liberdade e dos bairros no entorno do Território Jitolu, uma das estratégias de enfrentamento e superação das desigualdades e do racismo estrutural que impactam a vida da população negra e da periferia.

É nesse coletivo das resistências, desse entrelaçar do terreiro, bloco e escola, que a educação da Escola Mãe Hilda reverbera a pedagogia da ancestralidade antirracista, é a voz e o corpo negro que se impõem para a construção da prática pedagógica ancorada nas relações étnico-raciais, também como um ato político para a promoção da educação antirracista que utiliza dispositivos pedagógicos, elabora o Projeto Político Pedagógico, o calendário escolar, as estratégias pedagógicas e a sequência didática elaborada pelas professoras e que são apresentadas no caderno de planejamentos, que pautam a História da África e da Cultura Afro-brasileira, atendendo o cumprimento da Lei nº11.645/08.

Desse modo, o Ilê Aiyê ao cantar a história da África e da diáspora, através das músicas negras que valorizam o povo negro, a criação do Programa de Extensão Pedagógica, traz, dentro dessa ação, as contribuições importantes das Intelectuais Negras apresentadas nessa pesquisa, como as Ancestrais, Candaces e Dandaras, os Cadernos de Educação, as estampas que narram as histórias nos tecidos e o canto negro. São dispositivos pedagógicos que alicerçam a prática pedagógica de combate ao racismo na Escola Mãe Hilda.

Nesse sentido, podemos concluir que o surgimento da Escola Mãe Hilda possibilitou compreender a existência da educação como prática da coexistência, da liberdade e da equidade no Território Jitolu, das forças insurgentes e das lutas permanentes do movimento negro educador como exercício da cidadania, do direito e da justiça social para a formação dos sujeitos com princípios da equidade, da dignidade, de reparação e dos valores civilizatórios para a construção de uma sociedade antirracista.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da história única**. Vídeo da palestra da escritora nigeriana no evento Technology, Entertainment and Design (TED Global 2009). Publicado em 16 de março de 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>. Acesso em: 3 mar. 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte – MG: Letramento, 2018. 208 p.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. **A Geografia, a África e os Negros Brasileiros**. In: MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: MEC, 2005. 204p.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. **Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil**. In: SANTOS, R. E. (org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o Negro na Geografia do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009.
- ANTUNES, Joelma C. L. **Os Cadernos de Educação do Ilê Aiyê: o ensino da história e cultura afro-brasileira, entre práticas e princípios**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30, 2019, Recife. Anais [...]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019. Disponível em: <[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565319545\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_anpuh\\_nacional\\_2019\\_.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565319545_ARQUIVO_Artigo_anpuh_nacional_2019_.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2019.
- ARANHA, Maria Lúcia A. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1996.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro. **Conexão Atlântica: história, memória e identidade**. Revista da FAEBA Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 12, n. 19, p. 219 – 227, jan./ jun., 2003.
- ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre: Imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ARROYO, Miguel González. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BENEDITO, Alessandra. **Empreendedorismos e empoderamento de mulheres negras: quais são as ações necessárias para garantir expansão e manutenção da atividade econômica**. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 5, 2018, Londrina. Anais [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/VSGPP-%20GT11-%20Alessandra%20Benedito.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- BERNSTEIN, Brasil. **A estrutura do discurso pedagógico: classes, códigos e controle**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BITENCOURT, J. **O bairro da Liberdade: Salvador x São Paulo**. Diário de Salvador, Salvador, 12 jun. 2018. Disponível em:

<<https://diariodesalvador.com/?s=O+BAIRRO+DA+LIBERDADE>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Prefácio Ilê Aiyê**. In: SODRÉ, J. Ilê Aiyê 40 anos. Salvador, 2014. 280 p.

BORGES, Thais. **Fazenda Coutos é o bairro mais negro de Salvador**; Liberdade fica em 54º lugar. Jornal Correio, Salvador, 20 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/fazenda-coutos-e-o-bairro-mais-negro-de-salvador-liberdade-fica-em-54o-lugar/>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Escola Conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). Escritos da Educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 48. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL AFROATITUDE. Disponível em: <http://www.afroatitude.ufba.br/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: Ministério da Educação/Secad, 2004.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei n. 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008. Disponível em: Acesso em 10 de maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**, 2005.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**. Disponível em<[http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_04.02.2010/art\\_3\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_04.02.2010/art_3_.asp)>. Acesso em 24 de abril de 2020.

BRITO, Cristóvão. **A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 236 p. ISBN 978-85-232-0542-3. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRULE, David Melo van den. **Espaço geográfico vivido socialmente**: uma aproximação da geografia crítica com o horizonte humanista. Revista de Geografia (Recife) V. 34, No. 1, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229279/23639>>. Acesso em 23 fev. 2020.

CADERNO DE EDUCAÇÃO: **Esmeraldas**: Pérola Negra do Equador. Volume XVII. Bloco Ilê Aiyê. Projeto de Extensão Pedagógica. Salvador, 2009.

CADERNO DE EDUCAÇÃO: **Mãe Hilda – A história da minha vida**. Projeto de Extensão Pedagógica. Salvador, 1998.

CADERNO de Educação: **Mãe Hilda Jitolu Guardiã da Fé da Tradição Africana**. 2. ed. Salvador: EGBA, 2009. v. XII.

CADERNO de Educação: **O negro e o poder**. Salvador, 2006. v. XIV.

CADERNO de Educação: **Zumbi 300 anos**. Salvador, 1996. v. III.

CADERNO OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ, São Paulo: Itáú Cultural, 2018. 88 p.

CARLOS, Ana. Fani. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 2007. p. 17.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de Candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012, 296 p.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **A ciência e o racismo no Brasil**. São Paulo. 2020. Disponível em : <<https://serrapilheira.org/sueli-carneiro-a-ciencia-e-o-racismo-no-brasil/>> Acesso em 18 de agosto de 2020.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. **O lugar no mundo e o mundo no lugar**: a geografia da sociedade globalizada. CAMINHOS DE GEOGRAFIA, 2011, p. 91 -95. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16506/9215>> Acesso em 10 de agosto 2020.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida cotidiana. Campinas: Papirus, 2008. 190 p.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Educação anti-racista**: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. (org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. (org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CHEMAMA & VANDERMERSCH. **Dicionário de Psicanálise**, São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

CLANDININ, D. J.; CONELLY, F. M. **Pesquisa narrativa**: experiências e história na pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (CONDER). Disponível em: <<http://app.informs.conder.ba.gov.br/erro503/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CASÉ, Regina. **Ilê Vivo**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ibaxrB0WY7Y>>. Acesso em 12 de julho 2020)

DAVIS, Angela. **Mulher, cultura e política**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela**. El País. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503\\_610956.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html)>. Acesso em 15 de maio 2020.

FERNANDES, Laura. **Que bloco é esse?** Jornal Correio, Salvador, 2018. Disponível em: <<https://www.metro1.com.br/noticias/cultura/68419,paulinho-camafeu-minha-musica-nao-vai-cansar-nunca>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

FERREIRA, Sheila Silva. **Entrevista concedida na Escola Mãe Hilda**. Salvador, 2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. **Salvador Cultura Todo Dia**: Curuzu. Disponível em: <[http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod\\_area=7&cod\\_polo=105](http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=7&cod_polo=105)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

GARRÉ, Bárbara Hees. HENNING, Paula Corrêa. **Visibilidades e Enunciabilidades do Dispositivo da Educação Ambiental**: A Revista Veja em Exame (Visibilities and Enunciabilidades Environmental Education Device: Veja Magazine in Question) . In. ALEXANDRIA Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, v.8, n.2, p.53-74, junho 2015 ISSN 1982-5153. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/viewFile/1982-5153.2015v8n2p53/29495>>. Acesso em 05 de agosto de 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial**: por um projeto educativo emancipatório. Retratos da escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, jan./dez. 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. In: CAVALLEIRO, E. (org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Introdução. In. CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros**: e como a escola se relaciona com a criança de candomblé. 1. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro no Brasil**: ausências, emergências, e a produção dos saberes. Política e Sociedade, Florianópolis, vol. 10, n. 18, abr./2011, pp. 133-154.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ; Vozes, 2017.

GUERREIRO, Goli. **A Trama dos Tambores**: a Música Afro-Pop de Salvador. São Paulo, Editora 34, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **O acesso de negros às universidades públicas**. Revista da FAEEBA, Salvador, n. 19, p. 191-203, jan./jun., 2003.

GUIMARÃES, Geni. **A cor da ternura**. 12. ed. São Paulo, FTD, 1998.

GOULART, F. Cartografia Insurgente – **Quem constrói nossos mapas somos nós!** In. Canal Ibase, 2017. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/cartografia-insurgente-quem-constroi-nossos-mapas-somos-nos/>. Acesso em jan. 2021

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. 20 a 26 de março de 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre: [s. n.], 2004.

**HISTÓRIA dos bairros – Liberdade (BA e SP)**. Disponível em: <https://aminhaeasualiberdade.wordpress.com/2008/11/30/historia-dos-bairros-liberdade-ba-e-sp/>. Acesso em: 29 jun. 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Editora WWF Martins, 2017.

ILEAIYE. **Semana da Mãe Preta**. Disponível em <http://www.ileaiye.com.br>. Acesso em novembro/2018.

ILÊ AIYÊ. Cadernos de Educação: **A Revolta dos Búzios, 200 anos**. Projeto de Extensão Pedagógica. Volume 7, Salvador, 1999.

ILÊ AIYÊ. Cadernos de Educação: **Abidjan, Abuja. Harare e Dakar**. Projeto de Extensão Pedagógica. Volume 15. Salvador, 2007.

ILÊ AIYÊ. Cadernos de Educação – **África, Ventre Fértil do Mundo**. Projeto de Extensão Pedagógica. Volume 9. Salvador, 2001.

ILÊ AIYÊ. Cadernos de Educação – **Candaces: rainhas do Império Méroe**. Projeto de Extensão Pedagógica. Volume 16. Salvador, 2008. 127 p.

ILÊ AIYÊ, Cadernos de Educação: **Mãe Hilda Jitolu, Guardiã da fé e da tradição Africana**. Projeto de Extensão Pedagógica. Volume 12. Salvador 2004.

ILÊ AIYÊ, Cadernos de Educação – **Malês, a revolução**. Projeto de Extensão Pedagógica. Volume 10. Salvador, 2019.

ILÊ Aiyê. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo636197/ile-aiye>>. Acesso em: 23 de Ago. 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

ILÊ AIYÊ. **Projeto de Extensão Pedagógico**. Disponível em <<http://www.ileiye.org.br/pep.html>>. Acesso em 17/10/2010.

ILÊ AIYÊ: **40 anos**. Salvador: Neoplan, 2014. 280p.

ILÊ AIYÊ. **Escola Mãe Hilda**. Salvador, 2016. Disponível em: <<http://www.ileaiyeoficial.com/>>. Acesso em: 1º maio 2016.

INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA (IRDEB). **Posts marcados com 'Ilê Aiyê**. Disponível em: <<http://www.irdeb.ba.gov.br/tamboresdaliberdade/?tag=ile-aiye>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

IRDEB. **Tag Ilê Aiyê**. Disponível em <<http://www.irdeb.ba.gov.br/tamboresdaliberdade/?tag=ile-aiye> &gt;. Acesso em 06 de junho 2019.

JESUS, Tairine Maria Santana de. **Entrevista concedida na Escola Mãe Hilda**. Salvador, 2020.

JITOLÚ, Mãe Hilda. **A História da Minha Vida**. Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê. Salvador. Ilê. (s.d.).

LEPTOESCRITA. In: **DICIONÁRIO Informal**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/lectoescrita/escrever/>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

LIMA, Catarina Valéria dos Santos. **De Amas de Leite à Sacerdotisas**: Ressignificações da Mãe Preta no Território do Ilê Aiyê. Salvador, 2015.

- LIMA, Dete. **Conexão Bahia**, Salvador, 2019. Disponível em <<https://gshow.globo.com/Rede-Bahia/conexao-bahia/noticia/aldri-anunciacao-percorre-os-caminhos-do-curuzu.ghtml>>. Acesso em 15 de maio de 2020.
- LIMA, Hildete dos Santos. **Quem faz Salvador**, 2002, CD-ROM, UFBA. In: FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. Salvador Cultura Todo Dia: Liberdade. Disponível em: <[http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendopolo.php?cod\\_area=7&cod\\_polo=105](http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendopolo.php?cod_area=7&cod_polo=105)>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- LIMA, Valéria Catarinados Santos. **Mãe Hilda Jitolu: a trajetória de uma líder espiritual baiana**. Salvador, 2014.
- LOPES, Vera Neusa. **Racismo, preconceito e discriminação**. Procedimentos didáticos-pedagógicos e conquista de novos comportamentos. In. : Munganga, Kabengele. Superando o racismo na escola. Brasília: MEC, 2005. p. 83-99.
- LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. **No tempo em que os seres humanos conversavam com as árvores**. v. 1, n. 2 (2011): Trevo. Disponível em: <<http://200.156.15.185/seer/index.php/trevo/article/view/86/75>>. Acesso em: 25 de set.2020.
- MARTINS, E. R. **A geografia urbana na dissolução das identidades originárias**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n. 94 (1), 1 de agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-60.html>>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- MACHADO, Vanda. **Pele da cor da noite**. Salvador: EDUFBA, 2013. 151 p.
- MARUCHA, Iana. **Entrevista concedida na Escola Mãe Hilda**. Salvador, 2020.
- MATTOS, Wilson Roberto. **Valores civilizatórios afro-brasileiros, políticas educacionais e currículos escolares**. Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 12, n. 19, p. 229-234, jan./jun., 2003.
- MERCÊS, Geander Barbosa das. **De Ilê Ifé ao Ilê Aiyê: uma releitura do carnaval soteropolitano**. Disponível em: <[http://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias\\_sociais/4194.pdf](http://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/4194.pdf)>. Acesso em 07/05/2020.
- MINAYO, Maria Cecília S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 19. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MIRA, Rejane Silva. **Turismo e interpretações do patrimônio: uma abordagem comunitária**. Guarapari-ES: Ex Libris, 2007.
- MOTA, Simone Ferreira. **Entrevista concedida na Escola Mãe Hilda**. Salvador, 2020.
- MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silencioso. In: SCHWARCZ, L. M.; QUEIRÓS, R. S. (orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NASCIMENTO, Anna Amélia V. **Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2007. 372 p.

NOGUEIRA, João Carlos. **Movimento negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas**. Revista Política & Sociedade - ISSN 2175-7984 Florianópolis – SC – Brasil. In: Revista Sociologia n. 05, 2004 p. 89 -99. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1980> >; Acesso 01/05/2020.

OCUPAÇÃO Ilê Aiyê, 2018, São Paulo. **Ocupação Ilê Aiyê**. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. 88 p. Exposição realizada no período de 3 out. 2018 a 6 jan. 2019.

OLIVEIRA, Eduardo. In. MACHADO, Vanda. **Pele da cor da noite**, 2013. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16783/1/pele-da-cor-da-noite.pdf>>.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Pedagogia da Ancestralidade**. SESC, São Paulo, 18 de junho de 2019. Disponível em <[http://www.sescsp.org.br/artigo/13431\\_](http://www.sescsp.org.br/artigo/13431_)>. Acesso em: 10 de jan de 2020.

PERIN, Rosemary. R. S. **Cadernos de Educação do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê: Um precursor das Diretrizes Curriculares da Lei 10639/03?** Salvador, BA: RRSP, 2007.

PINHEIRO, Lucidalva Lima. **Entrevista concedida na Escola Mãe Hilda**. Salvador, 2020.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil. Um estudo comparativo**. O negro na universidade. Programa a Cor da Bahia, Salvador: NovosToques, n. 5, 2002.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Território afrodescendente: Leitura de cidade através do bairro da Liberdade**. Salvador, Bahia, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **Educação antirracista tem papel fundamental no combate à discriminação racial**. In: Jornal A tarde. Salvador, 21 de março de 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. Companhia das Letras: São Paulo, 2019.

ROUANET, Sergio Paulo. **Iluminismo e contra-Iluminismo (Sobre a modernidade e seu projeto inacabado)**. Textos de Cultura e Comunicação, Salvador, n. 29, p. 5-23, 1993.

RUFINO, Luiz. **Pedagogias das encruzilhadas**. Revista Periferia, v.10, n.1, p. 71 - 88, Jan./Jun. 2018. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/31504/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

Salvador – **Cultura todo dia**. Disponível em: <[http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod\\_area=7&cod\\_polo=105](http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=7&cod_polo=105)>. Acesso em 20/07/2019.

SANT'ANA, Antonio Olímpio. **História e Conceitos Básicos sobre Racismo e seus Derivados**. o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Antonio Carlos dos. **Entrevista concedida na Senzala do Barro Preto**. Salvador, 2019.

SANTOS, Antonio Carlos dos. xxxxx In: SODRÉ, J. **Ilê Aiyê 40 anos**. Salvador, 2014. p. 280.

SANTOS, Boaventura. S. **Por uma pedagogia do conflito**. In: SILVA, L. H. (org.). **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 15-33.

SANTOS, Boaventura. S. **Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. In: SOUZA, B. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Eduardo Ferreira Santos. **Práticas pedagógicas, cultura, história e tradição: um relato de experiência educativa em Novos Alagados**. Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 12, n. 19, p. 113 – 133, jan./jun., 2003.

SANTOS, Hilda. D. **Quem faz Salvador**, 2002, CD-ROM, Ufba. In: FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. Salvador Cultura Todo Dia: Liberdade. Disponível em: <[http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo\\_polo.php?cod\\_area=7&cod\\_polo=105](http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo_polo.php?cod_area=7&cod_polo=105)>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SANTOS, Hildelice dos. **Entrevista concedida na Escola Mãe Hilda**. Salvador, 2020.

SANTOS, Luciana. N. **Mulher negra professora entre a crisálida e o beija-flor: o invisível e o revelado, o silêncio e a escrita de si**. Salvador: Uneb. 2008.

SANTOS, Milton. **A metamorfose do Espaço Habitado**. 5. ed. São Paulo: Ed. Hucitec. 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1, pp. 7-13, 1999.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização do pensamento único à consciência universal**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Vivaldo Benvindo dos. **Entrevista concedida na Senzala do Barro Preto**. Salvador, 2019.

SEIXAS, Thaís. Salvador em bairros: **Liberdade e sua diversidade Cultural**. A Tarde, 25 mar. 2015. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1669344-salvador-em-bairros-liberdade-e-sua-diversidade-cultural-premium>>. Acesso em: 25 set. 2019.

SERPA, Angelo. **A Paisagem Periférica**. In: YÁZIGI, E. (org.). Turismo e Paisagem. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 161-179.

SERPA, Angelo. **Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea**. Cidades Revista Científica, v. 10, n. 17, 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3235>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SERPA, Luiz Felipe Perret. In: MACHADO, Vanda. (org.). **Ilê Axé vivências e invenção pedagógica: as crianças do Opô Afonjá**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2002.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da discriminação no livro didático**. In: MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: MEC, 2005. 204p.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Ana Célia da. **A Trajetória dos Educadores do Movimento Negro Baiano para uma Educação Plural**. In: SANTIAGO, Ana Rita. Descolonização no conhecimento no contexto afro-brasileiro. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Aurelielza/Downloads/decolonizacao%20do%20conhecimento.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

SILVA, Ana Célia da. **Ilê Aiyê e ações afirmativas**. In: SODRÉ, J. Ilê Aiyê 40 anos. Salvador, 2014. 280 p.

SILVA, Ana Célia da. **Movimento negro brasileiro e sua trajetória para inclusão da diversidade étnico-racial**. Revista FAEEBA, Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 11, n. 17, p. 139-151, jan./jun., 2002.

SILVA, Benedita. **Negros ainda lutam por direitos básicos, 30 anos após Constituição. 2018**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/negros-ainda-lutam-por-direitos-basicos-30-anos-apos-constituicao>. Acesso em 24 de abril de 2020.

SILVA, Carlos Ailton da Conceição. **Os belos, o trânsito e a fronteira**. Um estudo socioantropológico sobre o discurso autorreferente do Ilê Aiyê. 2016. 180 p.

SILVA, Jamile B. **Arquitetura hostil e cartografia afetiva**. Ted Talk - TEDx Rio Vermelho. Youtube, Disponível em <[linkdoyoutube](#)>. Acesso em 13 de agosto de 2020.

SILVA, Jônatas Conceição da. **Vozes quilombolas: uma poética brasileira**. Salvador: EDUFBA: ILÊ AIYÊ, 2004.

SILVA, Maria Cecília de Paula. **Do corpo objeto ao sujeito histórico: perspectivas do corpo na história da Educação brasileira**, Salvador, EDUFBA, 2008.

SIQUERA, Maria de Lurdes. **CADERNO OCUPAÇÃO ILÊ AIYÊ**, 2018. Disponível em: <<https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/ile-aiye/quem-e-que-sobe-a-ladeira-do-curuzu/>>. Acesso em 04/05/2020.


SIQUEIRA, Maria de Lurdes; SILVA, Ana Célia da. **Mãe Hilda: a história da Minha Vida**, 1996.

THEODORO, Helena. **Buscando caminhos nas tradições**. In: MUNANGA, Kabengele. (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC, 2005. 204p.

TRINDADE, Azoilda Loretto e SANTOS, Rafael (org.). **Multiculturalismo – mil e uma faces da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

## **ANEXOS**

## 1. FICHA DE MATRÍCULA



**ESCOLA MÃE HILDA**

Sede do Ilê: Rua do Curuzu, nº 228 - Liberdade - CEP: 40365-000  
Telefax: (71) 2103-3400 - Salvador - Bahia - Brasil.  
CNPJ- 22.086.590/0001-50

foto

**“Um Terreiro de candomblé é uma casa de educação, aqui é igual uma escola.”**

FICHA DE INSCRIÇÃO 2020  
ESCOLA MÃE HILDA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO:

NOME COMPLETO		GRUPO SANGUÍNEO	
FILIÇÃO:			
PAI:			
MÃE:			
DATA NASCIMENTO	IDADE	SEXO ( ) F ( ) M	RG Nº RESPONSÁVEL
NATURALIDADE		UF	CPF Nº RESPONSÁVEL
		RAÇA / COR ( ) NEGRA ( ) PARDA ( ) BRANCA	SÉRIE
			TURNOS

DADOS DO ENDEREÇO:

RUA / Nº		BAIRRO	
CEP	MUNICÍPIO	UF	E-MAIL
TELEFONE FIXO	CELULAR	TELEFONE RECADO	PARA NOME DO CONTATO

COMPOSIÇÃO FAMILIAR E RENDA

1. Preencha o quadro abaixo com informações sobre sua família.

Faixa Etária	Nº de pessoas na família	Quantos exercem atividade remuneradas?
Menos de 12 anos		
De 12 anos a 17 anos		
De 18 anos a 29 anos		
De 30 anos a 60 anos		
Mais de 60 anos		

Instruções para preenchimento:

- Na coluna **Nº de pessoas na família**, informe quantos membros da sua família pertencem ao intervalo de idade;
- Na coluna **Quantos exercem atividades remuneradas?**, informe quantos têm algum rendimento, independente de serem empregados ou não, de acordo com a faixa de idade á qual pertencem.

1. Assinale qual benefício social sua família recebe mensalmente:

( ) Bolsa Família ( ) Bolsa Escola ( ) Vale Gás ( ) Nenhum  
( ) outros. Qual? \_\_\_\_\_


DATA: _____/_____/_____  	_____ Assinatura do aluno/Responsável  _____ Coordenação
---------------------------------	--

## 2. CALENDÁRIO 2019

ESCOLA MÃE HILDA CALENDÁRIO ANUAL 2019 EDUCAÇÃO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTAL I	
DATA	PROGRAMAÇÃO
04 à 08/02	Jornada Pedagógica
11/02	Início das aulas
26/02	Baile de Carnaval
26/02 à 10/03	Recesso do Carnaval
07/03	Retorno dos professores
11/03	Retorno das aulas
	1º Contato Pedagógico (responsáveis e educadoras)
11/02 à 12/04	1ª Unidade Didática
18 e 19/04	Recesso Semana Santa
08 à 12/04	Avaliações Conclusivas da 1ª Unidade
26/04	Plantão Pedagógico
15/04 à 07/06	2ª Unidade Didática
03 à 07/06	Avaliações Conclusivas da 2ª Unidade
14/06	Festa Junina
15/06 à 02/07	Recesso Junino
03/07	Retorno recesso junino
12/07	Plantão Pedagógico
03/07 à 06/09	3ª Unidade Didática
03 à 06/09	Avaliações Conclusivas da 3ª Unidade
13/09	Plantão Pedagógico
23 à 27/09	Semana da Mãe Preta
07 à 11/10	Semana da Criança
09/09 à 22/11	4ª Unidade Didática
01/11	Aniversário do Iê
18 à 22/11	Avaliações Conclusivas da 4ª Unidade
20.11	Consciência Negra
25.11	Resultado Final
26 à 29.11	Aulas de Recuperação
02 à 07.12	Avaliações de Recuperação
09.12	Resultado de Recuperação
19.12	Término do Ano Letivo

Obs: Este calendário é flexível, portanto pode sofrer alterações.

### 3. FESTA DE SANTO ANTÔNIO DO CURUZU

  
 Associação dos Moradores e Amigos do Curuzu  
 CONVITE

*A AMAC – Associação dos Moradores e Amigos do Curuzu convida a todos para participarem da tradicional trezena de Santo Antônio Itinerante do Curuzu. Trata-se de um momento de resgate da cultura local, reflexão e oração entre moradores e amigos. Este ano estaremos homenageando as famílias do Curuzu. Participe, você é o protagonista do cotidiano da sua comunidade.*

*Abaixo endereços da trezena  
 Santo Antônio Rogai por Nós.*

- 1\06 Casa de Valdíria
- 2\06 Casa de Valdíria
- 3\06 Casa de Nenê
- 4\06 Escola Mãe Hilda
- 5\06 A noite Casa de Emivalda \Tarde AIEC- Casa Maria Felipa
- 6\06 Salão de Bira
- 7\06 Casa de Lola
- 8\06 Casa de Tânia no Progresso
- 9\06 Salão de Gerusa
- 10\06 Shopping Liberdade
- 11\06 Bar de Rose
- 12\06 Cantinho do Futuca
- 13\06 Virginia - Bar de Bolachinha
- 14\06 Sede da AMAC - Associação dos Moradores e Amigos do Curuzu.

*Cordialmente;*  
 Ubiraci Policarpo  
 Presidente da AMAC

Rua do Progresso, 05 , Largo do Curuzu – CEP.: 40.365-000 – Salvador – BA.  
 Contatos: (71) 3236-1337 / 8844-7235 / 8287-8637 / 8232-4156  
 E-mail: amac\_forcatarefa@hotmail.com

#### 4. FESTA DA MÃE PRETA

*antigo dia*

PROJETO DE EXTENSÃO PEDAGÓGICA  
 PROJETO ILÊ AIYÊ CONSTRUINDO O FUTURO  
 ESCOLA MÃE HILDA & BAND'ERÊ  
 PATROCÍNIO PETROBRAS.

2014  
 40

### Semana da Mãe Preta

A Semana da Mãe Preta acontece desde 1978 quando foi instituído o dia 28 de setembro como o Dia da Mãe Preta. O principal objetivo do Ilê, no momento da criação deste dia, foi homenagear a saudosa lalorixá Hilda Jitolu, sacerdotisa do candomblé e dirigente espiritual do Ilê. Posteriormente, além da homenagem à Mãe Hilda, a Semana da Mãe Preta tornou-se um evento de resgate e valorização da participação da mulher negra no processo civilizatório brasileiro.

Ao longo de 40 anos, o Ilê Aiyê vem comemorando o dia da Mãe Preta com atividades variadas, quando as nossas atenções e preocupações são voltadas a uma temática específica.

### OBJETIVOS

- ❖ Homenagear a trajetória de vida de Mãe Hilda
- ❖ Refletir a importância da mulher negra na construção da sociedade brasileira
- ❖ Estimular o respeito aos mais velhos e o dia da benção.

### PROGRAMAÇÃO

**Dia:** Segunda-feira 22 de setembro de 2014

**Público:** Educandos da Escola Mãe Hilda

**Atividade:** Visita ao Terreiro de Mãe Hilda Jitolú

**Local:** Terreiro

**Turnos:** Matutino e Vespertino / *em conta da obf. de da Pimantão*

**Responsáveis:** Educadoras da Escola Mãe Hilda

**Dia:** Quinta-feira 25 de setembro de 2014

**Público:** Educandos da Escola Band'Erê e Mãe Hilda

**Atividade:** Exibição e reflexão de filmes Prova de Fogo Uma História de Vida

**Local:** Pátio próximo a sala de leitura.

**Turnos:** Matutino e Vespertino

**Responsáveis:** Educadores da Escola Mãe Hilda e Band'Erê.

**Sinopse do filme:** Akeelah é uma menina negra de apenas 11 anos, com um incrível talento com as palavras. Admirado com esse dom, o diretor de sua escola a inscreve num concurso regional de soletração e faz com que ela seja treinada por um professor com PhD em literatura, Dr. Larabee (Laurence Fishburne). Enfrentando a objeção de sua mãe, o ciúme de sua melhor amiga, as diferenças sociais e as dificuldades no relacionamento com o professor, Akeelah vai passando por todas as etapas do concurso, até ser classificada para a grande prova de fogo de sua vida - a final nacional em Washington.

**Direção:** Doug Atchison

**Elenco:** Keke Palmer, Laurence Fishburne, Angela Bassett, Curtis Armstrong

**País:** EUA

**Ano:** 2006

**Gênero:** Drama

**Duração:** 112min

**Classificação:** Livre

**Dia:** Sexta-feira 26 de setembro de 2014

**Público:** Educandos da Escola Band'Erê

**Atividade:** Homenagem da oficina de Percussão e Dança – Cantando e dançando para Mãe Hilda e Coral da Escola Mãe Hilda.

**Local:** Quadra do Ilê

**Turnos:** Matutino e Vespertino

**Convidados:** Educandos da Escola Mãe Hilda.

**Responsáveis:** Educadores da Escola Band'Erê Vinicius, Edmilson, Soraya e Ráilda.

**Horário:** 9:00hs e 14:00hs

**Dia: Segunda-feira 22 de setembro de 2014**

Publico: Educandos da Escola Banda Erê

Atividade: Apresentação da oficina de capoeira: Mulher na roda

Local: Sala 59 da Band'Erê

Turnos: Matutino e Vespertino.

Responsáveis: Professores da Band'Erê Osvaldo e Magno

**Dia: Terça-feira 23 de setembro de 2014**

Publico: Educandos da Escola Band'Erê

Atividade: Visita ao Terreiro de Mãe Hilda Jitolú

Local: Terreiro

Turnos: Matutino e Vespertino

Responsáveis: Professoras da Band'Erê Soraya, Railda e Dete

**Dia: Terça-feira 23 de setembro de 2014**

Publico: Educandos da Escola Mãe Hilda

Atividade: Palestra sobre prevenção do Câncer de Mama

Local: Quadra do Ilê

Turnos: Matutino e Vespertino

Responsáveis: Educadoras da Escola Mãe Hilda

**Dia: Quarta-feira 24 de setembro de 2014**

Publico: Educandos da Escola Band'Erê e Mãe Hilda

Atividade: Construção e exposição de painel sobre a importância da mulher negra na sociedade **e uma roda de conversa sobre a importância da**  
**benção.**

Local: Quadra do Ilê

Turnos: Matutino e Vespertino

Responsáveis: Educadores da Escola Mãe Hilda e Band'Erê (Elineide e Igor)

Horário da Exposição: 10:00hs e 15:00hs

# SEMANA DA MÃE PRETA 2018



De 24 a 28 de setembro na Senzala do Barro Preto

**PROGRAMAÇÃO**

**24/09 – SEGUNDA-FEIRA (Aberto ao público)**  
 14h - Roda de conversa  
 Tema: A valorização da mulher negra na sociedade  
 Facilitadora: Beatriz Medrado  
 9h - Pocket Show "Na Rédea Curta"

**25/09 – TERÇA-FEIRA (Aberto ao público)**  
 8h - Visita ao Terreiro (Escola Mãe Hilda)  
 15h - Palestra | Tema: Saúde da mulher  
 Facilitadora: Fernanda Nascimento  
 17h - Palestra com debate | Tema: Necessidades nutricionais da mulher  
 Facilitadora: Daiana Ribeiro

**26/09 – QUARTA-FEIRA (Aberto ao público)**  
 14h - Cortejo da Band Erê pelas ruas do Curuzu  
 15h - Visita ao Terreiro (Escola Mãe Hilda)

**27/09 – QUINTA-FEIRA (Aberto ao público)**  
 Exibição de filmes

**28/09 – SEXTA-FEIRA (Aberto ao público)**  
 17h - Palestra sobre o Dia da Mãe Preta  
 Facilitadora: Arany Santana

**30/9 – DOMINGO (Festa de camisa - Valor RS 80,00)**  
 13h - FESTIVAL DE CARNE DE BODE -  
 GERI CUNHA participação especial - CICINHO DE ASSIS




5 DIAS DEDICADOS  
À CELEBRAÇÃO  
DA CULTURA NEGRA


**SEMANA DA**



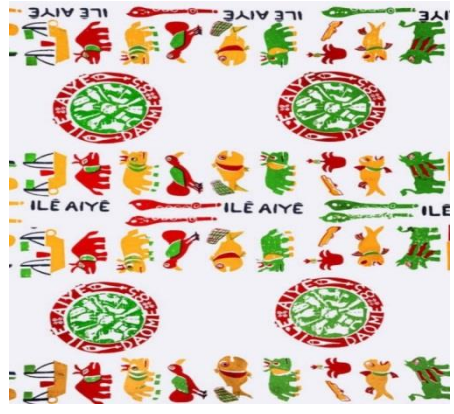
SHOWS • PALESTRAS • ATIVIDADES EDUCATIVAS  
OFICINAS • MOSTRAS CULTURAIS • EXIBIÇÃO DE FILMES

**22 A 27** DE SETEMBRO



 ileaye

### 5. TECIDOS DO ILÊ AIYÊ



## Festa do Terreiro Jitolu



O Ilê Axé Jitolu tem a honra de convidá-lo (a)  
para participar do nosso ciclo de festas:

**Calendário Festivo 2019:**

17 de agosto de 2019, às 19 - Festa de Obaluaê.  
31 de agosto de 2019, às 19h - Festa das Iabas.  
07 de setembro 2019, às 11h - Festa do Caboclo Tupiaçu.

Que Oxalá os abençoe!

Rua do Curuzu, 233, Liberdade, Salvador - Bahia



**Ilê Axé Jitolu**

## Arte da Escola da Escola Mãe Hilda



*O Ilê Axé Jitolu tem a honra de convidar-lhes  
para prestigiar a  
obrigação de 14 anos da Ebomi Jaci de Jemanjá*

*Dia 28 de setembro, às 19 horas.  
Contamos com a presença de todos!*

*Que Oxalá os abençoe!*

*Deus Abençoado Seja*



*Rua do Curuzu, 233, Curuzu, Salvador, Bahia*



**Ilê Axé Jitolu**





**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (DEDC) -CAMPUS I**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E**  
**CONTEMPORANEIDADE (PPGEDUC)**  
**LINHADE PESQUISA: PROCESSOS CIVILIZATÓRIOS: EDUCAÇÃO ,MEMÓRIA**  
**E PLURALIDADE CULTURAL**

**ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

**PROFESSORAS**

1.Nome \_\_\_\_\_

Cor \_\_\_\_\_

2.Formação \_\_\_\_\_ Turma : \_\_\_\_\_ Nº de alunos(as) \_\_\_\_

3. Tempo de trabalho na instituição: \_\_\_\_\_ Bairro que reside \_\_\_\_\_

4-Como conheceu a instituição?

5- Como se tornou professora da Escola M. Hilda?

6. Quais são os principais desafios como docente da Escola Mãe Hilda?

7-Quais são os critérios para a seleção dos materiais didáticos (livros, paradidáticos, textos )

8. Os cadernos de educação são utilizados ? Como são selecionados ?Eles auxiliam às práticas docentes? Quais são os números? Como são utilizados nas salas?

9. São realizadas as atividades extraclasse/ aula de campo? Como são planejadas as atividades extraclasse/ aula de campo? Quais são as temáticas propostas?

10. Quais são os encaminhamentos propostos pela instituição para a enfrentamento do racismo e das formas corretalas (discriminação racial, preconceito racial) ?

11. A Escola Mãe Hilda é pautada em um pedagogia específica?

12. Você conhece a história da Escola Mãe Hilda? Quais são os autores utilizados para a fundamentação do trabalho pedagógico?E os autores para trabalhar com os alunos?

13. Qual a importância de Mãe Hilda e do Ilê Aiyê para à Escola Mãe Hilda?

14. Como é a relação professora e alunos?

15. Quais são os maiores desafios como professora da Escola Mãe Hilda?

16. Você já participou de algum programa/projeto / atividades realizados pelo Ilê Aiyê através das escolas Mãe Hilda e Banda Erê?
- 17- Cite ou apresente atividades realizadas de combate ao racismo.
- 18- A Escola Mãe Hilda tem uma pedagogia antirracista?



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (DEDC) -CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E  
CONTEMPORANEIDADE (PPGEDUC)  
LINHADE PESQUISA: PROCESSOS CIVILIZATÓRIOS: EDUCAÇÃO , MEMÓRIA  
E PLURALIDADE CULTURAL**

**ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - DIREÇÃO do IIÊ AIYÊ**

- 1.Nome \_\_\_\_\_
- 2.Formação \_\_\_\_\_
3. Tempo de trabalho na instituição. \_\_\_\_\_
4. Quais são as contribuições do Ilê Aiyê para a Escola Mãe Hilda?
5. Quais são os projetos sociais do Ilê Aiyê ?
6. De que maneira Mãe Hilda contribuiu para a consolidação do bloco?
7. Quantos funcionários fazem parte do Bloco?
8. Qual a importância do Ilê Aiyê para à Escola Mãe Hilda?
9. Quais são as atividades do Ilê Aiyê com a Escola Mãe Hilda?
10. Quais são os projetos que o Ilê Aiyê desenvolvem na Escola Mãe Hilda?
11. Qual a importância de Mãe Hilda para o Ilê Aiyê?
12. Quais são os desafios do Ilê Aiyê e a Escola Mãe Hilda
13. Ah, se não fosse o Ilê Aiyê nestes 45 anos? E se não fosse, Mãe Hilda?
14. E se não fosse as mulheres no Ilê?
15. Projeto de Extensão Pedagógico: sob as bênçãos de Mãe Hilda
16. A importância do Ilê Aiyê para o enfrentamento do racismo
17. A família Ilê Aiyê mantém o legado da Mãe Preta?
18. Podemos dizer que Mãe Hilda é a grande mentora dessa história?
19. Quais as contribuições que a Escola Mãe Hilda oferece à comunidade do Curuzu/ Liberdade e da cidade de Salvador?
20. O legado destes 31 anos de promoção da educação no Curuzu são mecanismos de resistência para o enfrentamento do racismo?